

ITAPERUNA-RJ / 12ª EDIÇÃO / 2018.1



REVISTA *Transformar*



**CENTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO - CENICE
CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ DE ITAPERUNA - UNIFSJ**

© Copyright: Centro de Iniciação Científica e Extensão (CENICE) Esta revista ou parte dela não pode ser reproduzida por qualquer meio sem autorização por escrito do Centro de Iniciação Científica e Extensão (CENICE).

Centro Universitário São José de Itaperuna Rua Major Porphírio Henriques, 41 –
Centro Itaperuna – RJ – CEP: 28.300-000
Tel: (22) 3811-0700 cenice@fsj.edu.br

FICHA CATALOGRÁFICA

REVISTRA TRANSFORMAR.

REVISTA TRANSFORMAR/ Revista do Centro de Iniciação Científica e Extensão (CENICE) – Itaperuna, RJ, v. 12, n. 1, jan./jul. 2018.

351 fl.

Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ), Fundação São José (FSJ), 2018.

E-ISSN: 2175-8255.

Periódico. Pesquisa. Extensão. Produção Científica.



CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ DE ITAPERUNA (UniFSJ)

Jader Almeida da Silva

Presidente da Fundação Educacional e Cultural São José (FSJ)
Reitor do Centro Universitário São José de Itaperuna (UniFSJ)

Hudson de Oliveira Costa

Pró-Reitor Acadêmico

José Maria Cardozo

Secretário

Ismenia Linhares Rezende Almeida

Subsecretária

Joane Marieli Pereira Caetano

Coordenadora do Centro de Iniciação Científica e Extensão (CENICE)

EQUIPE EDITORIAL

Prof. Ma. Joane Marieli Pereira Caetano

Centro Universitário São José de Itaperuna
Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)

Prof. Dra. Dulce Helena Pontes Ribeiro

Centro Universitário São José de Itaperuna (UniFSJ)

CONSELHO EDITORIAL

Prof.^a Dra. Bruna Paula da Cruz

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFF)

Prof. Dr. Leandro Elias Canaan Mageste

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF-PI)

Prof.^a Dra. Relines Rufino de Abreu

Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG)

Prof. Dr. Guilherme Augusto dos Santos Póvoa

Instituto Federal do Espírito Santo (UFES)

COMITÊ CIENTÍFICO

Prof. Dr. Leandro Elias Canaan Mageste

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF-PI)

Prof. Ma. Fernanda Carvalho de Moura Rezende Fontes

Universidade Federal de Viçosa (UFV)

Prof.^a Dra. Bruna Paula da Cruz

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF)

Prof.^a Dra. Relines Rufino de Abreu

Universidade Estadual de Minas (UEMG)

Prof. Me. Lucas Felisberto Pereira

Instituto Federal Goiano (IFGO)

Prof.^a Ma. Alinne Rangel dos Santos Renzetti

Laboratório de Imunoparasitologia - LIP/Fiocruz

Prof.^a Ma. Altina Silva Oliveira

Universidade Iguazu - Campus V (UNIG)

Prof. Dr. Guilherme Augusto dos Santos Póvoa

Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)

Prof. Me. João Felipe Barbosa Borges

Instituto Federal Fluminense/Universidade Federal de Juiz de Fora (IFF/UFJF)

INDEXADORES



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
LINHA DE PESQUISA I:.....	5
PREVENÇÃO E REPRESSÃO AO TRÁFICO DE PESSOAS E ATENÇÃO ÀS VÍTIMAS: Lei nº 13.344/2016	6
ANÁLISE DOS INDICADORES EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA	32
OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PROFESSORES NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR	46
O papel do Coordenador Pedagógico no âmbito escolar.....	57
“Adélia” é que é mulher de verdade! O feminino e o feminismo na poesia de Adélia Prado e Adela Zamudio.....	70
Alteridades: gênero, corpo e sexualidade no discurso literário	86
LINHA DE PESQUISA II:.....	103
Rede de privilégios: burocracia portuguesa e as origens da Desigualdade Social brasileira.....	104
A Formação das Capitâneas Hereditárias e o pensamento social brasileiro: novas concepções	114
LINHA DE PESQUISA III:.....	133
AS PEGADAS DE CAL ORCKO: O MAIOR LEGADO DA PALEONTOLOGIA DA AMÉRICA DO SUL	134
O STF E ABORTO EM FASE INICIAL DE GESTAÇÃO	144
A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E A DIGNIDADE DA PARTURIENTE	170
A OBSTINAÇÃO TERAPÊUTICA E O PROLONGAMENTO DA VIDA PARA ALÉM DA DOR	197

LINHA DE PESQUISA IV:	243
A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM DO AUTISTA	244
NEUROPSICOLOGIA E REABILITAÇÃO COGNITIVA EM PACIENTES ACOMETIDOS DE ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO	260
LINHA DE PESQUISA V:	284
DESTINAÇÃO DE PARTE DO IMPOSTO DE RENDA DEVIDO PARA ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL.....	285
A CONTABILIDADE E A PRESTAÇÃO DE CONTAS NO TERCEIRO SETOR: Estudo de Caso em uma Organização Religiosa Católica.....	303
A EMPRESA FAMILIAR NO CENÁRIO DE PROFISSIONALIZAÇÃO	321
AS FERRAMENTAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: UMA ANÁLISE DE CENÁRIOS DE UMA PURINA LOCALIZADA NO INTERIOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	336

APRESENTAÇÃO

A Revista Transformar do Centro Universitário São José de Itaperuna (UniFSJ) é um periódico de publicação semestral, publicada inicialmente em 2003, em versão impressa, com intuito de levar à comunidade acadêmica regional resultados de pesquisas, ideias e reflexões dos professores, pesquisadores associados e alunos do UniFSJ. Já na política editorial vigente, contamos com a contribuição vinda de diferentes áreas do conhecimento e de variados pesquisadores da comunidade científica nacional e internacional, em uma perspectiva interdisciplinar capaz de abarcar diferentes áreas como delineamento básico das produções acadêmico-científicas aqui contempladas.

Nesta 12ª edição, contamos com 19 trabalhos, que abordam discussões acadêmico-científicas contemporâneas e interdisciplinares, distribuídas em cinco linhas de pesquisa, a saber: Linha de pesquisa I – Educação, cultura e direitos humanos; Linha de pesquisa II – Relações étnico-raciais, memória e identidade cultural; Linha de pesquisa III – Saúde, meio ambiente e cidadania; Linha de pesquisa IV – Psicologia, subjetivação, psicopatologia e linguagem; e Linha de Pesquisa V – Gestão de negócios, economia e mercados.

Desejamos, assim, aos leitores da Revista Transformar, proveitosa leitura e (re)construção de conhecimento, a partir dos diálogos interdisciplinares realizados pelas pesquisas dispostas nesta edição.

Joane Marieli Pereira Caetano

Coordenadora do Centro de Iniciação Científica e Extensão (CENICE)

**LINHA DE PESQUISA I:
Educação, Direitos Humanos e Sociedade**

PREVENÇÃO E REPRESSÃO AO TRÁFICO DE PESSOAS E ATENÇÃO ÀS VÍTIMAS: Lei nº 13.344/2016

**PREVENTION AND SUPPRESSION OF HUMAN TRAFFICKING AND VICTIM
SUPPORT: Law number 13.344/2016**

**PREVENCIÓN Y REPRESIÓN AL TRÁFICO DE PERSONAS Y ATENCIÓN A
LAS VÍCTIMAS: Ley nº 13.344 / 2016**

Beatriz de Souza Diniz

Graduada em Direito pela Universidade Iguazu - Campus V. Graduada em Letras pela Universidade Federal Fluminense. Pós-graduanda em Direito Penal e Processo Penal pela Uniflu.

Bruno Cleuder de Melo

Delegado de Polícia Civil do RJ. Graduado em Direito pela Universidade Iguazu - Campus V. Pós graduado em Direito Público pela Faculdade Metropolitana São Carlos - FAMESC (2014).

Iure Simiquel Brito

Graduado em Direito pela Universidade Iguazu - Campus V. Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Católica de Petrópolis. Doutorando em direito pela Universidad Nacional de La Plata - Argentina.

Resumo: No que tange ao tráfico de pessoas, a legislação brasileira recentemente iniciou análise específica sobre o tema, ocasionando a criação da Lei nº 13.344/16 ante as inúmeras discussões no âmbito internacional e nacional. Diante da demora legislativa, foram necessárias revogações e inclusões em normas pré-existentes adequando os dispositivos legais à realidade social e ao novo conceito, empregado de forma mais ampla, da atividade criminosa em análise que tem por finalidade a exploração humana em diferentes modalidades. Este trabalho tem como objetivo discutir as medidas legais de prevenção, repressão e assistência às vítimas quanto ao crescente comércio de seres humanos que tem feito vítimas mundialmente como forma de gerar riqueza para grupos criminosos, partindo da análise dos elementos do crime, dos meios utilizados e, ainda, das finalidades dessa prática, bem como os princípios e diretrizes que fundamentam o novo dispositivo legal e as alterações legislativas e críticas oriundas deste.

Palavras-chave: Tráfico de Pessoas; Atividade Criminosa; Exploração.

ABSTRACT: Regarding human trafficking, brazilian legislation has recently started specific analysis about the theme, bringing about the creation of Law number 13.344/16 due to countless discussions within international and national ambit. Before legislative delay, revocations and inclusions in pre-existing rules were necessary, adequating the legal devices to social reality and to the new concept, used in a wider way, of the analysed criminal activity whose goal is human exploit in different modalities. This paper aims to discuss legal measures for prevention, suppression and victim support concerning the growing market

of human beings which has been making victims worldwide in order to generate wealth for criminal groups, starting from the analysis of crime elements, used means, and also of the purposes of this practice, as well as the principles and guidelines that substantiate the new legal device and the legal changes and reviews related to it.

Keywords: Human Trafficking; Criminal Activity; Exploitation.

RESUMEN: En lo que se refiere al tráfico de personas, la legislación brasileña recientemente inició un análisis específico sobre el tema, ocasionando la creación de la Ley nº 13.344 / 16 ante las innumerables discusiones en el ámbito internacional y nacional. Motivado a la demora legislativa, fueron necesarias revocaciones e inclusiones en normas preexistentes para adecuar los dispositivos legales a la realidad social y al nuevo concepto, empleado de forma más amplia, de la actividad criminal en análisis que tiene por finalidad la explotación humana en diferentes modalidades. Este trabajo tiene como objetivo discutir las medidas legales de prevención, represión y asistencia a las víctimas en cuanto al creciente comercio de seres humanos que ha creado víctimas mundialmente como forma de generar riqueza para grupos criminales, partiendo del análisis de los elementos del crimen, de los medios utilizados y de las finalidades de esta práctica, así como los principios y directrices que fundamentan el nuevo dispositivo legal y las alteraciones legislativas y críticas oriundas de éste.

Palabras clave: Tráfico de Personas; Actividad Criminal; Explotación.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O tráfico de pessoas, expressão adotada com fulcro no Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças, trata-se de prática complexa e multidimensional, que pode ser considerada como uma das mais violadoras de direitos e garantias fundamentais presentes na atualidade.

Mundialmente praticado, o comércio de seres humanos é a terceira atividade criminosa mais lucrativa, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), chegando a movimentar anualmente 31,6 bilhões de dólares, ficando atrás apenas do tráfico de armas e do tráfico de drogas.

Há anos o tráfico de pessoas vinha sendo enfrentado pela legislação penal brasileira restritamente à finalidade de exploração sexual, porém, com o advento da Lei nº 13.344/2016, objeto deste trabalho, esta atividade criminosa ampliou o conceito abordando, não só, a exploração sexual, como também, o trabalho ou serviços forçados e o comércio de órgãos, destacando as medidas

necessárias para o enfrentamento, aderindo ao tripé prevenção, repressão e atenção às vítimas.

Diante dos debates no cenário internacional e, conseqüentemente, nacional que culminaram na criação de legislação brasileira específica sobre o tema, o presente estudo teve por escopo discutir, sistematicamente, o tráfico de seres humanos, bem como as medidas de prevenção e repressão desse delito e, ainda, a atenção às vítimas, por meio de pesquisa bibliográfica explicativa, elaborada a partir de uma coletânea de doutrinas, artigos e instrumentos normativos que fundamentaram as discussões aqui enfrentadas.

2 TRÁFICO DE PESSOAS

Por se tratar de crime praticado mundialmente, o tráfico de pessoas vem sendo discutido no âmbito internacional e nacional ao longo dos anos.

A legislação internacional deu um grande salto nas discussões sobre o tema a partir da iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), que através de um comitê intergovernamental, instituiu uma convenção de esfera global com o objetivo de combater a criminalidade transnacional e criar meios de enfrentamento ao tráfico de seres humanos, especialmente de mulheres e crianças. Depois de muita análise, a proposta apresentada pelo comitê foi aprovada no ano de 2000, na Itália, como Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças, conhecido como Protocolo de Palermo.

Com o intuito de trabalhar o tráfico de seres humanos de forma sistêmica, o Protocolo, em seu artigo 3º, alínea “a”, conceituou a expressão “tráfico de pessoas” como:

[...] o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso de força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de

outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos. (PROTOCOLO DE PALERMO, 2000)

A partir de então, muitos países passaram a enfrentar internamente o problema, oportunidade em que o Brasil tornou-se signatário, em 2004, do Protocolo que passou a adotar o tripé prevenção, repressão e proteção às vítimas.

Em 2002, foi realizada pesquisa com o intuito de demonstrar a real dimensão do problema no território brasileiro. A então denominada Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual (PESTRAF) foi capaz de relatar a situação do tráfico no país, como, por exemplo, as rotas utilizadas para o tráfico interno e internacional e as características das vítimas.

Com base nessas ações, em 2006, o Brasil aprovou o Decreto nº 5.948 de Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, adotando a definição da expressão “tráfico de pessoas”, conforme o Protocolo de Palermo, trazendo em seu bojo os princípios e diretrizes basilares, bem como as ações que cabem aos órgãos e entidades públicas, na medida de suas respectivas atribuições e competências, para um enfrentamento eficiente através de recursos significativos e políticas específicas, bem ainda, assegurando a participação da sociedade civil, servindo como base e inspiração para a criação de um plano nacional.

Sendo assim, por meio do Decreto nº 6.347/2008 foi instituído o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP) elaborado por um Grupo de Trabalho Interministerial que tomou como base os tratados internacionais e legislações nacionais e, ainda, cinco outros planos nacionais que dialogam com o tráfico de pessoas, conforme indicado pelo Ministro da Justiça na exposição de motivos enviada ao Presidente da República, a saber: o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil; o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo; o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente; e o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária.

Após a implementação do PNETP, a legislação brasileira avançou e deu início em 2011 ao II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (II PNETP), resultante de ampla discussão que culminou em ideias de implantação de ações através de políticas públicas. Torna-se necessário destacar, ainda, o planejamento do III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (III PNETP), já em andamento, inclusive, consta na página do Ministério da Justiça, questionário para avaliação do II PNETP e contribuição para elaboração do III PNETP.

Verifica-se uma reiteração do tripé prevenção, repressão e atenção às vítimas, visando à redução da condição de vulnerável de prováveis vítimas, através de polícias públicas, a reinserção social das vítimas e proteção especial e, ainda, a fiscalização, controle e investigação do tráfico de seres humanos.

Recentemente, entrou em vigor a Lei nº 13.344/2016 que dispõe especificamente sobre a prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas.

Considerando toda evolução histórica quanto ao enfrentamento do tráfico de seres humanos, percebe-se que esta prática, complexa e multidimensional, é uma das mais violadoras dos direitos e garantias fundamentais nos últimos tempos, ferindo completamente a dignidade da pessoa humana e, muitas das vezes, a integridade física, a liberdade e a honra da vítima.

Diante da complexidade do delito, pode-se observar a existência de três elementos constitutivos, os atos, os meios e as finalidades.

2.1 Atos

Tendo em vista a definição da expressão “tráfico de pessoas” adotada por toda a legislação brasileira, com fulcro no artigo 3º, “a”, do Protocolo de Palermo, pode-se dizer que o crime se materializa a partir dos atos de recrutamento, transporte, transferência, alojamento e acolhimento.

Entretanto, houve uma ampliação das condutas quando da sanção da Lei nº 13.344/2016, na qual acrescentou os verbos agenciar, aliciar e comprar.

Segundo Silveira Bueno, recrutamento é o “ato ou efeito de recrutar; dependência onde se arrolam os conscritos” (2000, p.794). Trazendo para a esfera do tráfico de pessoas, entende-se como o ato de escolha das vítimas, de modo que as formas são diversas, pois os recrutadores podem estar inseridos em quaisquer meios, quer seja em grupos criminosos, quer não.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2017 define os aliciadores/recrutadores como:

Os aliciadores, homens e mulheres, são, na maioria das vezes, pessoas que fazem parte do círculo de amigos da vítima ou de membros da família. São pessoas com que as vítimas têm laços afetivos. Normalmente apresentam bom nível de escolaridade, são sedutores e têm alto poder de convencimento.

Com base nessa definição, percebe-se que o recrutamento/aliciamento pode ser efetuado através de diversos meios e o consentimento dado pelas vítimas, que em sua maioria não reconhecem o *status* a que estão inseridas, não exclui a conduta do agente, conforme a alínea “b”, do art. 3º, do Protocolo de Palermo alerta:

O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na alínea a) do presente Artigo será considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na alínea a) (PROTOCOLO DE PALERMO, 2000).

Com o grande avanço tecnológico e a disponibilização de inúmeras redes sociais, em virtude do crescente acesso à rede mundial de internet, o recrutamento/aliciamento tem se concretizado com cada vez mais facilidade. Anúncios com ofertas tentadoras e a comodidade e velocidade no momento do contato entre os aliciadores e as vítimas, trazem a falsa sensação de regularidade, uma vez que o uso dessas ferramentas faz parte do cotidiano de grande parte da população mundial.

O momento do transporte e transferência das vítimas no crime em destaque refere-se a todo o processo de deslocamento, ou seja, desde a retirada de seu lugar de origem até a chegada ao destino final.

Os modos de deslocamento são variados, dependendo, então, da rota que será percorrida, podendo ocorrer o crime dentro da esfera nacional ou

internacional. Assim, quando a vítima se desloca dentro do país de origem, trata-se de hipótese de tráfico nacional, ao passo que se o deslocamento vai além das fronteiras do país de origem, configura-se o tráfico internacional/transnacional.

Os recrutadores fazem uso das vias aéreas, terrestres e até mesmo marítimas, dependendo do destino e da situação econômica das vítimas, utilizando, inclusive, de documentação falsa e transportes públicos, como forma de desvio da atenção das autoridades repressoras.

Traficar pessoas é considerado uma atividade lucrativa para as organizações criminosas, uma vez que comparada ao tráfico de drogas e armas, os riscos são menores, sendo mais difícil a identificação de um transporte ilícito de pessoas com o objetivo de exploração, do que a apreensão de armas e drogas no percurso, e ainda, pessoas podem ser usadas reiteradamente, diferente das mercadorias.

Na fase de alojamento e acolhimento que ocorrerá o início da exploração às vítimas. É um dos fatores que diferenciam o tráfico de pessoas do contrabando de migrantes, já que o último cessa com a chegada ao destino, enquanto o primeiro envolve a exploração das vítimas após a chegada ao ponto final.

Nas palavras de Silveira Bueno, os verbos alugar e acolher são sinônimos e significam “hospedar” (2000, p.67 e p.90), oportunidade em que os hóspedes passam a perceber a qualidade de vítimas a que estão sendo expostos.

Os verbos nucleares agenciar e comprar inerentes ao tipo penal estão ligados intimamente com a obtenção de lucros por parte dos aliciadores, que submetem as vítimas a tratamentos desumanos como forma de arrecadar riquezas.

2.2 Meios

O artigo 3º, alínea “a”, do Protocolo de Palermo traz os meios de obtenção de consentimento das vítimas pelos quais ocorre a materialização do crime de tráfico de pessoas, a saber: ameaça, uso de força, outras formas de

coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, abuso de uma situação de vulnerabilidade e, ainda, entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios.

Ocorre que muitas pessoas são feitas vítimas sem que quaisquer desses meios sejam utilizados, são atraídas por anúncios e propostas, agindo voluntariamente. Por isso, na alínea “c” do referido artigo, a definição do crime é ampliada, incluindo a hipótese em que:

c) O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de uma criança para fins de exploração serão considerados "tráfico de pessoas" mesmo que não envolvam nenhum dos meios referidos da alínea a) do presente Artigo. (PROTOCOLO DE PALERMO, 2000).

Assim, conforme aludido por Rogério Sanches Cunha e Ronaldo Batista Pinto, “o operador, portanto, deve aquilatar a validade do consentimento do ofendido com base nas circunstâncias do caso concreto” (2017, p. 143).

2.3 Finalidades

Com base no definido pelo Protocolo de Palermo, o crime em estudo tem como finalidade a exploração, que pode ser considerada, no mínimo, para fins sexuais, trabalho escravo e remoção de órgãos.

Contudo, com o advento da Lei nº 13.344/2016 o rol de finalidades foi ampliado em decorrência da inclusão do artigo 149-A no Código Penal Brasileiro. São elas: remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo, trabalho com condições análogas à de escravo, servidão, adoção ilegal e exploração sexual.

A Lei nº 9.434/97 foi sancionada para disciplinar a remoção de órgãos, autorizando esta prática em seus artigos 3º e 9º, em casos específicos, a saber:

Art. 3º A retirada post mortem de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano destinados a transplante ou tratamento deverá ser precedida de diagnóstico de morte encefálica, constatada e registrada por dois médicos não participantes das equipes de remoção e transplante, mediante a utilização de critérios clínicos e tecnológicos definidos por resolução do Conselho Federal de Medicina.

Art. 9º É permitida à pessoa juridicamente capaz dispor gratuitamente de tecidos, órgãos e partes do próprio corpo vivo, para fins terapêuticos ou para transplantes em cômjuge ou

parentes consangüíneos até o quarto grau, inclusive, na forma do § 4º deste artigo, ou em qualquer outra pessoa, mediante autorização judicial, dispensada esta em relação à medula óssea.

Neste sentido, havendo qualquer remoção de órgão, tecidos ou partes do corpo fora das hipóteses previstas em lei, ocorrerá a incursão nos crimes tipificados nos artigos 14 e seguintes da mesma lei.

O ato de submeter alguém a trabalho em condições análogas à de escravo encontra-se tipificado no artigo 149 do Código Penal, alterado pela Lei nº 10.803/2003, sendo estipuladas as condutas caracterizadoras do delito:

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:
Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

Com relação à servidão, a legislação penal brasileira ainda não possui correspondência autônoma, uma vez que não existe no Brasil a permissão a condição de escravo, não havendo como distinguir os institutos da servidão ou da escravidão, conforme preceitua o artigo 7º da Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura. Aplicando-se, então, o artigo 149 do Código Penal.

Quanto à adoção ilegal, os artigos 39 e 52-D do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelecem em seu texto inúmeras regras que legalizam a adoção de crianças e adolescentes, tornando o procedimento complexo, motivo pelo qual muitos decidem ultrapassar os limites da lei.

Como bem destacaram Rogério Sanches Cunha e Ronaldo Batista Pinto (2017, p.149), também há a possibilidade de maiores de dezoito anos serem traficados com a finalidade de adoção:

[...] o tipo não impede o tráfico de maiores de idade com a finalidade de adoção ilegal. Como exemplo, podemos citar a hipótese em que alguém, titular de valioso patrimônio, seja pelo agente acolhido, mediante abuso, para ser forçado a adotar o mesmo agente, que futuramente se beneficiará da herança. Neste caso, a adoção – que evidentemente deve ser voluntária – seria ilegal, bastante, portanto para caracterizar a finalidade especial.

Por fim, em relação à exploração sexual, a legislação brasileira tem adotado o sistema abolicionista, na qual a lei penal recai apenas sobre aqueles que obtêm vantagem sobre o ato de prostituir realizado por outra pessoa, condutas estas elencadas nos artigos 228, 229 e 230 do Código Penal.

Acontece que a exploração sexual não diz respeito apenas à prostituição, quando ocorre a negociação do ato sexual em troca de pagamento, mas também pode ser caracterizada em outras três modalidades distintas, turismo sexual, pornografia e tráfico para fins sexuais, atividades em que crianças, adolescentes e adultos são vítimas de dominação e abuso.

O tráfico de pessoas vem sendo propagado por todo o mundo, por esse motivo, tornou-se a terceira atividade criminosa mais lucrativa, ficando atrás apenas do tráfico de armas e do tráfico de drogas, movimentando anualmente cerca de 31,6 bilhões de dólares.

A Organização Internacional do Trabalho apresentou estimativa que no ano de 2005 aproximadamente 2,4 milhões de pessoas foram aliciadas pelo tráfico de seres humanos, sendo 43% das vítimas destinadas à exploração sexual e 32% a exploração econômica.

Cabe ressaltar, ainda, que o Brasil tem sido o destino de muitos estrangeiros para os fins de exploração e não apenas tem a sua população feita vítima.

2.4 Elementos do Crime

O crime intitulado como tráfico de pessoas no artigo 149-A do Código Penal tem como bem jurídico tutelado a liberdade individual, assim, pode ser praticado por quaisquer pessoas, desse modo, homens e mulheres podem figurar no polo ativo. Quanto ao polo passivo, destaca-se que homens e

mulheres podem ser feitas vítimas, independentemente da idade, ou seja, crianças, adolescentes e adultos.

Trata-se de um crime doloso e plurinuclear, pois descreve diferentes condutas e a prática, livre e consciente para o fim de exploração, de mais de uma delas pelo autor, constituirá crime único.

O delito será consumado a partir da prática de uma das ações previstas pela legislação, mesmo que o resultado não venha a ser efetivado, admitindo-se a hipótese de crime tentado.

Por se tratar de crime doloso, a realização de ações com finalidades especiais acarreta no concurso material de crimes quando figuras penais autônomas são atingidas, nesse sentido, não ocorrerá à absorção destas.

Rogério Sanches Cunha e Ronaldo Batista Pinto (2017, p. 151) exemplificam:

Dessa forma, se o agente, além de traficar pessoas, lhes retirar ilegalmente órgãos, tecidos ou partes do corpo, haverá concurso material entre o art. 143-A e o art. 14 da Lei 9.434/97; se trafica e submete a vítima a trabalho em condições análogas à de escravo ou a servidão, o concurso será entre os arts. 149-A e 149; se há também a adoção ilegal pela própria pessoa que o traficou (por exemplo, o agente acolhe, mediante fraude, à margem do sistema de adoção, um recém-nascido), pode haver concurso entre os arts. 149-A e 242 do Código Penal (registrar como seu o filho de outrem); por fim, se além do tráfico de pessoas ocorre a exploração sexual, pode haver concurso do art. 149-A com os arts. 228 ou 230 do Código Penal, conforme o caso.

De acordo com o §1º do artigo 149-A do Código Penal, há a previsão legal de hipóteses majorantes da pena, na qual é aumentada de um terço até a metade quando for o crime for cometido:

- I - o crime for cometido por funcionário público no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las;
 - II - o crime for cometido contra criança, adolescente ou pessoa idosa ou com deficiência;
 - III - o agente se prevalecer de relações de parentesco, domésticas, de coabitação, de hospitalidade, de dependência econômica, de autoridade ou de superioridade hierárquica inerente ao exercício de emprego, cargo ou função;
- ou

IV - a vítima do tráfico de pessoas for retirada do território nacional.

Destaca-se, também, a previsão de minoração da pena no §2º do artigo 149-A do Código Penal quando o agente for primário e não integrar organização criminosa, oportunidade em que a pena será reduzida de um a dois terços.

3 LEI Nº 13.344/2016

A legislação brasileira discutia o tráfico de pessoas em dois dispositivos do Código Penal Brasileiro, nos artigos 231 e 231-A, porém, com o passar dos anos o comércio de pessoas foi assumindo uma proporção em que o texto brasileiro e os documentos internacionais assinados se tornaram ineficazes.

Diante deste cenário, foi sancionada a Lei nº 13.344, no ano de 2016, dispendo sobre medidas de repressão e prevenção ao tráfico interno e, também, internacional e, ainda, sobre medidas de assistência às vítimas. Como bem explica o art. 1º “Esta Lei dispõe sobre o tráfico de pessoas cometido no território nacional contra vítima brasileira ou estrangeira e no exterior contra vítima brasileira”.

3.1 Princípios e Diretrizes

Nos arts. 2º e 3º da lei, o legislador traz os princípios e diretrizes que a fundamentam.

Como a própria Constituição Federal consagrou como fundamental em seu art. 1º, inciso, III, a dignidade da pessoa humana vem sendo interpretada como direito inerente à pessoa humana, como forma de garantir o mínimo necessário a concretização de uma vida com dignidade. Dessa forma, este princípio tornou-se o núcleo do sistema de normas brasileiras, fundamentando outros princípios que o complementa.

Assim, não seria diferente na lei que tem por objetivo prevenir e reprimir a prática de um dos crimes que tem como resultado direto a degradação da dignidade das vítimas, através da violação da integridade física, sexual e mental, por exemplo.

A promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos está baseada em um dos objetos principais do legislador, a proteção das vítimas de tráfico de pessoas. Também consagrada pela Constituição da República em seu art. 1º, inciso II, a cidadania é um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito garantindo a sociedade o exercício dos direitos e deveres sociais, civis e políticos existentes no ordenamento jurídico que os regem. Contudo, as vítimas do comércio de seres humanos têm esse direito violado, uma vez que são acometidos por diversas e diferentes privações, com isso a lei que trata sobre o tema tem por escopo promover a garantia desses direitos e deveres, inclusive, os direitos fundamentais.

Atualmente, os direitos fundamentais são classificados como de primeira, segunda e terceira dimensão. A primeira está ligada aos direitos individuais, políticos e civis, tendo como base o direito à liberdade, ou seja, dotado de prestações negativas nas quais o Estado tem o dever de proteger a autonomia do indivíduo. A segunda dimensão, por sua vez, é constituída por direitos sociais, culturais e econômicos, trazendo como ponto chave o direito à igualdade, assim, as prestações do Estado podem ser positivas ou negativas, conforme o caso. Por fim, os direitos da terceira dimensão são aqueles voltados à coletividade, tendo como apoio o direito à fraternidade, como por exemplo, o direito à paz e ao meio ambiente sadio.

Conseqüentemente, os princípios da universalidade, indivisibilidade e interdependência vem sendo discutidos, pois os direitos e garantias são inerentes a toda e qualquer pessoa, indivisivelmente, já que são relacionados entre si. Como enfatiza Flávia Piovesan (2006, p. 19):

A comunidade internacional deve tratar os direitos humanos de forma global, justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase. Embora particularidades nacionais e regionais devem ser levadas em consideração, assim como diversos contextos históricos, culturais e religiosos, é dever dos Estados promover e proteger todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, sejam quais forem seus sistemas políticos, econômicos e culturais.

Em 2010, o Ministério da Justiça publicou em seu relatório nacional o resultado de uma pesquisa realizada pelo Escritório das UNODC – Nações Unidas sobre Drogas e Crimes em que concluiu que 9% das vítimas do

tráfico de pessoas são meninos, 12% homens, 13% meninas e 66% mulheres. Devido a informações neste sentido, o legislador consagrou como princípio a não discriminação das vítimas do tráfico humano por quaisquer motivos, seja pelo gênero, raça, orientação sexual ou outras razões. Além disso, a Constituição da República traz em seu art. 5º o princípio da isonomia garantindo que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”.

Para o enfrentamento do crime, o legislador enxergou necessária a criação de políticas públicas que visem à transversalidade das dimensões de orientação sexual e gênero, origem social ou étnica, bem como procedência, raça e faixa etária, ou seja, as políticas públicas devem se cruzar, analisando as circunstâncias como um conjunto e não de forma isolada.

As vítimas do comércio de pessoas podem ser denominadas diretas, aquelas que enfrentam em si os resultados do crime, e indiretas, aquelas que de alguma forma sofrem com a prática do delito de modo que o dispositivo legal prevê atenção integral a todas sem que a nacionalidade ou eventual colaboração ao Judiciário ou em investigações sejam levadas em consideração, isto é, não é necessária a delação do autor do crime para que elas sejam protegidas, tampouco a origem do ofendido pode ser utilizada como impedimento da proteção estatal.

Quanto à proteção integral da criança e do adolescente é importante destacar que a definição adotada é a mesma contida no Estatuto da Criança e do Adolescente, caracterizando criança aquela com até doze anos de idade incompletos e, adolescente, a pessoa com idade entre doze e dezoito anos, tendo em vista a vulnerabilidade a que estão expostas quando comparados os aspectos psicológicos, físicos e sociais, por exemplo, em contraposição aos adultos. A norma maior traz em seu texto, no art. 227, a proteção a que o princípio se refere:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à

profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A República Federativa do Brasil é constituída por vários entes autônomos, com isso, cabe a eles promoverem conjunta e articuladamente, na medida de suas atribuições, o fortalecimento do pacto federativo. No mesmo sentido, o enfrentamento ao tráfico de pessoas deve ser objetivo comum entre os entes federativos. Para tanto, é imprescindível a articulação entre organizações nacionais e estrangeiras, sejam elas não governamentais ou governamentais, promovendo o incentivo à participação da sociedade na discussão das políticas para o enfrentamento de forma estruturada.

A atuação de todas as esferas do governo e organizações da sociedade civil deve ser ampliada nas localidades de maior incidência da atividade criminosa, fiscalizando o deslocamento em aeroportos, portos, fronteiras e rodovias, por exemplo, de modo a evitar os problemas decorrentes do grande fluxo de pessoas. Para tanto são necessárias práticas de estímulo à cooperação internacional para que o relacionamento entre Estados diversos seja regulamentado e contribua para solução de conflitos existentes em ambos os territórios.

Torna-se indispensável, ainda, o incentivo à realização de estudos e pesquisas, bem como o seu compartilhamento a população, contudo, sem que o sigilo dos procedimentos judiciais e administrativos seja quebrado, conforme previsão no art. 9º na Convenção sobre o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças (Nova York, 2000):

Art. 9º: Os Estados Partes envidarão esforços para tomarem medidas tais como pesquisas, campanhas de informação e de difusão através dos órgãos de comunicação, bem como iniciativas sociais e econômicas de forma a prevenir e combater o tráfico de pessoas.

Por fim, tem-se como diretriz a gestão integrada para coordenação da política e dos planos nacionais de enfrentamento ao tráfico de pessoas, uma

vez que em se tratando de crime mundialmente praticado, cada país torna-se responsável pela adoção de medidas para o seu enfrentamento.

3.2 Prevenção

Conforme elencado no art.4º da lei em discussão, o tráfico de pessoas deve ser prevenido através dos seguintes meios:

Art. 4º A prevenção ao tráfico de pessoas dar-se-á por meio:
I - da implementação de medidas intersetoriais e integradas nas áreas de saúde, educação, trabalho, segurança pública, justiça, turismo, assistência social, desenvolvimento rural, esportes, comunicação, cultura e direitos humanos;
II - de campanhas socioeducativas e de conscientização, considerando as diferentes realidades e linguagens;
III - de incentivo à mobilização e à participação da sociedade civil; e
IV - de incentivo a projetos de prevenção ao tráfico de pessoas.

Para que ocorra um combate eficaz ao tráfico de pessoas são necessárias medidas que abranjam diferentes áreas da atividade humana, ou seja, deve haver um trabalho conjunto entre elas, de modo que as vítimas se sintam inibidas no momento do aliciamento/recrutamento.

Neste sentido, entende-se que havendo condições favoráveis de trabalho, segurança e saúde, por exemplo, no lugar de origem, as prováveis vítimas não se sentiriam atraídas pelas propostas efetuadas pelos aliciadores.

Como forma de conscientização social, a lei prevê em seu art. 15 campanhas de âmbito nacional visando o enfrentamento do tráfico humano, em todas as suas modalidades, que deverão circular através dos veículos de comunicação de forma adequada a realidade da sociedade, através de uma linguagem capaz de contribuir para a efetivação da conscientização.

Para isso, torna-se imprescindível a participação da sociedade civil nas instâncias de controle social e, ainda, o incentivo a projetos destinados a prevenção ao comércio de pessoas.

Antes mesmo da promulgação da Lei nº 13.344/16, a Secretaria Nacional de Justiça criou, em 2006, o Serviço de Prevenção ao Tráfico de Mulheres e Meninas, conhecido também como SMM, trazendo o tráfico de

peças como tema a ser discutido na escola entre alunos de comunidades situadas em Goiás e em São Paulo, devido a grande necessidade de envolvimento e comprometimento de diferentes setores sociais para um enfrentamento efetivo.

Nesse diapasão, nasceu o Programa de Prevenção ao Tráfico de Pessoas para a Exploração Sexual Comercial que junto às escolas públicas, trabalhou-se a conscientização e participação de jovens, entre 15 e 19 anos, como meio de criação de multiplicadores sociais, ajudando a amadurecer perspectivas e, ainda, mobilizar outras pessoas.

Programa objetivou construir uma rede forte e animada de profissionais na área da educação para o enfrentamento ao tráfico de seres humanos e exploração sexual, de modo a despertar nas comunidades o senso crítico através de atividades reflexivas, lúdicas e criativas considerando a realidade da localidade.

Ademais, o programa induziu as pessoas a questionarem o seu papel na sociedade, conduzindo a busca por soluções para o combate ao fenômeno em tela de forma interdisciplinar, uma vez que se integrou a todas as matérias do currículo escolar, abordando não só a exploração sexual, como também, aspectos, políticos, históricos, culturais e socioeconômicos.

Percebe-se, então, que é no pilar prevenção que a sociedade civil pode atuar de forma mais ativa junto ao Estado. Diante deste cenário, recentemente, a Organização das Nações Unidas desenvolveu a Declaração Política sobre a Implementação do Plano de Ação Global para combater o tráfico de pessoas, visando reforçar as ações de prevenção a atividade criminosa, bem ainda, a criminalização dos traficantes pelos Estados-membros e a proteção às vítimas.

Como bem destacou António Guterres, Secretário Geral da ONU, no plenário do dia 27 de setembro de 2017, “O tráfico de pessoas está em todo o nosso redor, em todas as regiões do mundo”, dessa forma, a cooperação internacional é fundamental para a solução do problema, para isso, deve haver a garantia da aplicação das normas, o compartilhamento de informações e o fornecimento de assistência, pois “Ninguém deveria ter que enfrentar o trauma de suas experiências sozinho”.

3.3 Repressão

A lei em discussão traz em seu art. 5º os meios de repressão ao tráfico de pessoas, destacando, primeiramente, a necessidade de cooperação entre órgãos nacionais e internacionais de segurança e justiça, tornando-se imperioso o incentivo à cooperação internacional, conforme já destacado nos tópicos anteriores.

Através de ações e políticas com intuito de reprimir os crimes correlatos, bem como da responsabilização dos seus autores, dá-se uma publicidade a fatos que muitas das vezes são omissos a sociedade.

Sendo assim, chegando-se ao conhecimento social, ou seja, a divulgação de que esses crimes estão sendo descobertos e os seus autores estão sendo punidos pelas condutas criminosas, chama-se atenção para o fato, o que contribui para a diminuição dos índices.

Para que a atividade criminosa seja descoberta e, conseqüentemente, os agentes ativos respondam por ela, deverão ser formadas equipes conjuntas para investigação, conforme previsto na Convenção da ONU sobre o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição ao Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, em 2000, no art. 10, 2.

Considerando que reprimir significa “conter o ato de; impor punição a” (BUENO, p.809), a repressão ao tráfico de pessoas consistirá em medidas que impeçam a consumação dos verbos nucleares do tipo penal, ou então, consumando-os, os sujeitos ativos deverão ser punidos pela prática da conduta criminosa.

3.4 Atenção às vítimas

Compulsando a lei em estudo, verifica-se que o legislador designou um capítulo específico para tratar da proteção e da atenção às vítimas. Como já salientado, o diploma legal visa atender as necessidades das vítimas, sejam elas diretas ou indiretas.

Como forma de proteção aos sujeitos passivos do crime de tráfico humano, torna-se importante a aplicação de medidas capazes de promover a recuperação psíquica, física e social dos mesmos em corroboração com outras

organizações competentes, como organizações não governamentais e até mesmo outros elementos da sociedade civil, conforme dispõe o art. 6º, 3 da Convenção da ONU sobre o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição ao Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças.

No mesmo dispositivo, inclui-se o fornecimento de “aconselhamento e informação, especialmente quanto aos direitos que a lei lhes reconhece” e, também, “oportunidades de emprego, educação e formação” e “alojamento adequado”, para que as vítimas não sejam revitimizadas e, sim, acolhidas, incluídas na sociedade.

É assegurado as vítimas a atenção às suas necessidades especiais de modo a preservar a intimidade e identidade das mesmas, tendo em vista a dificuldade de reintegrá-las a sociedade, além disso, é direito do ofendido a obtenção de informações sobre os procedimentos administrativos e judiciais a que estão expostas.

A revitimização é um dos processos mais prejudiciais, é o que na maioria das vezes impede a recuperação psicológica e social dos lesados, uma vez que compreende na exposição deles a um novo mal que nem sempre é oriundo da sociedade civil, mas também das autoridades responsáveis judiciais e policiais, ocorrendo uma afronta às garantias e direitos fundamentais. Assim, o dispositivo legal procura evitar esse fenômeno para que os danos sejam mitigados através da dotação de equipamentos sociais e treinamento específico para o trato com as vítimas.

Nessa perspectiva, é indispensável o tratamento humanizado dos ofendidos para que não se sintam culpadas pelo o que passaram, deve-se acolher ao invés de acusar, como relata Rogério Sanches Cunha e Ronaldo Batista Pinto (2017, p. 54):

[...] exige um treinamento especial daqueles que trabalham na área, de forma a capacitá-los para entender o sofrimento e a angústia da vítima. Uma equipe multidisciplinar, abrangendo médicos, psicólogos, assistentes sociais, etc., poderá fazer frente, de maneira eficaz, a essa tarefa.

O Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar (PNHAH), criado em 2001, possui papel fundamental para no que se refere à atenção e assistência às vítimas, uma vez que, acompanhado do Ministério da Saúde, tem como finalidades: a difusão da cultura de humanização no sistema público hospitalar, melhoria na qualidade e eficácia da atenção oferecida aos usuários da rede pública, capacitação de profissionais incentivando a valorização da vida e da cidadania, concessão e implementação de novas técnicas de humanização para os usuários e profissionais da área da saúde, fortalecimento e articulação das técnicas já existentes e etc.

Sendo assim, a capacitação dos profissionais da área da saúde em geral é a chave para o acolhimento e tratamento humanizado das vítimas proporcionando uma reintegração menos dolorosa.

No §2º do art. 6º o legislador traz a hipótese em que o crime é cometido no exterior e como forma de assistir imediatamente a vítima, prevê que as vítimas brasileiras ficarão submetidas à “rede consular brasileira independentemente de sua situação migratória, ocupação ou outro status”.

Para isso, o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas assegura a implementação de “consulados brasileiros no exterior instruídos com relação atualizada de casas-abrigo para o atendimento emergencial de vítimas brasileiras de tráfico de pessoas”, em seu art. 2.D.6.

3.5 Alterações legislativas e suas críticas

Com a entrada em vigor da Lei nº 13.344/16, diferentes alterações legislativas foram efetuadas, todas elas especificadas no corpo do dispositivo legal.

Como já explanado anteriormente, antes da lei, a legislação brasileira discutia o tráfico de pessoas nos artigos 231 e 231-A do Código Penal, no capítulo destinado aos crimes contra a dignidade sexual. Ocorre que com a atribuição de outras finalidades ao crime em comento, necessário se fez a revogação destes dispositivos e a inclusão de figura penal mais ampla, qual seja, o art. 149-A do Código Penal.

Destarte, não se trata de *abolitio criminis*, uma vez que a legislação apenas revogou formalmente o tipo penal e não suprimiu materialmente a

conduta criminosa. Ou seja, verifica-se a aplicação “do princípio da continuidade normativo-típica, pois a conduta continua sendo definida como crime, muito embora tenha havido a alteração topográfica do tipo penal”, como explica Henrique Hoffmann Monteiro de Castro, em seu artigo publicado em outubro de 2016.

Comparando-se as figuras do Código Penal, percebe-se que antes da vigência da lei, o legislador separava em artigos diversos as hipóteses de tráfico de pessoas interno e internacional. Considerava-se tráfico nacional a promoção ou facilitação do deslocamento do ofendido dentro do país com o fito de explorá-lo sexualmente, e, ainda, quanto ao tráfico transnacional, apontava-se a promoção ou facilitação da entrada ou saída das vítimas do território nacional para a prática de exploração sexual.

Porém, atualmente, foi incorporado na legislação penal brasileira o artigo 149-A que traz todos os verbos nucleares, ampliando as modalidades e finalidades da conduta criminosa.

A partir dessa alteração, é notável a diferença trazida quanto à modalidade transnacional do crime. Antes da mudança, o legislador punia aquele que facilitasse ou promovesse a entrada ou saída do ofendido do território nacional. No entanto, agora a punição é destinada apenas aquele que visa à retirada da vítima do território brasileiro, como majorante do crime, na forma do inciso IV do §1º do artigo em destaque, deixando de ser um crime autônomo.

Diante disso, o dispositivo legal foi motivo de crítica por parte dos estudiosos, como é possível perceber na fala de Henrique Hoffmann Monteiro de Castro:

Fácil notar que o tráfico internacional de pessoas, em vez de constituir crime próprio, traduz uma causa de aumento de pena. O problema é que o legislador considerou como majorante apenas a retirada da vítima do país, olvidando-se de sua colocação no território nacional, em lamentável equívoco.

Ainda sobre o tráfico internacional, ressalta-se que anteriormente punia-se a exportação e a importação de seres humanos, contudo, no diploma atual há referência somente quanto à retirada, ou seja, exportação.

Devido a isso, relata Diego Luiz Victório Pureza, em seu artigo publicado em janeiro de 2017, que apesar desta figura ter sido completamente esquecida pelo legislador, “não transformará eventual prática de importação criminosa da vítima em um indiferente penal”, uma vez que será punida na forma simples do crime, sem a incidência da majorante do inciso IV do §1º.

Insta salientar outra importante mudança no tipo penal em tela, já que os artigos 231 e 231-A, em seus §2º, IV, previam como causa de aumento de pena a prática do crime através do emprego de violência, fraude e grave ameaça, todavia, com a nova lei, os meios anteriormente citados passaram a serem elementos do próprio tipo penal.

Sobre esse assunto, Evinis Talon, em outubro de 2016, critica o legislador dizendo haver um enfraquecimento punitivo, pois “se as condutas descritas no art. 149-A do Código Penal não forem executadas mediante uma das formas previstas no tipo penal o fato será atípico”, assim, não havendo a comprovação dos meios empregados para a realização do crime, não há o que se falar em crime de tráfico de pessoas.

As alterações no Código Penal não se limitaram apenas a previsão legal do crime, mas atingiram outro dispositivo da parte geral, qual seja, o art. 83, que versa sobre livramento condicional. Nesta oportunidade foi incluído o inciso V, autorizando ao magistrado conceder o livramento condicional ao agente condenado a cumprir pena privativa de liberdade por período igual ou superior a dois anos, desde que “cumpridos mais de dois terços da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, tráfico de pessoas e terrorismo [...]”, o condenado não seja reincidente em crimes dessa mesma natureza.

Analisando a lei em estudo e diante do inciso citado acima, percebe-se que o legislador não inclui o tráfico de pessoas no rol de crimes hediondos, apesar de incidir sobre ele requisito temporal mais rigoroso quanto à obtenção do benefício do livramento condicional. Por não estar incluído no rol, não se aplicam as vedações da Lei nº 8.072/90.

Partindo para a esfera processual penal, com o advento da Lei de Tráfico de Pessoas, foram incluídos novos dispositivos legais ao Código de Processo Penal, quais sejam, os arts. 13-A e 13-B.

Por meio dessas inclusões tornou-se possível a requisição de dados e informações cadastrais dos suspeitos ou das vítimas, de fontes do poder público ou de empresas de iniciativa privada, pelo Ministério Público ou delegado de polícia, devendo esta ser atendida em vinte e quatro horas, observando-se os requisitos presentes nos incisos de I a III do art. 13-A do CPP.

Além disso, visando a efetivação da prevenção e repressão dos crimes correlatos ao tráfico de seres humanos, pelo Ministério Público e delegado de polícia, por meio de autorização judicial, poderão ser requisitados “às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática” que sejam disponibilizados, imediatamente, “os meios técnicos adequados – como sinais, informações e outros – que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso”, na forma do art. 13-B do CPP.

Para maior eficiência, diante da ausência de manifestação judicial no prazo de doze horas, poderá a autoridade competente agir na forma no artigo 13-B do CPP, com comunicação imediata ao juiz, com fulcro no §4º do mesmo dispositivo legal. Observa-se, ainda, a previsão do art. 9º da lei que autoriza a aplicação subsidiária da Lei nº 12.850/13 que dispõe sobre organização criminosa e infrações penais correlatas, regulando a investigação criminal, os mecanismos de obtenção de provas, bem como, o procedimento criminal.

Por fim, foram acrescentados a Lei nº 6.815/80, que trata da situação jurídica do estrangeiro no Brasil e, ainda, o Conselho Nacional de Imigração deu origem aos arts. 18-A, 18-B e 42-A.

O Estatuto do Estrangeiro enumera em seu art. 4º as diferentes formas de visto reconhecidas pelo Brasil, inclusive o permanente (inciso IV) para os que desejam fixar residência definitivamente no Brasil. Nesse aspecto, será concedida residência permanente no território nacional aos sujeitos passivos do crime de tráfico de pessoas, através de ato do Ministro do Estado e da Justiça, destacando-se que a concessão não depende de prévia colaboração na investigação para punir a prática do crime.

Assim, estando em tramitação o processo de regularização migratória do estrangeiro, não será aplicado o disposto no art. 57 do Estatuto, ou seja, não será deportado, uma vez que sua situação será considerada regular para todos os efeitos.

Concluindo, frisa-se que o direito a residência permanente não é inerente apenas às vítimas diretas do crime, mas também é garantida aos parentes próximos e aqueles que compõem o grupo familiar que são dependentes economicamente ou convivem habitualmente, como forma de mitigar o sofrimento, sendo isentos das multas previstas no art. 125 do Estatuto, bem como das taxas e emolumentos asseguradas nos arts. 20, 33 e 131 do mesmo diploma legal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo acerca do tráfico de pessoas no âmbito nacional foi o grande passo para a discussão da temática em solo nacional. No entanto, verifica-se que comparado a outros estudos, o enfrentamento ao tráfico humano no sentido mais amplo é recente e, por isso, será objeto de diferentes análises e, eventualmente, alterações com o passar dos anos.

Antes do advento da lei nº 13.344/16, atribuía-se a prática da conduta delitiva, dentro da legislação brasileira, apenas a finalidade de exploração sexual, contudo, com a aprovação do Protocolo de Palermo, o conceito de “tráfico de pessoas” foi expandido, provocando os países signatários a se adaptarem a nova realidade, buscando, pela primeira vez, a prevenção, repressão e assistência às vítimas.

Dentro desse cenário, o Brasil buscou compreender a situação do país perante a atividade criminosa em questão através de pesquisas, adotando-se o conceito amplo que, além da exploração sexual, concluiu que o tráfico humano pode ter como finalidade, ainda, o trabalho forçado e/ou escravo e a remoção de órgãos, diferente do que o Código Penal brasileiro dispunha nos tipos penais referentes a essa modalidade de atividade criminosa.

A partir da aprovação da Política Nacional e dos Planos Nacionais que visam o enfrentamento ao tráfico de pessoas, oportunidades em que o tripé prevenção, repressão e assistência às vítimas, apareceu reiteradamente,

ocasionou-se a criação de uma lei específica para tratar do tema de forma sistemática e mais completa.

Em 2016, entrou em vigor a lei nº 13.344/16 que, dispendo sobre o tráfico interno e internacional de pessoas, sejam elas brasileiras ou estrangeiras, provocou alterações legislativas no Código Penal, no Código de Processo Penal e, também, no Estatuto do Estrangeiro.

Por essa razão, o presente trabalho visa contribuir com a divulgação e discussão do tema de forma simples, conscientizadora e incentivadora, porém, ciente de que é imprescindível um trabalho conjunto para o enfrentamento eficaz ao tráfico de pessoas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De12848compilado.htm. Acesso em 31 mai. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 31 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De13689.htm. Acesso em 31 mai. 2017.

BRASIL. Decreto nº 5.948, de 26 de outubro de 2006. Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5948.htm. Acesso em 31 mai. 2017.

BRASIL. Decreto nº 6.347, de 08 de janeiro de 2008. Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6347.htm. Acesso em 31 mai. 2017.

BRASIL. Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. Estatuto do Estrangeiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm. Acesso em 28 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013. Organização Criminosa. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm. Acesso em 31 mai. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.344, de 6 de outubro de 2016. Lei de Tráfico Interno e Internacional de Pessoas e Sobre Medidas de Atenção às Vítimas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13344.htm. Acesso em 31 mai. 2017.

CASTRO, Henrique Hoffmann Monteiro. **Lei de tráfico de pessoas traz avanços e causa perplexidade**. Disponível em <http://www.conjur.com.br/2016-out-11/academia-policial-lei-traffic-pessoas-avancos-causa-perplexidade>. Acesso em 19 ago. 2017.

Conselho Nacional de Justiça. **Tráfico de Pessoas**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/assuntos-fundiarios-trabalho-escravo-e-traffic-de-pessoas/traffic-de-pessoas>. Acesso em 19 ago. 2017.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Tráfico de Pessoas – Lei 13.344/2016 comentada por artigos**. 1.ed. Salvador: JusPODIVM, 2016.

KAEFER, Érica; LEITE, Fernando. **A nova lei de tráfico de pessoas e o regime internacional de direitos humanos**. Disponível em: <https://www.mundorama.net/?article=a-nova-lei-de-traffic-de-pessoas-e-o-regime-internacional-de-direitos-humanos-por-erica-marta-ceccatto-kaefer-e-fernando-sousa-leite>. Acesso em 19 ago. 2017.

Ministério da Justiça. **Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/sua-protecao/traffic-de-pessoas/leia-mais/leia-mais>. Acesso em 19 ago. 2017.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos: Desafios da ordem internacional contemporânea**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

POZZEBOM, Elina Rodrigues. **Nova lei contra o tráfico de pessoas facilita punição e amplia proteção à vítima**. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/13/novo-marco-legal-contra-o-traffic-de-pessoas-facilita-punicao-e-amplia-protecao-a-vitima>. Acesso em 19 ago. 2017.

SOUZA, Mércia Cardoso; SILVA, Laura Cristina Lacerda. **Algumas reflexões sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas**. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9302. Acesso em 19 ago. 2017.

TALON, Evinis. **Comentários à Lei nº 13.344/16 (tráfico de pessoas)**. Disponível em: <http://evinistalon.com/comentarios-a-lei-no-13-34416-traffic-de-pessoas/>. Acesso em 19 ago. 2017.

VICTORIO, Diego Luiz. **O crime de tráfico de pessoas após a Lei nº 13.344/2016**. Âmbito Jurídico, Rio Grande. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18366&revista_caderno=3. Acesso em 31 mai. 2017.

ANÁLISE DOS INDICADORES EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA

ANALYSIS OF EDUCATIONAL INDICATORS OF THE MUNICIPALITY OF ITAPERUNA

ANÁLISIS DE LOS INDICADORES EDUCACIONALES DEL MUNICIPIO DE ITAPERUNA

Paulo Jonas dos Santos Júnior

Doutorando em Planejamento Regional e Gestão da Cidade pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Mestre em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida de Vitória (UNIDA). Especialista em História e Cultura do Brasil pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Licenciado em História (ISEIB). Bacharel em Teologia (FAECAD).

Anízio Antônio Pirozi

Mestre em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Pós-graduando em Ensino de Filosofia pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Graduado em História pelo Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ). Coordenador do Curso de Graduação em História no Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ). Membro e pesquisador do Centro de Iniciação Científica Professora Maria da Conceição C. Vieira (CENICE - UNIFSJ). Membro do Laboratório de Diversidade, Educação, História e Cultura - LaDEHC - (UFF). Filiado a Associação Nacional de História - ANPUH. Atua no campo da História Social e Cultural.

Clodoaldo Sanches Fófano

Mestre em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida de Vitória (FUV).

RESUMO: O presente artigo objetivou analisar o cenário educacional do município de Itaperuna, importante polo regional no Noroeste Fluminense. É sabido que a educação é um importante indicador social, e essencial para se medir a qualidade de vida da sociedade. Para nossa análise, utilizaremos dados oficiais fornecidos pelo Ministério da Educação, através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP). Para esta reflexão, focaremos na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, apenas. Neste artigo optamos em utilizar a metodologia de trabalho conhecida como levantamento de dados especializados, que consiste em pesquisar livros especializados e periódicos que discutem a temática em tese. Além de analisar os índices da educação no município, realizamos também um breve histórico do Noroeste Fluminense, para melhor contextualizar nossas análises. Este estudo é de especial importância uma vez que a cidade de Itaperuna é bastante estratégica na mesorregião Noroeste do Estado do Rio de Janeiro. Por fim, foi possível observar que o município de Itaperuna além de possuir uma função econômica estratégica na região vem se tornando um importante polo educacional e recebe alunos de diferentes cidades do Estado do Rio de Janeiro, e de outros estados, como Minas Gerais e Espírito Santo.

Palavras-Chave: Noroeste Fluminense; Itaperuna; Indicadores; Educação.

ABSTRACT: The present article aimed to analyze the educational scenario of Itaperuna municipality, an important regional center in the Northwest Fluminense. It is well known that education is an important social indicator, and essential to measure the quality of life of society. For our analysis, we will use official data provided by the Ministry of Education, through the National Institute of Studies and Research Anísio Teixeira (INEP). For this reflection, we will focus on Early Childhood Education and Elementary Education only. In this article we have chosen to use the work methodology known as specialized data collection, which consists of researching specialized books and periodicals that discuss the topic in thesis. Besides analyzing the indexes of education in the municipality, we also made a brief history of the Northwest Fluminense, to better contextualize our analyzes. This study is of special importance since the city of Itaperuna is very strategic in the Northwest mesoregion of the State of Rio de Janeiro. Finally, it was possible to observe that the municipality of Itaperuna besides having a strategic economic function in the region has become an important educational center and receives students from different cities of the State of Rio de Janeiro and other states such as Minas Gerais and Espírito Santo.

Key-words: Noroeste Fluminense; Itaperuna; Indicators; Education.

RESUMEN: El presente artículo objetivó analizar el escenario educativo del municipio de Itaperuna, importante polo regional en el Noroeste Fluminense. Es sabido que la educación es un importante indicador social, y esencial para medir la calidad de vida de la sociedad. Para nuestro análisis, utilizaremos datos oficiales proporcionados por el Ministerio de Educación, a través del Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Anísio Teixeira (INEP). Para esta reflexión, enfocaremos en la Educación Infantil y en la Enseñanza Fundamental, sólo. En este artículo optamos por utilizar la metodología de trabajo conocida como levantamiento de datos especializados, que consiste en investigar libros especializados y periódicos que discuten la temática en tesis. Además de analizar los índices de la educación en el municipio, realizamos también un breve histórico del Noroeste Fluminense, para mejor contextualizar nuestros análisis. Este estudio es de especial importancia ya que la ciudad de Itaperuna es bastante estratégica en la mesorregión Noroeste del Estado de Río de Janeiro. Por último, fue posible observar que el municipio de Itaperuna además de poseer una función económica estratégica en la región se está convirtiendo en un importante polo educativo y recibe alumnos de diferentes ciudades del Estado de Río de Janeiro, y de otros estados, como Minas Gerais y Espírito Santo.

Palabras-clave: Noroeste Fluminense; Itaperuna; indicadores; Educación.

Introdução

O Estado do Rio de Janeiro é um dos principais centros econômicos do país. Sua capital, município que recebe o mesmo nome do Estado, já foi, inclusive, capital federal do país. Além da capital do Estado, outros municípios também se destacam em diversos setores como, Angra dos Reis, Parati e Cabo Frio no setor do turismo; Volta Redonda na siderurgia; e desde a década de 1970, Campos dos Goytacazes e Macaé no setor de exploração mineral (BURIN, 2008).

A partir dos anos de 1980, os municípios das cidades da atual mesorregião Noroeste Fluminense se uniram em torno de um movimento pelo desmembramento da região Norte, que além de abrigar os municípios que possui hoje, abrangia também os da atual região Noroeste Fluminense. Essa luta para a divisão da região era baseada no pensamento de que dessa forma, os municípios do Noroeste ganhariam mais forças para seu desenvolvimento, o que acabou não ocorrendo (CRUZ, 2007).

A partir desse contexto buscaremos analisar os índices da Educação no município de Itaperuna, importante polo regional no Noroeste Fluminense. Para nossa análise, utilizaremos dados oficiais fornecidos pelo Ministério da Educação, através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP). Para esta reflexão, focaremos na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, apenas.

Para este artigo optamos em utilizar a metodologia de trabalho conhecida como levantamento de dados especializados, que consiste em pesquisar livros especializados e periódicos que discutem a temática em tese. Essa metodologia foi escolhida, uma vez que possibilita trabalhar com dados confiáveis (FONTELES et al., 2009).

1 História da Região Noroeste Fluminense

A mesorregião Noroeste Fluminense se originou a partir de uma divisão da antiga mesorregião Norte Fluminense. Na década de 1980 havia uma forte reivindicação popular para que se desmembrasse a região Norte do Estado do Rio de Janeiro. A população residente nos municípios de Itaperuna, Santo

Antônio de Pádua, Laje do Muriaé, Miracema e outras cidades próximas, clamavam para que o governo do Estado criasse uma região independente, uma vez que até então, o foco regional era o município de Campos dos Goytacazes, que dessa maneira, centralizava todos os recursos que destinados à região (CRUZ, 2007).



Mapa 1: a antiga mesorregião Norte Fluminense com a Região Noroeste anexada. No mapa ainda há a representação do potencial turístico e da agricultura, ambos bastantes presentes na região. Fonte: Museus do Rio.

Por volta do início do século XX, até a década 1930, a economia da mesorregião Norte Fluminense era baseada no cultivo da cana-de-açúcar (BURIN, 2008). Segundo estudos realizados pelo instituto Museus do Rio (2016):

A Região Norte Fluminense é uma das seis mesorregiões do estado do Rio de Janeiro. É formada pela união de nove municípios agrupados em duas microrregiões: Campos dos Goytacazes e Macaé.

A agricultura desenvolveu-se bem na Região Norte Fluminense devido aos elementos naturais da sua geografia, com planície de grande extensão e terreno plano. Conhecida pelas grandes plantações de cana-de-açúcar no passado, hoje, embora este número tenha decrescido bastante, o município de Campos dos Goytacazes ainda é o maior produtor de cana-de-açúcar do Estado (MUSEUS DO RIO, 2016).

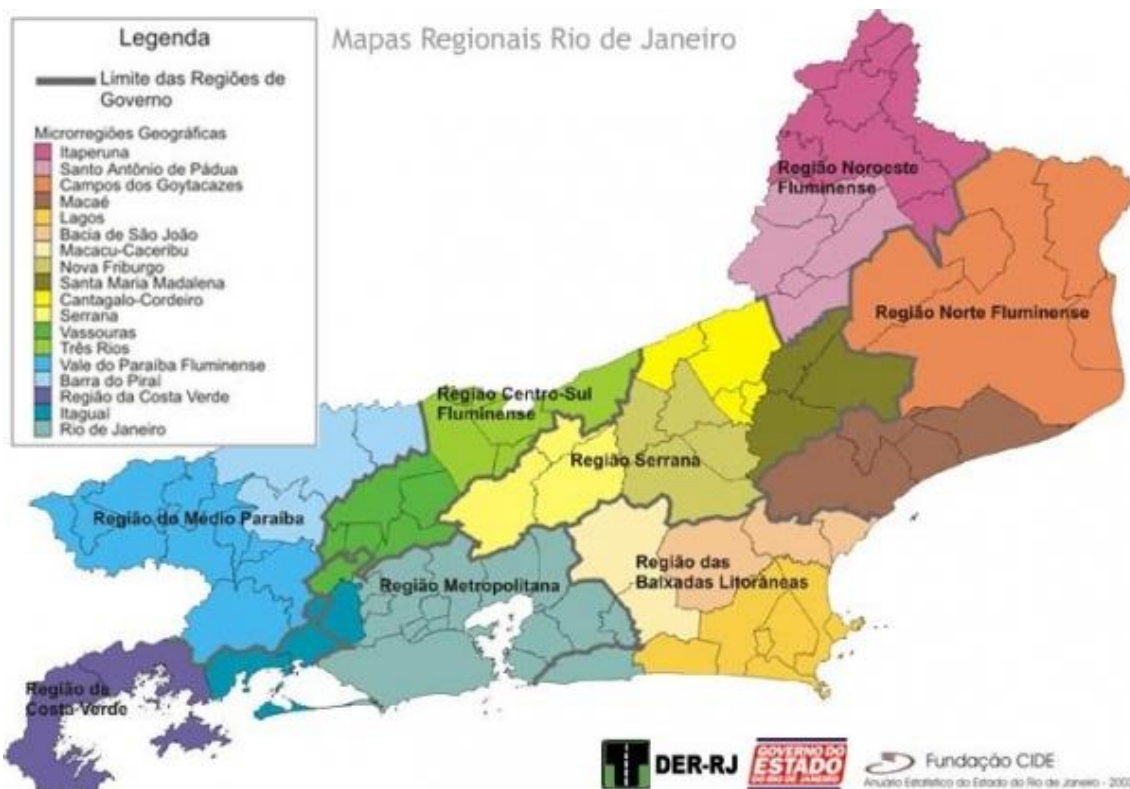
Na década de 1970, porém, além do potencial turístico, três outras atividades ganharam forças na região: o cultivo de café, a criação de gado e a extração de petróleo (CRUZ, 2007). Apesar de a agricultura ser forte no Estado do Rio de Janeiro, a região Norte Fluminense sempre se destacou por sua fertilidade e a boa geografia de seus terrenos (BURIN, 2008).

Os outros municípios: Cardoso Moreira, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Carapebus, Conceição de Macabu e Quissamã ligam-se, sobretudo, à criação de gado e às atividades agrícolas para atender a indústria (MUSEUS DO RIO, 2016).

Contudo, após a segunda metade dos anos de 1970 o setor extrativista, baseado na exploração do petróleo, ganhou forças e se tornou o principal meio empregatício e econômico da região (CRUZ, 2007).

O Norte Fluminense é a região com maior PIB per capita do Estado. A exploração do petróleo na Bacia de Campos impulsionou a economia local que, juntamente com o potencial histórico, cultural e turístico das cidades de Campos dos Goytacazes e Macaé, as tornaram cidades referência política e econômica da região (MUSEUS DO RIO, 2016).

Assim, após a descoberta de petróleo na Região, os investimentos para a Região, se concentraram ainda mais em Campos dos Goytacazes e Macaé. Dessa maneira houve, então, um agravamento da pressão popular para se desmembrar a região, o que acabou ocorrendo em 1987, na administração do governador Moreira Franco (CRUZ, 2007).



Mapa 2: As mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro subdivididas em microrregiões. Fonte: DETRAN/RJ

Com o desmembramento da mesorregião Norte Fluminense, os municípios foram reagrupados da seguinte maneira:

Mesorregião Norte Fluminense:

- Microrregião “Campos dos Goytacazes”, formada, além do próprio município de Campos dos Goytacazes, pelas cidades de Cardoso Moreira, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra.
- Microrregião “Macaé”, formada, além do próprio município de Macaé, pelas cidades de Carapebus, Conceição de Macabu e Quissamã.

Mesorregião Noroeste Fluminense:

- Microrregião “Itaperuna”, formada, além da própria Itaperuna, pelos municípios de Bom Jesus do Itabapoana, Italva, Laje do Muriaé, Natividade, Porciúncula e Varre-Sai;

- Microrregião “Santo Antônio de Pádua”, formada pela própria cidade de Santo Antônio de Pádua, e pelos municípios de Aperibé, Cambuci, Itaocara, Miracema, e São José de Ubá.

Porém, após a divisão da antiga mesorregião Norte em duas outras mesorregiões, a nova região Noroeste Fluminense não obteve o desenvolvimento econômico esperado e, os municípios dessa, continuaram a se desenvolver em velocidade consideravelmente menor que as cidades do Norte Fluminense. E dessa maneira, enquanto a Região Norte é a mais rica do Estado, a Noroeste é a mais pobre. Sobre a economia e o desenvolvimento da mais recente mesorregião do Estado, Cruz (2003), diz:

Na região, somente Pádua e Itaperuna mantêm algum dinamismo econômico – com a extração de pedras ornamentais, na primeira; vestuário, laticínio e metal-mecânica, na segunda, principalmente – fortalecida pela estrutura de comércio e serviços decorrentes da condição de pólos, e, no caso de Itaperuna, acrescido recentemente, do crescimento do setor de saúde em função da regionalização do Sistema Único e do setor de Ensino Superior, fruto do vertiginoso processo de interiorização das unidades particulares. Na estrutura do emprego, o emprego público, em órgãos federais, estaduais e municipais, aparece com um peso desproporcional. Alguns dos seus municípios aparecem nas últimas colocações do IDH-M e do IQM do Estado do Rio de Janeiro. A estagnação econômica, os níveis de pobreza e a falta de perspectiva de emprego dominam o cenário socioeconômico regional (CRUZ, 2003).

Assim, é de suma importância o estudo dos indicadores dessa região, uma vez que, apesar de grande proximidade com a região mais rica do Estado, ela apresenta baixos índices de desenvolvimento (CRUZ, 2007).

2 Indicadores Sociais: uma breve explicação

A palavra Indicador é originária do latim *indicare*, que significa descobrir, apontar, anunciar, estimar. Ainda segundo Januzzi (2006), um indicador é “uma medida que resume informações relevantes de um fenômeno particular ou um substituto dessa medida”. As principais funções dos indicadores são: avaliação

de condições e tendências; comparação entre lugares e situações; avaliação de condições e tendências em relação a metas e objetivos; prover informações de advertência; antecipar futuras condições e tendências (JANUZZI, 2006).

Januzzi (2006) esclarece que Indicador Social é uma medida, em geral, quantitativa dotada de significado substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico, para uma pesquisa acadêmica, ou então programático que pode ser utilizado para formulação de políticas públicas. A exemplo, podemos citar as taxas de analfabetismo, rendimento médio do trabalho, taxas de mortalidade infantil, taxas de desemprego, proporção de crianças matriculadas nas escolas, ou seja, esses dados que visam traduzir em cifras tangíveis e operacionais várias das dimensões da realidade social, podem ser utilizados para uma intervenção política e também para a realização de uma pesquisa acadêmica. As classificações temáticas dos indicadores sociais são: Demografia, Educação, Saúde, Mercado de Trabalho, Qualidade de Vida, Habitação, Infraestrutura Urbana, Segurança e Justiça, Renda e Pobreza, Meio Ambiente (JANUZZI, 2006).

Nessa perspectiva, os principais meios utilizados para a produção de estatísticas e estudos relacionados com a sociedade são os Censos Demográficos, os Censos Populacionais, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, as Pesquisas sobre o Mercado de Trabalho e os Registros administrativos (JANUZZI, 2006).

Os Censos Demográficos servem para levantar informações sobre diversos temas, como: características demográficas da população¹; Características socioeconômicas²; Características dos domicílios particulares³. As principais vantagens dos Censos Demográficos são: cobertura nacional, escopo temático, desagregabilidade geográfica, acessibilidade dos dados. Como seus estudos são consistentes, eles constituem a principal fonte de dados para a construção de sistemas de indicadores sociais para a formulação políticas públicas no Brasil, especialmente, no âmbito municipal. A sua principal

¹ Sexo, idade, migração, mortalidade, etc.

² Rendimentos, posse de bens de consumo, ocupação, escolaridade, etc.

³ Rendimentos, posse de bens de consumo, ocupação, escolaridade, etc.

³ Número de cômodos, dormitórios, banheiros, água e esgoto etc.

desvantagem é o fato de ser realizado somente a cada dez anos, ou seja, um espaço temporal bastante considerável (IBGE, 2010).

Os Censos Populacionais, ou Contagens de População, são realizados em meados dos Censos Demográficos e tem como objetivo atualizar os quantitativos populacionais dos municípios e corrigir tendências projetadas de crescimento e limita-se a estudar, apenas, a população, migração e escolaridade (IBGE, 2010).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) levanta informações sobre diversos temas, como: fecundidade/anticoncepção; associativismo/participação política; migração; bens de consumo; mobilidade social; consumo de energia; saúde; educação; e também pode incluir temáticas de interesse governamental. A PNAD se constitui como uma importante fonte de dados para a análise de tendências socioeconômicas e demográficas, necessárias para o delineamento de políticas públicas no Brasil, especialmente, no âmbito das Regiões Metropolitanas (IBGE, 2016).

As principais pesquisas sobre Mercado de Trabalho são as seguintes: Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do IBGE (a partir de 1980); Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da Fundação SEADE e DIEESE (a partir de 1980). Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF), Pesquisa das Condições de Vida (PCV), dentre outras (IBGE, 2016).

Os Registros Administrativos são retirados de duas fontes, as Estatísticas do Registro Civil e os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). As Estatísticas do Registro Civil (a partir de 1888) abrange todos os municípios do país. Seu principal objetivo é catalogar os nascimentos e óbitos ocorridos no Brasil e aqui no país, ao contrário do que acontece em outras partes do mundo, é de atribuição do Poder Judiciário e não dos municípios. A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), possui uma abrangência nacional, incluindo todos os municípios do país. A base de dados é constituída a partir dos dados que as empresas e empregadores são obrigados a publicar. Os dados dispõem sobre as características básicas dos empregados: sexo, idade, escolaridade, salários, etc.

3 Análise dos indicadores de Itaperuna

O município de Itaperuna, como já foi registrado acima, possui uma função estratégica na região Noroeste Fluminense, a de sede de uma microrregião que abrange sete cidades.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (2013), o município de Itaperuna possui uma população superior a 98 mil habitantes, e sua abrangência territorial é bastante considerável, e faz divisa com outros dez municípios, a saber: Cambuci, Bom Jesus do Itabapoana, Italva, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, São José de Ubá, Patrocínio do Muriaé (MG), Eugenópolis (MG) e Antônio Prado de Minas (MG).

O município de Itaperuna é um considerável polo estudantil da região Noroeste Fluminense, e atende também alunos de outros estados da federação, como por exemplo, Minas Gerais e Espírito Santo; e também de outras regiões do Estado do Rio de Janeiro, como no caso das Regiões Serrana e Norte (CRUZ, 2003). Para nossa análise, focaremos na educação básica.

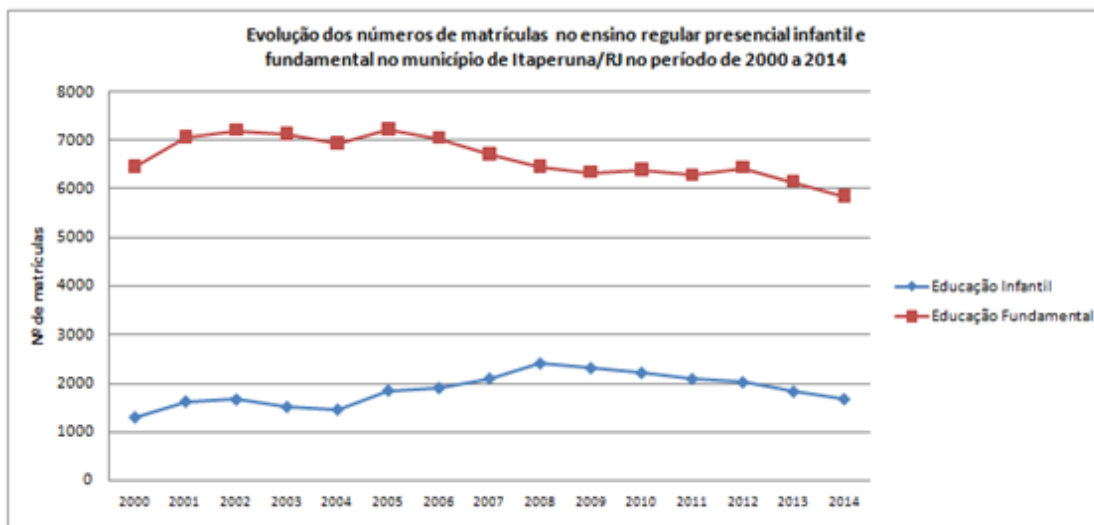
O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) em seu último registro (2014), aferiu que há 1661 alunos matriculados na educação infantil e 5861 no Ensino Fundamental, em Itaperuna. De igual modo, o INEP registrou que há 71 docentes em atuação na Educação Infantil e 314 no Ensino Fundamental.

Evolução dos números de matrículas e número de docentes no ensino regular presencial infantil e fundamental no município de Itaperuna/RJ no período de 2000 a 2014

Ano	Matrículas		Docentes	
	Educação Infantil	Educação Fundamental	Educação Infantil	Educação Fundamental
2000	1285	6473	Nd	Nd
2001	1613	7069	Nd	Nd
2002	1654	7219	Nd	Nd
2003	1501	7133	Nd	Nd
2004	1446	6946	Nd	Nd
2005	1840	7235	99	349
2006	1892	7058	Nd	Nd
2007	2090	6718	99	315
2008	2402	6475	Nd	Nd
2009	2306	6353	93	291
2010	2207	6412	Nd	Nd
2011	2078	6294	Nd	Nd
2012	2013	6448	72	324
2013	1816	6162	Nd	Nd
2014	1661	5861	71	314

Fonte: <http://matricula.educacenso.inep.gov.br/>

Os dados do INEP são de particular importância, uma vez que demonstram que desde o ano 2000, início da pesquisa, até 2014, últimos dados registrados, há uma constante variação tanto no número de alunos, quanto no de docentes. Em 2008, por exemplo, foi o ano que registrou maior número de alunos matriculados na Educação Infantil, praticamente o dobro daquele aferido no ano 2000, que foi de 1285 alunos; já o número de alunos matriculados no Ensino Fundamental, nesse mesmo período é de 6475 e 6473, ou seja, o número de alunos na educação fundamental, praticamente não se alterou.



- Evolução dos números de matrículas no ensino regular presencial infantil e fundamental no município de Itaperuna/RJ no período de 2000 a 2014

Ao analisar o gráfico, percebemos que após o ano de 2005, há uma queda considerável no número de alunos matriculados no ensino fundamental no município de Itaperuna. Já na educação Infantil, a queda constante passa a ocorrer após o ano de 2008, quando é atingido o número máximo de matriculados.

O INEP realizou também um estudo baseado no número de docentes que atuam na Educação Infantil e no Ensino Médio no município de Itaperuna. A atenção voltada para a atuação docente merece um cuidado especial, uma vez que esse é o principal responsável pelo sucesso, ou insucesso, da educação (TARDIF, 2014).

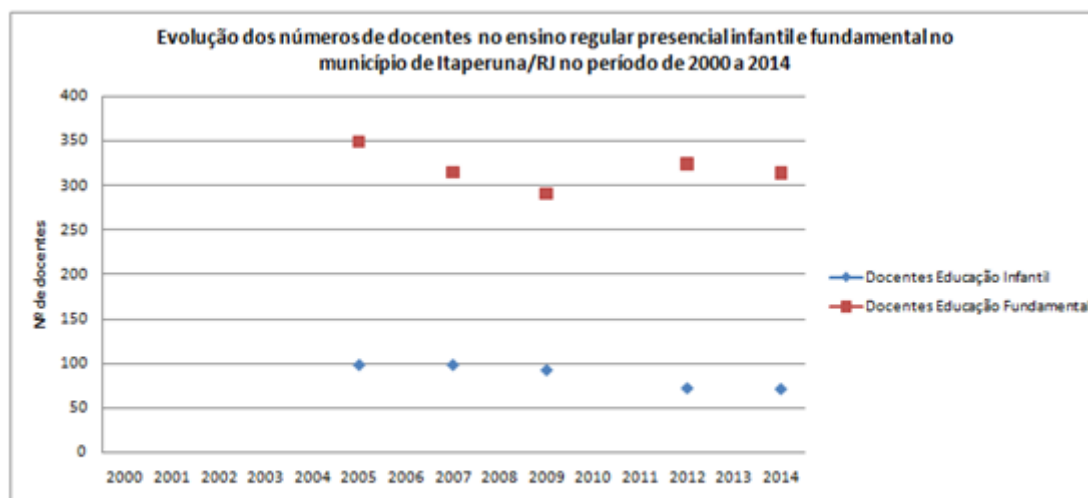


Gráfico 7 - Evolução dos números de docentes, no ensino regular presencial infantil e fundamental no município de Itaperuna/RJ no período de 2000 a 2014

De acordo com os dados demonstrados no gráfico acima, é possível perceber que de 2005 até 2009 houve uma constante queda no número de docentes atuantes no Ensino Fundamental em Itaperuna, cenário esse que teve uma alteração em 2012 e voltou a se repetir em 2014.

Igualmente, o número de profissionais atuando na docência na educação infantil sofreu algumas variações ao longo dos anos. No ano de 2005 a 2007, o número de docentes permaneceu, praticamente, inalterado, sofrendo uma leve queda em 2009. Em 2012 houve uma considerável queda, em relação a 2009, e permaneceu estável em relação a 2014.

Considerações Finais

O presente artigo buscou refletir sobre os indicadores Educacionais do município de Itaperuna, na região Noroeste Fluminense. Esse município foi escolhido, uma vez que é um importante polo regional.

Ao longo do artigo podemos observar que a Mesorregião Noroeste Fluminense nasceu a partir de um desmembramento da Mesorregião Norte Fluminense. Esse desmembramento ocorreu, pois os moradores dos municípios que hoje formam o Noroeste acreditavam que assim teriam mais oportunidades para se desenvolverem. Hoje, o Noroeste Fluminense possui dois polos regionais, Santo Antônio de Pádua e Itaperuna.

Após uma breve contextualização histórica analisamos os indicadores educacionais do município de Itaperuna, e percebemos que há uma grande variação no número de alunos matriculados e também no número de docentes atuando na educação básica no município. A reflexão foi feita a partir de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), entidade ligada ao Ministério da Educação que é responsável em estudar e pesquisar a educação no país.

Por fim, foi possível observar que o município de Itaperuna além de possuir uma função econômica estratégica na região vem se tornando um importante polo educacional e recebe alunos de diferentes cidades do Estado do Rio de Janeiro, e de outros estados, como Minas Gerais e Espírito Santo.

Referências

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento. IBGE. 2016. Disponível em: <www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 17 jul. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. INEP. 2016. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

BURIN, J. C. As transformações ocorridas no espaço agrário brasileiro a partir do processo de modernização da agricultura. In: Simpósio Nacional de Educação - "Ser Professor na Sociedade Contemporânea: Desafios e Contradições. Anais...Erechim-RS: EDIFAPES, 2008.

CRUZ, José Luis Vianna da. Espaço social, ambiente construído e reprodução social. Série UCAM-Região, Campos dos Goytacazes, ano 3, n. 10, maio 2007.

CRUZ, José Luis Viana da. Os desafios da construção do desenvolvimento no Estado do Rio de Janeiro. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, v. [], n. 2, p.47-80, jul. 2013. Semestral.

CRUZ, José Luis Vianna da. Os desafios do Norte e do Noroeste Fluminenses frente aos grandes projetos estratégicos. Vertices, Campos dos Goytacazes-RJ, v. 1/3, n. 9, p.43-50, jan/dez 2007.

CRUZ, José Luis Vianna. Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense entre 1970 e 2000. Tese (Doutorado) - IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

FONTELLES, Mauro José et al. METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA: DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DE UM PROTOCOLO DE PESQUISA. Ciências Saude, [s.i.], v. 1, n. 1, p.1-8, ago. 2009. Disponível em: <https://cienciassaude.medicina.ufg.br/up/150/o/Anexo_C8_NONAME.pd>. Acesso em: 17 jul. 2017.

RIO DE JANEIRO. DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DETRAN. 2016. Disponível em: <www.detran.rj.gov.br/>. Acesso em: 17 jul. 2017.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores Sociais no Brasil. Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações. 3ª Edição. Editora Alínea, 2001.

MUSEUS DO RIO. Disponível em <<http://www.museusdoriorio.com.br/>>. Acesso em: 17/07/2017.

OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PROFESSORES NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

THE CHALLENGES FACED BY TEACHERS IN THE EVALUATION PROCESS IN HIGHER EDUCATION

LOS DESAFÍOS ENFRENTADOS POR LOS PROFESORES EN EL PROCESO DE EVALUACIÓN EN LA ENSEÑANZA SUPERIOR

Flávio Aparecido de Almeida

Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG). Especialista em Filosofia e Psicologia.

Adriano Simioni Alvin

Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG). Especialista em Psicologia.

Lucimeire Aleixo Bard

Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG). Especialista em Educação.

Lucas Borcard Cancela

Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional pela Universidade Cândido Mendes. Com especialização em Tecnologias em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RJ (2011). Graduado em Ciência da Computação pela Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE (2005).

Resumo: O sistema de ensino superior brasileiro vem sofrendo nos últimos anos expressivas transformações, como mudanças normativas, valorativas e outras que dizem respeito à expansão, diversificação de tipos de instituições, tipos de cursos e à função social do ensino. Essas transformações, somadas às que a sociedade contemporânea vem passando, têm influenciado sobremaneira o futuro destas instituições que se veem, cada dia mais, obrigadas a repensar suas funções e oferecerem uma educação que corresponda às expectativas do Estado e da sociedade no que se refere a um ensino de qualidade. A esses aspectos, soma-se a prática avaliativa, que tem se apresentado como um dos pontos críticos do processo educativo, por sua complexidade e repercussão na formação dos educandos. Nesta perspectiva, o objetivo desse estudo é analisar, com base em uma revisão bibliográfica, alguns aspectos relacionados ao tema da avaliação da aprendizagem e, a partir do contraponto entre as diversas tendências e teorias que tratam do assunto, demonstrar a necessidade de mudanças nas práticas avaliativas realizadas nas instituições de ensino superior brasileiras em direção a uma avaliação formativa, qualitativa e democrática, que contribua efetivamente para o crescimento intelectual dos profissionais a serem formados.

Palavras-chave: ensino superior; avaliação; prática docente.

Abstract: The Brazilian higher education system has undergone significant transformations in recent years, such as normative, value and other changes related to the expansion, diversification of types of institutions, types of courses

and the social function of teaching. These transformations, along with those of contemporary society, have greatly influenced the future of these institutions, which are increasingly forced to rethink their functions and offer an education that corresponds to the expectations of the State and of society in terms of quality education. To these aspects, there is added the evaluation practice, which has been presented as one of the critical points of the educational process, due to its complexity and repercussion in the education of students. In this perspective, the objective of this study is to analyze, based on a bibliographical review, some aspects related to the subject of the evaluation of learning and, from the counterpoint between the diverse tendencies and theories that deal with the subject, to demonstrate the necessity of changes in the practices evaluations carried out in Brazilian higher education institutions towards a formative, qualitative and democratic evaluation that effectively contributes to the intellectual growth of the professionals to be trained.

Key-words: higher education; evaluation; teaching practice.

Resumen: El sistema de enseñanza superior brasileño viene sufriendo en los últimos años expresivas transformaciones, como cambios normativos, valorativos y otras que se refieren a la expansión, diversificación de tipos de instituciones, tipos de cursos y la función social de la enseñanza. Estas transformaciones, sumadas a las que la sociedad contemporánea viene pasando, han influido sobremanera el futuro de estas instituciones que se ven, cada día más, obligadas a repensar sus funciones y ofrecer una educación que corresponda a las expectativas del Estado y de la sociedad en lo que se refiere a una enseñanza de calidad. A estos aspectos, se suma la práctica evaluativa, que se ha presentado como uno de los puntos críticos del proceso educativo, por su complejidad y repercusión en la formación de los educandos. En esta perspectiva, el objetivo de este estudio es analizar, con base en una revisión bibliográfica, algunos aspectos relacionados al tema de la evaluación del aprendizaje y, a partir del contrapunto entre las diversas tendencias y teorías que tratan del asunto, demostrar la necesidad de cambios en las prácticas las evaluaciones realizadas en las instituciones de enseñanza superior brasileñas en dirección a una evaluación formativa, cualitativa y democrática, que contribuya efectivamente al crecimiento intelectual de los profesionales a ser formados.

Palabras-clave: enseñanza superior; evaluación; práctica docente.

Introdução

Embora já existam no Brasil estudos teóricos sobre as funções e o papel da avaliação na escola e na sala de aula, a investigação da prática avaliativa no ensino superior em sua totalidade e de forma contextualizada é ainda incipiente.

Dias Sobrinho (2003) afirma que na educação superior os mecanismos chamados de avaliação usualmente assumem funções políticas de classificação que legitimam e estimulam instituições, programas, indivíduos e

também consolidam mentalidades e estilos. Isto tem sido feito através de instrumentos pontuais, fragmentados, desligados dos processos ditos objetivos, para permitir classificações e hierarquizações.

Ludke e Salles (2002), por sua vez, argumentam que a avaliação no ensino superior continua sendo uma área de trabalho acadêmico de pouco reconhecimento e baixa produção. Embora todos os professores e estudantes estejam necessariamente submetidos à ação da avaliação em seu trabalho, poucos dentre eles se dispõem a parar para refletir, analisar, estudar e se preparar de maneira específica para enfrentar os problemas envolvidos na avaliação.

O que se percebe atualmente é que o corpo docente do ensino superior revela-se muito impermeável à discussão da prática tradicional de avaliação.

Nos encontros e seminários manifestam certo descrédito quanto à possibilidade da avaliação descaracterizar-se, um dia, da feição classificatória que a reveste. O que se observa na investigação de sua prática avaliativa é, ao contrário de uma reflexão a respeito de determinados procedimentos burocráticos, o fortalecimento da prática tradicional de julgamento de resultado ao final dos períodos letivos, apesar do seu caráter comprovadamente autoritário.

Na realidade, isso se constitui em um problema e sinaliza para a necessária discussão sobre a avaliação da aprendizagem desenvolvida pelos docentes no ensino superior, pois, estudos revelam que estes sofrem de certa forma, uma falta de interesse decorrente de um estranhamento em relação a uma prática criticada como de controle e altamente tecnicista, mecanicista, racionalista e de uma pretensa neutralidade com relação ao tema. Hoffmann (2002, p. 66) refere que “para muitos docentes da universidade, um alto grau de exigência em provas e testes é sinônimo de um ensino competente. É incompetente aprovar todos os alunos”. Sob este prisma, há uma distorção muito grande no significado atribuído à avaliação no ensino superior, com a primazia no caráter meramente classificatório e no significado da mensuração presentes nas práticas dos professores.

Diante disso, e mediante tais constatações, este estudo se propõe a analisar a avaliação da aprendizagem no ensino superior, buscando observar seus referenciais teóricos e a conseqüente interferência dessas concepções nos encaminhamentos da prática avaliativa.

A hipótese que se coloca é de que a prática avaliativa verificada nas instituições de ensino superior no Brasil tem sido reduzida à ótica de resultados, não focalizando os diversos aspectos envolvidos no domínio da educação, principalmente, no domínio da produção do conhecimento.

Assim, ao procurar apresentar os principais aspectos relacionados às práticas avaliativas que vem sendo realizadas nas instituições de ensino superior do país, entende-se justificar plenamente a abordagem dessa temática, visto que assim será possível obter subsídios que possam contribuir para o fazer docente, no sentido da superação da avaliação tradicional, seletiva e excludente que ainda impera em nossas universidades.

As práticas avaliativas

Discutir e analisar as práticas avaliativas no ensino superior não tem sido fácil para os atores envolvidos nesse processo. Na maioria das vezes, as práticas avaliativas são uma reprodução de modelos vividos pelos professores ao longo de sua escolaridade e, dessa forma, alguns mitos são perpetuados, justificando-se assim o alto índice de evasão nesse nível de ensino.

Segundo Vianna (2005, p. 41), as avaliações estão consubstanciadas em modelos que podem ser enquadrados dentro da lógica tradicional.

Há uma repetição de características do modelo tradicional de avaliação, ao se utilizar a verificação de instrumentos que visam unicamente a medição dos alunos. Essa forma de avaliação dos alunos é utilizada como o único elemento conceituado dentro do sistema. Também são utilizadas provas, trabalhos em grupo, seminários etc. como meios de comprovação da aprendizagem dos alunos, na maioria das vezes, aceitando os resultados atribuídos como satisfatórios na comprovação da aprendizagem e para qualificá-los para o semestre ou para o ano seguinte, utilizando a avaliação como elemento de certificação.

Villas Boas (2005, p. 163), coloca que “de modo geral, o que acontece em cursos de nível superior é o professor aplicar e corrigir provas, registrar os

resultados e devolvê-los aos alunos”. De forma mecanicista, os professores não dialogam com os instrumentos aplicados e, ao término do semestre ou período, somam as notas, tiram as médias e, em alguns casos, aproveitam a participação dos alunos também como elemento de avaliação.

Não é comum vivenciarmos o processo de observação da produção dos alunos durante o período escolar, nem a análise do seu progresso durante a realização da disciplina. Costuma-se também, segundo Villas Boas (2005, p. 163), “não analisar como o aluno iniciou as atividades da disciplina, como as desenvolveu e como as concluiu”.

Outra questão presente nas práticas avaliativas tem sido o enquadramento dos alunos de forma coletiva. Colocam-se todos dentro de um mesmo processo, utilizando instrumentos, na maioria das vezes em grupo, esquecendo-se da individualidade do sujeito e da especificidade de cada um. Sendo assim, a avaliação deixa de cumprir a sua função primordial: identificar e analisar o que foi aprendido, e o que ainda é necessário aprender, para oferecer elementos ao professor que permitam reorganizar o trabalho com o intuito de fazer valer o significado verdadeiro da avaliação: contribuir para a aprendizagem e formação.

Hoffmann (2002, p. 80) afirma que:

Para a maioria dos professores, repensar a sua prática avaliativa representa uma questão muito complexa [...] essa mudança de rumo representa-lhes, ao mesmo tempo, a desmistificação do poder da avaliação exercido sobre os estudantes e de outra visão do seu papel de professor, não mais entendido como transmissor de conteúdos.

Portanto, é necessário repensar as práticas avaliativas no ensino superior, porque esta tem servido de modelo às práticas desenvolvidas nas escolas do ensino fundamental e médio. Similarmente ao que acontece com outros níveis de ensino, na educação superior:

[...] as classificações do estudante, através de notas ou conceitos é decisiva para a continuidade nos estudos, determinando para o sujeito o *status* de “sucesso” ou de “fracasso” acadêmico, de permanência ou de exclusão do processo escolar, independentemente ou não dos procedimentos que lhe deram origem. (VILLAS BOAS, 2005, p. 168).

Dessa forma, percebe-se que o critério utilizado para avaliar não está focado na aprendizagem, mas sim na classificação do estudante. Villas Boas

(2005, p. 170) confirma esta prática avaliativa no nível superior, quando infere que, “de modo geral, a prova ainda é o procedimento avaliativo predominante; como conseqüência, somente o aluno é avaliado, e apenas pelo professor”.

Os professores, muito preocupados com o domínio de conteúdo, nem sempre conseguem dar conta dos aspectos pedagógicos do seu trabalho. Eles revelam nas suas práticas, na maioria das vezes, reprodução de modelos vividos ao longo de sua escolaridade, com a falta de conhecimento mínimo sobre medidas educacionais, apesar de serem as provas e os cálculos estatísticos, os procedimentos mais usuais na avaliação dos alunos. Acreditam também que essas discussões são menores e que não devem ser tratadas no ambiente acadêmico. (VILLAS BOAS, 2005, p. 170).

Nessa perspectiva, torna-se necessário, então, que o educador seja reflexivo, de modo a preparar o aluno para uma aprendizagem reflexiva à medida que compartilhe com ele descobertas, seus anseios, suas dúvidas e, ao mesmo tempo, sugira e acate sugestões para novos encaminhamentos e posturas. Seria então uma via de mão dupla esse processo de construção do conhecimento. Não é somente direcionar ou manipular as informações para os alunos sob a ótica docente, mas, segundo assinala Hoffmann (2004, p. 172), o professor “acompanhando-os em seus percursos, vivendo a magia do inesperado”.

Dentro da prática avaliativa, às vezes, a atuação do professor pode variar um pouco com relação às escolhas dos instrumentos a serem utilizados, a forma como seleciona os critérios para atribuir resultados, mas, com relação ao tratamento dado aos resultados, dificilmente existe uma variedade. “O procedimento metodológico resume-se em transmitir o conteúdo, marcar a data da “prova” ou qualquer outro instrumento, aplicar a atividade avaliativa, corrigir, entregar o trabalho” (LUCKESI, 2003, p. 25), para depois, recomeçar novamente o trabalho acadêmico pedagógico.

Nesse processo avaliativo não está previsto um *feedback* com os alunos, a exemplo de uma comunicação dialógica que privilegie o crescimento, a criatividade, a corresponsabilidade pela formação.

Contudo, esta não é a visão predominante nas instituições de ensino superior. A prática da aferição já está definida e aceita pela comunidade acadêmica, como explica Souza (2001, p. 146):

Pressupostos políticos calcados na meritocracia conseguiram conceber um processo avaliativo perverso sem nenhum compromisso com o ensino. Para atender a tais propósitos, a avaliação sofreu um desvio de sua função básica, uma distorção de suas reais possibilidades indo além de sua capacidade, que passou a ser utilizada para reprovar ou aprovar alunos. A decisão pedagógica que a avaliação poderia subsidiar quanto ao que a escola poderia e deveria fazer para garantir ensino de qualidade foi decapitada do processo escolar.

O que se observa, de fato, na prática, é a avaliação baseada na medida. No entanto, é bom lembrar que a avaliação não pode desprezar a medida, pois “quantidade e qualidade são dimensões inseparáveis de uma mesma realidade” (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 83). O que é inadequado:

[...] é que a medida seja simplesmente transformada em nota ou conceito, cujos resultados são apenas registrados, sem que se tenha a possibilidade de atentar para as dificuldades e desvios da aprendizagem dos educandos, sem que de fato se permita que eles aprendam aquilo que deveriam aprender e construam efetivamente os resultados necessários da aprendizagem. (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 83).

Utilizada dessa forma, a avaliação cumpre o papel de instrumento para a regulação do conhecimento; mais ainda, define os comportamentos esperados e aplica os prêmios ou sanções correspondentes aos resultados. Sacristán (1988, p. 22) denomina esta prática como poder de controle, “ao dotar o professor com um instrumento importante de poder sobre os alunos, e sobre as atividades desenvolvidas no âmbito da sala de aula”. Por isso:

Se essa prática aparece secularmente vinculada à ideologia dominante, como uma ação de controle no processo educacional, não é possível a academia apenas negá-la ou criticá-la, pois, ao mesmo tempo não se tornará, como num passe de mágica, em um instrumento de mudanças sociais. É necessário o comprometimento das partes envolvidas, já que a avaliação da aprendizagem é um problema concreto com o qual os professores se deparam nas instituições de ensino superior. (SACRISTÁN, 1988, p. 22).

Portanto, quando o professor avalia, sua ação não pode ser encerrada na configuração do valor ou da qualidade atribuídos ao objeto em questão. “Avaliar exige uma tomada de posição com relação ao objeto da avaliação, com uma conseqüente decisão sobre o resultado alcançado”. (LUCKESI, 2003, p. 27).

A prática avaliativa deve promover o desenvolvimento dos alunos e identificar os problemas de aprendizagem, buscando corrigi-los no decorrer do processo pedagógico, e o professor que atua no ensino superior tem um papel relevante nesse processo. Sua participação é fundamental para o enriquecimento de tais questões, uma vez que atua na formação de profissionais. Assim, deve haver uma preocupação constante com os processos avaliativos vivenciados e um cuidado especial com a trajetória de formação desses alunos.

Buscar novos sentidos para a avaliação nas instituições de ensino superior é imprescindível, pois a análise de como os professores pensam a sua prática avaliativa subsidia e redimensiona os processos avaliativos desenvolvidos em seus cursos.

Embora as concepções de avaliação estejam sendo frequentemente discutidas no âmbito educacional, percebe-se que poucas modificações têm efetivamente ocorrido no processo avaliativo a favor da aprendizagem, ou seja, em prol do aluno. Há que se notar certa resistência no professor, com relação às novas modalidades de avaliação. Quando se trata das licenciaturas, por exemplo, o problema torna-se ainda mais complexo, pois os professores formadores consideram-se autônomos pedagogicamente, embora sem base teórico e prática que não seja a da reprodução. Portanto, menos abertura se tem para discussão sobre as formas de avaliação que não sejam as tradicionais, ou seja, somativa, punitiva.

Assim, na visão de Chaves (2003, p. 30):

As práticas avaliativas no ensino superior devem ser (re) pensadas, no intuito de valorizar o conhecimento que o acadêmico traz de suas raízes e levá-los à busca de apropriação de novos saberes. Saberes esses que identificam os seus anseios da aprendizagem, motivação e interesse pelos assuntos apresentados. As experiências vivenciadas em sala de aula pelos professores e os acadêmicos necessitam ser sintonizadas para que as práticas avaliativas não sirvam para punição e sim para promoção.

Nota-se então, que tanto no processo de avaliar como de ensinar pratica-se um ato político, sendo que para ser adequadamente político, necessário se faz instrumentalizar o conhecimento.

Esse processo de instrumentalização é lento e complexo, mas necessário, se desejamos firmemente que os professores participem cada vez mais de forma intensa, ativa e reflexiva. Deve haver nesse sentido uma maior participação, onde os professores, ao contribuírem com idéias, refletindo coletivamente com os demais sobre a sua prática pedagógica, possam avançar no seu desenvolvimento profissional, mediante as apropriações críticas das contribuições oriundas das diversas formas de trabalhar na formação desses novos profissionais, inserido-os num processo de nova visão sobre avaliação e prática de aula.

Nesse sentido, a avaliação formativa parece estar ganhando terreno, pois delinea-se no ensino superior, provocando uma ruptura com o paradigma tradicional de avaliação reproduzido ao longo do tempo. Isto representa uma esperança de inovação nas práticas avaliativas, muito embora não se possa afirmar que sejam transformações efetivas.

A avaliação formativa implica uma avaliação durante todo o processo de aprendizagem, adotada como mecanismo de intervenção do professor. Ela informa o percurso do aluno no seu processo de aprendizagem. Ou seja, pressupõe a participação do aluno e sua ação frente à elaboração do conhecimento, com indagações e formulações de hipóteses, e exige que o professor crie espaços para que isso ocorra.

Nessa forma de acompanhamento, segundo Vianna (2005, p. 52):

[...] o professor pode perceber as estratégias que potencializam as aprendizagens dos alunos e, caso necessário, será possível mudar a forma de ensinar ou de organizar as situações de aprendizagens. Essa forma de avaliar traz o entendimento de que ela ocorre antes das avaliações pontuais. As provas e exames que têm como objetivo averiguar a aprendizagem dos alunos constituem um tipo de avaliação que dá um veredicto: o aluno aprendeu ou não aprendeu.

É evidente que existem muitos desafios concretos para que se possam desenvolver processos avaliativos na perspectiva da avaliação formativa, e assim sendo, alguns aspectos importantes devem ser considerados nessa discussão, principalmente quando se trata de ensino superior, com vistas a avançar em direção a concepções diferenciadas de avaliação, implícitas em novos paradigmas de ensino e educação.

Considerações finais

São notórias as situações, há muito denunciadas, de posturas equivocadas mantidas por professores no tratamento dado à avaliação, nos diversos níveis de ensino. A falta de critérios na correção dos instrumentos e tantos outros procedimentos indicam que, para o professor, a avaliação cumpre um papel claro dentro da dinâmica do processo de ensino-aprendizagem: verificar se o aluno aprendeu ou não o conteúdo e, para tanto, os mecanismos escolhidos e aplicados, se justificam pela função e o caráter atribuído à mesma.

Essa compreensão se configura como algo normal e rotineiro, e aponta para uma prática de avaliação centralizadora e antidemocrática, pois de forma autoritária se concretiza pelo poder que o professor possui de organizar e executar os procedimentos didáticos e entre esses está à avaliação.

Sendo assim, a postura do professor frente ao ato de avaliar e do que avaliar são pressupostos que podem contribuir para uma mudança significativa dessa prática nas instituições de ensino superior no Brasil.

Conhecer e analisar novas posturas pode interferir no processo de mudança das práticas avaliativas no ensino superior e transformar, deliberada e intencionalmente, posturas consideradas indesejáveis, como as de avaliação a serviço da exclusão e da mera verificação.

Durante muito tempo a avaliação vem se transformando num instrumento de exclusão escolar, reforçando cada dia mais o insucesso escolar e a evasão, além de fazer com que o aluno se sinta incapaz e conseqüentemente se afaste dos bancos escolares. Quando mencionamos a avaliação enquanto instrumento de exclusão, certamente ela está voltada para a manutenção do dominante.

É certo que a avaliação é um dos componentes da trama educativa, no entanto, resolver os problemas das práticas avaliativas não soluciona todos os problemas do sistema educacional. Para encaminhar e assegurar a melhoria da qualidade do ensino serão necessárias outras medidas, de ordem geral, nos sistemas educacionais, notadamente no ensino superior.

Referências

- DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.
- CHAVES, S. **Avaliação da aprendizagem no ensino superior: realidade, complexidade e possibilidades**. São Paulo: USP, 2003.
- HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora: uma prática em construção**. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- _____. **Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 2002.
- _____. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- LUCKESI, C. **A avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2003.
- LUDKE, M; SALLES, M. Avaliação da aprendizagem no ensino superior. In: LEITE, D.; MOROSINI, N. (Orgs.). **Universidade futurante: produção de ensino e inovação**. Campinas: Papyrus, 2002.
- SACRISTÁN, J. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre; Artmed, 1998.
- SOUZA, C. (org.). **Avaliação do rendimento escolar**. Campinas: Papyrus, 2001.
- VIANNA, M. **Fundamentos de um programa de avaliação**. Brasília: Líber-Livros, 2005.
- VILLAS BOAS, B. Práticas avaliativas no contexto do trabalho pedagógico-universitário: formação da cidadania crítica. In: VEIGA, I. P; NAVES, M. L. **Currículo e avaliação na educação superior**. Araraquara: Junqueira & Marim, 2005.

O papel do Coordenador Pedagógico no âmbito escolar

The role of the Pedagogical Coordinator in school

El papel del Coordinador Pedagógico en el ámbito escolar

Clodoaldo Sanches Fófano

Mestre em Ciências das Religiões, pela Faculdade Unida de Vitória (FUV). Pós-graduado em Estudos Linguísticos e Literários, pelo Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ). Pós-graduado em Gestão Escolar, pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Pós-graduado em Língua Latina e Filologia Românica, pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Pós-Graduando em Semiótica Discursiva, pela Universidade de Araraquara (UNIARA). Graduado em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Elvira Dayrell (ISSED). Graduado em Letras (Português/Espanhol), pelo Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ). Docente do Centro Universitário São José de Itaperuna.

E-mail: clodoaldosanches@yahoo.com.br.

Alcione Candido da Silva

Mestranda em Letras, pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. Coordenadora Pedagógica dos Cursos Técnicos e Diretora Substituta da Escola de Aplicação do Centro Universitário São José de Itaperuna.

E-mail: alcione.candido@hotmail.com.

Vyvian França Souza Gomes Muniz

Mestranda em Cognição e Linguagem, pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Graduada em Letras Português/Inglês pelo Centro Universitário São José de Itaperuna.

E-mail: vyvi 47@hotmail.com.

Paulo Jonas dos Santos Júnior

Doutorando em Planejamento Regional e Gestão da Cidade (UCAM). Mestre em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida de Vitória (FUV). Especialista em História e Cultura do Brasil (UNESA). Licenciado em História (ISEED). Bacharel em Teologia (FAECAD). Psicanalista Clínico (FATEB). Docente do Centro Universitário São José de Itaperuna. E-mail: paulojsjunior@hotmail.com.

Sonia Maria da Fonseca Souza

Doutoranda em Cognição e Linguagem, pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Mestre em Educação pela Universidade Iguazu – UNIG. Professora Centro Universitário São José de Itaperuna.

Email: sonifon1@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho apresenta uma reflexão sobre o papel do coordenador pedagógico no ambiente escolar, que é uma atividade de fundamental importância no sentido de mediar os diversos setores que dinamizam e dão vida a este ambiente. Além disso, tal discussão também pretende desmistificar o modo como a função era vista e as contribuições na atuação desse profissional. Para tanto, utilizou-se pesquisa bibliográfica de base qualitativa, considerando a contribuição dos seguintes autores: Franco

(2003/2008), Fernandez (2003), LDB 9394/96 (2005), Medina (2002), Vasconcellos (2007). Por fim, concluiu-se que o coordenador pedagógico necessita de uma consistente formação inicial para exercer o cargo, o domínio de teorias pedagógicas e o conhecimento da realidade educacional e escolar, de acordo com a época histórica. Cabe ressaltar ainda que o coordenador pedagógico marca a sua presença no cotidiano escolar a partir de uma visão coletiva das práticas escolares, das comunidades de onde provêm alunos e professores e da necessidade de desenvolver o currículo levando em conta toda essa diversidade, em prol da construção de uma unidade, como preconiza a perspectiva da educação multicultural e democrática. Nessa perspectiva, é a ação educativa e a reflexão metódica sobre o processo educativo que sustenta a coordenação pedagógica.

Palavras-chave: Coordenador pedagógico; atuação; ambiente escolar.

ABSTRACT: The present work presents a reflection about the role of the pedagogical coordinator in the school environment, which is an activity of fundamental importance in the sense of mediating the various sectors that dynamize and give life to this environment. In addition, this discussion also intends to demystify the way the function was seen and the contributions in the performance of this professional. In order to do so, we used bibliographical research with a qualitative basis, considering the contribution of the following authors: Franco (2003/2008), Fernandez (2003), LDB 9394/96 (2005), Medina (2002), Vasconcellos (2007). Finally, it was concluded that the pedagogical coordinator needs a consistent initial formation to hold the position, the mastery of pedagogical theories and the knowledge of the educational and educational reality, according to the historical epoch. It is worth noting that the pedagogical coordinator marks his presence in the daily school life from a collective view of the school practices, the communities from which students and teachers come from and the need to develop the curriculum taking into account all this diversity, for the sake of construction of a unit, as it advocates the perspective of multicultural and democratic education. In this perspective, it is the educational action and the methodical reflection on the educational process that sustains the pedagogical coordination.

Keywords: Pedagogical coordinator; performance; school environment.

RESUMEN: El presente trabajo presenta una reflexión sobre el papel del coordinador pedagógico en el ambiente escolar, que es una actividad de fundamental importancia en el sentido de mediar los diversos sectores que dinamizan y dan vida a este ambiente. Además, tal discusión también pretende desmitificar el modo en que la función era vista y las contribuciones en la actuación de ese profesional. Para ello, se utilizó investigación bibliográfica de base cualitativa, considerando la contribución de los siguientes autores: Franco (2003/2008), Fernández (2003), LDB 9394/96 (2005), Medina (2002), Vasconcellos (2007). Por último, se concluyó que el coordinador pedagógico necesita una consistente formación inicial para ejercer el cargo, el dominio de teorías pedagógicas y el conocimiento de la realidad educativa y escolar, de acuerdo con la época histórica. Cabe resaltar además que el coordinador pedagógico marca su presencia en el cotidiano escolar a partir de una visión colectiva de las prácticas escolares, de las comunidades de donde provienen

alunos y profesores y de la necesidad de desarrollar el currículo teniendo en cuenta toda esa diversidad, en pro de la construcción de una unidad, como preconiza la perspectiva de la educación multicultural y democrática. En esa perspectiva, es la acción educativa y la reflexión metódica sobre el proceso educativo que sostiene la coordinación pedagógica.

Palabras-clave: Coordinador pedagógico; operaciones; ambiente escolar

Quanto mais me capacito como profissional, quanto mais sistematizo minhas experiências, quanto mais me utilizo do patrimônio cultural, que é patrimônio de todos e ao quais todos devem servir, mais aumenta minha responsabilidade com os homens (FREIRE, 1979, p. 20).

INTRODUÇÃO

Entendendo a escola e seu cotidiano como um espaço de múltiplas relações, em que a dimensão educacional encontra-se em evidência e tangencia ações formativas, o trabalho do coordenador pedagógico aparece como fundamental no sentido de mediar os diversos setores que dinamizam e dão vida a este ambiente. Nessa perspectiva construiu-se questões que norteiam este estudo: Qual é, de fato, o papel do coordenador pedagógico? Quais são as contribuições do coordenador pedagógico no ambiente escolar?

Nesse sentido, para responder a tais questionamentos, este trabalho objetiva refletir sobre a função do coordenador pedagógico na escola como agente responsável pela liderança da aprendizagem e trabalha para a obtenção de resultados por meio da capacitação dos professores. Além disso, pretende apresentar as contribuições do coordenador pedagógico, um profissional que articula as atividades pedagógicas em todo ambiente escolar para garantir a qualidade do ensino; que atua com a crítica em momento exato, ampliando o horizonte para a conquista de participação. Dessa forma, o presente artigo será organizado em duas partes principais.

Grispun (2001, p. 56) destaca que "a tarefa do coordenador está comprometida com a formação da cidadania dos alunos, bem como com a construção coletiva e participativa de um projeto de escola e de sociedade". Assim, deve-se, então, buscar sólida fundamentação teórico-prática, tanto em uma área específica, quanto no campo dos conhecimentos necessários para um entendimento aprofundado do momento histórico-social atual.

Vale mencionar que se, em momentos anteriores, o coordenador pedagógico estava mais voltado para atividades apaziguadoras, relacionadas ao cotidiano do aluno problemático, e sua atuação se esgotava em si mesma, atualmente o coordenador se dirige à compreensão do espaço e do cotidiano escolar como um conjunto complexo permeado por conflitos, contradições, interesses diversos e ambiguidades, que devem ser analisados sistematicamente, para ser compreendido.

A justificativa desta pesquisa se evidencia nas palavras de Grispun (2001, p. 57), quando destaca que "o cotidiano escolar é a arte de ouvir e de saber agir para melhor disponibilizar para o outro e para a instituição". Essa forma de pensar a atuação do coordenador no dia a dia da unidade escolar nos remeteu a promover uma reflexão sobre o complexo papel desempenhado por este agente de luta por uma gestão democrática no âmbito escolar.

O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

De acordo com a história, a pedagogia adquire características e posição de teoria, podendo, de acordo com Franco (2003), ser dividida em três grandes tendências: a Pedagogia filosófica, a Pedagogia técnico-científica e a Pedagogia crítico-emancipatória.

Além dessa divisão apresentada pelo referido autor, é importante considerar as tendências pedagógicas atuais, influenciadas por correntes de pensamento denominadas pós-modernas, que questionam alguns modelos do pensamento pedagógico anterior. Assim, é em relação a essas tendências que se torna possível analisar a trajetória histórica da coordenação pedagógica no Brasil, identificar os elementos necessários à construção de sua identidade e definir o campo de atuação do coordenador.

A ideia de constituir a figura de um especialista na educação, responsável pela mediação entre professores/alunos/pais/administração escolar, remete à função do Inspetor de Ensino, introduzida no Brasil no Período Imperial. No início, essa função era exercida por agentes externos, sem vínculos com o processo de ensino-aprendizagem. Aos poucos, os próprios professores passam a exercê-la, mantendo os objetivos iniciais de sua

criação: fiscalizar o trabalho e a conduta dos professores; garantir o bom funcionamento das escolas.

Diante disso, as observações eram registradas e transmitidas ao poder público para punições ou premiações dos professores. Logo, o meio de controle externo do espaço escolar perpassa vários períodos da história da educação no Brasil e passa a caracterizar o trabalho dos especialistas nas escolas brasileiras, sobretudo durante os períodos ditatoriais (1937-1945/1964-1985).

O papel de coordenação pedagógica tem sua origem nos cargos de caráter administrativos do sistema educacional, principalmente, o de Inspetor de Ensino e, conseqüentemente, adquire características de vigilância, punição e autoritarismo, reforçados durante os períodos ditatoriais no Brasil.

Na concepção de Fernandez (2003, p. 27-28):

[...] qualquer que fosse o especialista (diretor, assistente de direção, gerente, supervisor, coordenador, etc.) não foi raro perceber que tinha a postura de vigiar [...]. O pensamento de militarização estabeleceu uma concepção de fiscalização e punição que ainda se mantém em muitas escolas e é reforçada pela ideia fixa de hierarquia vertical, que pode ser necessária para as empresas, porém nas escolas foi sempre algoz.

De certo modo, esse fato explica, mesmo hoje, determinadas atitudes impositivas e arrogantes de inspetores, diretores, supervisores, orientadores e coordenadores. Além disso, observa-se uma burocratização de tais funções, provocando o distanciamento desses segmentos em relação a professores e alunos, especialmente no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem.

É na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1971 que ocorre a sistematização da figura do especialista da educação, ainda como desdobramento da inspeção escolar. Os artigos que seguem postulam critérios que reconhecem e estruturam a carreira de especialista nas redes pública e particular de educação.

Art. 33 – A formação de administradores, planejadores, orientadores, inspetores, supervisores e demais especialistas

da educação, será feita em curso superior de graduação, com duração plena ou curta, ou de pós-graduação.

Art. 34 – A admissão de professores e especialistas no ensino oficial de 1º. e 2º. graus far-se-á por concurso público de provas e títulos, obedecidas para a inscrição as exigências de formação constantes desta lei. Os artigos abaixo estabelecem critérios que reconhecem e estruturam a carreira de especialista nas redes pública e particular de educação (BRASIL, 1971).

Apesar das variadas atribuições a partir dessa lei, a figura do especialista começa a se distanciar da tarefa de inspecionar, uma mera fiscalização, e a se aproximar da atuação do educador, isto é, alguém ligado ao ensino e, portanto, conhecedor do processo educativo.

A configuração da função de supervisor oscilou entre o campo pedagógico, o administrativo e o burocrático, apesar de, em sua origem, pretender-se manter a atuação dos supervisores, especificamente, com o pedagógico. Entretanto, isso não ocorreu, porque no exercício rotineiro da supervisão, a preocupação central era a eficiência do Sistema de Ensino ao invés da eficiência da escola e dos professores.

Na verdade, essa situação é resultado da antiga divisão do curso de Pedagogia em habilitações, cuja consequência foi o aparecimento das especializações que acabaram por artificializar e valorizar as funções burocráticas e fiscalizadoras em detrimento do sucesso escolar.

Dessa forma, o estudo aprofundado de teorias pedagógicas e a formação geral, ocorreriam, em tese, no curso superior de Pedagogia. Aqueles que desejassem lecionar matérias específicas, a partir da quinta série, deveriam recorrer às Licenciaturas, que tornavam o professor especialista numa determinada disciplina. Uma das consequências de tal modelo de formação pedagógica/docente foi que, de acordo com Fernandez (2003, p. 29), “não foram todos os professores das séries iniciais que prosseguiram os estudos e tampouco foram efetivados os estudos rigorosos no ensino superior”.

É possível comprovar esse fato observando a permanência do grande número de professores das séries iniciais sem o curso de pedagogia e o desinteresse ou despreparo teórico dos licenciados em pedagogia que enfrentam o cotidiano escolar, com bastante intuição e pouca, ou nenhuma,

teorização, além do descaso dos bacharéis ao cursar as disciplinas da Licenciatura quando decidem ser professores. Sem falar, na falta de tempo para a formação continuada, devido à dupla ou tripla jornada de trabalho.

Essa tendência é desafiadora para um coordenador pedagógico, por isso suas funções não podem ser encaradas como controladoras, fiscalizadoras ou punitivas, pois esse tipo de ação não deveria se fazer presente em nenhum dos profissionais da Educação, menos ainda, no coordenador pedagógico. Nessa perspectiva, é a ação educativa e a reflexão metódica sobre o processo educativo que sustenta a coordenação pedagógica.

Lorenzo Luzuriaga (1972), ao esclarecer sobre a abrangência da pedagogia indica dois importantes princípios teóricos que são necessários quando se pensa os afazeres da coordenação pedagógica:

Pedagogia é a ciência da educação: por ela é que a ação educativa adquire unidade e elevação. Educação sem pedagogia, sem reflexão metódica, seria pura atividade mecânica, mera rotina [...]. Educação e pedagogia estão como prática para teoria, realidade para ideal, experiência para pensamento, não como entidades independentes, mas fundidas em unidade indivisível, como o anverso e o reverso da moeda (LUZURIAGA, 1972, p. 2).

Conforme a LDB 9394/96 (BRASIL, 2005, p. 37), no seu artigo 64, a formação desses profissionais de educação para a administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nessa formação, a base comum nacional.

Mozart Neves Ramos (2000) citado por Medina (2002, p. 28), declara sobre o coordenador pedagógico "Ele é o líder da aprendizagem, o responsável por obter bons resultados com o trabalho de formação dos professores, e cada unidade de ensino precisa ter ao menos um profissional".

AS CONTRIBUIÇÕES DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

O cotidiano escolar é o ambiente de atuação do coordenador. E, esse espaço, na maioria das vezes, é o de escolas sem projeto político-pedagógico, sem estrutura física, no qual o coordenador se vê apenas improvisando soluções a curto prazo, de forma a sobreviver diante das demandas burocráticas, atendendo requisições pontuais da direção ou envolvidos em alguns projetos pedagógicos específicos e descontínuos. Uma verdadeira desordem que obriga coordenadores a agirem de modo espontaneísta, emergencial e superficial, baseando-se no questionável bom senso, sem a menor reflexão teórica.

E como resultado disso, gasta-se um precioso tempo atendendo a solicitações de diretores, desenvolvendo tarefas burocráticas, preenchendo planilhas, organizando relatórios, fazendo levantamento de notas, respondendo e escrevendo ofícios, bilhetes, cartazes, atendendo pais, enfim, “apagando incêndio”, como se costuma falar. Tudo isso reflete a desorganização da escola e, conseqüentemente, o fracasso do processo de ensino-aprendizagem.

Assim, como se pode observar, existe uma variedade de tarefas atribuídas ao coordenador pedagógico, e que não são da sua competência, além da resistência de alguns professores à figura do coordenador. Tais desafios tornam o trabalho da coordenação individualizado, ineficiente e sem especificidade. Perde-se o significado das ações e a identidade profissional da função.

Em contrapartida a isso, é papel da coordenação pedagógica organizar espaços, tempos e processos, considerando que as práticas educativas e pedagógicas do cotidiano escolar só poderão ser transformadas através da compreensão dos princípios teóricos que as organizam e das condições dadas historicamente.

De acordo com Franco (2008, p. 128):

Essa tarefa de coordenar o pedagógico não é uma tarefa fácil. É muito complexa porque envolve clareza de posicionamento políticos, pedagógicos, pessoais e administrativos. Como toda ação pedagógica, esta é uma ação política, ética e comprometida, que somente pode frutificar em um ambiente coletivamente engajado com os pressupostos pedagógicos assumidos.

O coordenador pedagógico no ambiente escolar constitui a articulação das ideias e recursos que atendam às necessidades dos professores e dos alunos, pois, é um profissional que articula as atividades pedagógicas em todo ambiente escolar para garantir a qualidade do ensino; que atua com a crítica em momento exato, ampliando o horizonte para a conquista de participação (VASCONCELLOS, 2007).

Além disso, cabe ressaltar que é fundamental que o coordenador procure exercer uma liderança democrática, conseguindo mobilizar todos os interessados em torno de projetos e ações, evitando os desabafos corriqueiros. De tal modo, espera-se do coordenador pedagógico uma consistente formação inicial para exercer o cargo, o domínio de teorias pedagógicas e o conhecimento da realidade educacional e escolar, de acordo com a época histórica.

Nesse panorama, o coordenador pedagógico marca a sua presença no cotidiano escolar a partir de uma visão coletiva das práticas escolares, das comunidades de onde provêm alunos e professores e da necessidade de desenvolver o currículo levando em conta toda essa diversidade, em prol da construção de uma unidade, como preconiza a perspectiva da educação multicultural e democrática (CANEN & OLIVEIRA, 2002).

Por conseguinte, pensar em educação nessa perspectiva é refletir sobre o papel da escola em um mundo de mudanças culturais, é pensar também no próprio coordenador pedagógico como ator inserido na pluralidade cultural representada pelos alunos, professores e membros da comunidade mais ampla. Vale destacar que ter uma visão multicultural da escola e de seus atores pode ajudar a vislumbrar formas de lidar com a diversidade cultural, de modo a poder valorizá-la e combater preconceitos. Como movimento teórico e político, o multiculturalismo, como perspectiva de trabalho, pode contribuir para o diálogo com as diferenças – central na ação do coordenador pedagógico. Dentro desse cenário o reconhecimento da escola como instituição multicultural por excelência é de fundamental importância (ASSIS & CANEN, 2004).

Canen (2000) ressalta que o coordenador pedagógico poderá colocar seu trabalho a serviço de propósitos de mudança que desafiem a

homogeneidade e a apatia e que poderá também assumir um papel de liderança, um elo de ligação entre as identidades diversas que compõem a comunidade escolar. Além disso, pode promover o desenvolvimento "qualitativo da instituição escolar e dos que nela realizam o seu trabalho de estudar, ensinar ou apoiar a função educativa por intermédio de aprendizagens individuais e coletivas [...]"(ALARCÃO, 2004, p. 50).

Nesse contexto de redefinição do papel do coordenador pedagógico, há o entendimento da coordenação com ação, envolvendo a reflexão sobre essa ação, no sentido de ir transformando-a, adaptando-a. Para isso, é necessário um olhar atento ao cotidiano escolar. Esse olhar pode incorrer: nos aspectos do currículo (observando como podem ser trabalhados de forma a levar em conta a diversidade e não ficarem restritos a uma linguagem única, que muitos não compreendem); nos aspectos da avaliação (como promover uma avaliação que reconheça as potencialidades dos alunos); nas relações interpessoais (verificando os intercâmbios entre os professores da equipe, entre diretores, alunos, comunidade e observando ações para propiciar um ambiente de confiança, respeito e valorização da diversidade); no projeto pedagógico da instituição (promovendo o pensamento e o repensar sobre o mesmo, argumentando com a comunidade, os alunos, os professores, gestores e outros como executá-lo e melhorá-lo continuamente) e assim por diante (CANEN, 2000).

A transformação da profissão de coordenador pedagógico de uma função autoritária, como no passado, ou de um trabalho exaustivo e sem definição, é impulsionada pela necessidade de oferecer aos professores um amparo no exercício da docência, diminuindo as dificuldades enfrentadas.

CONCLUSÃO

O papel do coordenador pedagógico passou por mudanças nos últimos anos, de uma função que seria autoritária para uma forma articuladora e transformadora do ambiente escolar, proporcionando um ambiente favorável para que educação aconteça com qualidade para os docentes e que sua prática educativa resulte no desenvolvimento educacional para os educandos.

Uma tarefa difícil, mas desenvolvida e comprometida com o trabalho de toda uma equipe.

Um modelo desafiador que remete à divisão apresentada por Franco (2003). É importante considerar as tendências pedagógicas atuais, influenciadas por correntes de pensamento denominadas pós-modernas, que questionam alguns modelos do pensamento pedagógico que foram apresentadas no presente artigo, também por tantos outros pensadores.

São os conhecimentos adquiridos nos cursos de formação continuada que ajudarão o coordenador a entender e orientar seus professores de forma satisfatória, aproveitando a experiência anterior e fazendo uma nova prática a partir dos conhecimentos adquiridos.

Como destacado, o coordenador tem três importantes atribuições: articular, formar e transformar. Enquanto articulador sabe que a ação educativa precisa ser planejada, articulada com todos os participantes da escola, sendo um dos elementos de ligação fundamental, através de formas interativas de trabalho, em momentos de estudos, proposições, reflexões e ações. Como formador, a responsabilidade dele está pautada na formação continuada dos profissionais da Escola, devendo ainda permanecer aberto ao saber adquirido no dia a dia, que deve ser refletido e incorporado ao desenvolvimento pedagógico dos educadores.

No tocante à transformação, deve atentar à mudança de atitudes da comunidade escolar, promovendo a reflexão e a vivência nas relações escolares. Como agente de transformação da prática pedagógica precisa buscar a transformação continuamente, por meio das considerações reflexivas e do *feedback* dos demais atores da Unidade Escolar.

As ações de articular, formar e transformar precisam ser realizadas numa gestão participativa, onde os atores envolvidos realizam suas funções, embora delimitadas, em conjunto, de forma integrada. Dessa maneira, todos devem se comprometer tanto com o processo como com os resultados obtidos, assim, tanto o sucesso como o fracasso são compartilhados com os que fazem parte da tarefa de educar.

Portanto, não há, nesse contexto, um só ator do processo educativo, mas um grupo coeso que trabalha em prol da construção da cidadania de seus alunos.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. Do olhar superviso ao olhar sobre a supervisão. In: RANGEL, M. (org.) **Supervisão pedagógica: princípios e práticas**. Campinas, SP, 2004.

ASSIS, M. D. P. & CANEN, A. Identidade negra e espaço educacional: vozes, histórias e contribuições do multiculturalismo. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, set./dez. 2004.

BRASIL. **Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm>. Acesso em: 20 maio 2018.

_____. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional: Lei 9394/96**, apresentação Carlos Roberto Jamil Cury. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CANEN, A. Educação multicultural, identidade nacional e pluralidade cultural: tensões e implicações curriculares. In: **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, n. 111, p. 153-149, dez. 2000.

CANEN, A. & OLIVEIRA, A. F. B. Multiculturalismo e currículo em ação: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas: São Paulo, n. 21, set/out/nov/dez., p. 61-74, 2002.

FERNANDEZ, Francisca E. **A coordenação pedagógica: por uma perspectiva docente**. São Paulo: Editora Intersubjetiva, 2003.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. *Coordenação pedagógica: uma práxis em busca de sua identidade*. **Revista Múltiplas Leituras**, v. 1, n. 1, p. 117-131, jan./jun. 2008. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ML/article/viewFile/1176/1187>>. Acesso em: 20 maio 2018.

_____. **Pedagogia como ciência da educação**. São Paulo: Papyrus, 2003.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Trad. Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Coleção: Educação e Comunicação vol. 1.

GRISPUN, Mírian P. S. Zippin. **A orientação educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola**. São Paulo: Cortez, 2001.

LUZURIAGA, Lorenzo. ***História da Educação e da Pedagogia***. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

MEDINA, Antonia da Silva. **Supervisão escolar**: da ação exercida à ação repensada. 2. ed. Porto Alegre: AGE, 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação pedagógica**: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 8. ed. São Paulo: Libertad, 2007.

“Adélia” é que é mulher de verdade! O feminino e o feminismo na poesia de Adélia Prado e Adela Zamudio

"Adelia" is a real woman! The Feminine and Feminism in the Poetry of Adélia Prado and Adela Zamudio

***"Adélia" es mujer de verdad!
El femenino y el feminismo en la poesía de Adélia Prado y Adela Zamudio***

Adriene Ferreira de Mello

Centro Universitário São José de Itaperuna (UniFSJ). Graduanda em Letras/Português (UniFSJ).

Ana Lúcia Lima da Costa Schmidt

Doutora em Literatura Comparada (UFRJ).

Eliana Crispim França Luquetti

Doutora em Linguística (UFRJ).

Luiza Guimarães Lanes

Centro Universitário São José de Itaperuna (UniFSJ). Graduanda em Letras/Português (UniFSJ).

Thayone Aparecida da Silva Soares

Centro Universitário São José de Itaperuna (UniFSJ). Graduanda em Letras/Português (UniFSJ).

Resumo: Este artigo baseia-se na produção poética da escritora mineira Adélia Prado e na da escritora boliviana Adela Zamudio. A motivação para esta aproximação deu-se curiosamente pela semelhança do prenome das escritoras e mostrou-se bastante fecunda a partir da constatação de que, embora distantes em seus espaços de escrita, são próximas na motivação de seus textos. A fim de contextualizar esta pesquisa, será realizado um breve panorama voltado para o *locus* da mulher no âmbito literário. O trabalho será de cunho bibliográfico e como aporte teórico, mencionaremos, principalmente, os trabalhos de Guzmán (1979), Cittelli (2009) e Cappellari (2013). Para compor o *corpus* de análise deste estudo foram selecionadas poesias das duas autoras. Por fim, concluiu-se que as inspirações do repertório poético de Adélia Prado e Adélia Zamudio ancoram-se nas vivências das respectivas escritoras e, desse modo, os textos de cada uma carregam particularidades referentes ao grupo social de suas épocas e de seus países.

Palavras-chaves: Adélia Prado; Adela Zamudio; feminino; feminismo.

Abstract: This article is based on the poetic production of the writer Adélia Prado and the Bolivian writer Adela Zamudio. The motivation for this approximation was curiously due to the similarity of the women's names and was very fruitful from the observation that, although distant in their spaces of writing, they are close in the motivation of their texts. In order to contextualize

this research, a brief overview will be made that focuses on the woman's locus in the literary sphere. The work will be bibliographical and as a theoretical contribution, we will mention, mainly, the works of Guzmán (1979), Cittelli (2009) and Cappellari (2013). To compose the corpus of analysis of this study were selected poetry of the two authors. Finally, it was concluded that the inspirations of the poetic repertoire of Adélia Prado and Adélia Zamudio are anchored in the experiences of the respective writers and, therefore, the texts of each one carry particularities referring to the social group of their times and their countries.

Key-words: Adélia Prado; Adela Zamudio; female; feminist.

Resumen: Este artículo se basa en la producción poética de la escritora minera Adélia Prado y la de la escritora boliviana Adela Zamudio. La motivación para esta aproximación se dio curiosamente por la semejanza del nombre de las escritoras y se mostró bastante fecunda a partir de la constatación de que, aunque distantes en sus espacios de escritura, son cercanas en la motivación de sus textos. A fin de contextualizar esta investigación, se realizará un breve panorama orientado hacia el locus de la mujer en el ámbito literario. El trabajo será de cuño bibliográfico y como aporte teórico, mencionaremos, principalmente, los trabajos de Guzmán (1979), Cittelli (2009) y Cappellari (2013). Para componer el corpus de análisis de este estudio fueron seleccionadas poesías de las dos autoras. Por último, se concluyó que las inspiraciones del repertorio poético de Adélia Prado y Adélia Zamudio se anclan en las vivencias de las respectivas escritoras y, de ese modo, los textos de cada una cargan particularidades referentes al grupo social de sus épocas y de sus países.

Palabras claves: Adélia Prado; Adela Zamudio; femenina; feminismo.

Considerações Iniciais

Tanto a autora boliviana quanto a autora brasileira produziram sua poética em momentos diferentes em seus países. No entanto, ainda que distantes no espaço e no tempo, a defesa do papel feminino permeou a produção de cada uma delas.

Na primeira seção, será enfatizada a poesia de Adela Zamudio, que varia do tom romântico e subjetivo ao discurso modernista de defesa do posicionamento e da escolha da mulher numa sociedade nitidamente patriarcal. Foram selecionados textos e fragmentos de textos que melhor destacam suas características e a tornaram a escritora mais importante da Bolívia.

Na segunda seção, será observado o repertório poético da mineira Adélia Prado, que é, por sua vez, muito influenciado pelas vivências da autora, com destaque para a presença da temática do cotidiano a fim de que se

perceba como as características do interior de Minas Gerais são abordadas em sua poética. Sobre esse aspecto, Cittelli afirma que:

o cotidiano de Adélia Prado tem como espaço quintais, casas, hortas, cozinhas, salas, igrejas, cemitérios. Nesses espaços são expressos a religiosidade, as conversas entre amigos e familiares, a morte, a saudade do pai e da mãe falecidos, os desejos do corpo, entre outros temas. Sendo o cotidiano da escritora simples, prosaico e caseiro, sua poesia espelha esse universo, fato que produziu o estereótipo da dona de casa provincialmente mineira. Entretanto, a obra de Adélia, ainda que apresente uma superfície de fácil assimilação, é densa de significação (CITTELLI, 2009, p. 116).

Por fim, na terceira seção, ao aproximar a produção poética das duas autoras, observaremos o quanto a temática do feminismo e do papel da mulher está arraigado na escrita das duas autoras a ponto de ser o destaque em suas respectivas obras.

1. Adela Zamudio: a voz vanguardista da Bolívia

A título de contextualização, cabe mencionar que Adela Zamudio é uma escritora boliviana, da cidade de Cochabamba, nascida em 11 de outubro de 1854 e considerada uma das precursoras do feminismo em seu país. Publicou seus primeiros versos em folhetim com 14 anos de idade sob o pseudônimo de “Soledad”.

Ainda bem jovem, com 23 anos, começou a publicar seus versos no periódico *El Herald* e, a partir desse momento, começou a ser reconhecida e divulgada nos círculos literários da Bolívia e do exterior.

Teve seu primeiro livro, chamado *Ensayo Poéticos*, publicado em 1887. Os críticos literários que se debruçam sobre sua trajetória e seus textos, sempre discutem se Adela ficou mais conhecida por sua vida ou sua obra, porque a autora boliviana sempre se destacou por elevar o papel feminino em seu país e foi considerada uma rebelde ante seu tempo. Aparece como escritora no final do século XIX e princípio do século XX, período no qual, é apresentada, na literatura, uma convivência de correntes distintas.

Sempre preocupada com as incoerências das instituições-chaves: a igreja católica e a instituição educacional, Adela mostra, em sua poesia, um eu

lírico em conflito evidente com seu entorno, já que este não lhe oferece satisfação alguma, conforme ilustra a poesia abaixo:

“Amar, llorar y sufrir
Es El amargo destino
De todo ser que há venido
A cruzar este caminho” (ZAMUDIO, 1993, p.14).

Nessa perspectiva, em um gesto tipicamente romântico, Adela opta por evadir-se e refugiar-se em si mesma:

“Su expresión es de paz; pero impulsionada
Por inquietud constante,
Va por ele mundo ensimesmada y muda
Como fantasma errante” (ZAMUDIO, 1993, p.25).

Este “eu”, constituído no centro irremediável do discurso poético, nos conecta com outras duas particularidades do viés romântico de Adela Zamudio: o subjetivismo e a melancolia. Diante dessa constatação, é interessante explicitar que a escritora boliviana pode ser considerada uma poetisa romântica, na medida em que sua obra apresenta forte relação com o Romantismo Espanhol e difere de outros países da Europa, ao apresentar um espírito religioso mais latente. Percebe-se, nesse contexto, a expressão da espiritualidade na contemplação da natureza como obra divina, exaltando-a como um espaço majestoso que enaltece os sentidos:

“¡ Oh artista, que prendados de su belleza
Copiáis la esplendorosa naturaleza
¿ No os preguntáis a veces por qué escenario
Tan bello y tan grandioso fue necesario,
Decorado con tanta magnificencia
Para este triste drama de la existencia
En el físico mundo, todo armonía
¿Qué es la vida. ¡miseria ! ¡sueño de un día!” (ZAMUDIO, 1993, p. 59).

1.1 Adela contra a hipocrisia religiosa

Em 1903, Adela publica o poema “Quo Vadis?”, cuja conotação e voz denunciatória contra a desigualdade social e a hipocrisia da Igreja Católica vão

lhe render a excomunhão da igreja e um embate eclesiástico. A audácia da voz literária dessa escritora é ainda mais potencializada ao ser configurada como a única representante da intelectualidade boliviana a questionar o fanatismo exacerbado, como exemplifica o seguinte fragmento:

“La Roma que tus mártires supieron
En horribles suplicios perecer
es hoy lo que los césares quisieron:
Emporio de elegancia y de placer
Allí está pedro. El pescador que un día
Predicó la pobreza y la humildad
Cubierto de lujosa pedrería
Ostenta su poder y majestade” (ZAMUDIO, 1993, p.32).

Ao assumir a direção do Liceu de Senhoritas, em 1905, com o objetivo de proporcionar às mulheres uma opção além do matrimônio e da maternidade, Adela incomodou a Liga das Senhoras Católicas de Cochabamba ao propor uma escola laica e provocou, com sua ação, a ira de Frei Pierini, que dirigia uma escola religiosa chamada Classe Superior de Senhoritas. Esse desacerto fica explícito no discurso de Adela, relatado por Guzmán:

“El fin no justifica los medios...Si essa clase se fundó para moralizar a la niñez, por qué, para sosteneria se desmoraliza la niñez?... como educadora protesto em voz alta contra essas exhibiciones infantiles que no dicen bien de nuestra cultura. Ya que nustras costumbres, poco definidas, nos inducen a explotar la gracia de los niños, em beneficio de obras de caridad, bien o mal entendida, sepamos por lo menos presentarlos sin escarnio de su inocencia” (ZAMUDIO apud GUZMÁN, 1979, p.106).

As histórias que Adela legou para a posteridade, seja em prosa ou em verso, contêm múltiplas alusões à hipocrisia nas relações sociais e familiares. De acordo com Ruiz (2013), Adela não se esquivou de denunciar os filhos escondidos nas casas de seus próprios progenitores a título de “afilhados” e as jovens que se entregavam ao matrimônio, muitas vezes, arranjados pelos párocos, para “apagar um mau passo”:

“La vida es um gran baile
Com antifaces
En que todos lós hombres
usan disfraces:

y en El que todos
se adorna
com oropes
de vários modos” (ZAMUDIO, 1993, p. 33).

Exercer publicamente uma crítica deste calibre não era uma situação muito fácil. Isso lhe rendeu muitos desconfortos e desafetos, mas, em contrapartida, muito reconhecimento da alta intelectualidade boliviana.

2. Adélia Prado e a temática do cotidiano mineiro

A abordagem de fatos do cotidiano que Adélia apresenta em muitas de suas poesias não é um fato inédito nas produções literárias: autores, como Manuel Bandeira, já haviam utilizado os fatos do “dia a dia” como fonte de inspiração para sua escrita. No entanto, Adélia Prado torna sua produção singular ao apresentar suas próprias vivências cotidianas ao leitor e acreditar que a inspiração “surge a partir da experiência concreta de uma vida social mais centrada no espaço privado” (OLIVEIRA, 2012, p. 37).

A própria autora garantiu, em uma entrevista à revista *Cult* (2010)⁴, quando perguntada sobre a relação de suas experiências com sua poesia, que

o cotidiano é minha matéria-prima, pedra onde garimpo não só o ouro, mas a própria pedra. Se a poesia é experiência? Sim. Doutro modo não seria a linguagem que a torna “a lingua-gem por excelência” (CULT, 2010).

Subentende-se, portanto, que a temática cotidiana inspirada nas vivências do dia a dia da autora outorga um caráter quase autobiográfico às suas poesias, tendo em vista que elementos, como a saudade de seu pai e de sua mãe, emoções tão íntimas da autora, são apresentadas ao leitor como uma forma de mostrar que a poesia é resultado, de fato, da experiência.

Por buscar em seu cotidiano a inspiração para suas poesias, Adélia acaba encontrando outra temática a ser explorada: a religiosidade. Católica confessa, a autora utiliza de diversas intertextualidades bíblicas para transmitir aquilo que deseja fomentar no leitor. Quanto a esse aspecto, Oliveira (2012b) evidencia que a poesia da autora

⁴ Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/adelia-prado-garimpa-poetica-do-cotidiano/>>. Acesso em 01 jun. 2018.

apesar de fortemente influenciada pelo catolicismo, não é dogmática, ela não formula uma verdade para o leitor. Há o compartilhar dos ensinamentos que lhe foram dados através dos sacramentos do batismo, da eucaristia e do casamento (p. 44).

Se para Adélia a poesia é experiência, ela deixa claro que a religiosidade permeia sua vida desde a infância, mas isso não a faz perfeita, pelo contrário, a poesia da autora mostra as fraquezas dos fiéis e a força que a fé pode exercer sobre o ser humano o transformando em alguém munido de mais qualidades, como a compaixão e a caridade.

Em diversos poemas, a autora demonstra a influência direta que a religiosidade de seu cotidiano exerce sobre a sua escrita, como em *Círculo*: “Comíamos com fome, era 12 de outubro/ e a Rádio Aparecida conclamava os fiéis/ a louvar a Mãe de Deus (...)”, em *Saudação*, “Ave, Maria!/ Ave, carne florescida em Jesus” e em *Antes do nome*, “Quem entender a linguagem entende Deus”. Sobre isso, é importante ressaltar o que diz Cappellari (2013):

O eu lírico parece sempre tão próximo a Deus e, ao mesmo tempo que o torna soberano, pois ele está em tudo, o traz para perto, como pessoa íntima, presente sempre em seu cotidiano desde menina, não somente pela educação católica que recebera, mas pela identificação com o que é divino. Deus está em todas as coisas, por todos os lados [...] (p. 66).

Percebe-se, pois, que a temática religiosa está relacionada à busca da autora por contextos e inspirações para sua poesia. Por isso, pode-se afirmar que Adélia é uma poetisa que escreve aquilo que vivencia e considera importante compartilhar com o outro. Isso confere a sua obra uma singularidade incontestável, pois a autenticidade do texto aproxima o leitor do sentimento do eu lírico.

Nesse viés, pode-se inferir que é natural que ela escreva, também, sobre o lugar em que vive. Desde seu nascimento, Adélia reside em Divinópolis, cidade de Minas Gerais, e transporta o cotidiano de sua cidade, para suas poesias como pode ser observado neste texto:

Regional

“O sino da minha terra

ainda bate às primeiras sextas-feiras,
por devoção ao coração de Jesus.
Em que outro lugar do mundo isto acontece?
Em que outro Brasil se escrevem cartas assim?
o santo padre Pio XII deixou para morrer logo hoje,
último dia das apurações.
Guardamos os foguetes.
Em respeito de sua santidade não soltamos.
Nós vamos indo do mesmo jeito, não remamos, nem descemos da canoa.
Esta semana foi a festa de São Francisco,
fiz este canto imitado:
louvado sejas, meu Senhor,
pela flor da maria-preta,
por cujo odor e doçura
as formigas e abelhas endoidecem,
cuja forma humílima me atrai,
me instiga o pensamento
de que não preciso ser jovem nem bonita
para atrair os homens e o que neles
ferroa como nos zangões.
[...]"

Fonte: Adélia Prado: reunião de poesia, 2013, p. 113.

Em *Regional*, a alusão ao típico estilo das cidades mineiras é apresentada desde o primeiro verso: “O sino da minha terra”. O termo ‘minha terra’ demonstra que o eu lírico tem a intenção de especificar que apenas sua terra ainda preserva as tradições religiosas que antes eram comuns às demais cidades. Ao longo de todo o poema, a ideia de que apenas naquele lugar ainda se conservam certos costumes é reforçada, o que faz pensar que Adélia busca apresentar ao leitor, através da voz do eu lírico, que em Divinópolis e em outras cidades de Minas Gerais, os ‘sinais de respeito’ ainda são mantidos, como guardar os foguetes “em respeito de sua santidade”. No que se refere a essa relação entre pessoas e coisas, Cappellari afirma que:

Coisas e pessoas, dois elementos que, além da consciência de si, ecoam na poesia de Adélia, dando-lhe um vasto conteúdo a ser abordado, já que o cotidiano é composto por eles. A presença das “coisas” mostra que tudo que está ao seu redor merece estar no poema (2013, p. 88).

3. A “rua” onde as duas “Adélias” se encontram

Nesse momento, estrutura-se a necessidade de explicar a escolha das duas escritoras cujos textos são o *corpus* deste artigo. Adela Zamudio apresenta uma poesia feminista numa época em que os objetivos centrais da mulher eram o casamento e os filhos. Sendo assim, a escritora utiliza-se do texto poético para questionar essa situação e, mais especificamente, o papel da mulher e do homem neste contexto patriarcal.

Consideraremos o que nos levou a aproximar Adela Zamudio de Adélia Prado, ponderando que elas são escritoras tão distantes entre si no tempo e no espaço: bem, além de serem escritoras aclamadas dentro de suas respectivas literaturas, boliviana e brasileira, uma marca de similitude faz com que pensemos em uma quando citamos a outra.

Sabe-se que a literatura é configurada como um reflexo social. Tanto no Brasil quanto na Bolívia, em um primeiro momento, as mulheres não tinham acesso à educação e se dedicavam, exclusivamente, aos afazeres domésticos. Posteriormente, em meados do século XIX, iniciou-se a educação privada voltada para o público feminino, ou seja, ainda havia uma restrição severa, pois os indivíduos mais ricos constituíam uma pequena parcela da população. Além disso, os ensinamentos transmitidos nessas instituições eram, predominantemente, voltados para noções de etiqueta e questões domésticas.

Diante dessa conjuntura, pode-se afirmar que a fala poética das duas “Adélias” destaca o papel da mulher consciente de seu lugar ante uma sociedade que, muitas vezes, lhe nega isso.

Sob uma ótica específica, Adela Zamudio é considerada o maior ícone do feminismo boliviano, a ponto de sua data de nascimento ter sido escolhida para representar o dia da mulher boliviana. A fim de comprovar tal magnitude, é interessante destacar o texto *Nacer hombre*, que é compreendido como um grito de guerra das Bolivianas na luta pela posição da mulher na sociedade:

“! Cuánto trabajo ella pasa
por corregir la torpeza
de su esposo, y em la casa!
(Permitidme que me asombre)
Tan inepto como fatuo,
sigue él siendo la cabeza,

!Porque es hombre!
Si algunos versos escribe
de alguno esos versos son,
que ella sólo los suscribe
(Permitidme que me asombre)
Si esse alguno no es poeta,
?Por qué tal suposición?
!Porque es hombre!
Una mujer superior
em elecciones no vota,
y vota el pillo peor
(Permitidme que me asombre)
Con tal que aprenda a firmar
puede votar un idiota,
!Porque es hombre!
Él se abate y bebe o juega
em un revés de la suerte:
ella sufre, lucha y ruega
(Permitidme que me asombre)
Que a ella se llame el “ser fuerte”
!Porque es hombre!
Ella debe perdonar
siéndole su esposo infiel;
pero él se puede vengar
(Permitidme que me asombre)
En un caso semejante
hasta puede matar él,
!Porque es hombre”
!Oh, mortal privilegiado,
que de perfecto y cabal
gozas seguro renombre!
En todo caso, para esto,
te ha bastado
nacer hombre” (ZAMUDIO, 1993, p. 32-33).

Este texto reflète a indignação de viver sob o domínio de um sistema patriarcal e mostra que a mulher boliviana, de forma geral, no século XIX não aspirava a nada além de ser esposa e mãe. O texto *Nacer hombre*, no qual se contrasta a figura do homem incompetente com a mulher capaz, foi fundamental para construir a fama de feminista de Adela Zamudio.

A poesia feminista de Adélia Prado a aproxima da outra “Adélia”, mas, diferentemente, o feminismo de Adélia ora propõe “carregar bandeiras”, mas reconhece que a espécie feminina é ainda “envergonhada”, ora entende que o feminismo é uma luta a favor da escolha da mulher, isto é – que a mulher case apenas quando e, se quiser casar, que tenha filhos apenas quando e, se quiser tê-los e que seja livre para fazer essas escolhas, não sendo julgada se não

quiser fazê-las e, se desejar, até “descamar os peixes” que o marido trouxe de sua pescaria sem se sentir inferiorizada.

Logo, percebe-se que essa manifestação faz com que seus textos sejam uma forma de se reencontrar e de buscar sua própria identidade feminina:

“Há mulheres que dizem:
Meu marido, se quiser pescar, pesque,
mas que limpe os peixes.
Eu não. A qualquer hora da noite me levanto,
ajudo a escamar, abrir, retalhar e salgar.
É tão bom, só a gente sozinhos na cozinha,
de vez em quando os cotovelos se esbarram,
ele fala coisas como “este foi difícil”
“prateou no ar dando rabanadas”
e faz o gesto com a mão.
O silêncio de quando nos vimos a primeira vez
atravessa a cozinha como um rio profundo.
Por fim, os peixes na travessa,
vamos dormir.
Coisas prateadas espocam:
somos noivo e noiva” (PRADO, 2013, p. 136).

Esse poema demonstra claramente a imponente mulher-poetisa incorporada à simplicidade da mulher e do ser mulher que pode “carregar bandeiras” ou escolher “descamar os peixes”. Nessa mesma linha de raciocínio, merece destaque a poesia *Com licença poética*:

“Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.
Não sou tão feia que não possa casar,
acho o Rio de Janeiro uma beleza e
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.
Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
Inauguro linhagens, fundo reinos
- dor não é amargura.
Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade da alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô.
Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.
Mulher é desdobrável. Eu sou” (PRADO, 2013, p. 19).

Tais ponderações nos mostra, mais uma vez, que Adélia Prado não estava preocupada com o feminismo radical, mas sim com a identidade

feminina da mulher, sendo mãe e escritora, entre outras funções. Com isso, percebemos que o eu lírico do poema *Com licença poética* manifesta seu verdadeiro modo sem deixar de lado suas inseguranças e qualidades e uma delas é a de ser desdobrável.

Ainda sob esse prisma, encontra-se *Grande desejo*, um dos poemas que mais definem a visão da mulher de acordo com o pensamento da autora:

“Não sou matrona, mãe dos Gracos, Cornélia,
sou é mulher do povo, mãe de filhos, Adélia.
Faço comida e como.
Aos domingos bato o osso no prato pra chamar o cachorro
e atiro os restos.
Quando dói, grito ai,
quando é bom, fico bruta,
as sensibilidades sem governo.
Mas tenho meus prantos,
claridades atrás do meu estômago humilde
e fortíssima voz pra cânticos de festa.
Quando escrever o livro com o meu nome
e o nome que eu vou pôr nele, vou com ele a uma igreja,
a uma lápide, a um descampado,
para chorar, chorar e chorar,
requintada e esquisita como uma dama” (PRADO, 2013, p. 20).

Neste poema, o eu lírico traz nos primeiros versos: “*Não sou matrona, mãe dos Gracos, Cornélia,/ sou é mulher do povo, mãe de filhos, Adélia./ Faço comida e como.*” Há uma aproximação do eu lírico com a figura da “mulher comum”, a “mulher do dia a dia”, a “mãe”. Tal semelhança não se dá somente pelo fato de ela se declarar assim, mas também pela enumeração de atos comuns a muitas mães e pela exposição de sentimentos e sensações, tais como doer, gritar, chorar. Porém, mesmo quando chora copiosamente, apresenta-se requintada como uma dama.

Acreditamos que a maior ousadia da escrita Adeliana seja apresentar a posição de uma mulher no que diz respeito à poesia de carga erótica. Ao lado da negligência educacional perpetuada por muitos anos em relação à mulher, encontra-se um acanhamento por parte do gênero feminino diante do texto erótico. Sob outro prisma, essa adversidade está vinculada ao fato da sociedade brasileira, de forma geral, encontrar-se arraigada a valores

patriarcais. Nesse contexto, pode-se dizer que a atitude feminina de abordar o erotismo em uma produção textual é audaciosa.

Nota-se que o erotismo é uma das principais características que permeiam o discurso literário da escritora mineira Adélia Prado. No entanto, é importante destacar que essa temática, sob a perspectiva Adeliana, apresenta algumas particularidades. *A priori*, é importante destacar que essa escritora não vê o erotismo como algo estereotipado, mas sim como um dos constituintes da essência humana, uma vez que “através da concepção do corpo sagrado, sexo e sexualidade deixam de ser tabu e abre espaço para que eles possam ser entendidos enquanto alimento do corpo e da alma” (OLIVEIRA, 2012b, p. 50).

A fim de ilustrar essa ideia de analisar o erotismo como algo intrínseco à natureza humana, é válido analisar um verso do poema *Disritmia*, de Adélia Prado, no qual ela enfatiza que “Erótico é a alma” (PRADO apud OLIVEIRA, 2012a, p.106). Atenta a um possível estranhamento causado por um “erro de concordância” observado no verso acima, Cleide Maria de Oliveira, em *Erotismo, mística e morte: a tríade adeliana*, diz que:

pode enganar olhos menos atentos que, acreditando ver um erro de concordância (afinal, erótica, e não erótico, é a alma), deixam escapar certas sutilezas do verso. Se erótica fosse a alma seria uma equação simples: revela a alma certas qualidades sensoriais que tornam possível a identificação entre física e metafísica, o que não chega a ser nenhuma novidade, posto que esse foi um tema constantemente retomado pelos românticos na enunciação da alma gêmea e no cultivo do amor platônico. Entretanto, a simplicidade se desfaz na análise acurada do enunciado acima: erótico é a alma, isto é, o campo do substantivo erótico se deixa invadir pelo substantivo alma, e a relação que se estabelece entre erótico e alma deixa de ser de determinante e determinado, em que a alma seja determinada pelo erótico, ou vice-versa, tornando-se de mútua equivalência, em que isto se iguala a aquilo. Assim, todo o cenário do erótico se expande a uma realidade que ultrapassa a corporalidade e se inscreve na transcendência, enquanto o signo alma torna-se pesado e pungente, quase corpóreo (2012a, p. 106).

Por outro lado, a poesia de Adélia Prado, ao vincular o erotismo à religiosidade, desconstrói os tabus que envolvem a sexualidade feminina,

conforme reitera Paloma do Nascimento Oliveira, em *Cotidiano, Religiosidade e Erotismo em Adélia Prado*:

Dessa forma, é possível destacar que a vivência erótica que encontramos na poesia de Adélia revela um posicionamento que retira da mulher o sentimento de culpa e vergonha diante de sua sexualidade. Essa abordagem também abre caminhos para que a mulher possa se sentir à vontade para construir uma relação de equilíbrio entre corpo, prazer e fé (2012b, p. 51).

O erotismo presente na poesia de Adélia Prado é uma resposta contrária a todos os padrões impostos às mulheres de sua época e, também, uma maneira de mostrar, através da escrita, outras características da mulher real. Quanto a esse assunto, Oliveira (2012b, p. 48) afirma que

o erotismo construído pela autora não se confunde à pornografia, não é alicerçado em bases de teor vulgar ou ligado a uma sexualidade despudorada. O erótico da vertente adeliana é inovador por trazer um peculiar misticismo e por surgir da experiência e dos questionamentos de uma mulher fortemente ligada ao ambiente doméstico e a uma tradição religiosa.

Desse modo, nota-se que a intenção de Adélia, ao defender a ideia de que apesar de religiosa, a mulher também é movida por desejos e anseios do corpo e isso não a faz pecadora ou despudorada, é mostrar o que está recluso em muitas mulheres. Em *Entrevista*, Adélia explicita o julgamento que as mulheres sofriam ao tratar do sexo com naturalidade:

Um homem do mundo me perguntou:
o que você pensa de sexo?
Uma das maravilhas da criação, eu respondi.
/Ele ficou atrapalhado, porque confunde as coisas
e esperava que eu dissesse maldição,
só porque antes lhe confiara:
o destino do homem é a santidade
(PRADO, 1995, p. 212).

Nesse trecho, ela demonstra o quanto religiosidade e erotismo são vistos como coisas tão distantes, mas que podem ser sentidas com a mesma intensidade. O que a autora propõe é uma quebra de paradigmas acerca de assuntos como o sexo, e, por isso, une, em seus textos, o religioso e o erótico -

duas temáticas consideradas tão opostas, mas que para o ser humano deveriam ser naturais. Ela derruba preceitos ao ter a coragem de dizer coisas que uma mulher católica jamais diria, mas que sente como qualquer outra. Nota-se que Adélia, a partir desse ponto, levanta a bandeira a favor da liberdade feminina tão reprimida, até então.

Considerações Finais

Ao analisar os poemas de Adela Zamudio e Adélia Prado, identifica-se, com clareza, a intencionalidade do eu lírico ao tratar da identificação do ser mulher e da autodescoberta que as leituras dos referidos poemas proporcionam. Conseqüentemente, ao pensar na identidade feminina como instrumento da construção de alguns dos poemas de Adela Zamudio e de Adélia Prado, verifica-se que as inspirações para a articulação dos poemas foram retiradas da vida das próprias autoras, com características peculiares referentes ao grupo social de suas épocas e de seus países.

Se, na opinião de Ataulpho Alves e Mario Lago, Amélia é que era mulher de verdade, porque passava fome ao lado de seu companheiro e não tinha a menor vaidade, em nossa humilde opinião acadêmica, mulher de verdade luta, grita e faz valer a sua vontade. Por isso, Adélia é que é mulher de verdade! As duas.

Referências Bibliográficas

CAPPELLARI, Jaqueline Alice. **A percepção do cotidiano na poesia de Adélia Prado**. Dissertação de Mestrado em Literatura. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

CITELLI, Adilson. **O cotidiano revelado na poesia de Adélia Prado**. *Revista Comunicação e Educação*, v. 14, n.1. São Paulo: 2009.

GUZMÁN, Augusto. **Adela Zamudio**. Libreria Editorial, Tercera Edición, 1979, Bolívia.

OLIVEIRA, Cleide Maria de. **Erotismo, mística e morte: a tríade adeliana**. *Belo Horizonte*, v. 10, n. 25, p. 105-120, jan./mar. 2012a- ISSN: 2175-5841.

OLIVEIRA, Paloma do Nascimento. **Cotidiano, Religiosidade e Erotismo em Adélia Prado**. Dissertação de Mestrado em Letras. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012b.

PRADO, Adélia. **Reunião de Poesia**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2013.

Revista Cult: <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/adelia-prado-garimpa-poetica-do-cotidiano/>. Acesso em: 01 jun. 2018.

RUIZ, VELÁSQUEZ Y ARAMAYO. **Adela Zamudio. La crítica y El poeta**. Ed. Plural, 2014 (lançamento da Universidade Mayor de San Andrés – UMSA).

ZAMUDIO, Adela. **Poetisa, educadora, polemista**. Poesias. IMPREBOL. La Paz, 1993.

Alteridades: gênero, corpo e sexualidade no discurso literário

Otherness: Gender, body and sexuality in literary discourse

Alteridades: género, cuerpo y sexualidad en el discurso literario

Renato Marcelo Resgala Júnior

Possui graduação em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Marcelina - Muriaé (2004). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, Literatura e Língua Inglesa. No ano de 2006, ingressou no Programa de Mestrado em Letras - Teoria da Literatura e Crítica da Cultura, pela Universidade Federal de São João del-Rey - UFSJ - MG, orientado pela Prof^a Dr^a Maria Ângela de Araújo Resende - Doutora em Estudos Literários - UFMG - Dissertação de Mestrado defendida em 09/12/2008. Desde 2010, é Professor da UniREDENTOR - Itaperuna (cursos de Direito, Administração, Enfermagem, Engenharias, Cursos EaD) . Efetivou-se, em 2007, como Professor Efetivo - Docente I - Governo do Estado do Rio de Janeiro, desde 2008). Professor da Fundação São José - Itaperuna (curso de Letras e Pós-graduação em Estudos Literários e Linguísticos) entre 2012 a 2017. De 2014 a 2015, atuou como professor temporário de Língua Portuguesa: Oficina de Leitura e Escrita, pela Universidade Federal Fluminense - UFF - campus de Santo Antônio de Pádua.

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar algumas relações em torno da sexualidade, do corpo e de gênero em determinadas obras da cultura literária ocidental, perpassando pelo trovadorismo medieval às produções advindas do modernismo brasileiro. Com isso, pretende-se denotar que há, no histórico da arte em língua portuguesa, projeções representativas da imagem da Mulher, predeterminadas por uma estereotipação do corpo e da moralidade dos tempos. Neste trabalho, serão observados alguns textos da tradição literária lusitana, como duas cantigas medievais; à frente, discutir-se-ão as relações entre a visão romântica e a arte realista com suas projeções sobre o corpo feminino e a moral histórica. Ao final, apontar-se-ão algumas considerações sobre a literatura modernista e o espaço da mulher no cenário da cultura literária nacional no começo e meados do século XX, enfatizando as obras de Adélia Prado, Cora Coralina e Carolina de Jesus.

Palavras-chave: Literatura; Sexualidade; Representações; Identidades; Gênero.

Abstract: This article aims to present some relationships around sexuality, body and gender in certain works of western literary culture, going through medieval troubadourism to the productions coming from Brazilian modernism. With this, it is intended to denote that there are, in the history of art in Portuguese language, projections representative of the image of Woman, predetermined by a stereotyping of the body and morality of the times. In this work, some texts of the Lusitanian literary tradition will be observed, like two medieval literary songs (cantigas); the relationship between the Romantic view and the realistic art with its projections on the female body and the historical morality will be discussed. In the end, some considerations on the modernist literature and the space of the woman in the scene of the national literary

culture in the beginning and middle of the twentieth century, emphasizing the works of Adélia Prado, Cora Coralina and Carolina de Jesus will be pointed out.

Key-words: Literature; Sexuality; Representations; Identities; Genre.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar algunas relaciones en torno a la sexualidad, el cuerpo y el género en determinadas obras de la cultura literaria occidental, atravesando por el trovadorismo medieval a las producciones derivadas del modernismo brasileño. De este modo, se pretende que indique que hay en la historia del arte en portugués, en representación de las proyecciones de la imagen de la mujer, predeterminados por un estereotipo del cuerpo y la moral de la época. En este trabajo, se observarán algunos textos de la tradición literaria lusitana, como dos cantigas medievales; al frente, se discutirán las relaciones entre la visión romántica y el arte realista con sus proyecciones sobre el cuerpo femenino y la moral histórica. Al final, se señalan algunas consideraciones sobre la literatura modernista y el espacio de la mujer en el escenario de la cultura literaria nacional a principios y mediados del siglo XX, enfatizando las obras de Adélia Prado, Cora Coralina y Carolina de Jesús.

Palabras-clave: Literatura; la sexualidad; representaciones; identidades; Género.

Introdução

*“Parece que por muito tempo teríamos suportado um regime vitoriano e a ele nos sujeitaríamos ainda hoje. A pudicícia imperial figuraria no brasão de nossa sexualidade contida, muda, hipócrita.”
(Michel Foucault)*

As discussões sobre cultura, identidade e gênero vêm reacendendo muitos debates acadêmicos no século XXI. Steven Connor (1994, p. 12) já apontava, nos anos 90 do século XX, que o valor é inescapável e cria sistemas de reconhecimento (em que padrões são inventados, realocados, repaginados e introduzidos nas sociedades), quando o que se está em voga é a própria condição humana e o jogo das identidades culturais.

Hoje, de um lado, vorazes e violentas, as ondas de neoconservadorismo moral retomam suas antigas posições de guardiões da ‘verdadeira moral e dos bons costumes’ e, à sombra dos resquícios de uma ordenação politicamente arcaica, reafirmam-se também enquanto discurso de poder, ao reiterarem sua tradicional história de possuir uma voz ativa na sociedade, reivindicando os

porquês e se indagando se o que se faz, nestes tempos, seria mesmo ‘arte’. De outro lado, relutam as correntes de resistência presentes nas vozes das minorias que se articulam, por meio das tecnologias (quem negará, no futuro, a força da mídia e das redes sociais na sustentação de novos padrões?), reafirmando o direito de existir e de coexistir.

Nesse entremeio, sobressaem as indagações acerca do corpo, das diferenças de gênero e da contínua e permanente dialética do discurso sociocultural. Repensar o espaço do discurso da sexualidade nunca foi o mote da tradicional elite conservadora do país: a visão sobre o corpo, a sexualidade e o(a) *outro(a)*, a classe hegemônica conhece-a bem a tal ponto de negá-la, difamá-la e restringi-la. Entender o(a) *outro(a)* não é o escopo das experiências cotidianas da vida elitista (seja religiosa ou econômica, política ou cultural).

Discutir sobre o corpo e gênero, no que concerne à valoração e à sexualidade do que venha a constituir a própria identidade do ser, é intervir num histórico processo discursivo cercado por determinada tradição mítica e segregadora em que se marca uma imaculada projeção sobre o que o ‘se deve e precisa ser’: por muito tempo, subjugarão esta condição humana – a sexualidade –, predeterminaram-na, sob a égide de olhos exclusivistas, no comportamento, nas escolhas e condições sexuais; com isso, corpo e mente⁵ separaram-se nas muitas narrativas histórico-literárias do ocidente.

Quando se olha para a história ocidental, soçobra a dialética do valor e da identidade cultural – mas balança sempre pende para um lado: uma ‘necessária’ vontade de quantificar, definir sempre quem seria o melhor ou quem historicamente seria ‘mais igual do que outro’, numa metáfora orwelliana, em que o corpo, em especial, o corpo feminino, é reduzido, aprisionado e silenciado.

⁵ Aristóteles (2009, p. 20), em ‘A Política’, § 10, afirma: “Em primeiro lugar, todo ser vivo se compõe de alma e corpo, destinados pela natureza, um a ordenar, outro a obedecer. A natureza deve ser observada nos seres que se desenvolveram segundo as suas leis, muito mais do que nos degenerados”

A subserviência simbólica das projeções do corpo à alma está no berço de nossa cognoscência humanística, enquanto representações paradigmática e dicotômica que permearam o Ocidente (inclusive na própria projeção da dicotomia de Ocidentalização e Orientalização, balizada no trabalho de Edward Said, 1990), como: Natureza x Cultura, Essência x Existência etc.

A própria história do discurso religioso judaico-cristão se prontificou a criar o imaginário ontológico acerca do gênero, como a colocação de que a mulher sempre seja vista e denotada como um ‘erro necessário’⁶: os doutrinadores do cristianismo apresentam-se assim seguindo a cartilha do pensamento de Tomás de Aquino e Santo Agostinho. Em uma de suas ‘soluções’ para a *psique* humana, Tomás Aquino (1996, p. 249) asseverou que “A verdade como dissemos, na sua noção primária, existe no intelecto”. Dessa forma, reduziu-se o corpo a mero receptáculo da existência humana. A mente, a alma, o intelecto mais uma vez consolidava-se na sua supremacia ante o corpo, ante as condições da experiência da vida humana. O Bem, o Belo e a Verdade tinham que ser puros, ideais e plenos, ou seja, reflexos da alma e da sua essência. Já o corpo, fruto do corrompimento da humanidade, sujo, execrável e punível. As tradições hegemônicas, isso, conhecem bem.

Roy Porter (1992, p. 303) observa que a distinção entre corpo e mente (corpo e alma) é resultado de todo um processo de dominação antropológico dualista: uma supervalorização da mente, da alma humana, numa vertente; em outra, um aprisionamento e controle do corpo físico (verdadeira herança platônica):

“(…) um dualismo fundamental invadiu a mentalité ocidental; ser humano significava ser uma mente encarnada (...) tal dualismo tem sido uma força profundamente modeladora do uso linguístico, dos esquemas classificatórios, da ética e dos sistemas de valor. À mente e ao corpo têm sido designados atributos e conotações distintos. A mente é canonicamente superior à matéria (...) esta subordinação hierárquica do corpo à mente sistematicamente degrada o corpo”

Nesse processamento hierárquico em que a mente é colocada como superior ao corpo, o que se esperar da história da sexualidade?

Para Foucault (2015, p. 11), habita no discurso sobre o sexo uma moralidade do pecado, da futilidade e da ‘baixeza’:

“Existe, talvez, uma outra razão que torna para nós tão gratificante formular em termos de repressão as relações do sexo e do poder: é o que se poderia chamar o benefício do

⁶ O excelente estudo de Uta Ranke-Heinemann, *Eunucos pelo reino de Deus*, traz consideráveis observações sobre a difamação do corpo pelo discurso religioso.

locutor. Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada. Quem emprega essa linguagem coloca-se, até certo ponto, fora do alcance do poder; desordena a lei; antecipa, por menor que seja, a liberdade futura. Daí essa solenidade com que se fala, hoje em dia, em sexo. Os primeiros demógrafos e os psiquiatras do século XIX, quando tinham que evocá-lo, acreditavam que deviam pedir desculpas por reter a atenção de seus leitores em assuntos tão baixos e tão fúteis. Há dezenas de anos que nós só falamos de sexo fazendo pose.” (grifos meus)

Quando se domina, controla-se e se penaliza o corpo, coordena-se a vivência cotidiana dos homens e mulheres. Para isso, o discurso religioso foi eficientemente mordaz e, percorrendo a história do ocidente, faz sua presença na formação cultural. Observe-se o que Foucault (op. cit., p. 52) aponta:

“A sociedade burguesa do século XIX e, sem dúvida, a do XX, ainda é uma sociedade de perversão explosiva e fragmentada. Isso não de maneira hipócrita, pois nada foi mais manifesto e prolixo nem mais abertamente assumido pelos discursos e instituições. Não porque, ao querer erguer uma barreira demasiado rigorosa ou geral contra a sexualidade, tivesse, a contragosto, possibilitado toda uma germinação perversa e uma seria patologia do instinto sexual. Trata-se, antes de mais nada, do tipo de poder que exerceu sobre o corpo e o sexo, um poder que, justamente, não tem a forma da lei nem os efeitos da interdição: ao contrário que procede mediante a redução das sexualidades singulares.” (grifos meus)

Percebida na vida cotidiana, nas relações interpessoais, nas conversas diárias e nas redes sociais, encontra-se uma redução das diferenças modelada pelos mecanismos de poder. Acresça-se à fala de Foucault que também no século XXI os sistemas midiáticos utilizam de estereótipos que perpetuam toda uma maliciosa história de exclusão das mulheres. Porém isso não é originalmente próprio deste século.

A seguir, nesse artigo, apontar-se-ão algumas projeções sobre o corpo da mulher no escopo da literatura em língua portuguesa (perpassando pelo trovadorismo medieval, pelo romantismo e realismo brasileiros, até o advento das produções modernistas do século XX), de modo a estabelecer uma relação entre a arte literária e as projeções sobre as identidades na dialética da vida

cultural, em especial, das identidades femininas, sobre o olhar masculino, de um lado, marcante na história da cultura literária em língua portuguesa e, de outro, com as representações e projeções das vozes de resistência e inserção por meio das vozes de escritoras que atingiriam níveis elevados na produção artística nacional.

Literatura e Gênero: relendo o Corpo na arte literária

*Quando o português chegou
Debaixo duma bruta chuva
Vestiu o índio
Que pena!
Fosse uma manhã de sol
O índio tinha despido
O português.
(Oswald de Andrade)*

Ao se olhar para o berço do ocidentalismo, a Grécia dos mestres filósofos, encontram-se nela já os valores antidemocráticos, pois pensar a palavra, pensar com a palavra escrita (por extensão, pelo poder da palavra *legal* e de ordem) era princípio e fundamento para o pleno exercício do poder masculino. Muito estava em jogo e a mulher não poderia estar no epicentro de toda práxis organizacional dos costumes, da moral e do saber. Na história da arte grega, visualizam-se essa diferenciação e apagamento da alteridade: sobre as mulheres, como reflexo da ampla negação de participar das decisões políticas da *polis*, bastaria afirmar a plena ausência de filósofas, pensadoras e dramaturgas. A palavra tinha em si o poder fálico.

Num salto, quando se observa a Idade Média, seu histórico de fantasias lendárias (as novelas de cavalaria, como o ciclo carolíngio e bretão, com seus perfeitos cavaleiros nobres cuja única afeição era a de que precisavam salvar as belas e indefesas donzelas em perigo, nos altos das torres, inatingíveis, de todo mal) e todo o cancionário⁷, o apagamento da representação dos corpos,

⁷ A história sempre reserva suas surpresas: há ainda as cantigas de escárnio e maldizer em que as posições se subvertem, com a subserviência e a pureza sendo ridicularizadas, já que não condiziam com as experiências cotidianas: em face a isso, a Igreja soube articular seu

em especial, do corpo da mulher, imiscui-se a uma contraditória construção simbólica.

As trovas medievais portuguesas se dividiam em cantigas de amor e cantigas d'amigo⁸: produções de artistas, jograis, trovadores e nobres, que chegaram ao século XXI e estão compiladas no Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Portugal. As primeiras, cantigas d'amor, eram marcadas pela universalização do corpo da amada, de todo um jogo de sua ressignificação, entre a pureza e a castidade – a mulher, equiparada à imagem divinal de Maria, mãe de Jesus, endeusada como plena, pura, imaculada e virginal, não poderia nunca ser tocada. O discurso religioso estratificado na poesia aumentava seus tentáculos: o controle da *alma/mente* da mulher iniciava-se com o enclausuramento do corpo feminino e com a ojeriza à sexualidade e ao prazer, privilegiando sempre um simbolismo de uma pureza dos sentimentos da alma. Observe-se o que transmite o rei de Portugal, D. Dinis, considerado um dos maiores trovadores, em uma célebre cantiga d'amor:

A mia senhor que eu por mal de mi
vi e por mal daquestes olhos meus
e por que muitas vezes maldezi
mi e o mund'e muitas vezes Deus,
des que a nom vi, nom er vi pesar
d'al, ca nunca me d'al pudi nembrar.

A que mi faz querer mal mi medês
e quantos amigos soía haver
e de[s]asperar de Deus, que mi pês,
pero mi tod'este mal faz sofrer,
des que a nom vi, nom ar vi pesar
d'al, ca nunca me d'al pudi nembrar.

A por que mi quer este coração
sair de seu logar, e por que já
moir'e perdi o sem e a razom,
pero m'este mal fez e mais fará,
des que a nom vi, nom ar vi pesar
d'al, ca nunca me d'al pudi nembrar⁹.

controle, imiscuindo seu discurso no comportamento social, no pensamento médico e na conduta diária.

⁸ Palavra esta que remete ao sentido de 'namorado', 'pretendente', 'noivo'.

⁹ Esta cantiga traduz especificamente como o imaginário masculino idealizava o corpo feminino: num sentimento de perdição motivado pelo distanciamento da mulher e pela sua plenitude. Essa cantiga está inserida no Cancioneiro da Biblioteca Nacional, nº 523. Cf.: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/wk000633.pdf>.

Já nas cantigas d'amigo (todas elaboradas por homens, letrados, membros da nobreza, muitos deles reis¹⁰), a voz que sente as saudades e as dores da solidão era feminina; porém o exercício do controle dos costumes sobre os corpos, i.e., qual seria a posição da mulher neste momento, faz-se nítido: uma necessária preocupação em representar a mulher pela sua exigente fidelidade, exercendo, conspicuamente, o controle por aquele *amigo* que está longe. Veja-se a cantiga d'amigo de Juião Bolseiro:

Sem meu amigo manh'eu senlheira,
e sol nom dormem estes olhos meus,
e, quant'eu posso, peç'a luz a Deus
e nom mi a dá, per nulha maneira,
mais, se masesse com meu amigo,
a luz agora seria migo.

Quand'eu com meu amigo dormia,
a noite nom durava nulha rem,
e ora dur'a noit'e vai e vem,
nom vem [a] luz nem parec'o dia,
mais, se masesse com meu amigo,
a luz agora seria migo.

E segundo com'a mi parece,
u migo mam meu lum'e meu senhor,
vem log'a luz, de que nom hei sabor,
e ora vai noit'e vem e crece;
mais, se masesse com meu amigo,
a luz agora seria migo.

Pater Nostrus rez'eu mais de cento
por Aquel que morreu na vera cruz,
que el mi mostre mui ced[o] a luz,
mais mostra-mi as noites d'Avento;
mais, se masesse com meu amigo,
a luz agora seria migo.¹¹

¹⁰ No Cancioneiro da Biblioteca Nacional, destacam-se os nomes de D. Dinis, rei de Portugal, e D. Sancho I da Espanha.

¹¹ In: Cadernos de História, PUC-BH, v.2, n2, 1997, p. 28.

Traduzindo:

Sem o meu amigo sinto-me sozinha e não adormecem estes olhos meus. Tanto quanto posso peço a luz a Deus e Deus não permite que a luz seja minha. Mas se eu ficasse com o meu amigo a luz agora estaria comigo. Quando eu a seu lado folgava e dormia, depressa passavam as noites; agora vai e vem a noite, a manhã demora; demora-se a luz e não nasce o dia. Mas se eu ficasse com o meu amigo a luz agora estaria comigo.

Encontra-se nesse texto uma arte que se desdobra no ritmo dos valores masculinos, já que feita por homens com o objetivo categórico de proporcionar uma predeterminação do comportamento feminino. As metáforas se sobressaem: a presença do ‘amigo’ traz a luz à voz feminina, sem o amado companheiro, ela não teria razão de existir.

De fato, a literatura traduz, pelos seus *entre-lugares*, a moralidade perniciosa de seu tempo e espaço.

Nos séculos subsequentes, a arte literária não se diferenciaria com relação à temática da sexualidade e dos gêneros. Percebemos tal assertiva quando observamos que no século XVIII e XIX o imaginário literário terá um direcionamento peculiar com relação à conduta feminina: as clássicas obras do Romantismo brasileiro, *ad exemplum*, trazem, à cena, mulheres piegas e submissas, que desejam encontrar no amor masculino o seu verdadeiro destino. Ainda hoje, as telenovelas propagam essa visão romantizada do que deve ser a representação do corpo feminino: belas, recatadas e ‘do lar’, próprias para a reprodução (dos costumes e da mentalidade) da tradicional família.

Na segunda metade do século XIX na Europa e no Brasil, a literatura realista e naturalista redimensionaria os papéis sociais. Machado de Assis, em 1881, publica “Memórias Póstumas de Brás Cubas”: uma obra de ruptura em seu tempo, cujas personagens femininas (Marcela e Virgínia) se colocam à frente dos moldes culturais romantizados, aproximando-se da condição humana real. Uma outra obra, proibida por anos, “A Carne”, do mineiro Júlio Ribeiro, de 1888, apresentaria os apelos do corpo e da sexualidade pelas ações de sua personagem Lenita.

No entanto, no Brasil, a literatura era uma forma cultural masculinizada e por extensão com a projeção de valores masculinos: a mulher representava o

Diferente é a noite quando me aparece meu lume e senhor e o dia me traz; pois apenas chega logo a luz se faz. Vai-se agora a noite, vem de novo e cresce. Mas se eu ficasse com o meu amigo a luz agora estaria comigo. Padres nossos já rezei mais de um cento implorando àquele que morreu na cruz que cedo me mostre novamente a luz em vez destas longas noites de advento. Mas se eu ficasse com o meu amigo a luz agora estaria comigo

declínio da razão do homem, sua perdição e todo o cerne de sua derrocada¹². Só no começo do século XX que o panorama se diferenciaria.

Tempo de incertezas demarcado pelas variadas transformações políticas, sociais e comportamentais, o século XX trouxe novos posicionamentos artísticos no que tange às temáticas da sexualidade e do gênero, em especial, do gênero feminino, com o que se derivou da Semana de Arte Moderna.

Observem-se os seguintes textos de Manuel Bandeira e Oswald de Andrade. Em ambos veremos a mudança de visão acerca da representação da mulher – não mais a mulher burguesa, pura, casta e idealizada dos romances e poemas românticos, que se sucediam aos encantos e charme dos heróis, mas projeções literárias de mulheres relegadas ao recôndito da história nacional – as prostitutas. Abaixo seguem dois textos icônicos desse período. O primeiro é de Bandeira, intitulado *Vulgívaga*, dando voz às prostitutas, numa crítica severa ao comportamento masculino.

Vulgívaga – Manuel Bandeira

Não posso crer que se conceba
Do amor senão o gozo físico!
O meu amante morreu bêbado,
E meu marido morreu tísico!

Não sei entre que astutos dedos
Deixei a rosa da inocência.
Antes da minha pubescência
Sabia todos os segredos...

Fui de um... Fui de outro... Este era médico...
Um, poeta... Outro, nem sei mais!
Tive em meu leito enciclopédico
Todas as artes liberais.

¹² Vale lembrar que no romance machadiano, *Brás Cubas*, ainda adolescente, vivia um romance com Marcela, uma balzaquiana, com a qual passava seus bons momentos e gastava suas economias familiares. Quando o pai descobre, o envia para estudar em Coimbra. A mulher é apresentada como a protagonista da decadência masculina.

Também nos EUA e na Inglaterra no século XIX encontramos escritoras que produziram e repetiram o imaginário de controle masculino da sociedade. Emily Bronte e Jane Austen, mesmo que apresentem personagens femininas como protagonistas, reproduzem a mesmice do ideal tradicionalista da família. Na cultura brasileira do século XIX, encontram-se nomes como os de Júlia Lopes de Almeida, Albertina Bertha e Narcisa Amália, como pioneiras na literatura feita por mulheres (mas que traziam à baila os valores de uma sociedade machista).

Aos velhos dou o meu engulho.
Aos fêrvidos, o que os esfrie.
A artistas, a coquetterie
Que inspira... E aos tímidos — o orgulho.

Estes, caço-os e depeno-os:
A canga fez-se para o boi...
Meu claro ventre nunca foi
De sonhadores e de ingênuos!

E todavia se o primeiro
Que encontro, fere toda a lira,
Amanso. Tudo se me tira.
Dou tudo. E mesmo... dou dinheiro...

Se bate, então como estremeço!
Oh, a volúpia da pancada!
Dar-me entre lágrimas, quebrada
Do seu colérico arremesso...

E o cio atroz se me não leva
A valhacoutos de canalhas,
É porque temo pela treva
O fio fino das navalhas...

Não posso crer que se conceba
Do amor senão o gozo físico!
O meu amante morreu bêbado,
E meu marido morreu tísico!

No entanto, é ainda pouco quando pensamos na arte literária feita por mulheres, uma arte literária que fosse genuinamente feminina: as projeções de Manuel Bandeira e Oswald de Andrade, assim como de Menotti del Picchia, Mário de Andrade entre tantos outros, são, de fato, ainda as traduções das vozes masculinas, de autores que repensam a condição da mulher e do seu corpo na sociedade, sob o prisma masculino. Isto fica claro quando da descrição do corpo feminino e da visão estereotipada em Bandeira, a saber: “E todavia se o primeiro / Que encontro, fere toda a lira, / Amanso. Tudo se me tira. / Dou tudo. E mesmo... dou dinheiro... / Se bate, então como estremeço! / Oh, a volúpia da pancada!”. Fica nítida, nestes versos, a percepção masculina sobre o corpo feminino, enquanto receptáculo e ‘objeto’ de prazer do homem.

Irônico, irreverente e parodiador, Oswald de Andrade recriou poeticamente, em “As meninas da gare”, por meio de um jogo típico do modernismo, ao utilizar um trecho da carta de Pero Vaz Caminha a Dom

Manuel. As palavras da carta e do poema são praticamente as mesmas, mas o sentido é diferente. Caminha fala da inocência das índias, tanta inocência que elas tinham que de olhar as suas vergonhas, ele não sentia vergonha. Já o poeta, ao dar um título (*As meninas da gare*), muda a semântica: *gare*, em francês, significa estação de estrada de ferro, ou seja, eram as prostitutas e justamente por serem prostitutas, os homens não se sentiam vergonha de muito bem olharem suas *vergonhas*. Mais uma vez, mesmo modificando o tópico temático, a visão masculina sobre a mulher é, no mínimo, ofensiva.

As meninas da Gare - Oswald de Andrade

Eram três ou quatro moças
 bem moças e bem gentis
 Com cabelos mui pretos pelas espáduas
 E suas vergonhas tão altas e tão saradinhas
 Que de nós as muito bem olharmos
 Não tínhamos nenhuma vergonha

Subversão e afirmação do outro: a literatura modernista trouxe à cena da cultura as classes e tipos sociais relegados como párias. Não somente as mulheres em todas as suas condições eram agora o escopo da história e da arte, mas os trabalhadores e muitos os grupos culturais que se distinguiram das elites da época¹³.

Mesmo que a literatura brasileira tenha tido escritoras que, só anos mais tarde, obteriam o devido reconhecimento na arte literária antes do Modernismo¹⁴, é só após o advento da Semana da Arte Moderna que

¹³ Basta vermos a voz dada ao capoeira, no poema de Oswald de Andrade:

“O capoeira
 _ Que apanhá sordado?
 _ O quê?
 _ Qué apanhá?
 Pernas e cabeças na calçada.”

¹⁴ Dentre elas poderíamos citar a, hoje, reconhecida, Francisca Júlia, autora de um dos mais célebres poemas do Parnasianismo brasileiro, *Musa Impassível*.
Musa! um gesto sequer de dor ou de sincero/ Luto jamais te afeie o cândido semblante!/ Diante de um Jó, conserva o mesmo orgulho, e diante/ De um morto, o mesmo olhar e sobrececho austero./ Em teus olhos não quero a lágrima; não quero/ Em tua boca o suave o idílico descante./ Celebra ora um fantasma anguiforme de Dante;/ Ora o vulto marcial de um guerreiro de Homero. / Dá-me o hemistíquio d'ouro, a imagem atrativa;/ A rima cujo som, de uma harmonia crebra, / Cante aos ouvidos d'alma; a estrofe limpa e viva;/ Versos que lembrem,

eclodiriam as vozes femininas representando as mulheres, como as de Cecília Meirelles, Patrícia Galvão, Clarice Lispector, Raquel de Queiroz, Adélia Prado, Carolina de Jesus, Cora Coralina entre tantas outras. Ainda que inovadora e distante da tradição romântica, a poesia e a prosa modernistas só representariam a mulher, o corpo feminino e a dialética da luta das identidades de gênero quando da presença maciça de mulheres escritoras, que voltassem seus olhos para a sua própria condição na sociedade

Leia-se, abaixo, o poema de Adélia Prado, intitulado *Com licença poética*:

“Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.
Não sou feia que não possa casar,
acho o Rio de Janeiro uma beleza e
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.
Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
Inauguro linhagens, fundo reinos
— dor não é amargura.
Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade de alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô.
Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.
Mulher é desdobrável. Eu sou.”

Adélia Prado utiliza em seu texto, já na abertura, uma referência intertextual à voz marcante de um grande nome da literatura da época, Carlos Drummond de Andrade, em seu famoso *Poema de sete faces*. No entanto, a poetisa desmembra e retorce a visão masculina e enleva a uma condição a posição da mulher: “carregar bandeira” é símbolo de toda uma resistência em face à sociedade que exclui deliberadamente a mulher.

com seus bárbaros ruídos,/ Ora o áspero rumor de um calhau que se quebra, / Ora o surdo rumor de mármores partidos.”

Já Cora Coralina¹⁵, em sua *Mulher da Vida*, responde a toda poética masculina, dando voz e identidade às mulheres relegadas da sociedade:

“Mulher da Vida,
Minha irmã.
De todos os tempos.
De todos os povos.
De todas as latitudes.
Ela vem do fundo imemorial das idades
e carrega a carga pesada
dos mais torpes sinônimos,
apelidos e ápodos:
Mulher da zona,
Mulher da rua,
Mulher perdida,
Mulher à toa.
Mulher da vida,
Minha irmã”

Um dos casos mais icônicos da literatura feminina no Brasil, indubitavelmente, é o de Carolina de Jesus. Nascida em Sacramento, 14 de março de 1914 e falecida em São Paulo, 13 de fevereiro de 1977, foi uma escritora brasileira, conhecida por seu livro *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada* publicado em 1960. Carolina de Jesus é considerada uma das primeiras e mais importantes escritoras negras do Brasil. A autora viveu boa parte de sua vida na favela do Canindé, na zona norte de São Paulo, sustentando a si mesma e seus três filhos como catadora de papéis. Em 1958 tem seu diário publicado sob o nome Quarto de Despejo, com auxílio do jornalista Audálio Dantas. O livro fez um enorme sucesso e chegou a ser traduzido para quatorze línguas. Foi também compositora e poetisa. Observe-se

Muitas fugiam ao me ver

Muitas fugiam ao me ver
Pensando que eu não percebia
Outras pediam pra ler
Os versos que eu escrevia

Era papel que eu catava
Para custear o meu viver
E no lixo eu encontrava livros para ler

¹⁵ Cf.: https://www.ebiografia.com/cora_coralina/

Quantas coisas eu quis fazer
Fui tolhida pelo preconceito
Se eu extinguir quero renascer
Num país que predomina o preto

Adeus! Adeus, eu vou morrer!
E deixo esses versos ao meu país
Se é que temos o direito de renascer
Quero um lugar, onde o preto é feliz.

Quando se lê Carolina de Jesus, percebe-se a subjetividade da poética e do lirismo enquanto a voz de resistência em face ao poder social, levantando as questões de gênero, raça e do papel da mulher numa sociedade machista e segregadora. Abaixo, sejam observados alguns versos de *Quarto de despejo*, poema que remete ao livro basilar da obra da escritora:

“(...)No início veio admiração
O meu nome circulou a Nação.
Surgiu uma escritora favelada.
Chama: Carolina Maria de Jesus.
E as obras que ela produz

Deixou a humanidade habismada
No início eu fiquei confusa.
Parece que estava oclusa
Num estôjo de marfim.
Eu era solicitada
Era bajulada.
Como um querubim.

Depois começaram a me invejar.
Dizia: você, deve dar
Os teus bens, para um assilo
Os que assim me falava
Não pensava.
Nos meus filhos.

As damas da alta sociedade.
Dizia: pratique a caridade.
Doando aos pobres agasalhos.
Mas o dinheiro da alta sociedade
Não é destinado a caridade
É para os prados, e os baralhos

E assim, eu fui desiludindo
O meu ideal regridindo
Igual um corpo envelhecendo.
Fui enrrugando, enrrugando...
Petalas de rosa, murchando, murchando
E... estou morrendo!” (grifos meus)

Numa sociedade em que a moralidade se faz de hipócrita e fascista, manipuladora e sectária, Carolina de Jesus desloca o leitor de sua zona de conforto. Colocar a mulher, seu corpo e suas identidades no cerne da discussão da cultura e dos seus valores é marca desta escritora que, subjugada em seu tempo, rompeu com os limites impostos pelas condições econômicas e por uma sociedade cujo *modus vivendi* é marcadamente sectário e machista.

Considerações finais

Pierre Bourdieu (2012, p. 79-80) afirma que o ocidente é permeado por uma violência simbólica: uma violência demarcada pelo discurso de um princípio androcêntrico, em que a sexualidade e a condição feminina são relegadas a 2º plano. Na história da literatura ocidental, em especial, na literatura brasileira até o advento do Modernismo do século XX, também se percebem as projeções sobre a mulher: espelho de uma sociedade androcêntrica, a mulher reproduziria os costumes da moral e dos comportamentos vigentes, moral e costumes ditados pelos liames do poder masculino.

Só após a irrupção modernista é que a literatura feminina atinge níveis significativos de luta e resistência cultural, com a presença de muitas escritoras, produzindo e discutindo o gênero e o corpo, as identidades culturais e buscando seu espaço na sociedade.

O corpo feminino, por meio da arte de muitas dessas escritoras, tais como Adélia Prado e Carolina de Jesus, é não mais o objeto do prazer masculino, não mais a projeção do silenciamento da moral, e, sim, o reflexo de todo um processamento em prol da libertação de seu ser, da busca pelo reconhecimento de sua existência.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Oswald. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

AQUINO, Tomás de. *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril, 1996.

- ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Ediouro, 2009.
- ASSIS, M. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Martin Claret, 2000.
- BANDEIRA, Manuel. *Estrela da Vida Inteira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.
- BOURDIEU, P. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CADERNOS DE HISTÓRIA, PUC-BH, v.2, n2, 1997.
- CONNOR, Steven. *Teoria e Valor Cultural*. São Paulo: Loyola, 1994.
- CORALINA, Cora. Mulher da Vida. Extraído de:
https://www.ebiografia.com/cora_coralina/. Acesso em 21 de Junho de 2018.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade*. São Paulo: Paz & Terra, 2015.
- JESUS, Carolina de. Muitos fugiam ao me ver. Extraído de:
<https://www.revistaprosaveroearte.com/carolina-maria-de-jesus-poemas/>. Acesso em 20 de junho de 2018.
- PORTER, Roy. História do corpo. In: BURKE, P. *A escrita da História*. São Paulo: EdUnesp, 1992. p. 291-326.
- PRADO, Adélia. *Poesia Reunida*. São Paulo: Record, 2007.
- RANKE-HEINEMANN, Uta. *Eunucos pelo Reino de Deus*. São Paulo: Rosa dos Ventos, 1996.
- RIBEIRO, Júlio. *A carne*. São Paulo: Martin Claret, 1999.
- SAID, Edward. *Orientalismos: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

LINHA DE PESQUISA II:
Relações étnico-raciais, memória e identidade cultural.

Rede de privilégios: burocracia portuguesa e as origens da Desigualdade Social brasileira

Network of privileges: Portuguese bureaucracy and the origins of Brazilian Social Inequality

Privilegios de la red: la burocracia portuguesa y los orígenes de la desigualdad social brasileña

Antônio Paulo Pimentel da França

Centro Universitário São José de Itaperuna (UniFSJ). Graduado em História (UniFSJ).

Claudia Nayara Ximenes Abdala

Centro Universitário São José de Itaperuna (UniFSJ). Graduada em História (UniFSJ).

Kaio Julião Veiga

Centro Universitário São José de Itaperuna (UniFSJ). Graduado em História (UniFSJ).

Sávio da Silva Abreu

Centro Universitário São José de Itaperuna (UniFSJ). Graduado em História (UniFSJ).

Drielle da Silva Pereira

Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestra em Estudos Estratégicos pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Resumo: Este artigo pretende elucidar elementos da burocracia portuguesa que incidem na sociedade colonial brasileira nos séculos XVI e XVII, de modo a deixarem marcas profundas em nossa formação. Ao longo deste estudo buscaremos demonstrar quais aspectos contribuíram para as origens de nosso quadro de desigualdades políticas e sociais que temos no Brasil de hoje. Cientes da necessidade de um aporte teórico, foi feito um balanço de autores e teorias, que refletirão sobre a desigualdade social, os quais perpassam alguns campos das Ciências humanas e Sociais.

Palavras-Chave: Brasil Colonial, Burocracia Portuguesa, Desigualdade Social.

Abstract: This article aims to clarify elements of the Portuguese bureaucracy that affect the Brazilian colonial society in the sixteenth and seventeenth centuries, in order to leave deep marks in our formation. Throughout the study, we will seek to demonstrate which aspects contributed to the origins of the framework of political and social inequalities that we have in Brazil today. Being aware of the need for a theoretical contribution, a search for authors and theories that pass through some fields of human and social sciences was made, which will reflect on social inequality.

Key-words: Colonial Brazil, Portuguese Bureaucracy, Social Inequality.

Resumen: Este artículo se propone elucidar elementos de la burocracia portuguesa que inciden en la sociedad colonial brasileña en los siglos XVI y XVII, dejando de tal modo marcas profundas en nuestra formación. A lo largo de este estudio buscaremos demostrar cuáles aspectos contribuyeron para los orígenes del cuadro de desigualdades políticas y sociales que tenemos en el Brasil de hoy. Conscientes de la necesidad de un aporte teórico, hicimos una búsqueda por autores y teorías, que reflexionarán sobre la desigualdad social, los cuales traspasan algunos campos de las ciencias humanas y sociales.

Palabras-Clave: Brasil Colonial, Burocracia Portuguesa, Desigualdad Social.

Introdução

Este artigo tem a perspectiva de apresentar elementos que constituíram as bases da sociedade colonial brasileira nos séculos XVI e XVII, focalizando na burocracia portuguesa, que influenciou na desigualdade social até nos dias atuais. Investigaremos a discussão historiográfica com a análise conectada e transnacional¹⁶.

Na primeira seção, apresentaremos a formação do Estado Português e sua burocracia, para a compreensão da desenvoltura social relevante nos dias atuais.

Na segunda seção, buscaremos traços marcantes da burocracia portuguesa presentes na sociedade colonial brasileira.

Por fim analisaremos como essas heranças patrimonialistas influenciam ainda hoje o quadro de desigualdades sociais presentes em nossa sociedade atual.

Trabalharemos as circunstâncias que levaram a descoberta do Brasil, levando em conta o avanço na corrida mercantil, e os interesses portugueses em descobrir novas rotas marítimas e estabelecer sua rede de monopólios comerciais, que abasteceriam a Europa. Além de traçar a perspectiva presente na ideia de burocracia portuguesa e os conflitos de interesses presentes.

1 A formação do Estado Português e a origem de sua burocracia

¹⁶ Entre as novas modalidades que têm surgido com vistas à transposição dos tradicionais limites nacionais ou regionais-e que, por assim dizer, alcançam o mundo de nova maneira- têm se afirmado com especial vigor as “história interconectadas”, “história cruzadas” e “histórias transnacionais” (BARROS, 2014).

Entender o processo de formação do Estado Português, requer uma análise do contexto histórico presente na Península Ibérica no século XI. Abria-se uma nova era, marcada por guerras, conflitos políticos e sociais. As guerras de Reconquista visavam a retomada do território Ibérico, que por sua vez era dominado pelos árabes¹⁷.

Segundo Faoro (2001), o intenso conflito entre espanhóis e sarracenos facilitou o estabelecimento de um condado portugalense, que traria uma configuração administrativa diferente das relações senhoriais predominantes. Uma vez agora que o Rei passa a ter domínio de poder sobre a terra que era o principal instrumento de poder. Vale ressaltar que a partir desse episódio cria-se um sentimento de patrimonialismo¹⁸ e unificação do poder e da soberania do Rei.

Esse espírito supracitado se refere ao estilo de administração adotado por grande parte dos monarcas absolutistas Europeus. Que era lidar com a coisa pública sem distinguir do privado, pensando especificamente nesse Estado Português que estava a se formar, lançaremos a ideia de uma possível influência desse modelo nas colônias que Portugal viria a controlar.

Devido os conflitos sociais e políticos que a dinastia de Borgonha estava enfrentando, as derrotas nas guerras, a peste bubônica, o êxodo rural, entre outros, o território portugalense entra em uma guerra civil, envolvendo conflitos de interesses que ocorriam constantemente entre a nobreza e a burguesia. Somente em 14 de agosto de 1385 esses conflitos foram decididos na batalha de Aljubarrota, contra Castela e a favor de D. João I, conhecido como o período da Revolução de Avis, que marca o início do Estado moderno de Portugal.

Para Vainfas (2015), a partir daí inicia-se com D. João I a expansão ultramarina portuguesa. Beneficiando-se de sua posição geográfica, do seu conhecimento cartográfico, dos interesses da Igreja Católica na expansão de fiéis, Portugal lança-se ao Atlântico a frente de qualquer outra nação.

¹⁷ A ocupação e invasão Árabe começou em 711 e três anos depois já dominava a maior parte do território da península Ibérica, o domínio só cessaria definitivamente apenas em 1492.

¹⁸ Termo originalmente usado por Marx Weber (1864-1920), dominação em que as esferas pública e privada confundem-se e, muitas vezes, tornam-se quase indistintas.

O Rei cria uma hierarquia social, através de cargos militares, administrativos e privilégios, comprovando dessa forma a tese de Faoro (2001) que “entre rei e os súditos não há intermediários”. Conseguindo assim atender as necessidades dos interesses coletivos “povo” e particulares “nobreza”, criando um conselho administrativo com a função de reger o seu poder e os interesses envolvidos.

Tal lógica administrativa adotada em Portugal irá influir por todo Império Ultramarino, vindo a ser decisivo em nosso processo de formação, seja territorial, político e burocrático, estabelecendo raízes em nossa prática que podem ser percebidas ainda na atualidade. Veremos na próxima seção como, em linhas gerais, a burocracia portuguesa lança-se sobre o Brasil que nascia.

2 Traços da burocracia portuguesa no Brasil – rede de privilégios

Embora, Cabral e suas naus tenham aportado no Brasil em abril de 1500 o efetivo processo de colonização seria levado a cabo somente a partir da década de 1530 com a adoção do sistema de Capitânicas Hereditárias e a chegada de Martim Afonso para tomar posse das terras que o rei delegara a ele em São Vicente.

Para o rei, como vimos na seção anterior, era importantíssimo manter uma rede de privilégios, através da doação de terras à nobreza e burguesia crescente, o fez com o sistema de capitânicas. Por sua vez, outro aspecto relevante era a fiscalização através de uma pesada burocracia, para que assim fizesse valer a lei do rei nas terras sob sua bandeira. Nesse sentido, apenas em 1549, com a chegada de Tomé de Souza, primeiro governador-geral do Brasil, e todo um arcabouço burocrático¹⁹ tentar-se-ia fazer-se aqui uma extensão de Portugal. Contudo, a empreitada foi dificultada devido as enormes distâncias dentro da própria colônia e mais ainda em relação à Metrópole e a falta de pessoal para ocupar os cargos burocráticos, que acabaram por ficar em função das vontades dos donatários e os seus.

¹⁹ Junto a esquadra também ia a equipe de alto funcionários do Estado, que além do governador, era constituída por um capitão-mor, um provedor-mor e ouvidor-mor, com estes vinham muitos colonos (ferreiros, carpinteiros, mecânicos, pedreiros, etc.), gente de guerra e quatrocentos degredados, somando mais de mil homens ao todo (LEITE, 2004).

Segundo Fragoso (2001, p.144), observa-se a adoção no Brasil, assim como em outras bandas do Ultramar, um modelo corporativista de lidar com sociedade e distribuição de poder, caberia ao rei distribuir mercês conforme as funções, direitos e privilégios de cada um dos membros desta sociedade, exercendo a justiça em nome do bem comum ou, mais bem dizendo, em nome do bem de poucos, dentro da lógica de se pensar tal sociedade.

Conforme ia se desenhando, nossa sociedade ganhava figuras centrais para hoje compreendermos as origens de nossas desigualdades. Uma delas é a figura dos donatários, que detiveram desde nossas origens o poder de mando e desmando em muitos aspectos, desde que submissos ao rei. Junto a eles, seus sesmeiros (ou lavradores) constituíam o que se denominavam homens-bons²⁰, responsáveis pela constituição das câmaras municipais, centro do poder político no Brasil Colonial.

Com a terra, além do poder político, esses fidalgos dos trópicos, controlavam o poder judiciário, seja nas instâncias civis ou criminais, podendo nomear um ouvidor e demais funcionários da justiça (SCHWARTZ, 2011). Assim vemos claramente que a superestrutura herdada de Portugal possibilitou a formação de uma rede de privilégios entre os membros da elite colonial.

Outro aspecto é o caráter excludente do acesso ao poder, de modo que não tinha acesso as esferas políticas a maior parte da população colonial, composta por mestiços, cristãos-novos e ex-escravos – sem contar os milhares de escravos, que estavam em um patamar ainda mais abaixo.

Linhares (et al, 2000, p.61), exemplifica para nós como era marcante a rede de privilégios na formação, consolidação e manutenção de uma elite colonial. Segundo a mesma: “Garcia d’Avila (...) um criado do governador-geral, recebeu duas vacas e, dois anos depois, já possui duzentas cabeças. Ao fim da vida terá um dos maiores latifúndios da América (...) e o título de fidalgo.”

Latifundiários, senhores de Engenho e de terras, mandatários nas esferas políticas e jurídicas. Haveria legislação sobre eles? Abririam os olhos para a enorme parcela populacional excluída das estâncias de poder? Nossa

²⁰ Segundo Vainfas (2000, p.284), era uma expressão utilizada na América Portuguesa para traduzir uma atitude mental típica do Antigo Regime, que era incapaz de considerar os indivíduos como nascidos iguais e dotados dos mesmos direitos. Ao contrário, eram o sangue, a linhagem, a ocupação e os privilégios que estabeleciam as diferenças.

“classe política” ainda hoje não se vê aberta a todos... Nossa real participação engatinha em uma democracia que muitas das vezes segue sendo subserviente a uma elite estabelecida em tempos coloniais. Segundo Da Matta (1997, p.72) há quem se julga especial e vê-se no direito de dizer: “Você sabe com quem está falando?”, de modo a remontar suas origens e suas ligações com a rede de privilégios que se formou no Brasil.

3 O Brasil das desigualdades, uma herança das raízes ibéricas?

Nesta seção, nosso esforço é na tentativa de delimitar, em quais aspectos o regime de colonial português, e sua burocracia influenciou nos processos de estratificação²¹. Dando a determinados grupos privilégios, frente a outros, nos segmentos de participação política, econômica e acesso a bens e serviços.

Como um fenômeno geral, a desigualdade tem sido abordada em diferentes perspectivas nas áreas científicas²². Podemos elencar alguns teóricos deste conceito na sociologia, Karl Marx²³ (1818-1883), seus estudos giraram no entorno a aspectos econômicos e sua influência, na divisão da sociedade em classes, e sua consequente luta. Outro teórico, é Marx Weber²⁴ (1864–1920), que buscou entender as posições de classe para além de seu caráter econômico, associando-o aos aspectos simbólicos, como por exemplo a religião.

Na filosofia Rousseau²⁵ (1712-1778), procurou em sua obra “*Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*”, publicado em 1755, aborda as bases sobre as quais se firma o processo gerador das desigualdades sociais e morais entre os seres humanos.

²¹ Conceito sociológico, que será explanado ao longo desta seção.

²² Nos legitimamos perante ao leitor, pois embora este estudo seja em sua predominância de cunho histórico, nossa metodologia, abarcara outras áreas das ciências humanas e sociais. Fazendo assim uso de conceitos e autores destes campos.

²³ Junto com Frederick Engels (1820-1895), teorizaram o materialismo histórico, corrente teórica enfoca nos estudos da sociedade por meio da relação entre a acumulação material e o desenvolvimento da história da humanidade.

²⁴ Sua obra mais conhecida é “*A ética protestante e o Espírito do Capitalismo*”, publicado em 1904.

²⁵ Filósofo iluminista, e defensor ardoroso dos princípios de igualdade.

Embora exista variados tipos de desigualdade como as de gênero, raciais, regional ou territorial, nossa abordagem perpassa a econômica e social. Assim, dada a amplitude do conceito, e as variadas interpretações, convergimos em uma mesma perspectiva que Bobbio (1998, p.443), ao refletir sobre tal temática:

O conceito de estratificação, tal como é usado atualmente na sociologia, é em grande parte sinônimo do conceito de desigualdade social: indica que os homens estão colocados em posições diferentes no que respeita ao acesso aos bens sociais a que todos, em geral, aspiram, mas cuja disponibilidade é escassa.

Em nosso seio intelectual os precursores, em compreender, a historicidade, as dinâmicas e singularidades sociais brasileiras irão creditar, na colonização portuguesa a origem do processo de desnivelamento social. Tendo por argumento a doação de terras por parte da coroa a donatários, como forma administrativa e de povoamento do “novo mundo”. Bem como o espírito exploratório português, o regime Monárquico e a distribuição de títulos nobiliárquicos. Que foram capazes de formar uma cultura política, o patrimonialismo. Aspecto, presente nas obras ensaísticas, do sec. XX, como Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior, e em futuras análises de Raymundo Faoro.

Em Interpretações contemporâneas, como as de Florestam Fernandes e Jessé Souza (entre outros), terão como fator preponderante o legado da escravidão, mais precisamente na abolição da escravatura (1888) e implantação da primeira república (1889-1930). Estes momentos decisivos de nossa história aos quais não foram capazes de inserir, os ex-escravos, nas novas relações de produção, nem de romper com questões étnicas e raciais, muito menos lhes conceder a cidadania. Prova disto são as políticas de branqueamento usadas nos finais do sec. XIX e início do XX, formadora de classes baseadas nas raças (MOTTA, 2013). Condições estas geradoras da marginalização, precarização e instabilidade social.

Há de se ressaltar que tais apreciações não são antagônicas, seja ela da primeira e segunda geração, muito embora as recentes análises tendem a ser críticas aos pioneiros. Ambas apresentaram elementos históricos que, são

traços de heranças coloniais: escravidão e o latifúndio. Os quais nos são até a atualidade um entrave para a concretude das premissas de igualdade, e equidade, de nosso estado de direito.

A herança colonial pesou mais na área dos direitos civis. O novo país herdou a escravidão, que negava a condição humana do escravo, herdou a grande propriedade rural, monocultora, fechada à ação da lei, e herdou um estado comprometido com o poder privado...” (CARVALHO, 2008, p.45)

Esse legado foi responsável por dar poder, riqueza e legitimação a um determinado grupo. Esses elementos são centrais em toda e qualquer sociedade, pois com estes instrumentos, serão ditas as regras do jogo: quem manda e quem obedece, quem fica com os privilégios e quem é abandonado e excluído.

O pragmatismo arbitrário da elite que se formou estará ancorado em acordos políticos e jurídicos, econômicos, agindo em prol de seu próprio interesse (SOUZA, 2017). Criando e mantendo as tradições patrimonialistas e autoritárias, que são a continuidade de uma rígida estrutura social, em circuitos fechados que impede, avanços sociais das classes subalternas, para que ocorra a manutenção do próprio sistema. As consequências desses percursos em nossos dias são, a alta concentração de renda, racismo, conflitos de terra, domínio privado a setores públicos entre tantos outros.

Estudos recentes mostram, que caminhamos em prol da redução dos níveis sociais, por meio de políticas públicas. Como transferência de renda por parte do governo e a constitucionalização de direitos sociais, porém tais medidas não tiraram dos possuidores e deu aos despossuídos, apenas os incluiu em outros estrados sociais demonstrando certo artificialismo (ARRETCHE, 2015). Assim mais que produtos do passado somos o reflexo do presente. Embora nossa trajetória histórica seja protagonizada por vetores coloniais, a ação da classe dominante no presente, gerenciará a continuidade, dos contrastes sociais e a manutenção de seus privilégios.

Considerações Finais

Diante do exposto, como uma constatação preliminar, observa-se que o processo de colonização portuguesa, deixou profundas marcas em nossa formação e identidade, dentre elas, a desigualdade social.

Nota-se, assim extensos, e difusos elementos, influenciadores no processo de constituição da nação, cabendo destaque a escravidão e o latifúndio, que foram capazes sobretudo de formar uma cultura política, onde a máxima são os “privilégios”.

A título conclusivo, compreendemos que o conceito de cidadania, ainda nos é um tema caro, e o caminho para a superação, é longo e árduo. Assim esta análise, vislumbra atuar como ponto de partida, as perspectivas que se apresentam, aos processos de estratificação de nosso país.

Referências

ARRETCHE, Marta. **Trajetórias da desigualdade: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos.** São Paulo, UNESP, 2015.

BARROS, José D'Assunção. **Histórias Cruzadas - Considerações sobre uma nova modalidade baseada nos procedimentos relacionais.** Anos 90, v. 21, n. 40, 2014.

BOBBIO, Norberto, **Dicionário de Política**, 11. ed. Brasília: UNB, 1998.

CARVALHO, Jose Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** 5ed. São Paulo, Globo, 2012.

FRAGOSO, João; DE FÁTIMA GOUVÊA, Maria. (org.) **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII).** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Organização: César Augusto dos Santos [et al]. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LINHARES, Maria Yedda et al. (Ed.9). **História geral do Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

MATTA, Roberto da. **A casa e a rua – espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MOTTA, Daniele. **As particularidades do regime de classe no Brasil segundo Florestan Fernandes**. Gepal, 13 de setembro de 2013. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v8_daniele1_GVIII.pdf.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751**. Companhia das Letras, 2011.

SOUZA, Jesse. **A Elite do atraso: da escravidão à Lava-jato**. Rio de Janeiro, Leya, 2017.

VAINFAS, Ronaldo et al. **Dicionário do Brasil colonial, 1500-1808**. Editora Objetiva, 2000.

_____. **História**. São Paulo: Saraiva, v. 1, 2010.

A Formação das Capitânicas Hereditárias e o pensamento social brasileiro: novas concepções

The Formation of Hereditary Capitânicas and the Brazilian social thought: new conceptions

La Formación de las Capitânicas Hereditarias y el pensamiento social brasileño: nuevas concepciones

Vinícius Silva dos Santos

Graduado em História pelo Centro Universitário Fundação São José de Itaperuna (UNIFSJ). Pós-Graduando em História do Brasil pelo Centro Universitário Fundação São José de Itaperuna (UNIFSJ). Pós-Graduando em História das Religiões Universidade Cândido Mendes (UCAM).

Drielle da Silva Pereira

Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestra em Estudos Estratégicos pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Resumo: O presente artigo analisa os três principais autores responsáveis pela formação do pensamento social brasileiro que são: Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Hollanda e Gilberto Freyre. Tendo como o principal ponto de partida o projeto de constituição das Capitânicas Hereditárias, para a formulação do entendimento a respeito das bases formulantes das esferas sociais e políticas do país. Utilizando basicamente um estudo bibliográfico, buscaremos identificar na geração de novos intelectuais como Jessé Souza, Roberto Damatta e Florestan Fernandes a assimilação desses acerca dos pensadores clássicos, da composição estrutural político-social brasileira e a relação da última com o fomento da desigualdade no país.

Palavras-chave: Capitânicas Hereditárias, Pensamento Social Brasileiro, Patrimonialismo e Desigualdade Social.

Abstract: This article analyzes the three main authors responsible for the formation of Brazilian social thought: Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Hollanda and Gilberto Freyre. Having as its main starting point the project of constitution of the Hereditary Captaincies, for the formulation of the understanding regarding the founding bases of the social and political spheres of the country. Using basically a bibliographical study, we will seek to identify in the generation of new intellectuals such as Jessé Souza, Roberto Damatta and Florestan Fernandes the assimilation of these about classic thinkers, Brazilian political-social structural composition and the relation of the latter with the foment of inequality in the country.

Key-words: hereditary captaincies, Brazilian social thought, patrimonialism and social inequality.

Resumen: El presente artículo analiza los tres principales autores responsables de la formación del pensamiento social brasileño que son: Caio

Prado Júnior, Sérgio Buarque de Hollanda y Gilberto Freyre. Con el principal punto de partida del proyecto de constitución de las Capitanías Hereditarias, para la formulación del entendimiento acerca de las bases formulantes de las esferas sociales y políticas del país. En el presente trabajo se analizan los resultados obtenidos en el análisis de los resultados obtenidos en el estudio de los resultados obtenidos en el estudio.

Palabras-clave: Capitanías Hereditarias, Pensamiento Social Brasileño, Patrimonialismo y Desigualdad Social.

Introdução:

Durante os séculos XV e XVI, Portugal inicia um audacioso projeto de expansão marítima, lançando-se ao mar com objetivos econômico a priori, porém, que irão se reconfigurar durante os processos colonizatórios. No Brasil, a colonização portuguesa concretizou seus respectivos objetivos instituindo um sistema de administração e povoamento de nominada de Capitanias Hereditárias.

As Capitanias Hereditárias devem ser compreendidas como um sistema, que possibilitou a estruturação de uma ordem social que irá surgir durante o Brasil Colônia e se perpetuará durante toda a História do país, mesmo que se posicionando de maneira diferenciada em algumas ocasiões. Herdando um método administrativo português e o alterando sob a realidade colonial, os donatários se tornam predominantemente a elite dessa sociedade em construção. Dessa forma, dedicaremos à primeira sessão do presente artigo a idealização da formação das Capitanias Hereditárias na Colônia, e o processo que conduziu a afirmação desses donatários como uma efetiva elite.

Na tentativa de explicar a formação sócio-política do Brasil, um grupo de estudiosos se debruçou sob a idealização do país, para isso, se reportaram ao período colonial para entender as bases que estruturaram a nação. Tais trabalhos são reconhecidos pelas Ciências Sociais como “pensamento social brasileiro”, e dessa forma, revisitadas a todo o momento para a formulação de argumentos sobre a sociedade, relação política do Brasil, ou até mesmo, para efeito de críticas acerca das mesmas. Desse modo, destacaremos nesta sessão os autores que nortearam a construção do pensamento social brasileiro e a relevância dos mesmos para o entendimento sobre o Brasil.

Com o despontar dos tempos, uma rama de intelectuais se destacam, pois, para conceberem problemáticas como desigualdade social e questões complexas que permeiam a estrutura do Estado brasileiro (como os participantes desse cenário), esses autores retornaram as Capitânicas Hereditárias dispostos a entenderem os pilares dessa sociedade, contrapondo com a ideia expressada pelos clássicos e concebendo uma nova visão para se entender o Brasil. Assim sendo, formalizemos a terceira sessão.

O que se pretende, substancialmente, é demonstrar a importância dos autores clássicos do pensamento social brasileiro na formulação do entendimento sobre o Brasil, bem como, a importância de analisar as interpretações dessa nova geração de autores sobre os clássicos e sobre a formulação das estruturas sócio-políticas do Brasil.

1 Formação das Capitânicas Hereditárias.

O processo de colonização do território brasileiro está extremamente ligado a problemáticas que permeiam a Europa nos séculos XV e XVI. Sendo assim, reportar a este período se faz um elemento de suma importância, para a elucidação desse complexo arranjo que se configurará na organização da colônia do Estado Português no “Novo Mundo”.

Enquanto muitos povos da Europa passavam por conflitos internos para prover a sua unificação e se afirmar como um país junto ao Continente, Portugal se destaca sendo uma nação que há anos já tinha conseguido tal feito. Podemos considerar que, esse fator foi de grande relevância para o pioneirismo português frente à expansão marítima na modernidade. O Estado Português já organizado internamente adotará medidas para prover suas necessidades de subsistência econômica, como também, para a fomentação do produto excedente. O território geográfico no qual Portugal se localiza, favoreceu positivamente sua exposição ao comércio marítimo, desse modo, o habitual contato com o mar viabilizou o desenvolvimento de tecnologias náuticas.

Portugal não escapou à crise geral do ocidente da Europa. Entretanto, enfrentou-se em condições políticas melhores do que as de outros reinos. Durante todo o século XV, Portugal foi

um reino unificado e menos sujeito a convulsões e disputas, contrastando nesse sentido com a França, a Inglaterra, a Espanha e a Itália, todas envolvidas em guerras e complicações dinásticas (FAUSTO, 2015, p. 10).

Perante a realidade de Portugal no século XV, as grandes navegações seria uma realidade que iria de encontro aos interesses de quase todas as classes e instituições que pertenciam aquela Nação. Na visão dos comerciantes, a expansão poderia permitir maiores mercados para venda e consumo; para a Coroa, uma possibilidade que aumentaria a renda dos cofres públicos; para a Instituição Igreja, a expansão do “reino de Deus na terra”, ou seja, a fortificação de suas fileiras de fiéis, que levaria consecutivamente a um fortalecimento da própria Instituição; o povo via com bons olhos uma eventual oportunidade de melhoria de qualidade e padrões de vida. Contudo, o feito de se lançar ao mar, prejudicava severamente as negociações dos empresários agrícolas, para esses, a terra era sinônimo de produção, lucro e renda. Contudo, esgualhemos conceber que, a expansão marítima portuguesa se tornou um projeto nacional, tendo em vista que, houve uma adesão de quase todos os seguimentos da sociedade, visando os eventuais ganhos que essa medida poderia gerar (FAUSTO, 2015).

As primeiras experiências quanto à expansão marítima portuguesa, se deu no Continente Africano. Por volta de 1415, os portugueses conquistam Ceuta, localizada no norte da África, e, a partir deste momento, iniciam uma longa jornada de reconhecimento da costa litorânea. Durante esse período, o comércio é organizado de acordo com os interesses dos dominadores, estabelecendo o monopólio sobre operações. Duas principais matérias iram fomentar os interesses portugueses, são elas: o ouro e as especiarias. O valor do “metal amarelo”, já era conhecido desde os primórdios da humanidade, e sua significância para a Coroa girava em torno do mercado monetário (moeda), como também, para a exuberância daquela nobreza. Já as especiarias eram utilizadas como técnica de conservação de alimentos (BUENO, 2006).

A História aborda o ano de 1500, como sendo o de “coroação-mor” da expansão marítima portuguesa. A dimensão territorial, diversidade natural e logicamente, a possibilidade de descoberta de um território altamente rentável

(mesmo com o desconhecimento de imediato da proporção dessa conquista) despertou os interesses da Coroa para com as terras recém “descobertas”. De início, não houve preocupação dos Portugueses em instaurar uma colônia propriamente dita, esse fator pode ser entendido pela simples consciência de que, naquele momento não se sabia as proporções financeiras que tal feito poderia garantir. Isso posto, conhecer o território era essencial para a consolidação de projetos futuros. Durante o período Pré-Colonial (1500-1535), a tensão com as possibilidades de ocupações da extensão por outras nações, levou Portugal a estabelecer um sistema de efetiva colonização do território.

O fato de que os portugueses seguiam encontrando diversos navios franceses com pau-brasil, e até ocupando áreas que de acordo com o Tratado de Tordesilhas pertenciam a Portugal, ajudou a pressionar D. João na sua decisão por dividir o Brasil em CH's e começar a povoá-lo para acabar com o risco de perder as terras para a França (INNOCENTINI, 2009, p. 14).

O processo de formação das Capitânicas Hereditárias na então pré-colônia Portuguesa na América se deu a partir do ano de 1534, quando o então Rei D. João III percebeu que havia necessidade de colonizar essas terras, com o intuito de melhor explorá-las, como também, povoá-las. O monarca estabeleceu a divisão da costa brasileira em quinze lotes (que iam do litoral ao interior), formando-se assim doze capitânicas, que era uma forma de administrar o território colonial. O recebimento das porções de terras era realizado através de denominadas “carta de doação e a carta foral”, onde o rei concedia os poderes aos donatários de ali estabelecer sua capitania. Porém, devemos salientar a contrapartida posta aos donatários, como, por exemplo, a obrigatoriedade de investimento nas terras no intuito de exploração; a necessidade de pagamento de tributos relativos ao que era produzido na capitania. O donatário ao receber as terras detinha plenos poderes sobre elas, porém, estava proibido de vendê-las, podendo apenas caso fosse de sua vontade, passá-las aos seus filhos de forma hereditária, caracterizando o próprio nome do sistema. Outros direitos garantidos ao donatário pela carta de doação era o de formar milícias para a proteção da população da capitania e o de subdividir suas terras em sesmarias (porções de terras menores) para melhor explorar a terra no cultivo e para o povoamento.

Aos donatários cabia a responsabilidade de povoar e desenvolver a terra à própria custa. O regime de capitania hereditárias, desse modo, transferia para a iniciativa particular a tarefa de colonizar o Brasil (INNOCENTINI, 2009, p. 16).

A tarefa de doar as terras a fim de colonizar, não fora um feito simples para a coroa. O grupo social que poderia cumprir a exigência de investimento para o desenvolvimento da capitania, era a nobreza, porém, a essa classe pouco interessava tal fato, pois, não havia nada de concreto que comprovasse a existência de riqueza no solo brasileiro exceto o pau-brasil, esse feito levou a alguns donatários a nunca virem assumir suas capitanias. Sendo assim, (ABREU, 1998, p. 48) irá comentar:

Os donatários saíram em geral da pequena nobreza, dentre pessoas práticas da Índia, afeitas ao viver largo da conquista, porventura coactas nas malhas acochadas da pragmática metropolitana. Muitos nunca vieram ao Brasil, ou desanimaram com o primeiro revés. El rei cedeu às pessoas a quem doou capitanias alguns dos direitos reais, levado pelo desejo de dar vigor ao regime agora organizado; muitas concessões fez também como administrador e grão-mestre da Ordem de Cristo.

Efetivando a instauração das capitanias, o povoamento se fazia um elemento significativo. Se deparar com pessoas que estavam dispostas a se lançar ao mar em direção a um mundo desconhecido, não foi uma tarefa fácil. Portanto, o Estado Português se viu compelido a implantar medidas para encorajar pessoas a deixarem o reino e virem para a colônia. Uma dessas medidas era a de impor a vinda para colônia, como forma de pena para aqueles que cometessem crimes de degredo, como, ataques contra a Igreja, lesa-majestade, delitos sexuais (vieram em maior quantidade) e furtos. Havia também os “nobres empobrecidos” que viam nessa oportunidade, a chance de reconstruírem suas vidas; pequenos burgueses e os cristãos novos que vieram fugidos das perseguições religiosas. O último desenvolveu um papel de grande importância na promoção da colônia (COSTA, 1998).

Transpor a economia de pura extração de recursos naturais para uma economia de cultivo da terra foi uma medida que pode ocorrer apenas pela autonomia dada pela Coroa aos donatários. Com o objetivo de captar lucro, “As capitanias resultaram na condição ideal para que o ciclo do açúcar viesse a se instalar” (MATTOS, INNOCENTINI; BENELLI, 2012, p. 440). Para a mão-de-

obra como força produtivas dessas lavouras de cana de açúcar não coube mais ao escambo. Baseados em experiências portuguesas no continente africano, e conhecendo o manejo daqueles nativos com a terra, os portugueses viram que era viável trazer africanos como escravos para trabalharem nas grandes plantações e engenhos.

O sistema de Capitâneas Hereditárias, não obteve sucesso em sua totalidade. A má administração, o descaso com a terra e até mesmo o abandono total das capitâneas, levaram a frustração do projeto. Contudo, devemos compreender as Capitâneas Hereditárias, como a formação de uma grande classe latifundiária e de senhores de engenho. Estas iram configurar durante a História do Brasil um arranjo, se afirmando como classes dominantes nos âmbitos sociais e econômicos. Dessa forma, na próxima sessão, buscaremos discutir nos autores clássicos do pensamento social brasileiro, a constituição dessa elite colonial.

2 A formação da elite colonial brasileira, na visão dos autores clássicos do pensamento social brasileiro.

Com o advento da primeira metade do século XX, e com a experiência da Revolução de 1930²⁶ onde uma política bastante destemida buscava colocar o país no caminho do desenvolvimento econômico nacional, baseado na industrialização e na fomentação das indústrias de base; voltou-se a discutir por meio de autores atentos a todas essas mudanças, o entendimento sobre a formação do Brasil. Para isso, iram recorrer às gêneses do país, ou seja, no período colonial, para o desenvolvimento de análises que pudessem reproduzir melhor o que proporcionou a construção do país, sendo nos âmbitos políticos, sociais e econômicos (SOUSA, 2009).

O pensamento social brasileiro é formado por uma tríade clássica, composta por três principais autores que em diferentes campos do saber visam analisar a sociedade brasileira desde seu engenho. Caio Prado Jr. buscará

²⁶ Movimento que leva Getúlio Vargas a Presidência da República, e que inicia a denominada “Era Vargas”, período de quinze anos em que o Brasil fora governado exclusivamente por Vargas.

abordar pela óptica econômica, o desenvolvimento do país como parte de empreendimento maior, salientado e mantido por Portugal. No espaço da política Sergio Buarque de Hollanda, fará uma abordagem sobre o legado cultural do colonizador e quais as influências desta, na cultura da nação. Já, Gilberto Freyre desenvolve na área social profundo estudo acerca das “raças” que fizeram parte da construção do Brasil, tal como, análises regionais envolvendo as aristocracias rurais e urbanas e sua ação no meio familiar e político.

A economia colonial fez-se um dos pilares fundamentais para a formação da sociedade brasileira. Portugal consolida sua colônia com o objetivo principal de exploração de recursos produtivos e naturais. Desta forma, articular toda uma estrutura político e administrativo-econômico, para fazer valer seus respectivos interesses era um elemento essencial. A Metrópole possuía exclusividade comercial sob a colônia, principalmente pela produção e exportação de produtos e esses produtos eram necessários não apenas para a subsistência da Metrópole, mas sim, para comercialização do excedente para exterior. Uma estrutura fora criada pela Metrópole na Colônia para a afirmação desse projeto, posto assim, o povoamento e a política organizacional foi de encontro aos objetivos da Metrópole, isto é, a Colônia não deve se preocupar com fatos que fujam do interesse comercial metropolitano (PRADO JR., 2017). Na visão de Caio Prado Jr., essa situação colaborou para que o Brasil passasse a ser um país que baseia a sua produção na monocultura e a uma evolução cíclica de espaço e tempo, onde há avanços econômicos em apenas determinadas regiões, com os variáveis lapsos de espaços de tempo, porém, sempre muito curto.

De tudo isso resultará uma consequência final, e talvez a mais grave: é a forma que tomou a evolução econômica da colônia. Uma evolução cíclica, tanto no tempo como no espaço, em que se assiste sucessivamente a fases de prosperidade estritamente localizadas, seguidas, depois de maior ou menor lapsos de tempo, mas sempre curto, do aniquilamento total (PRADO JR., 2017, p. 132).

Ainda sobre a economia colonial, Caio Prado Jr. afirma que ela será a responsável pela constituição da sociedade brasileira, onde uma minoria de proprietários de terras busca a todo o momento se afirmar sobre uma maioria

composta por pessoas desprovidas economicamente e socialmente (escravos, índios, artesãos e etc.).

A situação de fato, sob o regime colonial, correspondia efetivamente à de direito. E isso se compreende: chegamos ao cabo de nossa história colonial constituindo ainda, como desde o princípio, aquele agregado heterogêneo de uma pequena minoria de colonos brancos ou quase brancos, verdadeiros empresários, de parceria com a metrópole, da colonização do país; senhores da terra e de toda sua riqueza; e de outro lado, a grande massa da população, a sua substância, escrava ou pouco mais que isso: máquina de trabalho apenas, e sem outro papel no sistema (PRADO JR., 2017, p. 132).

Nas Capitânicas Hereditárias, acontecerá a formação de uma classe social pertencente aos Senhores de Engenho, que será fomentada a partir da principal atividade econômica da colônia, que era a produção de açúcar. Podemos notar a cristalização da prática do estamento, onde, esses senhores se organizam por meio de critérios de honra e tradição, ou seja, adquiri-se “status sociais” por meio de número de escravos, cristão velho, e de engenhos, por exemplo (CAMPANTE, 2003).

O jurista e sociólogo alemão Marx Weber (1864-1920), analisando uma determinada estrutura governamental, buscou compreender o sistema de poder político e por quais relações ela busca se afirmar. Deste modo, foi possível conceber o que o autor chama de patrimonialismo, que se manifesta nas relações governamentais dos sujeitos, sendo a gestão política baseada no interesse particular em detrimento do espaço público.

O patrimonialismo, portanto, explica a fundamentação do poder político, ou seja, como este se organiza e se legitima, e caracteriza-se pelo poder político organizado através do poder arbitrário/pessoal do príncipe e legitimado pela tradição (CAMPANTE, 2003, p. 4).

Para abarcar o aparato administrativo que o Brasil herda diretamente de Portugal pela relação entre metrópole e colônia, Raymundo Faoro apropria-se da concepção da ideia de patrimonialismo. De acordo com sua visão, o Estado será capaz de modificar-se sempre que necessário para a configuração desta condição dentro de um conjunto político-administrativo, organizado e formalizado através de mecanismos jurídicos (FAORO, 2012).

Explorar o âmbito familiar durante o período colonial se faz necessário para se pensar a sociedade, e, até mesmo para vislumbrar a incorporação do patrimonialismo no Brasil. O patriarcalismo²⁷ se posiciona durante a História do país, como uma configuração social predominantemente existente nas classes dominantes, afirmada e legitimada pela religiosidade, com a sentença de que a figura masculina tinha em si a autoridade divina. Podemos destacar como sendo as principais características desta: a predominância da efígie masculina e a sua autoridade incontestável (MOORE JR., 1967). Gilberto Freyre abordará o patriarcalismo dentro da sociedade colonial brasileira, e dedicará duas de suas grandes obras (Casa Grande e Senzala, Sobrados e Mucambos) a concepção da mesma. Segundo Jessé Sousa seguindo a ideia do patriarcalismo, Freyre demonstra que não há limites para a autoridade do detentor de terras e escravos, sendo a soberania deste incontestável por forças legais, pois, a sua personalidade.

Patriarcalismo, para ele, tem a ver com o fato de que não existem limites à autoridade pessoal do senhor de terras e escravos. Não existe justiça superior a ele, como em Portugal era o caso da justiça da Igreja, que decidia em última instância querelas seculares, não existia também poder policial independente que lhe pudesse exigir cumprimentos de contrato, como no caso das dívidas impagáveis de que fala Gilberto, não existia, *last but not least*, poder moral independente, posto que a capela era uma mera extensão da casa-grande (SOUSA, 2000, p. 5).

No cenário exposto, analisar detalhadamente as Câmaras Municipais se faz um fator de sua relevância, pois, é nela que se dará uma maior articulação, dos senhores de engenho em relação ao espaço público. O papel das Câmaras está atrelado ao de ação frente aos problemas de caráter administrativo, na manutenção das vilas; jurídico, regras para o comércio local, econômico e outros. Nesse meio, podemos ilustrar a recepção do patrimonialismo no Brasil, na medida em que grandes latifundiários, comerciantes e principalmente os senhores de engenho pertencentes à administração pública, irão se valer desse espaço tendo a concepção patriarcalismo para o benefício próprio, sendo assim, será figurado o que o autor Sérgio Buarque de Hollanda intitula como “homem cordial”, um cidadão

²⁷ Ideologia que afirma a figura do homem nas relações sociais dotado de poder, tanto no âmbito familiar, quanto na esfera pública.

que pela sua cultura e meio evolutivo, não sabe diferenciar o recinto público do privado. Segundo HOLLANDA (1969, p. 105-6):

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. [...]. Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalece a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer as funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático.

Nos últimos anos, os grandes clássicos do pensamento social brasileiro, estão sendo revisitados, com o intuito de promoção de releituras das obras. Não é nosso intento querer minimizar os feitos dos celebres autores, mas sim, valorizá-los os trazendo a tona, debatendo sobre o período de formação brasileira e da produção dos grandes ícones visto na presente sessão. Nesse sentido, buscaremos na sessão seguinte assimilar outros autores que retornam ao tema e analisarmos suas produções.

3 Leitura dos clássicos do pensamento político brasileiro por uma nova geração de intelectuais.

Revisitar os grandes clássicos do pensamento político brasileiro tem sido uma tarefa corriqueira, feita pelos atuais pesquisadores que possuem o objetivo de compreender o Brasil. Com a finalidade de elaboração de novas visões, estudiosos de diversos campos destacam-se em articular seus respectivos trabalhos e entendimentos elaborando elos com outras áreas, bem como, contundentes reinterpretações de tais obras. Podemos atribuir este fato ao movimento ocorrido na Historiografia²⁸ durante as últimas décadas XX, que concedeu a abertura para que a História interagisse com outras ciências, como por exemplo: Ciência Política, Geografia, Sociologia e outras.

²⁸ Terceira Geração dos Annales.

Nos últimos anos, um heterogêneo conjunto de pesquisadores, equipados com o instrumental analítico acumulado por décadas de ciência social institucionalizada, vem não apenas revisitando o ensaísmo dos anos 30, mas vasculhando a história intelectual do país e produzindo uma quantidade respeitável de análises, pesquisas empíricas e historiográficas, interpretações teóricas que têm contribuído para renovar nosso conhecimento dos padrões e dilemas fundamentais da sociedade e da política brasileiras (BRANDÃO, 2005, p. 231).

Através dessas reinterpretações buscaremos, ao decorrer desta sessão, analisar de forma contundente a atual produção realizada pelos intelectuais da hodiernidade, que atuam em diferentes dimensões. Buscaremos em Jessé Souza o contraponto com os pensadores clássicos, o qual afirma que a problemática social do Brasil não gira em torno das instituições, mas sim, na perpetuação das desigualdades de classes existentes no âmbito social (TEIXEIRA, 2010). Roberto Damatta apresenta uma série de indagações, na tentativa de elucidar a hipótese central: “O que faz o Brasil, Brasil” (SOUZA, 2001). Sendo assim, analisaremos as questões elucidadas por ele, contrapondo com os intelectuais abordados na sessão anterior. Na produção de Florestan Fernandes, salientaremos a preocupação do autor em não se limitar apenas no patrimonialismo como sendo um elemento estruturante no processo de formação do Brasil, florescendo questões elementares abordadas pelo autor para a constituição do país e das instituições (PORTELA JÚNIOR, 2012).

O sociólogo Jessé Souza em suas diversas produções como obras, ensaios e trabalhos²⁹ busca examinar as questões políticas e sociais da atualidade através da composição histórica do país. Ao retornar aos grandes nomes que pensaram o Brasil durante a década de 30 e 40 do século passado, Souza constatará que a afirmação dos clássicos acerca do patrimonialismo serem a essência que permeia as instituições no Brasil, fora algo pensado e articulado com a finalidade política e econômica, constituindo a o que o autor chama de “marcas fundamentais da cultura brasileira”, que influenciará tanto o senso comum, quanto o saber científico (SOUZA, 2009).

²⁹ Livros: A Elite do Atraso (2017), A Ralé: como é e como vive (2009). Artigos: A gramática social da desigualdade brasileira (2004), Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira (2005).

Há que se deixar claro, antes de qualquer coisa, que as ideias não são algo abstrato e abstruso de pessoas que vivem nas nuvens sem qualquer relação com o mundo real. Na verdade, não existe nada no mundo “real” que não tenha sido criado por “ideias” de intelectuais e cientistas. E não me refiro apenas aos carros e computadores de todo dia. Também todas as escolhas institucionalizadas ou não que definem para onde uma sociedade como um todo pode e deve ir são criações de intelectuais. Toda a ação de todos os partidos e tudo que se diz na mídia foram ou são também criação de intelectuais. Os intelectuais não criam, obviamente, o mundo a seu bel-prazer, já que as ideias têm de ser articuladas com interesses econômicos e políticos poderosos para se institucionalizarem e se tornarem “realidade material” (SOUZA, 2011, p. 33).

De acordo com a visão apresentada por Jessé Souza, os clássicos que se propuseram a entender e analisar o país desde sua origem, devem ser entendidos dentro das ciências sociais como sendo ensaios de grande respeito e valia. Essa questão se dá, pelo fato de que esses “revolucionaram” o fazer científico de sua época, ousando-se a construir obras de suma relevância para a intelectualidade que efetivamente se consagraram. Sendo assim, todos aqueles que desejam discorrer sobre a formação social brasileira, possuem a necessidade de retornar os “célebres” do pensamento social brasileiro, seja para louvá-los, ou até mesmo para criticá-los (SOUZA, 2009).

A visão tradicional acerca do fomento do Estado brasileiro, consonante com a ideia exposta por Souza, foi o responsável pela criação de um “mito”, o qual o país consolidou em seu imaginário, onde se atribui valor ao mercado (privado) e se despreza o Estado, atribuindo sempre ao último as mazelas sucedidas ao país. Tal feito perante o seu entendimento possibilitou a minimização de assuntos como “invisibilidade da sociedade e de seus conflitos”, tornando o povo brasileiro, “segunda natureza”, ou seja, um mero coadjuvante no cenário político social. Podemos argumentar como sendo um dos pontos principais de Jessé Souza que, diferentemente dos clássicos que colocam o problema brasileiro como uma herança do Estado português, Souza expõe o entendimento silogismo que a origem da desigualdade eminente no Brasil reside na Escravidão. No mesmo sentido, alguns outros intelectuais dialogaram com ideia manifestada por Jessé, como o autor Florestan Fernandes, que irá elucidar a sua lógica direcionando ao sistema escravocrata, de modo que seria o pressuposto da disparidade constante no Brasil.

Como todo conflito social é dramatizado nessa falsa oposição entre mercado divinizado e Estado demonizado, os reais conflitos sociais que causam dor, sofrimento e humilhação cotidiana para dezenas de milhões de brasileiros são tornados literalmente invisíveis.

É essa invisibilidade da sociedade e de seus conflitos — que é o principal produto do tipo de ciência social conservadora que se tornou dominante entre nós nas universidades, na grande imprensa e no debate público — que permite um tipo de economicismo, que, de tão hegemônico, transformou-se na única linguagem social compreensível por todos (SOUZA, 2009, p. 17).

Considerado um dos principais fundadores da sociologia crítica no Brasil, Florestan Fernandes se torna um clássico na intelectualidade, na medida em que se põe a pensar de maneira reflexiva a realidade social brasileira e as formas mais conservadoras do pensamento científico social, elevando como umas de suas principais características sua contribuição para a teoria básica sociológica (CAMACHO, 1997).

Florestan Fernandes dialoga positivamente com Hollanda, Freyre e Faoro, na concepção de que o âmbito doméstico seja extremamente dominante nas relações, caracterizado pelo feito patriarcal. Entretanto, a crítica elaborada por Florestan é a “razoabilidade” dentro o contexto sócio-histórico elaborado pelos autores. Deste modo, irá se reportar ao período colonial e estreitar seus respectivos estudos na relação entre o regime escravocrata, o qual entenderá ser o elemento estruturante das relações sociais, devido à concentração de latifúndio, a posição de poder e privilégios.

A dominação patrimonial, entendida nesses termos, manifestava-se, em sua plenitude, no âmbito do que Fernandes chama de “domínio”, isto é, o conjunto das instituições e relações sociais que giravam em torno da “grande lavoura”. Na época colonial, esses “domínios senhoriais” eram relativamente autônomos entre si, além de indiferentes uns aos outros e ocasionalmente beligerantes, o que consiste em uma evidência de que, a despeito das relações patrimonialistas serem um fator comum a todos, não havia mecanismos sociais que estimulassem a solidariedade de interesses entre as camadas senhoriais (PORTELA JR. 2012, p. 20).

Uma das questões mais contundentes dentro do pensamento de Fernandes é a desigualdade social. O mesmo chegará nesse entendimento analisando os processos históricos e sociológicos do país desde a Colônia, tendo a escravidão como motor fomentador dessa relação desigual no âmbito social

que se perpetuará e se transformará em uma desigualdade racial, pautada pela chamada “hierarquia de raças”.

A estrutura social brasileira operou durante séculos através de um código social baseado na hierarquia entre as “raças”. Os processos de crescimento econômico que possibilitaram certa integração do negro não romperam, entretanto, com esse aspecto social, sendo o racismo importante elemento para pensarmos a relação entre status e posição social. Por isso que Florestan aponta para um paralelismo entre “raça” e classe, colocando o racismo como um elemento fundamental para entendermos a formação social brasileira. Dessa forma mesmo com o processo de crescimento econômico e sua crescente incorporação dos negros nas instituições, o preconceito e a discriminação racial não desapareceram [...] (MOTTA, 2013, p. 129).

(...) seria lamentável se ignorássemos como as determinações de raças se inseriram e afetaram as determinações de classe. (...) O que desapareceu historicamente – o “mundo colonial” – subsiste institucional e funcionalmente, ainda que de forma variável e desigual, conforme os níveis de desorganização da vida humana que se considerem. Ele vive, pois, em quase tudo que é essencial para o capitalismo dependente: na posse da terra, na organização da agricultura, na autocracia dos poderosos, na espoliação sistemática e marginalização dos pobres, no particularismo e no farisaísmo das elites, na apatia ou na confusão das massas oprimidas e, principalmente, nos padrões de relações étnicas e raciais (FERNANDES, 2007, p. 289).

No campo antropológico, Roberto Damatta se destacará promovendo um debate bastante amplo, acerca da formação social do país. Para tal, o autor destacará questões e pontos principais de indagações na tentativa de desvendar os conceitos norteadores da sociedade brasileira.

Ao tentar descobrir “o que faz o Brasil, Brasil”, Da Matta propõe o questionamento de temas tais como o que é indivíduo?, o que é democracia?, o que são relações sociais?, como se compara sociedades? e, acima de tudo, como se percebe aquelas diferenças históricas e culturais que conferem uma especificidade toda própria a cada sociedade singular? (SOUZA, 2001).

Roberto Damatta propõe que o brasileiro sofre de um grande dilema, ocorrido por não saber delimitar uma grande questão formada pelo dualismo composto pelo “indivíduo” e a “pessoa”. Segundo Damatta, o “indivíduo” seria o ser subordinado às leis de caráter universais e igualitárias responsáveis por modernizar a sociedade, e a “pessoa” seria o sujeito (aquele que atua) nas relações sociais dentro das delimitações da hierarquia atribuída e formalizada pelo sistema. Não sabendo se posicionar perante essas questões, “o brasileiro”

não consegue agir perante as leis que delimitam a Rua (espaço público) e a Casa (espaço privado), sendo assim, surgirá em sua visão o “jeito malandro de ser”. Podemos ver claramente o entendimento do patrimonialismo no trabalho de Roberto, onde a dualidade entre o público e o privado não possui não é compreendida, pelo fato de que, o brasileiro concebe a rua como extensão de sua casa (DAMATTA, 1997).

Considerações Finais

Para examinar as obras clássicas do pensamento social brasileiro, devemos ter a compreensão do período histórico em que os autores dissertaram seus respectivos trabalhos. Envoltos com o intenso período e as inovações metodológicas propostas pelas Ciências Sociais, esses puderam conceber suas análises de maneira diferenciada, pondo-se a influenciar novas gerações de intelectuais até nos dias de hoje.

A escolha relativa aos autores principais que foram abordados no presente artigo foi pautada a priori na interdisciplinaridade, ou seja, olhares sobre o mesmo assunto, porém de ópticas diferentes, com o objetivo de possibilitar um vislumbamento mais amplo em relação ao objeto abordado.

A utilização do período Brasil Colônia, mais precisamente a formação das Capitânicas Hereditárias como delimitação deste trabalho, foi para que em um primeiro momento ficasse clara a consolidação de um sistema efetivo que se instaura no país, e a partir dos estudos interlocuções veicular a relação da classe dominante que se estabelecem nesse contexto, a latente desigualdade contida no Brasil, bem como, a utilização de determinados mecanismos como forma de privilégios e espaços de poder.

Nesta pesquisa, não se pretendeu fechar entendimento sobre os pilares estruturantes da sociedade brasileira, estrutura política e seus personagens, tão pouco, minimizar os prestígios atribuídos as obras clássicas, ma sim, as valorizá-las pelo seu valor histórico e científico. Desse modo, analisá-las de maneira comparativa com os trabalhos esboçados pela nova geração de autores, possibilita o preenchimento de “lacunas expostas” e atuar como ponto

de partida para as perspectivas que se apresentarem no cenário do pensamento social brasileiro.

Referências Bibliográficas:

ABREU, Capistrano. **Capítulos da História Colonial**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

BRANDÃO, Gildo M. **Linhagens do Pensamento Político Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v48n2/a01v48n2.pdf>>. Acesso em: 09 de maio de 2018.

Bueno, Eduardo. **Capitães do Brasil – A saga dos primeiros colonizadores**. 2.ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

CAMACHO, Thimóteo. **Florestan Fernandes e as Ciências Sociais no Brasil**. Estudos de Sociologia. N. 2, vol. III, 1997.

CAMPANTE, Rubens G. **O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582003000100005&script=sci_abstract>. Acesso: 17 de maio de 2018.

CASTRO, Márcia da Silva P. **Patrimonialismo Estatal: Breves reflexões a partir de raízes do Brasil**. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4672>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

CHAGAS, Rodrigo P. **Florestan, a “Revolução Burguesa” e a transformação capitalista do Brasil**. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18459>>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

COSTA, Emília V. **Primeiros povoadores do Brasil: o problema dos degredados**. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/5877>>. Acesso em: 10 de maio de 2018.

DAMATTA, Roberto. **A mão visível do Estado: notas sobre o significado cultural dos documentos na sociedade brasileira**. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1999/anuario99_robertodamatta.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2018

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

FAORO, Raymundo, **Os Donos do Poder**, 6. ed. São Paulo: Editora Globo S.A, 2017.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2015.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/255903-Historia-do-brasil-boris-fausto-edusp.html>>. Acesso em: 13 de maio de 2018.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: editora Globo, 2006.

FERREIRA, Emmanoel Lima et al. **A Revolução Burguesa no Brasil: Esboço de uma crítica**. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6520>>. Acesso em: 09 de maio de 2018.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**, 32. ed. São Paulo: Editora Nacional, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & senzala**. 48. ed. São Paulo: Global editora, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. 1. ed. São Paulo: Global Editora, 2013.

HOLANDA, Sergio B. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Campanha das Letras, 1995.

HOLANDA, Sergio B. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

MOORE JR, Barrington, **As origens Sociais da ditadura e da democracia. Senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. Editora Edições 70, Lisboa, 1966. Edição de 2010.

PORTELA JÚNIOR, Florestan **Fernandes e o conceito de patrimonialismo na compreensão do Brasil**. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/plural/article/viewFile/74433/78054>>. Acesso: 09 de maio de 2018.

PRADO JUNIOR. Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

POKULAT, Luciane F., **Um olhar sobre o romance malandro**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_actio n=&co_obra=153666>. Acesso em: 18 de maio de 2018.

RIBEIRO, Isolda L., **Patrimonialismo e Personalismo: a gênese das práticas de corrupção no Brasil**. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/wp-content/uploads/2017/05/Patrimonialismo_e_personalismo_a_genese.pdf>. Acesso: 10 de maio de 2018.

ROCHA NETO, Luiz Henrique da. **A Formação do Estado Brasileiro: Patrimonialismo, Burocracia e Corrupção.** Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rvmd/article/view/2598>>. Acesso em: 13 maio 2018.

RUST, Leandro Duarte. **A “Terceira Geração dos Anales” e o exortismo do tempo.** Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/855>>. Acesso em: 17 de maio de 2018.

SCHWARCZ, Lilian Moritz; STARLING, Heloisa Murgel (Org.). **Brasil: uma biografia.** 1. ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 2015.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira. Quem é e como vive.** Minas Gerais, Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. **A parte de Baixo da Sociedade Brasileira.** Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/240651/mod_resource/content/1/A%20Parte%20de%20Baixo%20da%20Sociedade%20Brasileira%20Jess%C3%A9%20Souza.pdf>. Acesso em: 15 de maio 2018.

SOUZA, Jessé. **A sociologia dual de Roberto Da Matta: descobrindo nossos mistérios ou sistematizando nossos auto-enganos?** Disponível em: 15 de maio de 2018.

SILVEIRA, Daniel Barile da. **Patrimonialismo e a formação do estado brasileiro: uma releitura do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Oliveira Viana.** Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/Anais/Daniel%20Barile%20da%20Silveira.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite.** São Paulo: LeYa, 2015.

SOUZA, Jessé. **Democracia racial e o multiculturalismo: a ambivalente singularidade cultural brasileira.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101546X2000000200007&script=sci_abstract&lng=pt> Acesso em: 13 de maio de 2018.

**LINHA DE PESQUISA III:
SAÚDE, MEIO AMBIENTE E CIDADANIA**

AS PEGADAS DE CAL ORCKO: O MAIOR LEGADO DA PALEONTOLOGIA DA AMÉRICA DO SUL

*THE ORCKO CAL FOOTPRINTS: THE LARGEST LEGACY OF
PALEONTOLOGY OF SOUTH AMERICA*

*LAS PEGADAS DE CAL ORCKO: EL MAYOR LEGADO DE LA
PALEONTOLOGÍA DE AMÉRICA DEL SUR*

Gustavo Adolfo Schmidt

Engenheiro Florestal pela Universidade Federal de Viçosa, Mestre em Ciência Florestal pela Universidade Federal de Viçosa e Doutor em Produção Vegetal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense. Orientador do programa Jovens Talentos da FAPERJ e professor de Ciências Ambientais do curso de veterinária da UNIG.

Thaíssa Amim Costa

Pesquisadora da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

RESUMO: No local denominado de Cal Orcko, Departamento de Chuquisaca (Bolívia), foram encontrados, ocasionalmente, pegadas, das mais variáveis e com diversas orientações, que foram produzidas por répteis pré-históricos, em sua maioria do grupo dos saurópodes, terópodes e cerápodes. Estes rastros são interpretados como evidências de comportamento social entre as subordens citadas e representa um dos poucos exemplos do Cretáceo Superior de registros fósseis de pastoreio de saurópodes e cerápodes. A localidade de “Cal Orcko”, agora transformada num parque temático, também fornece evidências úteis sobre a morfologia destes titãs do passado mediante o estudo das formas das pegadas, seus membros de locomoção e sobre as protuberâncias de suas peles. A recente descrição das paredes de pegadas de Cal Orcko também revela uma abundância de faixas de trilhas de vários tamanhos e de diversos animais sugerindo uma assembleia dominada de terópode-saurópode, ou saurischiana, que também foram registradas na localidade de Toro Toro ao norte de “Cal Orcko”. O contexto detalhado e a preservação dos trilhos saurópode-terópodo e também dos cerápodes requerem um estudo mais aprofundado, pois neste local houve uma bacia lacustre perene bem desenvolvida que certamente abrigou, não só os dinossauros citados, mas também uma rica fauna aquática.

PALAVRAS-CHAVE: Cal Orcko; cretáceo; Bolívia; pegadas

ABSTRACT: At Cal Orcko, Department of Chuquisaca (Bolivia), occasional footprints of the most variable and with several orientations were found that were produced by prehistoric reptiles, mostly from the group of sauropods, theropods and cerapods. These traces are interpreted as evidence of social behavior among the mentioned suborders and represent one of the few examples of the Upper Cretaceous of fossil records of pastures of sauropods and cerapodes. The locality of Cal Orcko, now transformed into a theme park,

also provides useful evidence on the morphology of these titans of the past by studying the shapes of footprints, their members of locomotion and the protuberances of their skins. The recent description of the footprints of Cal Orcko also reveals an abundance of tracks of various size and animal trails suggesting a dominated theropod-sauropod or saurischian congregation, which were also recorded in the locality of Toro Toro north of " Cal Orcko ". The detailed context and preservation of the sauropod-theropod rails and also the cerapods require a more in-depth study, as there was a well-developed perennial lacustrine basin that certainly housed not only the dinosaurs but also a rich aquatic fauna.

Key-words: Cal Orcko; cretaceous; Bolivia; footprints

RESUMEN: En el lugar denominado Cal Orcko, Departamento de Chuquisaca (Bolivia), fueron encontrados ocasionalmente huellas, de las más variables y con diversas orientaciones, que fueron producidas por reptiles prehistóricos, en su mayoría del grupo de los saurópodos, terópodos y cerápodos. Estos rastros son interpretados como evidencias de comportamiento social entre las subórdenes mencionadas y representa uno de los pocos ejemplos del Cretáceo Superior de registros fósiles de pastoreo de saurópodos y cerápodos. La localidad de "Cal Orcko", ahora transformada en un parque temático, también proporciona evidencias útiles sobre la morfología de estos titanes del pasado mediante el estudio de las formas de las huellas de sus miembros de locomoción y sobre las protuberancias de sus pieles. La reciente descripción de las paredes de huellas de Cal Orcko también revela una abundancia de pistas de senderos de varios tamaños y de diversos animales sugiriendo una asamblea dominada de terópodos-saurópodos o saurischiana, como también se registraron en la localidad de Toro Toro al norte de "Cal Orcko". El contexto detallado y la preservación de los senderos saurópodos-terópodos y también de los cerápodos requieren un estudio más profundo, pues en este local hubo una cuenca lacustre perenne bien desarrollada que ciertamente abrigó, no sólo los dinosaurios citados, sino una rica fauna acuática.

PALABRAS CLAVE: Cal Orcko; cretácico; Bolivia; huellas

Considerações Iniciais

Cal Orcko se remete a uma vasta jazida de pegadas fossilizadas de dinossauros datadas do período Cretáceo. Localizada nas imediações de Sucre, Bolívia, as pegadas de Cal Orcko foram reveladas após uma série de demolições no terreno da empresa de cimento *Fancesa*, que evidenciaram uma parede vertical com mais de 5.000 pegadas fossilizadas e preservadas por deixadas por dinossauros, principalmente da família dos Terápodos e Saurópodes (mesma família que os Braquiossauros). As pegadas foram descobertas em 1985, mas foi apenas entre 1994 e 1998, que o importante pesquisador e paleontólogo suíço Christian Meyer certificou que o achado significa um enorme contributo para a humanidade e a ciência, revelando

dados até então desconhecidos e "documentando a alta diversidade de dinossauros melhores do que qualquer outro lugar no mundo" (MACN 2006).

1. As pegadas datam da segunda metade do período Cretáceo, da era Maastrichtiana, porém, como as pegadas foram feitas e por que estão em uma parede?

A elevação da parede de Cal Orcko se deu por dobramento de sedimentos já litificados (Fig. 1) por conta da elevação da cordilheira dos Andes.

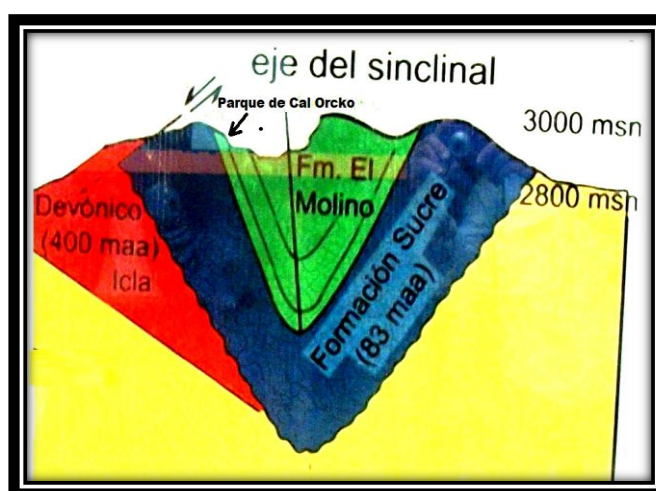


Figura 1 – Dobramento do grupo de sedimentos denominado “Formação El Molino” do Maastrichtiano superior (68 milhões de anos atrás) do Cretáceo Andino.

Os Andes se situam acima do encontro de duas placas tectônicas, a placa Sul-Americana e a placa de Nazca, que se moveram devido ao movimento do magma chamado de correntes de convecção. As correntes de convecção ocorrem em movimentos circulares, onde o magma mais quente proveniente do núcleo da Terra sobe e, ao entrar em contato com a crosta terrestre, se esfria e volta em direção ao núcleo. O movimento das correntes de convecção faz com que as placas tectônicas se movam por atrito e com o choque das placas de Nazca e Sul-Americana, a cordilheira dos Andes começou a se elevar, pois uma se sobrepôs a outra. A elevação Andina influenciou na mudança das correntes marítimas, fazendo com que braços de

mares adentrassem o continente formando mares internos (Fig. 2), ou seja, mares dentro do continente. Pelas praias formadas pelos mares internos, dinossauros caminharam e deixaram ali suas pegadas e restos mortais, que foram, aos poucos, litificadas por sedimentos pós-sequentes.



Figura 2 – Lagos marítimos internos remanescentes do recuo do oceano atlântico que, em época anterior à elevação da cordilheira do Andes, tinha incursionado pela América do sul pela este da argentina. (Branisa, 1968).

Os mares internos bolivianos são muito pouco estudados, mesmo para os locais mais bem representados, como Cal Orcko. Próximo a Parotani em Cochabamba, Leonardi e Leonardi (1981), realizando estudos estratigráficos, descobriram e delimitaram o lago interno por onde andaram os referidos dinossauros. Atualmente, este lago do passado foi batizado com o nome de seus descobridores (Lockley, 2002).

2. A formação Cal Orcko

O estrato de Cal Orcko se encontra em uma formação denominada “El Molino”, datado por volta de 65 milhões de anos proveniente da era “Mastrichtiana”, do período Cretácio (Fig. 3). Os estratos do El Molino são formados, em sua maioria, por sedimentos catalogados como limoargilas, arenitos, calcáreas e evaporitos. A descoberta de evaporitos no estrato de Cal Orcko fortifica ainda mais a teoria dos braços de mares, pois esses sedimentos

são formados à partir da evaporação da água salgada. Os sedimentos depositados no fundo dos mares internos por meio da erosão de rochas, ao decorrer dos anos, sofreram um processo chamado de litificação, ou seja, foram transformados em rochas, preservando assim pegadas, ossos e até mesmo vegetação que foram soterradas durante sua deposição.

Em estudos mais detalhados dos referentes depósitos (Jaillard, 1991) revela, em primeiro lugar, a existência de várias sequências sedimentárias regressivas que estão subpostas à formação “El Molino”, estas sequências foram, principalmente, controladas pelas variações eustáticas do nível do mar durante o cretáceo, e também por ocorrência de eventos tectônicos não sedimentares relacionados com a evolução das bacias hidrográficas que margeavam estes depósitos lacustres (Fiedler 2002).

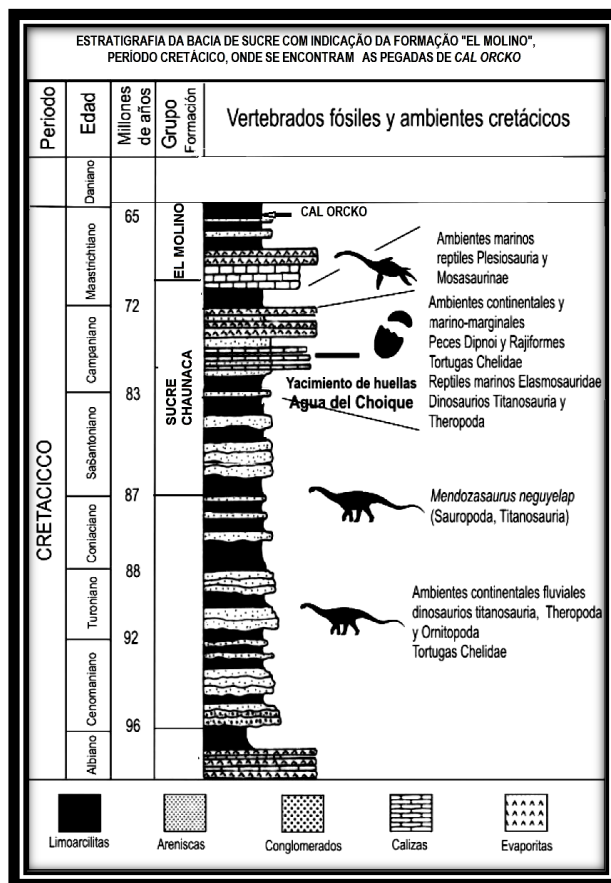


Figura 3 – Perfil de sedimentos formados durante o período cretáceo na região dos Andes Meridional-oeste e a posição da formação “El Molino”, que dentro do perfil estratigráfico dos sedimentos cretácicos, situa-se na idade do “Maastrichtiano superior” (adaptado de Riga, 2007).

Com a descoberta das trilhas de Cal Orcko, veio a necessidade de catalogar e identificar as pegadas fossilizadas, para isso, alguns métodos

foram utilizados. A identificação das pegadas é feita por meio da medição do tamanho, da passada do animal, largura da pisada, ângulo do passo, distância gleno-acetabular (é uma maneira de estimar o comprimento do tronco do animal), distância interpar e pela sua morfologia, identificando assim se são bípedes ou quadrúpedes.

O método mais comum de datação geológica de organismos orgânicos é o estudo da rocha onde se encontra esses organismos mediante testes com o carbono 14 (Molina, 2001). Com a aplicação destes testes na jazida de pegadas de Cal Orcko foram identificados que, em sua maioria, os dinossauros que viviam na região eram da família dos Saurópodes e Terápodos (Fig. 4), animais de grande porte, tendo como característica principal seu pescoço comprido, tal como os Braquiossauros.

Também foi revelado que a flora local era semelhante a uma selva, tendo árvores altas e densas, o que explica a existência dos dinossauros desta família, em específico.

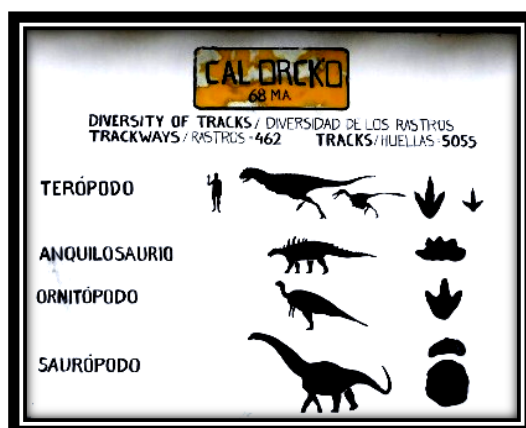


Figura 4 – Pegadas de Cal Orcko

3. A origem do parque Cretácico de “Cal Orcko”

O paredão de pegadas de dinossauros de Cal Orcko se encontra a cinco quilômetros do centro da cidade de Sucre (Fig. 5). Atualmente este paredão tem uma extensão de aproximadamente 1.200 metros de longitude e uma altura variável de 110 m, com uma inclinação de 72° (Fig. 6).

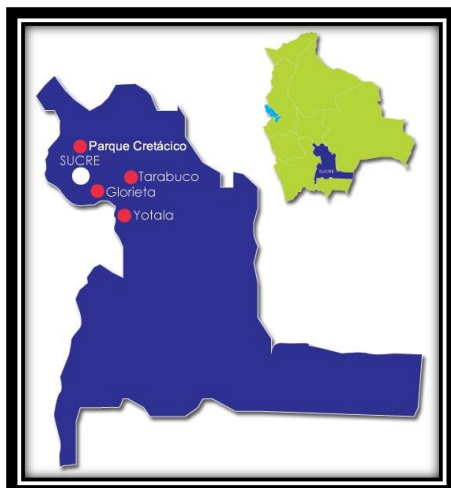


Figura 5 – Localização Cal Orcko

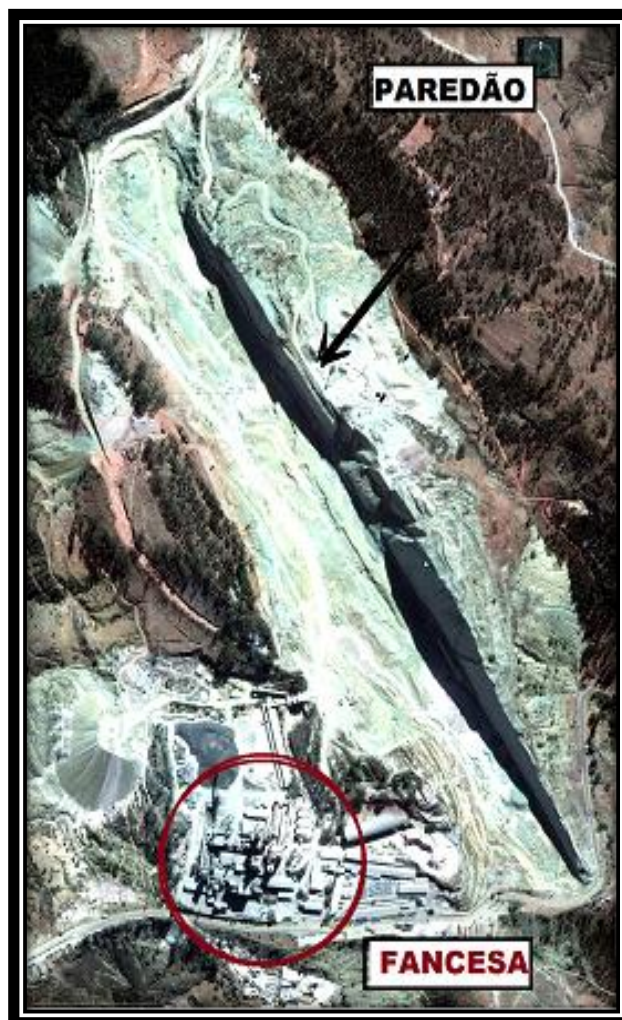
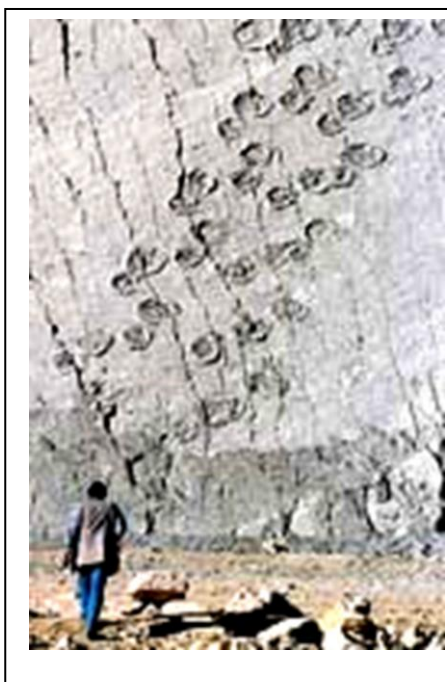


Figura 6 – Paredão rochoso onde estão registradas as pegadas de Cal Orcko, Sucre, Bolívia

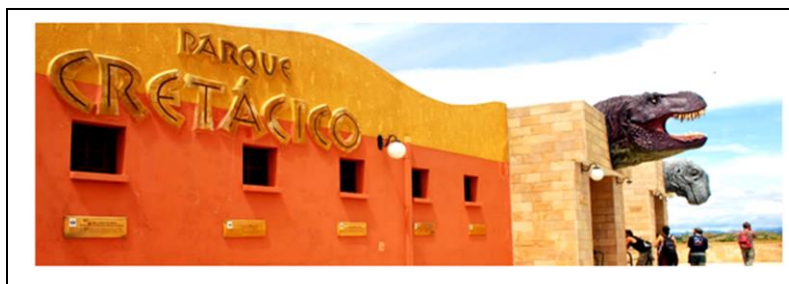
Em virtude de um acordo de consentimento geral entre as contrapartes locais e pertinentes (governo, associação dos empreendedores de turismo, a empresa FANCESA, etc), se delega a execução do projeto do parque.

Cumpridos os procedimentos administrativos, em 14 de janeiro de 2005, inicia-se a implantação dos primeiros componentes da infraestrutura do parque. Em outubro do mesmo ano, é concebido o processo de seleção de uma talentosa equipe de escultores nacionais, com a direção científica de um paleontólogo e 5 paleoescultores internacionais (principalmente da Argentina), no seguinte mês se assume o objetivo de construir as réplicas dos dinossauros em escala natural (Fig. 7 e 8).

O projeto foi executado por um período de 18 meses, a poucos metros do paredão de Cal Orcko. O Parque Cretácico se vislumbra imponente, ostentando impressionantes e singulares réplicas de dinossauros no seu insólito hábitat natural do passado.



Algumas pegadas de Cal Orcko



Entrada Parque Cretácico Cal Orcko



Figura 7 - anquilossauro



Figura 8 - Titanossauro

Considerações Finais

O estudo das pegadas do Cal Orcko, tal como sua descoberta são de uma importância ímpar no estudo paleontológico latino-americano, evidenciando assim que, tanto a flora quanto a fauna da América do Sul eram ricas e diversificadas assim como em outras partes do mundo, mostrando que, nosso continente, também merece se tornar alvo de estudos paleontológicos e geológicos, convertendo-se numa enorme contribuição tanto para a humanidade quanto para a ciência, revelando dados até então desconhecidos e "documentando a alta diversidade de dinossauros melhores do que qualquer outro lugar no mundo" (MACN 2006).

Referências Bibliográficas

FIEDLER K, MERTMANN D AND JACOBSHAGEN V. 2003. Cretaceous marine incursions in the southern Potosi Basin of southern Bolivia: tectonic and eustatic control. *Rev YPFB* 21: 157–164.

BRANISA L. 1968. Hallazgo del amonite *Neolobites* en la Caliza Miraflores y de huellas de dinosaurios en la Formación El Molino y su significado para la determinación de la edad del "Grupo Puca". *Bol Inst Bolivia Petr.* 8: 16–28.

MOLINA, M R., LORENTE, F. P., CARRERA, P. R. Estructuras Asociadas Con Huellas de Dinosaurios em La Rioja, España. *Rev. Zubia.* 19: 61-96. Logroño 2001.

RIGA, B. J. G. CALVO. J. O. Huellas De Dinosaurios Saurópodos En El Cretácico De Argentina. Cuadernos del Museo Geominero, nº 8. Instituto Geológico y Minero de España, Madrid, 2007. ISBN 978-84-7840-707-1.

MACN (Museo Argentino de Ciencias Naturales). Parque cretácico: argentinos estudiando huellas de dinosaurios em bolivia y reconstruyendo a los que las hicieron. MACN, Buenos Aires, 2006.

JAILLARD, E., SEMPERE, T. Las Secuencias Sedimentarias De La Formacion Miraflores y Su Significado Cronoestratigráfico. Revista técnica de YPF - Vol. 12 (2): 257 - 264, junio 1991.

LOCKLEY, M., SCHULP, A. S., MEYER, C. A., LEONARDI, G., MAMANI, D. K. Titanosaurid Trackways from the Upper Cretaceous of Bolivia: evidence for large manus ,wide-gauge locomotion and gregarious behavior. Cretaceous Research (2002) 23, 383-400.

O STF E ABORTO EM FASE INICIAL DE GESTAÇÃO

STF AND ABORTION IN INITIAL STAGE OF GESTATION

STF Y ABORTO EN FASE INICIAL DE GESTIÓN

Rodrigo Gindre Vargas

Mestrando em Direito pela Universidade Veiga de Almeida (UVA); Especialista em Direito Penal, pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Graduado em Direito pela Universidade Iguazu (UNIG).

Priscila Elise Alves Vasconcelos

Doutoranda em Direito pela Universidade Veiga de Almeida - RJ (2018). Mestre no Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Agronegócios na Universidade Federal da Grande Dourados - Mato Grosso do Sul (2016/2017). Pós-graduada em Direito Processual Civil pela Universidade Cândido Mendes (2001). Especializada em Direito Público e Privado pela Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ (2005). Pós-graduada em Direito Público e Privado pela UESA (2006). Pós-graduada em Meio Ambiente pelo MBE/COPPE/UFRJ (2014). Graduada em Direito pela Universidade Cândido Mendes (2001).

Jandielly Felipe Braga de Jesus

Graduado em Direito pela Universidade Iguazu (UNIG).

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo abordar a discussão jurídica acerca da possibilidade (ou não) da realização de aborto. De acordo com a legislação penalista, a prática de aborto é crime, independente da situação e vontade da mulher gestante. Algumas peculiaridades precisam ser abordadas, principalmente por existirem situações específicas onde pleitos judiciais são realizados a fim de ter uma tutela favorável, a interrupção precoce da gravidez. Foi feita uma análise do julgamento do Habeas Corpus 124.306-RJ, ocorrido em 2016, causador de grande polêmica acerca da possibilidade de interrupção da gravidez nos três primeiros meses de gestação. Foi realizado um estudo bibliográfico e jurisprudencial sobre a temática descrita. Debater as vertentes no momento em que muitas transformações e valores sociais é imprescindível, uma vez que envolvem a problematização do aborto se configura como uma reflexão muito peculiar, pois a discussão ultrapassa a esfera jurídica e a livre vontade da gestante, abordando valores sociais, crenças, entre outros aspectos.

Palavras-chave: Aborto; Princípios constitucionais; Jurisprudência.

ABSTRACT: This paper aims to address the legal discussion about the possibility (or not) the making of abortion. According to the legislation, criminal lawyer the practice of abortion is a crime, regardless of the situation and will of the pregnant woman. It turns out that some peculiarities need to be addressed, mainly because there are specific situations where judicial elections are carried out in order to have a favorable custody early interruption of pregnancy. A trial analysis of Habeas Corpus 124,306-RJ, occurred in 2016, causing great controversy about the possibility of termination of pregnancy in the first three

months of pregnancy. We conducted a bibliographical study and jurisprudence on the subject described. Discuss the strands at a time when many transformations and social values is essential, since they involve the questioning of abortion is configured as a peculiar reflection, because the discussion goes beyond the legal sphere and the free will of the pregnant woman, addressing social values, beliefs, among other things.

Key-Words: Abortion; Constitutional principles; Brazilian Jurisprudence.

RESUMEN: El presente trabajo tiene por objetivo abordar la discusión jurídica acerca de la posibilidad (o no) de la realización del aborto. De acuerdo con la legislación penal, la práctica del aborto es un crimen, independiente de la situación y voluntad de la mujer gestante. Algunas peculiaridades necesitan ser abordadas, principalmente por existir situaciones específicas donde pleitos judiciales se realizan a fin de tener una tutela favorable, la interrupción precoz del embarazo. Se realizó un análisis del juicio del Habeas Corpus 124.306-RJ, ocurrido en 2016, causante de gran polémica acerca de la posibilidad de interrupción del embarazo en los tres primeros meses de gestación. Se realizó un estudio bibliográfico y jurisprudencial sobre la temática descrita. Debatir las vertientes en el momento en que muchas transformaciones y valores sociales es imprescindible, una vez que envuelven la problematización del aborto se configura como una reflexión muy peculiar, pues la discusión sobrepasa la esfera jurídica y la libre voluntad de la gestante, abordando valores sociales, creencias entre otros aspectos.

Palabras-clave: Aborto; Principios constitucionales; Jurisprudencia.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A temática do aborto é causadora de grandes críticas por grande parte da sociedade, uma vez que a muitos entendem que uma vida será tirada.

Sob um viés histórico, é entendido que os debates e as reflexões promovidas em face da possibilidade de realização do aborto é uma realidade que se alastra há décadas, envolvendo vários setores da sociedade brasileira.

Com a evolução tecnológica-científica, os procedimentos médicos evoluíram de forma a acompanhar cada detalhe de todo período gestacional. Através do pré-natal, onde se utiliza ultrassonografias com alta precisão, é possível averiguar se o processo de formação do feto está de acordo com a normalidade ou não.

Dessa forma, as técnicas medicinais utilizadas no acompanhamento da gestação evidenciam as situações onde ocorre a má formação do feto, que apresentam total incompatibilidade com a vida, como nos casos de anencefalia.

O aborto no Brasil é considerado pela jurisprudência como um ato ilícito, havendo penalidades específicas para as tipicidades abordadas pelo Código Penal (Brasil, 2010).

Entretanto, o ordenamento jurídico apresenta duas hipóteses em que a fixação de práticas abortivas em uma gestante são consideradas legais: quando a gestação ocorre por meio de estupro ou quando há risco de vida para a mãe.

Na contemporaneidade, para que ocorra a interrupção da gravidez, com base nas hipóteses que o ordenamento jurídico permite, é preciso que a gestante ou sua família, providencie judicialmente uma autorização. É necessário uma análise judicial com posterior permissão para a realização do procedimento (GRECO, 2015, p. 256/257).

Tendo em vista esse procedimento que, infelizmente, não é célere, em muitos casos o Judiciário não é provocado. Além disso, as discussões sobre o ato de interrupção ainda são frequentes, mesmo numa época em que se valoriza a vontade individual e pessoal.

Nessa conjuntura, é preciso que ocorra uma maior compreensão acerca da legalidade ou não do ato de aborto, independente de risco ou não ou se proveniente de violência sexual. Os motivos que conduziram a gestante a requerer a interrupção de sua gravidez são íntimos e devem ser analisados à luz dos princípios constitucionais.

Este trabalho foi consolidado com base na relevância que toda discussão trará para os interessados do âmbito jurisprudencial brasileiro. Não obstante, é oportuno enfatizar que o material teórico gerado, tende a sanar possíveis indagações sobre o tema debatido ou ainda, estimular que mais estudos fundamentados na problematização do aborto no Brasil, sejam refletidos perante o âmbito científico.

2 PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DO ABORTO NO MUNDO

As discussões sobre a legalidade do aborto sempre esteve presente desde os primórdios, tendo em vista as indagações emanadas pela sociedade. Várias críticas e debates já foram instaurados, principalmente pela realidade de

determinados grupos sociais, até então conhecidos, que já manifestaram algum tipo de prática abortiva (PATTIS, 2000).

Todavia, para melhor compreensão, é pertinente verificar como era praticada e percebida nas sociedades antigas, através de sua diversidade cultural (SCHOR; ALVARENGA, 1994). Realizar análises históricas e transformações que os métodos abortivos sofreram ao longo da história é necessário para consolidação do objeto da pesquisa.

Como ao longo do tempo vem sendo objeto de controvérsias, uma análise desde o Código de Hamurabi perfaz imprescindível. Àquela época, século XVIII a.C., tendo por base a lei de talião, o código – que recebeu o nome em homenagem ao rei da primeira dinastia da Babilônia - contava com 281 leis talhadas em uma rocha escura de diorito. Se fosse realizado numa mulher a conduta abortiva teria como sanção uma multa ou, em casos mais graves, morte (GUTIERRES, 2013).

Até aquele momento o aborto não era praticado pela própria gestante, e sim por um terceiro, sendo na maioria das vezes sem seu consentimento. Naquele momento, face a importância da linha sucessória na antiguidade, a prática do aborto era vista somente como uma ameaça.

Segundo Pacheco (2007), a realidade vivenciada pela China, especificamente no século XXVIII a.C. é um outro caso a ser apontado. Através de relatos literários, foi possível verificar que a sociedade chinesa já adotara a prática do aborto.

Para Hungria (1981), tendo por base a história da Grécia Antiga, a metodologia abortiva era usualmente utilizada nos casos específicos para controle populacional. Rebouças (2010, p. 12) acrescenta que o aborto era utilizado como forma de limitar o crescimento populacional e na manutenção da estabilidade.

Estudiosos passaram a entender pela necessidade em preservar a vida intrauterina, a vida da gestante e o direito da sociedade em expandir-se através da inserção de novos cidadãos em seu meio (HUNGRIA; HUNGRIA, 1981).

Pacheco (2009) enfatiza que, inicialmente, as sociedades antigas não consideravam o aborto como um crime, posto que o pai, intitulado chefe de

seu núcleo familiar, tinha total poder sobre os demais membros, incluindo aqueles que estavam sendo gerados. Entretanto, caso a mulher abortasse sem a autorização de seu marido, esta poderia ser punida por ele de forma exorbitante, dependendo da situação, até mesmo com a morte.

Ao se analisar o cenário romano, via-se que a legislação romana antiga (XII Tábuas) e as Leis da República percebiam as práticas abortivas como um resultado da concepção do corpo da mulher grávida solteira, e não como um indivíduo autônomo. Assim sendo, A criminalização da conduta só se estendia à mulheres casadas, uma vez que era considerada ofensiva ao direito do marido a prole esperada, não sendo imposta por força dos valores éticos. A mulher que não era casada, a prostituta, podia livremente abortar (HUNGRIA, 1981).

Para Matielo (1996, p. 14) informa que durante o período da República Romana, o aborto era um ato imoral, mesmo sendo muito utilizado entre as mulheres. Existia uma preocupação com a aparência física e a importância perante a sociedade. Com o aumento expressivo de casos de aborto, passou a ser visto como ato criminoso, culminando na pena de morte à mulher que consentisse à prática abortiva. Era a Lei Cornélia.

De acordo com Pacheco (2009), é válido relatar que em um momento específico da República Romana, os métodos abortivos começaram a ser vistos como práticas imorais, em função do número significativo de mulheres que utilizam essa metodologia. Era realizado como uma prática para a preservação da aparência física, que justamente nesse período, era um fato de grande relevância para a sociedade em geral.

Lamentavelmente, como consequência dessa realidade, o quantitativo de abortos aumentou significativamente, fomentando assim a reflexão dos legisladores para considerar tal metodologia, como um ato criminoso (PACHECO, 2009).

Pacheco (2009) concorda com a possibilidade da busca de soluções para redução da prática na sociedade indiana, estabelecida por meio do Código de Manu. O código reconheceu o aborto como uma prática ilícita e com isso, os responsáveis pelo ato seriam corporalmente penalizados e que

dependendo da exorbitância da situação, as sanções poderiam leva-los à morte.

Teodoro (2007) aduz que a existência de relatos sobre a pratica do aborto na sociedade egípcia, temporalmente estabelecidas entre os anos de 1850 e 1550 a.C., relatam o uso de receitas à base de ervas. As funções químicas advindas d uso das ervas resultavam no aborto e na infertilidade.

Já na Pérsia, o aborto era considerado como uma ação ilícita, de maneira que se uma jovem destruísse seu feto, seus pais eram considerados culpados pela transgressão e ambos seriam desmoralizados e devidamente punidos, até mesmo com a morte. No mesmo enquadramento, observou-se que na Síria, as mulheres que ainda não tinham filhos e praticavam o aborto, ou àquelas que usavam tais práticas sem o consentimento de meu marido, eram submetidas às penas de morte (PACHECO, 2009).

Segundo Prado (2002), a realidade vivenciada pelas diversas sociedades aqui debatidas foi de fato vivenciada ate meados do século XIX. Posteriormente, as pessoas passam a entender e aceitar a teoria de que o ser humano existia desde sua concepção, como feto, censurando quaisquer tipos de métodos que poderiam ser utilizados em função do aborto.

É interesse salientar, que nos casos onde a gestante apresentasse algum tipo de risco de vida, priorizava-se a vida de feto, uma vez que a sociedade considerava as orientações da Igreja Católica, que dizia que a mãe já havia sido batizada e conseqüentemente, ao morrer esta chegaria ao Reino dos Céus (PRADO, 2002).

Através das normas emanadas pela Igreja Católica e com o poderio que possuía à época, a sociedade passa a interpretar o aborto como contrário a vontade e a soberania de Deus.

Já no século XX, foi possível perceber mais modificações estabelecidas na sociedade. Diversos países do continente europeu começaram a apresentar movimentos feministas, em defesa do direito da mulher sobre o seu corpo, inclusive na decisão sobre a interrupção de uma gravidez. A partir da década de 20 maiores flexibilidades legislativas começam a ser estabelecidas(MARQUES; BASTOS, 1998).

Os avanços na medicina corroboraram para a constatação de que os métodos abortivos são perigosos para a vida da mulher. Por isso, o ordenamento de alguns países europeus, especificamente no final do século XIX e início do século XX, começou a legislar sobre sanções para aqueles que cometessem esse novo delito, o aborto (REBOUÇAS; DUTRA, 2011).

Por conseguinte, durante a evolução das sociedades, valores éticos, religiosos, legais e morais influenciaram e influenciam até hoje a forma como a prática do aborto é vista e recebida.

3 O ABORTO NO BRASIL

É preciso aprofundar a reflexão sobre o objeto da pesquisa por um viés mais acentuado, fomentando assim a percepção dos casos onde é discutido a constitucionalidade dos artigos 124 a 126 do Código Penal brasileiro. Importante destacar que o Código Penal autoriza as práticas abortivas apenas nas situações de estupro, quando a mãe autorizar o processo e nos casos em que a vida da gestante esta em risco.

Wiit (2011), quando da sua obra, alegava a não possibilidade de realização de aborto quando o feto apresenta uma má-formação ou doença congênita, como a anencefalia.

A Constituição Federal de 1988 sanciona a todos os seres humanos a garantia à vida desde seu nascimento até a morte, sem qualquer tipo de distinção perante sua formação durante a gestação. Todavia, a Carta Magna considera o direito da dignidade humana como um dos principais parâmetros do Estado Democrático de Direito.

Fica claro que o Código Penal brasileiro, através do artigo 128, incisos I e II, prevê a legalidade das práticas abortivas em duas situações peculiares, isto é, o aborto quando necessário e o intitulado aborto humanitário (ABREU FILHO, 2010).

Conforme argumentado, o aborto necessário é aquele que se configura nos casos que sua prática deve ser estabelecida, quando não houver nenhum outro método para salvar a vida da gestante. Nessa perspectiva, em

concordância com Witt (2011) é entendido que o aborto, nessa situação, seja considerado legal, é preciso que dois requisitos sejam preenchidos: o primeiro é a realidade do risco de vida da mãe, devido à sua gestação, já o segundo é que não haja quaisquer outras metodologias que possam salvar sua vida.

Em face dessa argumentação, Cezar Ribeiro Bittencourt (2008) argumenta que o aborto necessário, mediante o contexto em que é estabelecido, propicia sua prática ainda que a gestante não tenha dado consentido. Desta forma entende-se que a atuação médica estará sendo executada de acordo com o “estrito cumprimento do dever legal.”

Em concordância com Bittencourt (2008), Júlio Fabbrini Mirabete (2005), entende que nos casos em que a mãe apresenta risco à sua vida, por causa da gestação, a execução do aborto não precisará da autorização da mãe para ser consolidado, posto que apenas o inciso II do artigo 128 do Código Penal requer essa exigência.

Em contrapartida, o aborto intitulado humanitário ou ético, se configura mediante os casos de estupro. Para que este seja consolidado, é de total relevância que a gestante de autorização, caso a jurisprudência considere que está seja incapaz, o consentimento do aborto será realizado mediante a autorização se tutor ou curador (MIRABETE, 2005).

Desta maneira em função do artigo 124 do Código Penal, é possível entender que nas situações em que a gravidez for fruto de algum tipo de violência ao pudor, a Lei promove, nessas situações, a legalidade dos métodos abortivos, pela utilização da similaridade.

Como ultimo recurso, é visto o aborto eugenésico, “executado ante a suspeita de que o filho virá ao mundo com anomalias graves, por herança dos pais” (MIRABETE, 2005, p. 223). Para esta pratica abortiva, a lei entende que não como excluir a ilegitimidade do ato.

Segundo Witt (2011) e Sarmiento e Piovesan (2007), as anomalias graves são aquelas em que há a ocorrência de algum tipo deficiência durante a formação do feto, como por exemplo, a má formação de algum órgão vital, as situações em que ocorre a anencefalia, a má formação de alguma musculatura, que seja essencial para a vida do bebe, quando este nascer, entre outros.

Nesse enquadramento, determinados jurisperitos, como Mirabete (2005) e Adriano Marrey (1963), explicam que existe a grande possibilidade da jurisprudência legalizar o aborto, fundamentando sua decisão na impossibilidade do feto viver após seu nascimento e nas irregularidades psicológicas que serão causadas à mãe, nesse contexto.

Perante os argumentos aqui fixados, e em concordância com a jurisprudência que tutela nossa sociedade, fica explícito que o ordenamento jurídico brasileiro tem como uma de suas principais funções, zelar pela vida humana do indivíduo em formação. Todavia, em concordância com o posicionamento do jurista Cezar Roberto Bitencourt (2008), os métodos abortivos estabelecidos nas situações em que não legalidade, não se trata de forma específica, de um delito contra o ser humano.

Nesse sentido, é possível entender que o feto preenche uma posição que não é típica dentro da jurisprudência brasileira, uma vez que apesar de encontrar respaldo na Constituição Federal, no Código Penal e no Código Civil, este não dispõe de todas as premissas fundamentais para que sua personalidade jurídica seja consolidada.

Em veracidade, entende-se que a hipótese de que a tutela à vida do nascituro não pode ser equivalente à que é proporcionada pelo ordenamento jurídico brasileiro contemporâneo, aos indivíduos após seu nascimento.

O entendimento para legalidade do aborto nas situações de má formação do feto devem ser claramente refletidas, principalmente ao se considerar a existência de deficiências que futuramente, no período pós ao seu nascimento, trará reflexos negativos para os familiares envolvidos, oriundos da morte do bebe e dos problemas psicológicos que poderão ser apresentados pela mãe.

Nessa perspectiva, a definição de anencefalia e que esta vem a causar no bebe, corrobora para a compreensão de nossos argumentos ao refletir sobre o aborto nas situações de má formação do feto.

Anencefalia é um defeito no tubo neural (uma desordem envolvendo um desenvolvimento incompleto do cérebro, medula, e/ou suas coberturas protetivas). O tubo neural é uma estreita camada protetora que se forma e fecha entre a 3ª e 4ª semanas de gravidez para formar o cérebro e a medula do embrião. A anencefalia ocorre quando a parte de trás da

cabeça (onde se localiza o tubo neural) falha ao se formar, resultando na ausência da maior porção do cérebro, crânio e couro cabeludo. Fetos com esta disfunção nascem sem testa (a parte da frente do cérebro) e sem um cerebрум (a área do cérebro responsável pelo pensamento e pela coordenação). A parte remanescente do cérebro é sempre exposta, ou seja, não protegida ou coberta por ossos ou pele. A criança é comumente cega, surda, inconsciente, e incapaz de sentir dor. Embora alguns indivíduos com anencefalia talvez venham a nascer com um tronco rudimentar de cérebro, a falta de um cerebрум em funcionamento permanente deixa fora de alcance qualquer ganho de consciência. Ações de reflexo tais como a respiração, audição ou tato podem talvez se manifestar (SARMENTO; PIOVESAN, 2007, p. 114).

De acordo com a FEBRASGO (Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia), a anencefalia é uma disfunção biológica comum nas gestantes, podendo esta ser causada pelo déficit de ácido fólico, durante a gravidez (TESSARO, 2002).

De acordo com Sarmento e Piovesan (2007) essa patologia geralmente é estabelecida no período em que o sistema nervoso do feto é formando, acontecendo aproximadamente vinte e cinco dias desde a fertilização do óvulo.

No que se refere a essa problematização, o Conselho Federal de Medicina, entende o anencéfalo como um natimorto cerebral, destituído de córtex e dos hemisférios cerebrais, contendo somente o tronco. As causas dessa disfunção podem ser provenientes de anomalias genéticas, exposição a fatores externos, uso intensivo de determinados medicamentos, desnutrição e a ausência de ácido fólico (PEREIRA, 2004).

Na mesma perspectiva, através da pesquisa realizada por Fernandes (2007), o parecer do médico obstetra e professor da USP, Thomas Gollop relatando que a gestação de anencéfalo, tende a contribuir para grandes riscos à vida da gestante, posto que durante seu parto, devido às disfunções biológicas causadas por este tipo de gestação, é grande a possibilidade de acontecer hemorragias e o deslocamento precoce da placenta ou ainda, devido à ausência de polo encefálico, estes podem dar início à sua expulsão antes da dilatação ter sido completada para o parto.

Nesse contexto, apesar da jurisprudência não tornar legal a prática do aborto, percebe-se que este entendimento se faz necessário em prol, do risco

da vida da gestante e sob a realidade de que a grande maioria dos anencéfalos não sobrevive após o nascimento.

Portanto, o uso de métodos abortivos como um resultado da anencefalia, não é validado na jurisprudência brasileira, da mesma forma que outras tipicidades de malformação do feto não são. Por isso, é observado que grande parte das famílias que vivenciam essa realidade, utilizam meio judiciais para conseguir a legalidade do aborto.

Nas situações em que a familiar utilizar vias judiciais para promover a legalidade do aborto, sabe-se que o poder judiciário em função do artigo 5, inciso XXXV da Constituição Federal de 1988 e em consequência do princípio da indeclinabilidade da jurisdição, que também possui fundamentação no artigo 126 do Código Penal, não pode promover a dispensa das situações que lhe são apresentadas, pelo fato de não existirem dispositivos legislativos que promovam a regulamentação do assunto em questão.

Corroborando com nossa pesquisa, no que faz referência ao princípio da inafastabilidade, Uadi Lammêgo Bulos (2015, p. 630) leciona que o princípio da inafastabilidade do controle judicial é visto como uma liberdade pública subjetiva, genérica, cívica, abstrata e incondicionada. Assim, os membros do Poder Judiciário não podem se furtar a examinar a lide, tendo em vista a indeclinabilidade da prestação jurisdicional.

Em contrapartida a tal realidade, Patriarcha (2011) explica que havendo a constatação científica de que o recém-nascido portador da anencefalia terá poucos momentos de vida, não é visto quaisquer motivos para o prolongamento de sua gestação e conseqüentemente, o sofrimento da mãe e de seus familiares cujo bebe, terá pouco mais de 24 horas de vida.

A esfera jurídica do Brasil vivencia momentos de grande reflexão perante alguns casos que lhes são apresentados, que se assemelham aos aqui hipoteticamente contextualizados. Dessa forma, é visto que os juristas manifestam suas ponderações, de diversas formas.

É pertinente relatar que no ordenamento jurídico brasileiro, há ponderações favoráveis e desfavoráveis sobre a problematização do aborto e fetos anencéfalos.

Para exemplificar tal contextualização, se tem o sentenciado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em julho de 2000, que contraditou a autorização de *Habeas Corpus* no processo nº 2000.059.01629, com fundamento na inexistência legal para a consolidação do aborto eugênico:

Habeas-Corpus. Concessão. Os abortos eugênico e o econômico não são reconhecidos pelo Direito pátrio, que considera impuníveis apenas os abortos necessário e o sentimental, ex-vi art. 128, I e II do C.P. Ordem concedida em favor do feto em gestação para que não seja dolosamente inviabilizado seu nascimento (SCK) (BRASIL.TJ-RJ – HC: 003783790200081900000, Relator: EDUARDO MAYR, data do julgamento: 04/07/2000, SEXTA CÂMARA CRIMINAL, Data da Publicação: 21/07/2000).

Por outra perspectiva, a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, em fevereiro de 2004, decidiu de forma contrária a autorização do aborto. No Habeas Corpus 32.159/RJ, foi indeferindo o pedido judicial que autorizava a prática abortiva alegando que seria equivalente à uma “sentença de morte” (BRASIL, 2004).

Por conseguinte, é válido informar que em 2008, o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, respaldando-se no entendimento de morte causada pela encefálica, ponderou-se a favor da interrupção da gravidez:

Apelação criminal. Pedido de autorização para interrupção de gravidez de feto anencefálico deferido. Recurso do Ministério Público pretendendo a reforma da decisão. Lei n. 9.434/97 que estabeleceu o conceito de morte a partir da paralisação das atividades do encéfalo. Deformidade que exclui o conceito jurídico de vida. Cessaçãõ da gestaçãõ que não configura crime de aborto ante a ausência do bem jurídico tutelado pela norma judicial autorizando a intervenção terapêutica de gravidez (BRASIL. Apelação Criminal n. 2008.021736-2, de Araquari. Relator: Desembargador Torres Marques. DJE de 18 jun. 2008).

Não obstante, é válido acrescentar ao presente diálogo, que em dezembro de 2010, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, aferindo a Apelação Crime nº 70040663163, deu seu parecer favorável à interrupção da gestação, embasando-se na realidade de que a jurisprudência brasileira concorda com prática aborto eugênico, para os casos excepcionais (BRASIL, 2010).

Por fim, é válido considerar o contexto em que o Habeas Corpus 124.306/2016, foi estabelecido, uma vez que este se configura como um dos cenários mais recentes do entendimento e posicionamento da jurisprudência brasileira, em face das discussões sobre os aspectos da legalidade do aborto.

Nessa ótica, as principais argumentações pertinentes ao o Habeas Corpus 124.306/2016, serão abordadas no próximo segmento desta pesquisa.

3.1 O aborto conforme o Habeas Corpus 124.306 RJ

Mediante a realidade debatida que é cotidianamente vivenciada pela sociedade brasileira, é de grande relevância para esta pesquisa bibliográfica, relatar e compreender as veracidades dos fatos que consolidaram todo o processo.

Assim sendo, através deste segmento serão evidenciados os pontos mais pertinentes desse caso, visando compreender a percepção dos juristas e dos demais pesquisadores ao relacionar determinadas perspectivas inerentes à temática do aborto, com o ordenamento jurídico brasileiro.

Desse modo, dentro dos panoramas abordados neste estudo, o julgamento do Habeas Corpus 124.306/2016, ocorrido no dia 29 de novembro de 2016, por meio da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, foi um dos cenários, envolvendo a temática do aborto no ordenamento jurídico, que mais gerou, na contemporaneidade, críticas e perplexidades entre os pesquisadores, cidadãos e demais legisladores que acompanharam o desenvolvimento de todo o processo.

Rodrigues (2016) explica que em face disso, um dos pontos mais marcantes desse contexto, foi a postura adotada pelo Excelentíssimo Ministro Luís Roberto Barroso, ao outorgar o Habeas Corpus, aos indiciados, presos em flagrante do dia 14 de abril de 2013, em função de uma acusação anônima, por subsidiarem uma clínica clandestina de aborto.

O especificado Habeas Corpus, foi deliberado pela 4ª Câmara Criminal do TJRJ, em função das requisições formuladas por meio de um requerimento, em razão específica, intermediado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, para sentenciar o encarceramento preventivo dos réus, com base na

preservação da ordem pública e primordialidade da certificação que a lei penal fosse, nessa situação específica, fosse cumprida (RODRIGUES, 2016).

Em consequência dessas ações, os indiciados foram preventivamente encarcerados, no ano de 2013 e posteriormente, libertos por decisão da 4ª Vara Criminal de Duque de Caxias, localizada no Estado do Rio de Janeiro, onde esta fundamentou sua decisão referente às acusações, formalizadas por constituição de quadrilha e tipificação de delito, com base nos artigos 124 a 126 da Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940, outorgando assim a liberdade transitória dos réus (GRILLO, 2017; VIEIRA, 2017).

Tal realidade, de acordo com Grillo (2017), despertou no Superior Tribunal de Justiça, indagações referentes à reformulação da decisão tomada, dado que o STJ não entendeu os reais fatos para a consolidação da liberdade dos réus.

Não obstante, foi visto que a defesa dos indiciados viabilizou a análise do Habeas Corpus n.º 290.341/RJ no Superior Tribunal de Justiça, cuja relatora foi a Ministra Maria Thereza de Assis Moura, lecionando que o Tribunal ao analisar os fatos, convencionou a inexistência de ilicitude para a prisão dos indiciados, em função da “prática dos crimes tipificados nos artigos 126 (aborto) e 288 (formação de quadrilha) do Código Penal, ao provocar aborto em gestante com seu consentimento” (RODRIGUES, 2016, p. 96).

Ao analisar o Habeas Corpus evidenciado diante do Supremo Tribunal Federal, os acusados alegaram que seus antecedentes, de acordo com o artigo 312 do Código Processual Penal, para a fixação de suas prisões preventivas se consolidavam de forma inviável, uma vez que estas eram réus primários, com boas índoles, moradia fixa e emprego estável, além de que em momento algum quaisquer uns dos acusados tentaram abandonar o local (RODRIGUES, 2016).

Vale enfatizar, em concordância com Grillo (2007) que a anulação das prisões, em função do Habeas Corpus impetrado objetivando a revogação da prisão preventiva dos réus, foi consolidada mediante o compromisso e o comparecimento dos réus as ações de instrução, corroborando com a justificativa para o cumprimento da penalidade decretada, em regime aberto.

Assim sendo, em face os argumentos até aqui fixados, é possível inferir que a sanção do cárcere preventivo, de acordo com a jurisprudência brasileira,

estaria contrariando a proporcionalidade da situação analisada, dado que, os indiciados poderiam de fato, realizar o cumprimento da determinação jurídica, em regime aberto.

No que tange o julgamento, dos indiciados, observou-se que o Ministro Marco Aurélio Mello votou em concordância com pela remoção do cárcere preventivo dos acusados, legitimando as circunstâncias da liminar, que já havia assentido (RODRIGUES, 2016; CORRÊA, 2017).

Nesse contexto, por um viés mais elucidado, viu-se em agosto do ano de 2015, com os indivíduos já em liberdade, o Ministro Luís Roberto Barroso solicitou vista de todo o processo e especificamente, manifestou seu voto-vista na lógica da não compreensão do Habeas Corpus, não por apresentar-se como substitutivo de requerimento, mas sim pelo consentimento da determinação de ofício, amplificando-a aos indiciados, mediante a pertinência e debilidade da matéria (COSTA, 2016).

Costa (2016) descreve que o Ministro Luís Roberto Barroso, ao argumentar sobre sua decisão, direcionou parte de suas abordagens sobre a ilegitimidade do aborto, salientando que é de total incompatibilidade com as prerrogativas sexuais e reprodutivas da mulher, sua independência e a intangibilidade psicológica e física da gestante e também com a isonomia de gênero.

Em momentos específicos, ficou aclarada a pertinência do Ministro em promover reflexões sobre a condição do embrião, desde sua origem, perante a jurisprudência brasileira, destacando dois pontos de vistas divergentes. O primeiro deles contempla a existência da vida desde a fecundação do óculo, já o outro, embasa-se na que previamente à constituição do sistema nervoso central e a manifestação de noções de consciência, que é justamente consolidada após os três primeiros meses de gestação, não há possibilidade de se debater sobre a vida em amplo sentido (MENDES, 2016).

Além dessas considerações, viu-se também que o Ministro claramente frisou o triste cotidiano das mulheres grávidas que vivenciam a pobreza nesta sociedade e que lamentavelmente, não tem provimentos para a realização correta, do aborto legal, quando necessário (COSTA, 2016).

De acordo com o Ministro, a classificação da interrupção da gravidez com consentimento da gestante, nos primeiros três meses da gestação, viabiliza uma diversidade de violações dos direitos essenciais da mulher. De acordo com ele,

A criminalização é incompatível com os seguintes direitos fundamentais: os direitos sexuais e reprodutivos da mulher, que não pode ser obrigada pelo Estado a manter uma gestação indesejada; a autonomia da mulher, que deve conservar o direito de fazer suas escolhas existenciais; a integridade física e psíquica da gestante, que é quem sofre, no seu corpo e no seu psiquismo, os efeitos da gravidez; e a igualdade da mulher, já que homens não engravidam e, portanto, a equiparação plena de gênero depende de se respeitar a vontade da mulher nessa matéria. [...] A tipificação penal viola, também, o princípio da proporcionalidade por motivos que se acumulam (i) ela constitui medida de duvidosa adequação para proteger o bem jurídico que pretende tutelar (vida do nascituro), por não produzir impacto relevante sobre o número de abortos praticados no país, apenas impedindo que sejam feitos de modo seguro; (ii) é possível que o Estado evite a ocorrência de abortos por meios mais eficazes e menos lesivos do que a criminalização, tais como educação sexual, distribuição de contraceptivos e amparo à mulher que deseja ter o filho, mas se encontra em condições adversas; (iii) a medida é desproporcional em sentido estrito, por gerar custos sociais (problemas de saúde pública e mortes) superiores aos seus benefícios (HC 124306, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 09/08/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-052 DIVULG 16-03-2017 PUBLIC 17-03-2017).

Por conseguinte, para evidenciar sua ótica perante a situação analisada, o Ministro Luís Roberto, destacou questões históricas de grande relevância sobre os Direitos Fundamentais, lecionando que estes de certa forma, são consequências de pensamentos políticos, econômicos e religiosos dos que na época governavam a sociedade brasileira (RODRIGUES, 2016).

Da mesma maneira como quaisquer prerrogativas vigentes em um Estado Democrático de Direito, os direitos essenciais viabilizam limitações e restrições em sua aplicação. Nessa conjuntura, perante o posicionamento do Ministro, nas situações hipotéticas em que os direitos fundamentais “convergirem” com as prerrogativas constitucionais em situações verídicas, esta problematização, deverá ser sanada através do princípio da

proporcionalidade, ‘remetendo-se para tanto à obra “Teoria de los derechos fundamentales” de Robert Alexy’ (RODRIGUES, 2006, p. 98).

Com base nessa ponderação, o Ministro Barroso elenca quais direitos essenciais da mulher que estariam sendo transgredidas. Em consequência, cita-se:

O primeiro deles seria a autonomia da mulher, enquanto núcleo essencial da liberdade individual e da dignidade humana, sendo que um dos aspectos centrais da autonomia seria poder controlar o próprio corpo e de tomar decisões a ele relacionadas, inclusive de deliberar sobre cessar ou não uma gravidez. Em segundo, aduz que a criminalização do aborto viola o direito à integridade física e psíquica, que protege todo indivíduo contra interferências indevidas e lesões a seus corpos e mentes. Ao lado deles, a tipificação do aborto como crime nas primeiras semanas de gestação afrontaria os direitos sexuais e reprodutivos da mulher, que em nosso ponto de vista devem ser cada vez mais dissociados (RODRIGUES, 2006, p. 99).

Mediante a reflexão dos fatos expostos, é nítido que o Ministro Barroso, ao fixar seu voto perante o contexto dos indiciados por manterem uma clínica de aborto ilegal, em funcionamento, fomenta a compreensão de que sua análise não se limitou à situação em questão, mas sim no em uma realidade cotidianamente vivenciada pelas mulheres deste país, ao viabilizar a reflexão de que a responsabilidade da grávidas é exclusivamente da mulher e exatamente por isso, suas escolhas e suas prerrogativas, devem se sobrepor de maneira especial (RODRIGUES, 2006).

Por fim, segundo Rodrigues (2006, p. 99),

[...] o ministro pontua que ainda haveria violação à igualdade de gênero e discriminação social em, razão do desproporcional impacto que tal tipificação impõe às mulheres pobres obrigadas a manter uma gestação indesejada.

Assim sendo, o que de fato fica compreendido, não é a divergência ou a convergência com a postura escolhida pelo Ministro Luís Roberto Barroso ao estabelecer seu voto-vista, mas sim que legislação que envolve o aborto no Brasil, precisam ser amplamente revisadas, posto que as famílias que procuram métodos legais para que este seja fixado, demonstram grande

preocupação com a vida da gestante, isto é, as práticas abortivas nessas situações hipotéticas, merecem ser analisadas por um viés diferenciado.

Sabe-se também, da existência de gestantes que utilizam métodos abortivos, de forma desnecessária, como por exemplo, por questões de estética. Todavia essa temática não se enquadra nesse segmento do presente estudo.

Assim sendo, fica entendido que existências circunstâncias em que os artigos 124, 125 e 126 do Código Penal são percebidos, pelos legisladores, de maneira constitucional. Outrora, é visto que o entendimento das situações, com bases nesses artigos, é compreendido como inconstitucional.

Em face de todos esses argumentos, entende-se que a percepção da legalidade ou da ilegalidade, mediante os casos de abordo que a jurisprudência intermedia, tem como fundamentação a singularidade dos casos apresentados e logicamente, dos valores culturais, sociais, emocionais, religiosos, políticos, entre outros, que são inerentes à formação de cada legislador responsável pelas decisões jurisprudenciais em nossa sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante os argumentos fixados através desta pesquisa, é possível agora ponderar sobre todo o contexto debatido.

Assim sendo, ficou elucidado que o ordenamento jurídico brasileiro, entende que o aborto é considerado como crime, havendo diferenciação na maneira em que este é executado e também na quantidade de pessoas envolvidas, esclarecendo assim a intensidade das penalidades aplicadas aos réus.

Foi possível perceber que o problema do aborto, seja em escala mundial ou nacional, é rotulado pela sociedade como uma ação negativa, em função do entendimento de que o aborto tem como finalidade, retirar a vida de um ser.

Todavia, é preciso entender que a prática do aborto, volta-se para a realidade em que vidas poderão ser salvas ou ainda, para as situações em que o feto apresenta deficiências em sua formação, como ocorre nas gestações de anencéfalos, por exemplo.

Essa percepção corrobora para entender a justificativa das oscilações jurisprudenciais ao permitir ou impugnar o pedido de interrupção da gravidez de algumas gestantes.

Nesse contexto, ficou esclarecido que não um consenso no âmbito jurídico no que tange a essa peculiaridade, mas ficou claramente evidenciado que quando o jurista se posiciona em face de um pedido legal para a execução legal do aborto, este meticulosamente, considera todo o contexto envolvido para posteriormente, expor sua determinação.

Assim sendo, esta pesquisa monográfica, não foi consolidada visando criticar a divergência dos juristas mediante a permissão ou a desautorização para a execução do aborto legal. Mas sim evidenciar que as ponderações estabelecidas pelos responsáveis pela jurisprudência brasileira, são fundamentadas na realidade vivenciada por cada indivíduo. Tal compreensão pode ser percebida através da elucidação do Ministro Barroso, perante seu voto-vista, no caso do Habeas Corpus 124.306 RJ.

O ordenamento jurídico brasileiro, é formado por uma diversidade de legislações e com isso, é verídico que em algum momento, estas tendem a se “confrontarem”, cabendo aos juristas, ponderar da melhor forma. Por isso, entender que a proporcionalidade, perante algumas situações extremamente peculiares, favorece que um bom julgamento seja fixado, ainda que este gere especulações e divergências por meio da sociedade.

Não obstante, fundamentando do discurso do Ministro Barroso, ficou entendido que a sociedade, ainda tende a desconsiderar determinados direitos que fundamentais da mulher.

É notório, que quando uma gestante procura meios judiciais para que o aborto legal seja executado, diversos indivíduos da sociedade, ainda que subjetivamente, tendem a estigmatizar e condenar a gestante, sem ao menos terem ciência das circunstâncias em que a situação ocorreu.

Findando as presentes considerações, notabiliza-se que a existência da constitucionalidade dos artigos 124 a 126 do Código Penal, decorrerá do entendimento dos juristas, perante o caso analisado, como ficou evidenciado no debate do Habeas Corpus 124.306 RJ.

Barroso ao lecionar sobre seu voto-vista oportunizou a compreensão de que é preciso que os juristas percebam que suas atuações éticas, voltadas para o bem-estar da sociedade, devem ser fundamentadas no atual momento em que vivemos, ainda que os valores inerentes à formação da personalidade de cada um contribuam para estruturação de suas decisões.

Neste enquadramento, é visto que todo o material teórico produzido poderá ser utilizado como fonte de conhecimento para indagações que envolvam a problematização desta investigação ou ainda, servir como estímulo para que mais estudos científicos, como estes, sejam elaborados.

Assim sendo, o presente estudo bibliográfico teve como principal objetivo, argumentar sobre a problematização do aborto no ordenamento jurídico brasileiro, através do Habeas Corpus 124.306 RJ, salientando que as divergências estabelecidas sobre essa temática, tendem colaborar para que os juristas reflitam sobre suas ponderações, percebendo que apesar de algumas legislações terem sido elaboradas há algumas décadas, suas ponderações podem ser fundamentadas, dentro da legalidade, no atual momento em que vivemos.

REFERÊNCIAS

ABREU FILHO, Nylson Paim de (org.). **Vade Mecum**. 5. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2010.

ALEXY, Robert. **Teoria de los derechos fundamentales**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997.

ALVARENGA, Augusta; SCHOR, Néia. O aborto: um resgate histórico e outros dados. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 4, n. 2, 1994. Disponível em: <<http://www.journals.usp.br/jhgd/article/viewFile/38134/40867>>. Acesso em: 02 de novembro de 2017.

ALVES, Ivanildo Ferreira. **Crimes contra a vida**. Belém: UNAMA, 1999.

ANDALRAFT NETO, Jorge. Anencefalia: **Posição da FEBRASGO**. 2007. Disponível em: <http://www.bioeticaefecrista.med.br/textos/anencefalia_febrasgo.pdf>. Acesso em: 13 de novembro de 2017.

BARBOSA, Ana Beatriz. **Aborto: abordagem do tipo penal e suas espécies**. 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/42070/aborto-abordagem-do-tipo-penal-e-suas-especies>>. Acesso em: 03 de novembro de 2017.

BARROS, Flávio Augusto Monteiro de. **Crimes contra a pessoa**. São Paulo: Saraiva, 1997.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL. **Tratado de Direito Penal**. Parte Especial. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. **Apelação Crime Nº 70040663163**, Terceira Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Nereu José Giacomolli, Julgado em 30/12/2010.

_____. **Habeas Corpus: 32.159/RJ**, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 17/02/2004, DJ 22/03/2004.

_____. **HC 124306**, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 09/08/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-052 DIVULG 16-03-2017 PUBLIC 17-03-2017). Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/visualizarEmenta.asp?s1=000323111&base=baseAcordaos>>. Acesso em: 11 de novembro de 2017.

_____. Lei de 16 de dezembro de 1830. Manda executar o Código Criminal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso em: 03 de novembro de 2017.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. **Apelação Criminal n. 2008.021736-2**, de Araquari. Relator: Desembargador Torres Marques. DJE de 18 jun. 2008.

_____. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. **Habeas Corpus: 003783790200081900000**. Relator: EDUARDO MAYR, data do julgamento: 04/07/2000, SEXTA CÂMARA CRIMINAL, Data da Publicação: 21/07/2000.

_____. **Voto vista do Ministro Luís Roberto Barroso**, em julgamento no dia 29.11.2016, HC 124.306/RJ. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/HC124306LRB.pdf>>. Acesso em: 09 de novembro de 2017.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CAMPOS, Pedro Franco de. **Direito Penal aplicado**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal: parte especial 2**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CORRÊA, Rafael. **O aborto no exercício da liberdade positiva**: A: limites e possibilidades de uma análise prospectiva do Direito Penal na jurisdição constitucional brasileira. 2017. Disponível em: <http://www.salacriminal.com/home/o-aborto-no-exercicio-da-liberdade-positiva#_ftn12>. Acesso em: 11 de novembro de 2017.

COSTA, Flávia. **STF abre precedente para descriminalização do aborto até o terceiro mês de gravidez**. 2016. Disponível em: <<https://juristas.com.br/2016/12/03/stf-abre-precedente-para-descriminalizacao-do-aborto-ate-o-terceiro-mes-de-gravidez/#.WgbLMltSzIV>>. Acesso em: 11 de novembro de 2017.

COUTINHO, Luiz Augusto. Aborto em casos de anencefalia: crime ou inexistência de conduta diversa?. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 617, 17 mar. 2005. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/6423>>. Acesso em: 13 de novembro de 2017.

DINIZ, Débora; RIBEIRO, Diaulas Costa. **Aborto por anomalia fetal**. Brasília: Letras Livres, 2003.

FERNANDES, Maíra Costa. **Interrupção de gravidez de feto anencefálico: uma análise constitucional**. In: SARMENTO, Daniel; PIOVESAN, Flávia (coord.). Nos Limites da Vida: aborto, clonagem humana e eutanásia sob a perspectiva dos direitos humanos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 115-116, 2007.

_____. **Interrupção de gravidez de feto anencefálico: uma análise constitucional**. In: SARMENTO, Daniel; PIOVESAN, Flávia (coord.). Nos Limites da Vida: aborto, clonagem humana e eutanásia sob a perspectiva dos direitos humanos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 115-116, 2007.

FERREIRA, Gabriella Alencar Severo. Análise jurídica sobre a descriminalização do aborto no primeiro trimestre de gestação: voto vista do Ministro Luís Roberto Barroso – HC 124.306/RJ. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XX, n. 160, maio 2017. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18948&revista_caderno=9>. Acesso em: 09 de novembro de 2017.

GAFO FERNÁNDEZ, Javier. **10 palavras-chave em bioética**. Trad. Maria Luisa Garcia Prada. São Paulo: Paulinas, 2000.

GALEOTTI, Giulia. **Historia del aborto**: los muchos protagonistas de una larga vicisitud, Buenos Aires: Nueva Visión, 2004.

GARCIA, Keila Lacerda de Oliveira Magalhães. Comentários ao Habeas Corpus 124.306/2016: decisão da primeira turma do STF que considerou o

aborto até o terceiro mês de gestação atípico. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 03 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.57788&seo=1>>. Acesso em: 09 de novembro de 2017.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito penal: dos crimes contra a pessoa**. 5. ed., v. 8., São Paulo: Saraiva, 2002.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**: parte especial, volume II: introdução à teoria geral da parte especial: crimes contra a pessoa. 11. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2015.

GRILLO, Brenno. **Criminalização prejudicial**: Interromper gestação até 3º mês não é crime, decide 1ª Turma do STF em HC. 28 de março de 2017. Revista Consultor Jurídico, 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-nov-29/interromper-gestacao-mes-nao-aborto-turma-stf>>. Acesso em: 11 de novembro de 2017.

HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao código penal: arts. 121 a 136**. 6. ed., v. 5., Rio de Janeiro: Forense, 1981.

HUNGRIA, Nelson; HUNGRIA, Cláudio Heleno. **Comentários ao Código Penal**. 6. ed., v. 5. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

LIMA, Ricardo O. de Oliveira. **O aborto de fetos anencéfalos**. 2007. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/o-aborto-de-fetos-anencefalos/1101>> . Acesso em: 11 de novembro de 2017.

MARQUES, Myriam Silva; BASTOS, Marisa Antonini Ribeiro. Aborto provocado como objeto de estudo em antropologia da saúde. **Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p.57-61, jul./dez.1998. Disponível em: <<http://www.reme.org.br/exportar-pdf/851/v2n2a02.pdf>>. Acesso em: 02 de novembro de 2017.

MARREY, A. O Crime de aborto. **Revista dos tribunais, São Paulo**, v. 52, n. 329, p. 7–17, mar. 1963.

MATIELO, Fabrício Zamprogna. **Aborto e o Direito Penal**. 3. ed., Porto Alegre: Sagra-DC Luzzatto editores, 1996.

MENDES, Alcaires. **A legalização do aborto e o descumprimento do Pacto San José da Costa Rica**: Entenda o caso do habeas corpus 124.306/RJ. 2016. Disponível em: <<https://alcairesmendes.jusbrasil.com.br/artigos/417315304/a-legalizacao-do-aborto-e-o-descumprimento-do-pacto-san-jose-da-costa-rica>>. Acesso em: 09 de novembro de 2017.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de Direito Penal**. 23ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

NORONHA, Edgard Magalhães. **Direito penal: dos crimes contra a pessoa, dos crimes contra o patrimônio**. 28. ed., v. 5, São Paulo: Saraiva, 1996.

PACHECO, Eliana Descovi. **Elucidação sobre o aborto e sua evolução**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, X, n. 40, 2007. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=artigos_leitura_pdf&artigo_id=3949>. Acesso em: 02 de novembro de 2017.

PATRIARCHA, Giselle Christine Malzac. Interrupção da gestação do feto anencéfalo: aborto ou antecipação terapêutica do parto? **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 16, n. 2971, p. 1-5, ago. 2011. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/19826>>. Acesso em: 6 de novembro de 2017.

PATTIS, Eva. **Aborto perda e renovação: um paradoxo na procura da identidade feminina**. (J. P. Netto Trad.) São Paulo: Paulus, 2000. (Original publicado em 1995).

PAULA, Wilson Kraemer de. **Aborto: tradições e contradições**. Florianópolis: Papa-Livro, 1996.

PEDROSO, Fernando de Almeida. **Homicídio, participação e suicídio, infanticídio e aborto: crimes contra a vida**. Rio de Janeiro: Aide, 1995.

PEREIRA, Maria José Miranda. Aborto, **Revista Jurídica CONSULEX**, ano VIII, nº 176, 15 maio 2004, p. 37.

PRADO, Luiz Regis. **Bem Jurídico-Penal e Constituição**. 3. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

_____. **Curso de direito penal brasileiro**. 2. ed., v. 2., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

REBOUÇAS, Melina Séfora Souza. **O aborto provocado como uma possibilidade na existência da mulher: reflexões fenomenológico-existenciais**. 2010. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/34563500-Departamento-de-pos-graduacao-em-psicologia.html>>. Acesso em: 02 de novembro de 2017.

REBOUCAS, Melina Séfora Souza; DUTRA, Elza Maria do Socorro. Não Nascer: algumas reflexões fenomenológicas-existenciais sobre uma história do aborto. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 16, n. 3, p. 419-428, setembro de 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722011000300009&lng=pt_BR&nrm=iso>. Acesso em 02 de novembro de 2017.

ROCHA, Maria Isabel Baltar da. A discussão política sobre aborto no Brasil: uma síntese. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 369-374, dezembro de 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982006000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 de novembro de 2017.

ROCHA, Maria Isabel Baltar da; ANDALAF NETO, Jorge. **A questão do aborto: aspectos clínicos, legislativos e políticos**. In: BERQUÓ, E. (Org.). *Sexo e vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*, Campinas: Editora da Unicamp, p. 257-318, 2003.

RODRIGUES, Renata de Lima. Análise do Voto-Vista do Ministro Luís Roberto Barroso no Julgamento do Habeas Corpus N. 124.306/RJ e seus fundamentos para descriminalização da interrupção voluntária da gestação no primeiro trimestre da gestação. **Revista Brasileira de Direito Civil**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 95-127, dez. 2016. Disponível em: <https://www.ibdcivil.org.br/image/data/revista/volume10/rbdcivil_vol_10_06_jurispruduencia-comentada.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. **Autonomia Privada e Direito ao Livre Planejamento Familiar**. Como as escolhas se inserem no âmbito de autodeterminação dos indivíduos na realização do projeto parental? 2015. 221f. Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Faculdade Mineira de Direito, Belo Horizonte, 2015.

SARMENTO, Daniel; PIOVESAN, Flávia (coord.) **Nos Limites da Vida: Aborto, Clonagem Humana e Eutanásia sob a Perspectiva dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.

SOUZA, Valdomiro José de. **O aborto no Brasil: um resgate das concepções morais católicas em contraposição aos grupos pró-aborto**. In: II ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES, 2009, **Anais...** .Maringá: Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH, v. 1, n. 3, p. 1 – 13, 2009. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32312-38731-1-PB.pdf>>. Acesso em: 04 de novembro de 2017.

STRECK, Lenio Luiz; BARBA, Rafael Giorgio Dalla. **Aborto — a recepção equivocada da ponderação alexyana pelo STF**. 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-dez-11/aborto-recepcao-equivocada-ponderacao-alexys-stf>>. Acesso em: 12 de novembro de 2017.

TEODORO, Frediano José Momesso. **Aborto eugênico: delito qualificado pelo preconceito ou discriminação**. Curitiba: Juruá, 2007.

TESSARO, Anelise. **Aborto Seletivo**. Descriminalização e avanços tecnológicos da medicina contemporânea. São Paulo: Juruá, 2002.

VIEIRA, Giovana Araújo. HC 124.306 e a criação de um precedente. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 22, n. 5230, 26 out. 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/60711>>. Acesso em: 09 de novembro de 2017.

VIEIRA, Jakiannys Hallita Atoui; CARVALHO, Eliel Ribeiro. **O aborto e seu contexto histórico**. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/34988/o-aborto-e-seu-contexto-historico>>. Acesso em: 03 de novembro de 2017.

VINHAS, Wagner. **O Aborto na história**. 2005. Disponível em: <<https://midia independente.org/pt/blue/2005/10/332888.shtml>>. Acesso em: 02 de novembro de 2017.

WITT, Caroline Teles. **Interrupção da gestação de feto anencefálico: uma análise sócio-jurídica em face dos preceitos fundamentais do estado democrático de direito**. 2011. 33 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre / RS, 2011. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2011_1/caroline_witt.pdf>. Acesso em: 05 de novembro de 2017.

A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E A DIGNIDADE DA PARTURIENTE

THE OBSTETRIC VIOLENCE AND DIGNITY OF THE PARTURIENT

LA VIOLENCIA OBSTÉTRICA Y LA DIGNIDAD DE LA PARTURIENTE

Carolina Diniz Cunha

Bacharel em Direito.

Hideliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral

Doutoranda e Mestre em Cognição e Linguagem – UENF; Professora dos Cursos de Direito e Medicina – UNIG.

Alinne Arquette Leite Novais

Mestre em Direito Civil – UERJ; Especialista em Gestão Judiciária – UnB; Juíza de Direito – TJMG.

Leila Maria Tinoco Boechat Ribeiro

Mestranda em Cognição e Linguagem – UENF; Oficiala de Justiça Federal – JFRJ.

Carlos Henrique Medeiros de Souza

Coordenador e Docente do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem – UENF; Doutor em Comunicação – UFRJ.

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar a denominada violência obstétrica e a vulnerabilidade da parturiente durante o parto à luz da Bioética. Trata-se de uma espécie de violência que a mulher sofre durante o parto, podendo ser do tipo verbal ou física, quando se nega a ela um direito inerente à sua condição de vulnerabilidade ou quando lhe impõem procedimentos contra sua vontade. Constata-se, pois, que esse tipo de violência ocorre quando a mulher está vulnerável, seja por falta de informação, seja por falta de comprometimento da equipe médica, seja ainda pelo desconforto ou dores do momento do parto. Justifica-se esta pesquisa pela necessidade de despertar a sociedade para a preservação e garantia dos direitos da mulher durante o parto e busca por possíveis soluções. A Metodologia utilizada é qualitativa com base em autores estudiosos do tema. Conclui-se pela necessidade de proporcionar à mulher melhores condições de atendimento e respeito à sua pessoa no momento do parto, em atendimento ao princípio da dignidade da pessoa humana, bem como às leis específicas que tutelam essa relação, como, por exemplo, a do acompanhante.

Palavras-chave: Violência Obstétrica; Parturiente; Vulnerabilidade; Direitos.

ABSTRACT: The objective of this work is analyze the called Obstetric Violence and the vulnerability of the parturient during the childbirth the light of bioethic. It is about a kind of violence that the woman suffer during the childbirth, being able to be verbal or physical, when is negated to her an inherent right to its condition of vulnerability or when it imposes procedures against its will. It is verified, that kind of violence occurs when the woman it is vulnerable, either for lack of information, either for lack of commitment of the medical team, or due to

discomfort or pain at the time of the childbirth. This research is justified by the need to awaken society for the preservation and guarantee of women's rights during childbirth and search for possible solutions. The Methodology used is qualitative based on scholars of the subject. It is concluded by the need to provide women with better conditions of care and respect for their person at the time of childbirth, in accordance with the principle of the dignity of the human person, as well as the specific laws that protect this relationship, such as the companion.

Key-words: Obstetric Violence; Parturient; Vulnerability; Rights.

RESUMEN: El objetivo de este trabajo es analizar la denominada violencia obstétrica y la vulnerabilidad de la parturienta durante el parto a la luz de la Bioética. Se trata de una especie de violencia que la mujer sufre durante el parto, pudiendo ser del tipo verbal o físico, cuando se niega a ella un derecho inherente a su condición de vulnerabilidad o cuando le impone procedimientos contra su voluntad. Se constata, pues, que ese tipo de violencia ocurre cuando la mujer es vulnerable, sea por falta de información, sea por falta de compromiso del equipo médico, sea por la incomodidad o dolores del momento del parto. Se justifica esta investigación por la necesidad de despertar a la sociedad para la preservación y garantía de los derechos de la mujer durante el parto y búsqueda de posibles soluciones. La metodología utilizada es cualitativa basada en autores estudiosos del tema. Se concluye por la necesidad de proporcionar a la mujer mejores condiciones de atención y respeto a su persona en el momento del parto, en atención al principio de la dignidad de la persona humana, así como a las leyes específicas que tutelan esa relación, como, por ejemplo, compañera.

Palabras-clave: Violencia Obstétrica; mujer de parto; la vulnerabilidad; Derechos.

“Hoje, a medicina está bem aparelhada para combater a dor, mas encontra-se num estágio bastante rudimentar no que diz respeito ao controle do sofrimento” (PESSINI, 2007, p. 287).

LISTA DE SÍMBOLOS E ABREVIACÕES

§ - Parágrafo

ANS – Agência Nacional de Saúde

Art. – Artigo

CF – Constituição Federal

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

Inc. – Inciso

OMS – Organização Mundial de Saúde

SUS – Sistema Único de Saúde

Considerações iniciais

A pessoa humana é digna de cuidados especiais que sejam aptos a resguardarem sua dignidade, principalmente no momento de grande vulnerabilidade, como é a hora do parto. Nessa situação vulnerável, a mulher titulariza certos direitos específicos, além daqueles genéricos de cidadã que lhe são próprios. Tratam-se de direitos à dignidade, ao amparo, ao acompanhante, à privacidade, ao apoio que pode ser vital para suas condições emocionais naquele instante. Nessa perspectiva de proteção à mulher no momento do parto, percebe-se que uma conduta vem sendo praticada quase de forma corriqueira nos hospitais públicos no Brasil – a violência obstétrica.

A pesquisa em tela estuda uma das espécies de violência contra a mulher, seja verbal seja física, antes, durante e após o parto, impondo a ela intervenções danosas à sua integridade ou impedindo-a de receber algum direito inerente à sua qualidade. Diante do exposto, questiona-se o método para que seja erradicada ou pelo menos minimizada a ocorrência da violência obstétrica nos hospitais brasileiros.

O presente trabalho se justifica pela grave violação aos direitos à dignidade da parturiente durante um momento tão delicado e importante, em que se encontra extremamente vulnerável, não lhe sendo deferidas condições mínimas de assistência da família e outros direitos que lhe são ceifados durante este delicado momento.

Ao se submeterem a atendimento médico-hospitalar, as pessoas se encontram em condição de franca vulnerabilidade – que é uma das preocupações da Bioética contemporânea. Nesse contexto globalizado, surge uma situação degradante que representa grave violação aos direitos humanos: a violência obstétrica. Visa-se analisar a violência obstétrica nos hospitais brasileiros e indicar possíveis soluções, buscando explicar a vulnerabilidade humana durante os procedimentos médico-hospitalares, caracterizando a prática da violência obstétrica como violação a direitos humanos e, por fim, relacionar a vulnerabilidade humana à ocorrência da violência obstétrica.

Emprega-se metodologia qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos sobre o tema, além de legislação pertinente, como a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos e a Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

Buscando tornar o trabalho mais didático, divide-se em capítulos, segundo a abordagem da temática. Em primeiro momento foram abordadas noções conceituais, a fim de proporcionar melhor entendimento. O capítulo seguinte refere-se aos direitos da parturiente durante o parto e alguns princípios norteadores dos direitos que a mulher titulariza durante o parto. Em seguida trata-se do fenômeno da violência obstétrica no Brasil e possíveis soluções.

Por se tratar de tema ainda pouco estudado, atual e polêmico, recomenda-se a leitura desta pesquisa que, julga-se, poderá contribuir para muitas reflexões no âmbito acadêmico e da sociedade.

1 Noções conceituais

Para se tratar da violência obstétrica, que é uma preocupação da Bioética contemporânea, é indispensável que se tragam alguns conceitos que irão facilitar a compreensão e o estudo do assunto, que se mostra de grande importância como proteção dos direitos de personalidade da mulher no momento vulnerável do parto.

O conceito de obstetrícia dado pelo professor Gary ocupa-se da reprodução humana:

É uma especialidade que promove o bem-estar da gestante, bem como sua saúde e a do seu feto, através de cuidados pré-natais com qualidade. Pois consistem em identificar e tratar as complicações, promovendo uma atenção médica ao recém-nato e condução do puerpério, faz-se com que tenha cuidados no acompanhamento promovendo a saúde e opções de planejamento familiar (GARY, 2009, p.02).

Vê-se a importância da obstetrícia através do uso de parâmetros relacionados à evolução materna e infantil, indicando qualidade de vida e saúde para a sociedade humana. Obstetrícia trata-se de um conjunto de métodos e conhecimentos utilizados no cuidado de gestantes, parturientes, recém-nascidos e seus familiares. A finalidade é garantir que o nascimento da criança seja normal e promover, assim, a qualidade de vida da mulher. Os obstetizes atendem primeiramente às gestantes, logo após, às mães e aos recém-nascidos, durante o período neonatal. Atuam em unidades básicas de saúde, postos, hospitais, maternidades, casas de parto e clínicas, seja no setor privado, seja no público. Profissionais como estes são habilitados a realizar

parto normal acompanhados de uma equipe médica ou mesmo sozinhos (GUIA DO ESTUDANTE, 2018).

Define-se como violência contra a mulher qualquer tipo de ato ou conduta que se baseia no gênero, vindo a causar morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, seja na esfera pública seja na esfera privada. (COMITÊ LATINO AMERICANO E DO CARIBE PARA DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, 1996)

Existem diversas violências contra a mulher, dentre tantas, existe a violência obstétrica, que nada mais é que aquela praticada contra a mulher durante a gravidez, o parto e pós-parto. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), violência obstétrica é impor às mulheres intervenções danosas à sua integridade física e psicológica por profissionais em que são atendidas nas instituições, bem como desrespeitar a sua autonomia. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2015)

Violência obstétrica ocorre quando profissionais da saúde exercem atos referentes ao corpo da mulher e também aos processos reprodutivos, de forma desumana, com abuso nas intervenções, medicamentos e alteração no processo de parturição fisiológicos (JUAREZ *et al.*, 2012).

De acordo com o Dossiê elaborado pela Rede Parto do Princípio para a CPMI da Violência Contra as Mulheres, os atos que caracterizam a violência obstétrica são

[...] todos aqueles praticados contra a mulher no exercício de sua saúde sexual, e reprodutiva, podendo ser cometidos por profissionais de saúde, servidores públicos, profissionais técnico-administrativos de instituições públicas e privadas, bem como civis. (RPP, 2012, p.60)

A autora Leonela Pereira (2016) denomina violência obstétrica como uma dor além do parto, salientando que, ainda que seja pouco familiar a terminologia, a prática não é nada recente, tampouco desconhecida para a grande maioria das mulheres brasileiras. É definida como qualquer conduta, ato ou intervenção direcionada à mulher grávida, parturiente ou puérpera (que deu à luz recentemente), e ao seu bebê, sendo praticada sem o seu devido consentimento e desrespeitando a sua autonomia, a sua integridade física e mental, os seus sentimentos.

A pesquisa “Mulheres brasileiras e Gênero nos espaços público e privado”, divulgada em 2010 pela Fundação Perseu Abramo, mostrou que uma em cada quatro mulheres sofre algum tipo de violência durante o parto. As mais comuns, segundo o estudo, são gritos, procedimentos dolorosos sem consentimento ou informação e até negligência. (BRASIL, Fundação Perseu Abramo, 2010)

Há outras formas de praticar violência obstétrica, como, por exemplo, impedir que a mulher seja acompanhada por alguém de sua preferência (direito garantido pela Lei nº 11.108, 2005), tratando-a de forma agressiva, grosseira, ou de qualquer forma que a faça se sentir mal pelo tratamento recebido durante o trabalho de parto e pós-parto; tratá-la de forma inferior, dando-lhe ordens e nomes diminutivos; submetê-la a procedimentos dolorosos, desnecessários ou humilhantes (lavagem intestinal, raspagem de pelos pubianos, posição ginecológica com portas abertas); realizar mais de um exame de toque, especialmente por mais de um profissional; fazer episiotomia (corte no períneo) sem consentimento; fazer da parturiente “cobaia” para realizar procedimentos desnecessários apenas para exposição a alunos residentes; impedir que o bebê vá imediatamente aos braços e peito da mãe após o nascimento; realizar procedimentos violentos e desnecessários no recém-nascido; dentre outros atos.

Toda mulher tem direito a um pré-natal de qualidade, e este é um direito que visa à saúde e ao bem-estar não apenas da mulher, mas também da criança. Portanto, também caracteriza violência obstétrica negar o atendimento ou impor dificuldades ao atendimento em postos de saúde onde são realizados os acompanhamentos pré-natal; fazer comentários constrangedores à mulher, por sua cor, raça, etnia, idade, escolaridade, religião ou crença, condição socioeconômica, estado civil ou situação conjugal, orientação sexual, número de filhos; ofender, humilhar ou xingar a mulher ou sua família; negligenciar o atendimento de qualidade (Defensoria Pública do Estado de São Paulo, 2013).

Segundo a Defensoria Pública de São Paulo (2013), o Brasil domina o *ranking* em operações cesarianas no mundo, deixando de seguir a recomendação da Organização Mundial da Saúde, resultado de uma prática

indiscriminada da cirurgia. A redução dessa taxa de cesária é essencial para a melhoria dos índices de morbi-mortalidade materna e infantil.

É assegurado à mulher brasileira o direito a um acompanhante de sua escolha durante todo o período de duração do trabalho de parto, parto e pós-parto, como também a um tratamento digno e à garantia de sua integridade física e psicológica. As maneiras como ocorre são comuns: impedimento da entrada do acompanhante escolhido pela mulher; ação verbal ou comportamental que cause na mulher sentimentos de inferioridade, vulnerabilidade, instabilidade emocional, medo, insegurança, perda de integridade, dignidade e prestígio (Defensoria Pública do Estado de São Paulo, 2013).

O parto já foi versado como um evento natural. Porém, ele começou a ser tratado como um evento médico e, desde então, é ignorada a autonomia das mulheres sobre os seus corpos, sendo a mulher tratada com inferioridade no momento do parto. Sua vontade não é levada em conta, sua escolha é ignorada, o conhecimento dos profissionais da saúde é inquestionável, mesmo quando essas práticas se repetem ao longo dos anos sem nenhuma evidência concreta que demonstre sua utilidade (a exemplo da episiotomia (corte no períneo) e a manobra de Kristeller (empurrar a barriga). A Organização Mundial de Saúde orienta que o primeiro procedimento deve ser feito de forma estritamente seletiva e o segundo é indistintamente condenado há mais de 30 anos.

Existem dois tipos de parto: o parto cirúrgico (a cesárea/cesariana) e o parto vaginal (ou natural).

O parto vaginal natural pode se diferenciar ainda do parto vaginal cirúrgico, o que normalmente acontece nos hospitais com intervenções médicas, como anestesia, aplicação de ocitocina (hormônio sintético que induz as contrações uterinas), episiotomia (corte vaginal) (AMATO, 2016).

O parto normal pode se realizar em diversas posições, como deitada, agachada ou apoiando numa cadeira de parto. Poderá ser realizado também na água, em uma banheira apropriada. Quanto ao local, nas maternidades há mais recursos de assistência para a parturiente e o recém-nascido, porém

algumas mulheres optam por ter o bebê em casas de parto ou no próprio domicílio (AMATO, 2016).

Em algumas mulheres o parto normal pode não ser possível, caso em que a cesariana é a cirurgia que vai garantir a segurança da parturiente e do bebê. Tal operação consiste em um corte na parede abdominal e no útero, logo após, o bebê é retirado através desta abertura, que é fechada com pontos. Como a cesárea é uma cirurgia, o tempo de recuperação da parturiente é mais lento, porém, é considerada um procedimento seguro (Amato -Instituto de Medicina avançado, 2016).

2 A dignidade da mulher e seus direitos durante o parto

A Carta Magna de 1988 firmou o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana como fundamento do Estado Democrático de Direito (artigo 1º, III, Constituição da República Federativa do Brasil). Principalmente por esse motivo, a mulher, como qualquer ser humano, possui todos os direitos e garantias deferidos aos cidadãos. E, não seria diferente, principalmente, durante o parto, que é um momento de hipervulnerabilidade, em que faz jus a direitos específicos, inclusive contando com especial amparo legal na Constituição da República Federativa do Brasil, leis infraconstitucionais (como a do acompanhante, por exemplo) e ainda com fundamento em princípios bioéticos e constitucionais, como o princípio da dignidade da pessoa humana, o da igualdade, o da legalidade, o da proteção à vida, à saúde, à maternidade e à infância, dentre outros.

“A Constituição democrática de 1988 alçou o princípio da dignidade da pessoa humana, na qualidade de princípio próprio, ao núcleo do sistema constitucional do país e ao núcleo de seu sistema jurídico, político e social” (DELGADO, 2010, p. 39). Assim, o princípio da dignidade da pessoa humana tem uma relação com os direitos individuais e coletivos previstos no artigo 5º da Constituição, tais como direito à vida, à dignidade, à honra. Vê-se que este se transformou em base do sistema jurídico brasileiro, sendo considerado um supraprincípio, inato à condição de ser humano.

A Declaração Universal de Direitos Humanos, em seu artigo 1º, afirma que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em

direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”. Rocha, ao comentar sobre o artigo, faz as seguintes considerações:

Gente é tudo igual. Tudo igual. Mesmo tendo cada um a sua diferença. Gente não muda. Muda o invólucro. O miolo, igual. Gente quer ser feliz, tem medos, esperanças e esperas. Que cada qual vive a seu modo. Lida com as agonias de um jeito único, só seu. Mas o sofrimento é sofrido igual. A alegria, sente-se igual (ROCHA, 2004, p. 13).

Assim, a ausência da dignidade torna o ser humano como coisa, objeto, instrumento, pois viola suas características próprias. Nesse contexto, a mulher é sujeito de direito e não um objeto da técnica, ensino e prática. Toda mulher possui direito de realizar exames de acompanhamento pré-natal, de dar à luz com cuidado, de ter a licença-maternidade e de amamentar o seu filho quando quiser. É fundamental que a mulher tenha conhecimento dos seus direitos, pois assim eles serão reconhecidos na prática. (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2016).

O Direito Constitucional, conforme analisado no estudo de Bester (2005), é espaço privilegiado dessa discussão, tanto pelo caráter intermediário que assume, entre o direito interno e o internacional, quanto pela fortuna axiológica que representa. Nas palavras de Bonavides:

As bases morais do humanismo constitucional da Carta de 1988 acham-se cifradas num princípio pendular, que é a chave da abóbada dessa catedral do constitucionalismo brasileiro: o princípio da dignidade da pessoa humana. Esse princípio está para o constitucionalismo do Estado Social, nesta fase do pós-positivismo, assim como o princípio da separação de poderes esteve para o constitucionalismo do Estado liberal na época clássica do positivismo legalista. Princípio novo nos anais do constitucionalismo perpassa ele a carta contemporânea dos direitos fundamentais com o dogma consagrador da alforria moral do ser humano, em idade de incertezas geradas pelas convulsões da globalização (BONAVIDES, 2006, p. 188).

Destarte, já preceitua a Carta Magna de 1988 normas gerais a fim de assegurar princípios tais como a dignidade ao ser humano. Eventual afronta a este princípio condena todo o sistema normativo brasileiro. Tal segurança deve

abarcam de igual modo o princípio da dignidade da mulher e seus cuidados obstétricos devem ser garantidos.

Aborda-se a partir de então, para melhor entendimento, o conceito de vulnerabilidade humana no campo da Bioética.

Vulnerabilidade é a qualidade ou estado de vulnerável, comum a todo ser mortal, pois todos estão sujeitos a serem feridos, ofendidos, melindrados, intencionalmente ou não, por pessoas, animais ou agentes da natureza. Aliás, todos os seres vivos estão sujeitos à vulnerabilidade e possuem defesa instintiva, decorrente do instinto da sobrevivência – autodefesa. Entretanto, o ser humano, porém, além do instinto da sobrevivência, pode ter consciência de que é vulnerável, com a consequente “angústia” decorrente desse fato. É exatamente por ter consciência da vulnerabilidade que os seres humanos necessitam se defender – até mesmo uns dos outros. Embora ele possa ou não se encontrar em situação de vulnerabilidade, o ser humano é sempre vulnerável – tratam-se de oscilações que acompanham todas as situações que envolvem a Bioética (HOSNE, 2009, p. 42).

O reconhecimento da vulnerabilidade é importante não somente na área da saúde, mas em todo o âmbito de atuação da bioética, devendo ser considerado necessariamente um referencial em toda e qualquer avaliação bioética, seja no campo das ciências da saúde (não apenas na área da pesquisa), das ciências da vida e do meio ambiente.

Deve-se ter em conta que, tanto na área assistencial da saúde como na área da pesquisa em seres humanos, o ser humano não é uma pessoa isolada; ele compõe um sistema formado por vários elos, que interagem entre si e que, em última instância, podem atingir o elo da extremidade, podendo ser a vítima principal e, na maioria das vezes, a única que sofre as consequências. E isso pode ocorrer não só pela vulnerabilidade deste elo final, mas pode ocorrer pela vulnerabilidade localizada em outros elos do sistema. (HOSNE, 2009)

Em outras palavras, o paciente ou o sujeito é atingido não pela sua própria vulnerabilidade, mas pela vulnerabilidade em algum outro ponto do “sistema assistencial”. Assim, “no sistema de saúde, a vulnerabilidade pode ser ou estar presente nos profissionais da saúde, nas instituições, nos gestores, na política interna de saúde, ou em todo o sistema”. (HOSNE, 2009, p. 41-51)

A Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos assume capital importância, impondo respeito aos princípios fundamentais da bioética e às questões éticas suscitadas pela medicina, ciências da vida e tecnologias associadas à sua aplicação aos seres humanos, bem como incorpora os princípios que enunciam nas regras que norteiam o respeito pela dignidade humana, pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais, ao consagrar a bioética entre os direitos humanos internacionais e ao garantir o respeito pela vida dos seres humanos, reconhecendo a interligação entre ética e direitos humanos no domínio da bioética. (UNESCO, Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, 2005)

Segundo Jorge Alberto Cordón Portillo:

Há cerca de 30 anos, o médico estadunidense Van Rensselaer Potter já percebera que a sobrevivência da humanidade poderia estar sendo ameaçada. Criou, então, o neologismo bioética para designar a necessidade de uma área científica que se dedicasse a buscar o conhecimento e a sabedoria. Segundo ele, a sabedoria representaria o conhecimento necessário para a administração do próprio conhecimento, objetivando o bem social. Desde então, a bioética tem se revelado uma das áreas de reflexão que mais vem crescendo. Nos dias atuais, em que especialmente a biotecnologia adquiriu tamanha força não apenas econômica, mas também transformadora da vida humana e da natureza, a análise bioética sobre os avanços tecnocientíficos passa a ser uma iniciativa impostergável. (PORTILLO, 2010, p. 97)

A Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos da ONU se constitui um marco para a Bioética contemporânea, destacando e interpretando dois temas – vulnerabilidade e responsabilidade social – que exprimem concordância geral e irrestrita quanto à relevância para a sociedade brasileira. Inaugura com densa proteção aos vulneráveis e estende-se, em seus princípios, ressaltando o respeito à autonomia das pessoas e à necessidade de completos, claros e adequados esclarecimentos para a obtenção de consentimento das pessoas submetidas a pesquisas biomédicas. Dedicou especial artigo à proteção de indivíduos ou grupos vulneráveis e avigora a orientação de respeito à sua integridade. Reconhece que, enquanto pequena parcela dos cerca de 170 milhões de brasileiros tem acesso, por exemplo, aos mais recentes avanços da tecnologia médica, como tomografia

computadorizada e medicamentos de última geração, grande parcela da população vive cotidianamente a incerteza relativa a uma possível refeição. Por corolário, é imperativo que o Estado brasileiro como um todo, aqui considerando os órgãos da esfera federal, com as suas diversas atribuições e competências, reconheça a necessidade de investir ainda mais na defesa dos interesses dos vulneráveis, tema tão precioso para nossa sociedade (UNESCO. Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, 2005).

O parto é um momento importante e muito delicado na vida de várias mulheres, requerendo especial atenção, pois elas se encontram frágeis e vulneráveis. Nessa perspectiva, os direitos da mulher durante o parto se tornam importante instrumento de efetivação da dignidade da mulher e a lei especial oferece tutela especial capaz de garanti-la.

A parturiente é sujeito de direitos como qualquer ser humano, em qualquer circunstância, com direito a escolhas e à informação. Merecendo ela proteção, amparo e principalmente esclarecimento do melhor a fazer para ter, no momento do parto, segurança, respeito e dignidade que lhe são inerentes, longe de qualquer forma de desrespeito e coação (XVII Seminário Internacional de Educação no Mercosul, 2015).

Toda mulher possui direito a uma gravidez completamente saudável e a um parto seguro. Infelizmente muitos desses direitos, na hora do parto e pós-parto, são desrespeitados e, muitas vezes, por falta de conhecimento da própria mãe.

É vedado a qualquer hospital, maternidade ou casa de parto recusar-se ao atendimento de parto, já que ele é considerado uma situação de urgência. A parturiente só poderá ser transferida para outro local se os profissionais da saúde a examinarem e caso haja tempo suficiente para que chegue ao local onde há vaga, com a confirmação de garantia de atendimento.

No momento em que estiver internada e no trabalho de parto, todas as queixas e reclamações da parturiente devem ser atendidas e todas as suas dúvidas esclarecidas. Incluindo a equipe do hospital, médicos, enfermeiros e acompanhante, ninguém tem o direito de pressionar, assustar, constranger ou recriminar a parturiente quando sentir vontade de gritar, chorar, ou mediante

qualquer outro motivo. Trata-se de um comportamento normal que toda mulher possui o direito de ter (GUIA DO BEBÊ, 2017).

Quanto aos seus direitos, podem-se destacar vários, como exemplo a escolha do acompanhante. A Lei 11.108/2005 é denominada como a “Lei do Acompanhante”, ainda pouco conhecida pela maioria das mulheres e cujo descumprimento é constante nas maternidades públicas e privadas do Brasil. É previsto na referida lei o direito que a mulher tem a um acompanhante de sua livre escolha – pode ser o marido, a mãe, a irmã, uma amiga, parente ou não, qualquer pessoa que ela deseja e sinta bem em ter ao seu lado nesse momento tão importante. Também determina que o acompanhante esteja com a gestante desde o momento que ela ingressa na maternidade até a sua alta – direito esse garantido independentemente da via de parto (BRASIL. Lei Federal nº 11.108 de 2015). No entanto, ainda existem maternidades, principalmente na rede pública, que argumentam não poderem atender a gestante com o acompanhante por não possuírem meios que assegurem sua privacidade em relação a outras parturientes.

A advogada Priscila Cavalcanti é especialista em direito da mulher e orienta acionar a Polícia Militar em determinados casos em que o acompanhante seja proibido de entrar. Se dessa forma a parturiente ainda não tiver seu direito assegurado, cabe a ela procurar a Ouvidoria ou o Comitê de Ética do hospital. “Após o parto, a mulher pode denunciar o caso no site do Ministério Público Federal ou na Secretaria de Saúde do seu Estado”, relata. A advogada informa que nestes casos também cabe ingressar com uma ação indenizatória, esclarecendo que a lei não prevê penalidades, como multa, sanções ou fechamento do estabelecimento de saúde. “A maneira de punir os hospitais é por meio de sentença judicial, pois o juiz vai determinar a penalidade pela lesão ao direito do acompanhante. Não há como punir os locais administrativamente” (CAVALCANTI, 2017). Portanto, conclui-se que impedir à mulher que tenha um acompanhante se configura violência obstétrica.

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2016), a gestante possui direito a acompanhamento pré-natal, especializado durante a gravidez que é garantido pela Lei nº 9.263, de 1996, ordenando que as instâncias do

Sistema Único de Saúde (SUS) têm a obrigação de garantir, em toda a sua rede de serviços, programa de atenção integral à saúde, em todos os seus ciclos vitais, incluindo atividades básicas, assistência à concepção e contracepção, atendimento pré-natal e assistência ao parto, ao puerpério e ao neonato. Conforme orientação do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), é mais aconselhado e seguro o parto normal, devendo ser disponibilizados todos os recursos necessários para que ele aconteça.

Conforme a Lei nº 11.634, de 2007, toda gestante assistida pelo SUS tem direito ao conhecimento e à vinculação prévia à maternidade na qual será realizado seu parto e à maternidade na qual ela será atendida nos casos de intercorrência pré-natal. (BRASIL, Lei Federal nº 11.634 de 2007)

A gestante e a lactante possuem direito ao atendimento prioritário em hospitais, órgãos e empresas públicas e em bancos, que lhe é garantido pela Lei nº 10.048, assim como pelo Decreto nº 5.296, de 2004 (BRASIL, Lei Federal nº 10.048 de 2000).

Segundo a Lei 12.895/2013, hospitais do SUS ou conveniados devem fixar, em local visível, aviso de que as gestantes têm direito a acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto (BRASIL, Lei Federal nº 12.895 de 2013).

Também há garantias à parturiente no Código de Ética Médica, em seus artigos 1º, 14, 22 e 34 (RESOLUÇÃO CFM No 1.931/2009).

Ainda há o Projeto de Lei nº 7.633/2014, que dispõe sobre a humanização da assistência à mulher e ao neonato durante o ciclo gravídico-puerperal e dá outras providências (BRASIL, Lei Federal nº 7.633/14).

Outro marco muito importante dos direitos da gestante é a Portaria nº 569, de 1º de junho de 2000, do Ministério da Saúde, que instituiu o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento, no âmbito do SUS. A regra traz diversas determinações em relação aos direitos da gestante, como, por exemplo, o direito ao acesso a atendimento digno e de qualidade no decorrer da gestação, parto e puerpério, a realização de, no mínimo, seis consultas de acompanhamento pré-natal, sendo, preferencialmente, uma no primeiro trimestre, duas no segundo e três no terceiro trimestre da gestação. A portaria

impõe também que é uma obrigação das unidades receber com dignidade a mulher e o recém-nascido.

É direito da mulher, ainda, o aleitamento materno. A Organização Mundial de Saúde (OMS) indica o aleitamento materno exclusivo até o bebê completar seis meses. Seguindo essa recomendação, o artigo 396 da CLT garante que as mães que voltarem ao trabalho antes de o bebê completar seis meses têm o direito a dois intervalos, de meia hora cada, durante a jornada de trabalho, especificamente para a amamentação.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 9º, estabelece que o poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas à medida privativa de liberdade. Dessa forma, a Lei de Execuções Penais prevê estabelecimentos penais destinados a mulheres com berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 (seis) meses de idade, art. 83, § 2º (BRASIL, ECA, Lei nº 8.069 de 1990).

O melhor e mais seguro parto para a mulher é o parto normal e toda mulher tem direito a ele. A cesárea também é um tipo de parto, tratando-se de uma cirurgia, e só deve ser realizada em casos extremos. A equipe médica deve estar preparada para fazer uma assistência humanizada e de qualidade tanto para a mulher como para seus acompanhantes.

Se a gestante quiser, poderá ingerir líquidos durante o trabalho de parto. Cabendo a equipe hospitalar indicar a hora de fazer jejum.

Na hora do parto, cada mulher sente a dor de maneiras diferentes. Algumas acham suportável e aguentam um parto sem anestesia, outras não conseguem e podem pedir que apliquem a anestesia.

Nem sempre é necessário o procedimento da episiotomia (corte feito no períneo para aumentar a passagem do bebê e evitar o rompimento da pele da vagina), sendo fundamental que se indague ao médico se a episiotomia realmente é imprescindível.

Caso seja necessário um parto cesáreo, é importante que a mulher tenha conhecimento dos motivos e da necessidade desta cirurgia. Esse parto só deve ser realizado quando for para o bem da sua saúde ou do bebê.

Depois do parto, a parturiente tem o direito de ter o bebê ao seu lado e de amamentá-lo, somente sendo cabível a separação se um dos dois necessitar de cuidados especiais.

Ela possui direito também de receber informações sobre a amamentação e suas vantagens, tanto para a parturiente quanto para o bebê.

Em todo procedimento realizado ou solicitado, a gestante tem o direito de receber informações com palavras de linguagem simplificada sobre os motivos da conduta, para que não cause dúvidas, sendo assegurado a ela o direito de escolha, quando houver mais de um procedimento possível.

Caso em qualquer momento do parto não seja bem atendida, a recomendação é procurar a gerência do serviço de saúde e relatar sua queixa.

3 O fenômeno da violência obstétrica no Brasil: a dor além do parto

Ao longo da história as mulheres vêm sendo vítimas de diversas formas de violência.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1996), violência é a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis. Nesse sentido, destaca-se a violência obstétrica como um tipo específico de violência contra a mulher.

A violência obstétrica tem índices bastante significativos, uma vez que não há dos pesquisadores uma preocupação, um cuidado, com esse tema, deixando uma carência de material. É normal as mulheres sentirem constrangimento ao relatarem sofrimentos suportados antes ou no momento do parto. Elas acreditam que esse tipo de prática é habitual entre os médicos. No entanto, existem apontamentos de que pelo menos 25% das mulheres sofreram algum tipo de violência no atendimento ao parto. (SENA, 2012, p. 73)

A prática da violência obstétrica é uma ocorrência que vem acontecendo há vários anos na América Latina, por falta de informação, receio de perguntar ou procurar se informar a respeito de como os procedimentos serão realizados durante o parto, levando as mulheres a aceitarem com que outras pessoas explorem seus corpos, mesmo a situação sendo constrangedora. (GARCÍA; DIAS; ACOSTA; 2013)

Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde; 2014), gestantes de todo o mundo sofrem abusos, desrespeito, negligência e maus-tratos durante o parto nas instituições de saúde. Essas práticas podem ter grandes consequências, tanto para a mãe quanto para o bebê, pois é um momento de grande vulnerabilidade para a mulher.

Além disso, a violência obstétrica engloba o uso excessivo e desnecessário de medicamentos e intervenções durante o parto, como por exemplo, a realização de práticas consideradas desagradáveis e muitas vezes dolorosas, a raspagem dos pelos pubianos, a episiotomia de rotina, a indução do trabalho de parto e a proibição do direito ao acompanhante escolhido pela mulher durante o trabalho de parto. (REVISTA BRASILEIRA DE MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE, 2015).

Conclui-se que o termo violência obstétrica é bem amplo e abrangente, não se restringindo a um conceito único, nem definido em preceitos legais, devido à falta de instâncias específicas que penalizem os maus-tratos e processos desnecessários nos quais, as mulheres são submetidas. Dessa forma, seus direitos e autonomia são limitados. Nesse sentido, salienta-se a imprescindibilidade de uma conceituação de violência obstétrica, preferencialmente em diplomas legais, para que assim sejam definidas e tipificadas, auxiliando na hora de encarar determinadas situações.

Infelizmente, muitas mulheres não se dão conta que já passaram, ou passam por violência obstétrica. Esse tipo de violência pode ocorrer ainda durante a gestação, no momento do parto e no pós-parto, bem como nas complicações de abortamento. Algumas não conhecem sobre determinados procedimentos e atendimentos de saúde e sofrem tal violência, porém imaginam que é apenas um desconforto, ou atitudes de profissionais temperamentais. Geralmente, se dão conta quando sobrevêm tragédias, que poderiam ser evitadas com os cuidados e procedimentos adequados.

São várias as situações em que essa desumanidade pode ser vislumbrada: impedimento da presença de um acompanhante durante todo o período de internação; aplicação de soro com ocitocina sintética sem o consentimento da mãe; exigir jejum; realizar sucessivos exames de toque; posição ginecológica ou imobilização; praticar episiotomia (pique); não ter paciência com a dor materna;

negar atendimento; proferir agressões verbais; impedir ou retardar o contato de mãe e bebê saudável; dificultar o aleitamento materno na primeira hora de vida; introduzir leite artificial ou chupeta sem autorização da mulher; realizar manobras sem o consentimento da mulher; impor dificuldade ao atendimento em postos de saúde durante o pré-natal; realizar comentários constrangedores ou que propaguem o preconceito à raça, classe social, escolaridade, religião, estado civil, orientação sexual e número de filhos; humilhar; negligenciar na recepção; realizar cesárea agendada sem recomendação e por pura conveniência. O mencionado rol não se esgota, vez que outras ocasiões podem se configurar em abusos ou violência à parturiente.

A partir deste ponto, serão comentadas algumas estatísticas importantes. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) é recomendável que 15% dos partos sejam cesarianas, no máximo, e boa parte dos países respeitam esta porcentagem. Porém, no Brasil, líder do ranking na América Latina, este número chega a aproximadamente 56% em sua totalidade. Se contarmos apenas as redes privadas, as cesáreas ultrapassam os 88% (NÚCLEO DE ESTUDOS EM SAÚDE PÚBLICA – CEAM/UNB).

Embora no Brasil os casos de violência obstétrica sejam tácitos, não deixam de ser preocupantes. Foi feita uma pesquisa que se tornou o primeiro registro nacional de base epidemiológica voltado ao parto e ao nascimento e tornou-se um estudo base para o monitoramento da Rede Cegonha. Cerca de 23.894 mulheres em 191 municípios de todos estados brasileiros foram acompanhadas durante seu pré-natal em 266 hospitais públicos, privados e mistos (NASCER NO BRASIL: INQUÉRITO NACIONAL SOBRE O PARTO E O NASCIMENTO – COM COORDENAÇÃO DA ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA E FIOCRUZ).

“Uma em cada quatro mulheres sofre algum tipo de violência durante o parto”. (PESQUISA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO E SESC INICIADA EM 2010-MULHERES BRASILEIRAS NOS ESPAÇOS PÚBLICO E PRIVADO)

Essa pesquisa mostrou que 66% das mulheres preferiram o parto normal no início da gravidez; apenas 59% delas tiveram respeitado o seu direito legalmente previsto e foram orientadas sobre a maternidade de referência para internação do parto. E algumas maternidades ainda não apresentam um

conjunto completo de medicamentos e equipamentos mínimos necessários para atender a parturiente e o bebê.

A violência obstétrica no Brasil tem predominância de que $\frac{1}{4}$ das mulheres revelam ter sofrido maus-tratos durante o atendimento ao parto, como excesso de intervenções desnecessárias e impossibilidade de uma assistência baseada em boas práticas, tendo como exemplo parto em posição vertical, presença de um acompanhante, possibilidade de se alimentar e de se movimentar durante o trabalho de parto.

De forma ilustrativa, foi construído um quadro baseando-se nas mulheres que realizaram parto normal na rede pública ou privada, (SENA, 2012), conforme se verifica abaixo:

Quadro I – Violências sofridas durante o atendimento ao parto.

Descrição	Porcentagem
Sofreram algum tipo de violência no atendimento ao parto	25%
Fez exame de toque de forma dolorosa	10%
Negou ou deixou de oferecer algum tipo de alívio para dor	10%
O profissional gritou com a mulher	9%
Não informou sobre o procedimento que estava realizando	9%
O profissional se negou a atender	8%
O profissional humilhou ou xingou	7%
O profissional empurrou	1%
O profissional bateu na paciente	1%
O profissional assediou sexualmente	1%

Fonte: SENNA, Ligia Moreira. Violência obstétrica é violência contra a mulher – avaliação das mulheres sobre os cuidados recebidos durante a internação para o parto e nascimento. Curitiba: BC, 2012, p. 73.

Vê-se que os números são bem altos no que se refere à violência obstétrica no Brasil. No entanto, pensa-se que esses números são maiores, uma vez que a pesquisa apenas se concentrou em mulheres que realizaram o parto normal. No âmbito mundial, milhares de mulheres morrem em decorrência de maus tratos e violência obstétrica, segundo Souza (2015):

Eu gosto de começar a falar sobre temas relacionados a humanização da assistência lembrando a audiência que a cada ano cerca de 300 (trezentas) mil mulheres perdem suas vidas em todo o mundo por causas relacionadas a gestação, parto e puerpério. E lembro que essas mortes são apenas a ponta de um “iceberg”, onde existe muita morbidade e muito sofrimento. Estima-se que mais de dois milhões de mulheres em todo o mundo passem por complicações muito graves, a cada ano, relacionadas com gestação, parto e puerpério. (SOUZA, 2015, p. 1)

Existe um dado muito conhecido pelos ativistas à favor do parto humanizado e do fim da violência obstétrica que é divulgado pela pesquisa “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado” feita pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o SESC. Esse dado revela que uma em cada quatro mulheres no Brasil sofre violência durante a gestação ou parto.

Dentre as agressões indicadas na pesquisa estão o exame de toque de forma dolorosa; negar algum tipo de alívio para sua dor; gritar com a mulher; não informá-la de algum procedimento que está sendo feito em seu corpo; amarrar a mulher tirando sua autonomia.

As complicações decorrentes da gestação, parto e puerpério, muitas vezes, são decorrência da violência obstétrica, de acordo Souza (2015). Estima-se que dois milhões de mulheres sofram com essa modalidade de violência todos os anos. Como um dos aspectos da violência obstétrica, a cesariana desnecessária também possui um percentual grande no Brasil (FIOCRUZ, 2012).

Muitas mulheres sofreram dores e diversas formas de violência, como maus tratos físicos, psicológicos, verbais, ausência de acompanhante, procedimentos desnecessários e danosos durante o parto. Ainda com algumas iniciativas governamentais a respeito o excesso de cesarianas destaca-se de forma crescente no Brasil há décadas (Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, 2015).

“Pra quem sofre o trauma da violência obstétrica não é nada fácil se recuperar, infelizmente enfrenta-se uma grande dificuldade. Existem indícios apontando que aumento nos casos de depressão pós-parto seja consequência da violência obstétrica” (SALGADO, 2012, p. 33).

Como explica Raquel Marques (2017), diretora-presidente da Artemis, ONG que visa melhorar a qualidade de vida e erradicar todas as formas de violência contra a mulher, no momento em que está parindo, é muito difícil reagir, pois a mulher já está fragilizada e com dor. Eventualmente há mulheres que conseguem ser firmes, mas são casos raros, por isso é importante ter sempre um acompanhante no momento do parto. Uma pessoa ao lado da gestante já inibe alguns tipos de violência, só pelo fato de estar ali.

A seguir, veem-se relatos de mulheres que foram vítimas da violência obstétrica:

Adelir, 29 anos, G3P0C2A0, casada, em abril de 2014 estava no final da gestação e desejava parto normal. Fez o pré-natal no centro de saúde, mas abandonou o seguimento com 39 semanas por medo de ser induzida a uma cesariana. Com 41 semanas de gestação, foi ao hospital para uma avaliação de vitalidade fetal e iniciando o trabalho de parto. Foi realizado um ultrassom que mostrou perfeitas condições de vitalidade fetal e feto pélvico. A médica no hospital indicou cesariana, por duas cirurgias anteriores e feto pélvico. Adelir recusou, assinou termo de responsabilidade e voltou para casa, aguardar o avanço de seu trabalho de parto. Foi surpreendida às 01:30h por policiais que a obrigaram a ir ao hospital realizar a cesariana, enviados por um juiz, acionado por um promotor, requisitado pelo hospital onde tinha sido atendida. No hospital, o marido é impedido de acompanhar a cesariana. Não houve intercorrências e o bebê nasceu com boa vitalidade (REVISTA CRESCER, 2017).

Após 14 horas em trabalho de parto, eu já não tinha mais forças e a médica subiu em cima de mim para que minha bebê conseguisse sair. Empurrou o alto da barriga, minhas costelas – praticamente os pulmões – e eu não conseguia respirar. Lembro que fechei os olhos e pensei que não iria aguentar – eu nem conseguia falar para ela que não estava conseguindo respirar, mas logo depois minha filha nasceu, com dois laços de cordão no pescoço, meio roxinha, e foi voltando à cor depois de alguns minutos. São momentos que nunca esquecerei, conta Laísa, que realizou o parto pelo SUS (REVISTA CRESCER, 2017).

No caso de Fabiula Morenno, 40, a violência obstétrica começou no pré-natal da primeira filha, Maria Luiza, 9. O médico era bem seco nas consultas quando eu dizia que queria parto normal. Esperei até 41 semanas, mas não tive nem sinal de dilatação. Então, em uma consulta no hospital, ele me levou para o centro obstétrico e não deixou meu marido entrar, alegando que ele não ia conseguir assistir, lembra ela. A cesárea foi rápida, me levaram para o repouso onde fiquei por cinco horas, porque mudou o turno e esqueceram de mim e da bebê. Fui para o quarto e o médico que fez o meu parto não voltou nenhum dia para nos ver nem para dar alta – deu por telefone, pois era um domingo. Quando fui ver, meu corte estava irregular e ele cortou mais do que o necessário, relata a empresária, que está grávida novamente, de 23 semanas (REVISTA CRESCER, 2017).

“No pré-parto, o médico se recusou a responder perguntas, dizendo “Tenho trinta anos de obstetrícia. sei o que estou fazendo!”; “Não pergunta, perguntas geram anticorpos”.(DC). (Ações judiciais no setor privado e jurisprudência: caminhos para uma mulher que sofre violência obstétrica, 2017).

“Eu não sabia que era um hospital escola. Fui levada para uma sala com o ar condicionado congelante, na qual me observavam vários acadêmicos. Fiquei muito constrangida e intimidada com a médica, que usava aquele momento e o meu corpo para ensinar procedimentos. Uma aluna fez o corte da episiotomia, que só soube que tinha ocorrido porque o rosto dela ficou todo respingado do meu sangue. A médica professora sugeriu à aluna que ela fosse lavar o rosto. Ninguém pediu meu consentimento para nada e não me informaram o que estava sendo feito do meu corpo”.

(Ações judiciais no setor privado e jurisprudência: caminhos para uma mulher que sofre violência obstétrica, 2017).

Como se vê, são várias as intervenções desavisadas, sendo o exemplo mais comum de violência obstétrica o desrespeito à Lei do Acompanhante, que obriga aos serviços de saúde, público ou privado, permitirem a presença de pelo menos um acompanhante durante o período pré-parto e pós-parto.

A violência obstétrica, se constitui, então, grave violação aos direitos de personalidade da mulher, configurando violência contra sua dignidade. Sendo assim, considera-se tal prática uma violação dos direitos das mulheres grávidas em processo de parto, que inclui perda da autonomia e decisão sobre seus corpos. (DINIZ, 2009)

No âmbito do Sistema Regional de Proteção aos Direitos Humanos, é importante destacar a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, de 1994, da qual o Brasil é signatário. O Decreto nº 1.973 de 1996, conhecido como a Convenção do Belém do Pará, tem por objetivo prevenir, punir e erradicar todo o tipo de violência contra a mulher, abrangida em seu art. 2º como violência de cunho físico, sexual ou psicológica perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra. (BRASIL, Decreto nº 1.7973/96)

Precisa-se destacar a Convenção Americana de Direitos Humanos, ratificada pelo Brasil em 1992, que garante os direitos à liberdade pessoal, à liberdade de consciência e à proteção da família, diretamente afetados pela violência obstétrica.

Sobre o tema tratado de forma específica, o Comitê de América Latina e Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres, juntamente com o Instituto de Gênero, Direito e Desenvolvimento, a partir de uma denúncia feita em 2001 de violência obstétrica cometida na Argentina, produziram uma série de investigações, que culminaram no Observatório de Saúde, Gênero e Direitos Humanos, que produziu estudos sobre o perfil da violência obstétrica na América Latina (KONDO; WERNER, 2013, p 140).

Em suma, a violência obstétrica é um problema corrente em vários países, mas no Brasil somente ganhou a devida atenção há alguns anos devido a levantamentos realizados pelos órgãos públicos, mais comumente no

Ministério Público e a Defensoria Pública, que apresentam estatísticas aterradoras de mulheres vitimizadas.

Considerações finais

Após buscar-se compreensão acerca da temática que delinea o cenário da violência obstétrica, pode-se perceber que a prática dessa violência gera um grande problema para a saúde pública do país e para as mulheres vítimas, pois fere sua integridade física e causa grandes transtornos psicoemocionais, além de violar seus direitos à dignidade, à privacidade ou à sua livre escolha, uma vez que existe uma apropriação indevida do corpo da mulher.

Infelizmente, a sociedade e a própria mulher encaram esses procedimentos desnecessários como condutas normais por parte dos médicos, não sabendo que caracteriza violência e infração aos direitos que ela devia ter resguardados.

É fundamental que haja uma postura mais humanizada por parte dos profissionais da saúde, que eles possam se conscientizar de suas práticas e evitar exageros em suas condutas, amenizando as dores e evitando que um dos momentos mais importantes e esperados na vida da mulher seja de constrangimento e se torne um pesadelo.

Dessa forma, é preciso também que a mulher se informe acerca de seus direitos. Sua vontade só pode ser desconsiderada quando ficar demonstrada a existência de riscos para sua saúde e/ou à saúde do bebê, exigindo do médico uma proporcionalidade quanto aos métodos utilizados para que não ocorra de maneira alguma um excesso ou abuso.

Sabe-se que violência obstétrica é caracterizada como um tipo de violência contra a mulher praticada por um profissional da saúde que excede em sua prática. Pode ser configurada também, por ofensas verbais, violência física, violação de direitos durante o parto.

Assim, percebe-se a condição de vulnerável que a mulher se encontra neste momento e a posição de superioridade que o médico se coloca diante dela. Desse modo, inibe-a de fazer qualquer tipo de questionamento ou esclarecimento a respeito de qualquer procedimento utilizado pela equipe de atendimento, acreditando ser para seu bem ou para o bem do bebê.

A parturiente não deve ser submetida a técnicas que causam riscos ou a determinados sacrifícios que não trarão benefícios a ela. Deve ser evitado qualquer tipo de dano à paciente, devendo o médico e a equipe agir com cautela e de forma ética.

Dessa maneira, a intervenção médica deve ser realizada quando trouxer concretos benefícios à parturiente, pois o objetivo de qualquer intervenção do profissional e de sua equipe sempre deverá buscar o melhor tratamento para a parturiente, garantindo um resultado positivo.

Ainda vale ressaltar que existem princípios basilares para que se tenha um parto humanizado, como por exemplo, respeitar a autonomia de vontade da mulher para que suas escolhas sejam respeitadas – direito à vida, à saúde, dentre outros.

A violência obstétrica se deflagra no ato da violação desses direitos, no momento em que ela tem sua vontade desrespeitada.

Este trabalho buscou demonstrar essas práticas em circunstâncias normais e talvez corriqueiras. E a forma de prevenir é através do comprometimento de todos os envolvidos, fazendo com que a mulher seja respeitada e esteja segura diante desse momento que é vital para sua realização como pessoa.

Referências

AMATO-INSTITUTO DE MEDICINA AVANÇADO. **Parto Normal**. Disponível em: <<https://ginecologia.amato.com.br/content/parto-normal>> Acesso em: 09 abr. 2018.

ANDRADE, Briena Padilha. **Violência obstétrica: a dor que cala**. Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, 27 a 29 de maio, Florianópolis, 2014. Disponível em: <www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT3_Briena%20Padilha%20Andrade.pdf> Acesso em: 02 abr. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. **Projeto de Lei 7.633**. (Dispõe sobre a humanização da assistência à mulher e ao neonato durante o ciclo gravídico-puerperal e dá outras providências). Disponível em: <

www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=617546
> Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. **Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000.** (Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10048.htm> Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. **Lei nº 11.108, de 7 de abril de 2005.** (Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir as parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS). Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11108.htm> Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. **Lei nº 11.634, de 27 de dezembro de 2007.** (Dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde). Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11634.htm> Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. **Lei nº 12.895, de 18 de dezembro de 2013.** (Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, obrigando os hospitais de todo o País a manter, em local visível de suas dependências, aviso informando sobre o direito da parturiente a acompanhante). Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12895.htm> Acesso em: 02 abr. 2018.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

CAVALCANTI, Priscila. **Ações judiciais no setor privado e jurisprudência: caminhos para uma mulher que sofreu violência obstétrica.** Disponível em: <<http://www.gr.unicamp.br/penses/wpcontent/uploads/2016/03/A%C3%A7%C3%B5es-judiciais-no-setor-privado-e-jurisprud%C3%Aancia.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

CIELLO, Cariny. **Violência obstétrica – “parirás com dor”.** Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20367.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

COMITÊ LATINO AMERICANO E DO CARIBE PARA A DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER. Instituto para Promoção da Equidade, Assessoria, Pesquisa e Estudos. **Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher**, ‘Convenção Belém do Pará’, São Paulo: KMG, 1996. Acesso em: 10 abr. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Conheça os direitos da lactante e gestante.** Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/81835-cnj-servico-conheca-os-direitos-da-gestante-e-lactante>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Violência Obstétrica, você sabe o que é?** Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher e Associação Artemis, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.sentidosdonascer.org/wordpress/wp-content/themes/sentidos-donascer/assets/pdf/controversias/Violencia-obstetrica.pdf>> Acesso em: 12 abr. 2018.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do trabalho**, 9. ed. Editora: LTr, 2010.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Pesquisa “Mulheres brasileiras e Gênero nos espaços público e privado”**, 2010. Disponível em: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2013/03/www.fpa.org.br_sites_default_files_pesquisaintegra.pdf> Acesso em: 06 abr. 2018.

GARY, Williams de F. **Manual de Obstetrícia de Williams-Complicações na gestação**, 23. ed. São Paulo: Editora Amgh, 2014.

GUIA DO BEBÊ. **Direitos no parto e no pós-parto.** Disponível em: <<http://www.guiadobebe.com.br/direitos-no-parto-e-pos-parto/>> Acesso em: 21 abr. 2018.

GUIA DO ESTUDANTE. **Obstetrícia.** Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/profissoes/obstetricia/>> Acesso em: 02 abr. 2018.

HOSSNE, William Saad. **Dos referenciais da Bioética – a Vulnerabilidade.** Disponível em: <<https://www.saocamilo-sp.br/pdf/bioethikos/68/41a51.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Os direitos da mulher no parto.** Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/mulher/saude-das-mulheres/enfrentamento-a-mortalidade-materna-menu/os-direitos-da-mulher-no-parto-ana-previtali>> Acesso em: 21 abr. 2018.

MULHERES DE PEITO. **Lei do Acompanhante.** Disponível em: <<http://www.maesdepeito.com.br/lei-do-acompanhante-toda-parturiente-tem-direito-um-de-sua-livre-escolha/>> Acesso em: 21 abr. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Declaração Universal sobre Bioética e direitos humanos.** Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001461/146180por.pdf>> Acesso em: 18 abr. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde.** Disponível

em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/134588/WHO_RHR_14.23_por.pdf;jsessionid=02BF737CB61D322FD231EB38D4B8CE14?sequence=3>. Acesso em 12.04.2018.

PEREIRA, Leonela. **Violência Obstétrica: dor além do parto.** Disponível em: <<https://juridicocerto.com/p/leonelleapereira/artigos/violencia-obstetrica-a-dor-alem-do-parto-4314>> Acesso em: 06 abr. 2018.

REVISTA BRASILEIRA DE MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE. **Violência obstétrica e prevenção quartenária: o que é e o que fazer.** Disponível em: <<https://www.rbmf.org.br/rbmfc/article/view/1013>> Acesso em: 08 abr. 2018.

REVISTA DE DIREITOS HUMANOS E EFETIVIDADE. **Uma dor além do parto: violência obstétrica em foco.** Disponível em: www.indexlaw.org/index.php/revistadhe/article/download/1076/1072. Acesso em: 19 abr. 2018.

ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. **Direito de Todos e para Todos.** Belo Horizonte: Editora Fórum, 2004.

TAVARES, Suelen Gil. XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES. **Breve análise sobre violência obstétrica no Brasil.** Disponível em: <http://www.academia.edu/31417599/BREVE_ANALISE SOBRE A VIOLANCIA OBSTETRICA NO BRASIL> Acesso em: 15 mai. 2018.

XVII Seminário Internacional de Educação no Mercosul. **Os direitos da parturiente nos casos de violência obstétrica.** Disponível em: <<https://home.unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2015/1%20-%20ARTIGOS/OS%20DIREITOS%20DA%20PARTURIENTE%20NOS%20CASOS%20DE%20VIOLENCIA%20OBSTETRICA.PDF>> Acesso em: 15 mai. 2018.

A OBSTINAÇÃO TERAPÊUTICA E O PROLONGAMENTO DA VIDA PARA ALÉM DA DOR

THERAPEUTIC OBSTINATION AND EXTENSION OF LIFE BEYOND PAIN

LA OBSTINACIÓN TERAPÉUTICA Y EL PROLONGAMIENTO DE LA VIDA A MÁS DEL DOLOR

Roberta Diniz Gervasio

Bacharel em Direito (UNIG).

Rafael Pontes Ribeiro

Médico Otorrinolaringologista.

Ari Gonçalves Neto

Mestrando em Cognição e Linguagem (UENF).

Ieda Tinoco Boechat

Doutoranda e Mestra em Cognição e Linguagem (UENF).

Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral

Doutoranda e Mestra em Cognição e Linguagem – UENF; Professora dos Cursos de Direito e Medicina – UNIG.

RESUMO: A morte sempre foi vista como fato que provoca nas pessoas inquietações e certos temores, quanto mais em face de um quadro de irreversibilidade. A cada dia o progresso tecnocientífico tem facultado a obstinação terapêutica ou distanásia – a tentativa de prolongamento da vida humana por um prazo cada vez maior, adotando-se meios ineficazes ou mesmo fúteis. O objetivo deste artigo é analisar se a legislação pátria admite a conduta distanásica. A hipótese é que não admita, seja por ferir preceitos legais, seja por se reconhecer lesão aos direitos de personalidade, pois submeter a pessoa sem chances de cura a tratamentos obstinados não produzirá bem-estar a ela. O ponto central da discussão é a legalidade e a eticidade da prática da conduta distanásica. A metodologia qualitativa se baseia em estudiosos da Bioética. Esta pesquisa se justifica pela necessidade de se conscientizar as pessoas e a comunidade científica dos malefícios que a distanásia causa à pessoa enferma, inclusive, causando-lhe prejuízo à dignidade. Conclui-se que a obstinação terapêutica é uma conduta que deve ser coibida, pois nenhum benefício traz ao paciente com doença em estado terminal, não lhe traz nenhum benefício, tampouco aumenta sua vida; apenas prolonga o processo de morrer, tornando-o mais doloroso e ainda fere princípios éticos ao final da vida humana, bem como a dignidade da pessoa enferma.

Palavras-chave: dignidade humana; legalidade; eticidade; tratamento fútil.

ABSTRACT: Death has always been seen as a fact that causes people to worry and be afraid, let alone a picture of irreversibility. Every day, techno-

scientific progress has provided therapeutic obstinacy or dysthanasia - the attempt to extend human life for an increasing period, by adopting ineffective or even futile means. The objective of this article is to analyze if the national legislation admits the dysthanasic conduct. The hypothesis is that it does not admit, either for violating legal precepts or for recognizing injury to personality rights, because subjecting a person without a chance of cure to stubborn treatments will not produce well-being to him. The central point of the discussion is the legality and ethics of the practice of dysthanasic conduct. The qualitative methodology is based on scholars of Bioethics. This research is justified by the need to make people and the scientific community aware of the harm caused by dysthanasia to the sick person, including causing harm to their dignity. It is concluded that the therapeutic obstinacy is a conduct that must be curbed, because do not brings benefit the patient with terminal illness, does not bring him any benefit, nor does it increase his life; only prolongs the process of dying, making it more painful and still hurts ethical principles at the end of human life, as well as the dignity of the sick person.

Keywords: human dignity; legality; ethics; treatment futile.

RESUMEN: La muerte siempre fue vista como un hecho que provoca en las personas inquietudes y ciertos temores, cuanto más ante un cuadro irreversible. Cada día mas el progreso tecnocientífico ha permitido la obstinación terapéutica o distanásia - el intento de prolongación de la vida humana por un plazo cada vez mayor, adoptando medios ineficaces o incluso fútiles. El objetivo de este artículo es analizar si la legislación patria admite la conducta distanásica. La hipótesis es que no admite, sea por herir preceptos legales, sea por reconocer la lesión a los derechos de personalidad, pues someter a la persona sin posibilidades de cura a tratamientos obstinados no producirá bienestar a ella. El punto central de la discusión es la legalidad y la eticidad de la práctica de la conducta distanásica. La metodología cualitativa se basa en estudiosos de la Bioética. Esta investigación se justifica por la necesidad de concientizar a las personas ya la comunidad científica de los maleficios que la distanásia causa a la persona enferma, incluso, causándole perjuicio a la dignidad. Se concluye que la obstinación terapéutica es una conducta que debe ser cohibida, pues ningún beneficio trae al paciente con enfermedad en estado terminal, no le trae ningún beneficio, tampoco aumenta su vida; sólo prolonga el proceso de morir, haciéndolo más doloroso y aún los principios éticos al final de la vida humana, así como la dignidad de la persona enferma.

Palabras clave: dignidad humana; legalidad; la ética; tratamiento fútil.

"Inevitavelmente, cada vida humana chega ao seu final.
Assegurar que isso aconteça de uma forma digna, cuidadosa e
menos dolorosa possível merece tanto prioridade quanto
qualquer outra coisa" (ESSLINGER, 2004 p, 43).

Introdução

Desde sempre as questões relacionadas à morte são vistas como um tabu. Destarte, mesmo estando diante de um paciente em estado irreversível, muitas vezes opta-se por uma busca indomável de postergar a hora da morte,

utilizando-se de uma obstinação terapêutica – a distanásia. Tal tratamento, por ser fútil, causa grandes sofrimentos e angústias para os pacientes, vez que nada mais faz que prolongar artificialmente a vida, ou seja, postergá-la de forma dolorosa, sendo a morte inevitável cientificamente.

Ao longo de todo o trabalho anseia-se por encontrar elos que venham desmistificar a ideia de legalidade ou eticidade da prática de distanásia no Brasil, envolvendo o contexto da bioética para elucidar tal questionamento, pensando no sofrimento e na dor que essa prática pode causar, bem como na inobservância do princípio da dignidade da pessoa humana. Seguindo por essa linha de intelecção, o trabalho tem como escopo apresentar vertentes acerca do que se pode entender por morte digna, bem como enfatizar o mal causado pelo prolongamento artificial e fútil em pacientes que se encontram em estado terminal, e abordar a importância do respeito à decisão autônoma da vontade do paciente.

Emprega-se metodologia qualitativa, por meio de estudo bibliográfico baseado em doutrinadores, tais como: Léo Pessini (2007), Sertã (2005), dentre outros, bem como as legislações que tratam do tema CRFB/88 e CCB/02.

Para maior clareza do tema, o trabalho foi dividido em seções. Inicialmente traz-se o aspecto conceitual de distanásia, estabelecendo-se conexões com a legislação pátria brasileira e a questão da ética no fim da vida humana – lesão à dignidade da pessoa enferma. Posteriormente há uma abordagem de casos concretos de distanásia, o exercício da medicina diante da mesma e a problemática do paciente que, no exercício de sua autonomia, opta pela conduta distanástica.

Diante da importância desta temática para a atual discussão bioética em relação às questões de fim de existência humana, convida-se o leitor à reflexão a respeito do direito à dignidade do paciente terminal, por meio da leitura do presente texto.

2 Distanásia

Distanásia significa a tentativa de prolongar a vida de determinado paciente que se encontre em estado terminal. Ao se iniciar o estudo acerca da

temática, numa sequência histórico-cronológica, encontra-se o seguinte conceito: do grego “diz”, mal, algo mal feito, e “thánatos”, morte. Na visão doutrinária,

Trata-se do prolongamento exagerado da morte de um paciente terminal ou tratamento inútil. Não visa prolongar a vida, mas sim o processo da morte. Para Jean-Robert Debray, é o comportamento médico que consiste no uso de processos terapêuticos cujo efeito é mais nocivo do que o mal a curar, ou inútil, porque a cura é impossível, e o benefício esperado é menor que os inconvenientes previsíveis (DINIZ, 2006, p. 399).

Na perspectiva dessa afirmação, destaca-se como ponto-chave da questão a forma que se adota para o prolongamento da vida, haja vista que a possibilidade de cura, pelo menos naquele momento e ao olhar humano e limitado, mostra-se impossível. A morte nesses casos é inevitável, e o que a distanásia produz é justamente prolongar o processo de morrer, ou protelar o dia da morte. Essa prática, em se tratando de um paciente em estado terminal, torna qualquer tratamento inútil e desnecessário. Muito embora não haja uma definição precisa, a prática da distanásia existe desde sempre por diversas áreas específicas da medicina.

Outrossim, ainda no tocante à tentativa conceitual da distanásia, está a noção de tratamento fútil, que encontra embasamento na atuação da prática médica. Conforme Leo Pessini (2007), o conceito é utilizado na prática médica pela razão precisa de que é portador de um conceito vital, ou seja, de que alguns tratamentos não atingem os objetivos da medicina e os médicos não são obrigados a prescrevê-los. É o que se entende ainda da análise da expressão tratamento fútil.

A raiz do termo nos lembra que as palavras têm uma força mítica, bem como um sentido literal. Não é possível que expectativas não-realistas e pedidos irracionais de tratamentos fúteis como, por exemplo, ressuscitação cardiopulmonar no paciente com câncer com apenas algumas horas de sobrevivência, possam ser expressão de profundas necessidades religiosas. (PESSINI, 2007, p. 150)

Adoni (2003) preceitua que a “distanásia pode ser conceituada como agonia prolongada, o patrocínio de uma morte com sofrimento físico ou psicológico do indivíduo, sem perspectiva de cura”. Sucede-se que a

Distanásia pode ser abordada em suas multifaces, vez que não ser tema que se esgote apenas no aspecto médico, elenca preceitos e aspectos culturais, teológicos, que se somam também ao olhar jurídico-médico-social.

Começando do aspecto legal, extrai-se do constituinte de 1988, no título dos Direitos Fundamentais, art. 5º, III: "ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante" (BRASIL. CF, 1988). Na mesma linha, porém com a ressalva para abertura do Direito personalíssimo, o CCB prevê que "ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica" (BRASIL. CCB, 2002).

Diante de simples leitura destes dois dispositivos legais, pode-se constatar que é direito da personalidade; destarte, cabe a decisão pela própria pessoa, titular da vida, da saúde e do direito em tese, bem como da família, aos casos em que seja necessário o poder decisório. E versando sobre a sistemática que envolve a distanásia, toma-se o exemplo o Estado de São Paulo, uma vez que se manifestou contrário à adoção desse procedimento como um regramento movido a enfatizar o não prolongamento fútil da vida humana, com a Lei nº 10.241/99, conhecida como Lei Mário Covas, que assegura em seu art. 2º: "são direitos dos usuários dos serviços de saúde no Estado de São Paulo: XXIII recusar tratamentos dolorosos ou extraordinários para tentar prolongar a vida" (BRASIL. SÃO PAULO. Lei nº 10.241 de 1999).

Acerca da abordagem religiosa, tem-se que grande parte dos segmentos não aceitam nem corroboram a prática da distanásia como forma de mitigação da morte. Pelo contrário, preza pela morte natural, sem que haja meios extraordinários de sofrimento. Segundo Vieira (2012), a Igreja Batista defende o direito de o indivíduo tomar suas próprias decisões em relação às medidas ou tratamentos que prolongam a vida, esclarecida a maneira pela qual o paciente quer ser tratado, no fim de sua existência. Já as Testemunhas de Jeová também entendem que, quando a morte se mostra inevitável, não se deve exigir a utilização de meios extraordinários para manter o processo de morrer por mais tempo. As demais religiões (Luteranas, Episcopal e Ortodoxas Orientais) não divergem dessa forma de pensar, mostrando-se contra a distanásia e a favor de uma morte natural que não viole a santidade da vida humana. A maioria das religiões, embora entenda a vida como sagrada e como

dom divino, entende a morte como real e natural; sendo assim, não se deve prolongar essa vida artificialmente, quando a morte é inevitável.

Atualmente, a medicina trabalha com vistas ao futuro, procurando promover uma vida boa, saudável, aumentar o tempo de vida e sua qualidade. A morte é admitida com relutância no âmbito da medicina, como o limite para atingir tais objetivos. É sentida como falha [...] (PESSINI, 1996, p. 31).

O posicionamento da medicina é no sentido de possibilitar o maior quantitativo de vida, admitindo-se a morte com muita resistência à aceitação. Em uma perspectiva legalista, é notável o peso e embasamento que pode ser extraído dos princípios existentes no ordenamento jurídico, bem como a constatação de que este não se concebia sem a lei.

Os princípios gerais de direito não constituem uma fonte de direito independente da lei ou do costume. É a própria norma costumeira ou legal que o juiz está aplicando depois de submetê-la a um raciocínio indutivo que lhe permitiu distinguir os princípios que nela estavam inclusos (DANTAS, 1979, p. 85).

O princípio que, sem sombra de dúvidas, perfaz maior relevância em matéria de Bioética/Distanásia é o da dignidade da pessoa humana, na busca de uma ética de respeito à condição humana no limiar concreto entre vida e morte; portanto, nem distanásia (morte dolorosa) nem eutanásia (morte antecipada), mas ortotanásia, que respeita o viver e o momento certo de morrer.

A prática da distanásia – no que se refere às lesões que afetam a dignidade da pessoa humana – provoca um importante debate ético a respeito do final da existência humana, pois a espécie humana, desde o princípio da civilização, importou-se com cuidados e com aqueles que se encontram em situações carecedoras de atendimento médico.

Desde o início dos tempos, as sociedades oferecem apoio e conforto aos seus membros doentes e que estão morrendo. Normalmente, uma profunda reverência e mística envolve a pessoa que está nesta fase. O período que segue à morte é normalmente marcado pelo seguimento de rituais religiosos culturais. A necessidade de chorar a perda de um ente querido é reconhecida por muitas sociedades, embora as

manifestações pela perda e o período formal de luto variem de uma cultura para a outra (PESSINI, 2014, p. 360).

A Declaração de Sidney sobre a Morte – adotada pela 22ª Assembleia Médica Mundial em Sidney, Austrália, em 1968, e emendada pela 35ª Assembleia Médica Mundial em Veneza, Itália, em outubro de 1983 – deixa evidente o processo de gradação e avanço sobre o evento ao longo de toda história (ENGELHARDT JUNIOR, 1996).

Sem dúvida, os modernos avanços na medicina tornaram necessário um estudo minucioso da questão relativa ao momento da morte: a capacidade de manter por meios artificiais a circulação e o sangue oxigenado nos tecidos do corpo que podem ter sido danificados irreversivelmente (PESSINI, 2014, p. 386).

A própria definição de morte deixa de considerar esse processo insistente e fútil de prolongamento artificial, vez que não é conduta que estabelece critérios condignos com as necessidades e especialidades inerentes a um final de vida com qualidade. Segundo Pessini (2014, p. 386), “uma pessoa está morta quando sofreu uma perda irreversível de toda a capacidade de integrar e de coordenar as funções físicas e mentais do corpo”.

Existe um determinado momento na evolução de uma doença que, mesmo que se disponha de todos os recursos, o paciente não é mais salvável, ou seja, está em processo de morte inevitável. Este conceito não abrange apenas a potencialidade de cura ou reversibilidade de uma função orgânica atingida, mesmo tratando-se de órgão nobre. Refere-se àquele momento em que as medidas terapêuticas não aumentam a sobrevida, mas apenas prolongam o processo lento de morrer. A terapêutica, neste caso, torna-se fútil ou pressupõe sofrimento. Neste momento, a morte não mais é vista como um inimigo a ser temido e combatido, muito pelo contrário, deve ser bem-vinda e recebida como um amigo que trará alívio aos sofrimentos (PIVA; CARVALHO, 1993).

Para ilustrar esta situação, tome-se o caso de uma criança de oito meses admitida em uma UTI com diagnóstico de meningococemia, apresentando choque séptico, e que logo a seguir desenvolve parada

cardiorrespiratória que reverte após cinco minutos de reanimação. Imediatamente são adotados esforços e medidas no sentido de reverter as disfunções orgânicas, por tratar-se de um paciente gravemente doente, porém, salvável. Após quatro dias de tratamento intensivo, esta criança persiste com evolução desfavorável, necessitando de desopressores em doses elevadas, anúria, sinais de sobrecarga hídrica e hiperazotemia, grave comprometimento do sistema nervoso central (sem sinais de morte), totalmente dependente de ventilação mecânica e com sinais de sofrimento de alças intestinais em decorrência da hipóxia. Já nesta etapa, esta criança encontra-se, muito provavelmente, no período de morte inevitável. Dessa forma, o arsenal terapêutico em uso (vasopressores, antibióticos, etc.) e as medidas a serem indicadas (cirurgia abdominal, diálise, etc.) teriam como principal efeito o retardamento do óbito, mas sem evitá-lo, e à custa de muito sofrimento (PIVA; CARVALHO, 1993).

É preciso sopesar e analisar os aspectos do “bem morrer” e admitir que, diante de determinada enfermidade incurável, é inviável e insatisfatório qualquer meio que aguce a tentativa de reversão. Destarte, considerar a morte como o meio/aliado que trará o paciente ao sossego e dissipação do sofrimento ao qual tem passado é o que deve ser feito.

A conscientização de seus direitos acarreta no paciente e em seus familiares uma nova postura, com matizes beligerantes, em decorrência do exercício regular da cidadania. O que antes era aceito placidamente, passa a ser contestado, com certa tendência para o exagero na forma de reclamar. Vários membros da equipe de saúde já foram agredidos, até com registros fatais, por indignados familiares do doente. Os direitos do paciente não atingem apenas o atuar do médico, mas de toda a equipe, inclusive dos leigos em atividade de apoio (SÁ, 2004, p. 52-53).

De igual modo, os limites da atuação médica pautada na ética e nos preceitos legais dos cuidados paliativos devem ser observados, a fim de que não ocorra qualquer prática truculenta por parte de qualquer um que compõe a equipe médica. “Desde o revogado Código de Ética Médica, consubstanciado na Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.246/88, estabelece-se

uma série de normas de conduta profissional, proibitivas ou imperativas” (SERTÃ, 2005, p. 78).

A temática de ética no fim da vida necessita de que se preconize o direito à informação, não apenas ao paciente em estado terminal, bem como aos seus familiares. Atualmente, mesmo em face de tantos avanços, há na sociedade uma errônea inquietação acerca das incertezas da morte, tornando tudo que diz respeito ao fato da distanásia mais complexo. De fato é uma problemática geradora de angústia, envolvendo problemas que vão além da medicina – outros campos da Bioética.

À primeira vista, poderíamos ingenuamente pensar que a morte nas mãos da moderna tecnologia médica seria um evento menos sofrido, mais benigno, enfim mais digno do que o foi na antiguidade. [...] este conhecimento não tornou a morte um evento digno. O conhecimento biológico e as destrezas tecnológicas serviram para tornar nosso morrer mais problemático; difícil de prever, mais difícil ainda de lidar, fonte de complicados dilemas éticos e escolhas difícilimas, geradoras de angústia, ambivalência e incertezas (PESSINI, 2009, p. 2).

Tem efetiva relevância a atuação dos profissionais da saúde, os quais concorrem com todo o dilema que envolve a problemática da distanásia. Portanto, devem ser comprometidos e engajados na incorporação dos pacientes quanto ao fato que lhe é percebido, bem como a participação nas tomadas de decisões, a fim de que haja conhecimento e adequação, desmistificando o senso comum e evitando angústia e sofrimentos inúteis.

É seu dever respeitar e reconhecer o direito do cliente decidir sobre sua pessoa, seu tratamento e seu bem-estar e respeitar o ser humano na situação de morte e pós-morte. O enfermeiro precisa, então, garantir informações em sua veracidade aos familiares e pacientes, para que possam tomar as decisões cabíveis, livres e conscientemente (BIONDOI; SILVAIL; DAL SECCO, 2009. p. 7).

A terapêutica inútil tem sido implementada diuturnamente nos hospitais brasileiros e o simples fato de pensar de modo acrítico propicia ao profissional da saúde querer contribuir “a qualquer custo” para a manutenção da vida, sem maiores reflexões, incidindo na prática da distanásia. Então, torna-se cada vez

mais comum a busca exacerbada pela manutenção da vida, independentemente de se analisar o fato da vida com dignidade, haja vista que os tratamentos de prolongamento artificial, na maioria, são aplicação terapêutica fútil. Por conseguinte, frisa-se a falta de entendimento e aceitação dos familiares daqueles que se encontram em prática terapêutica de prolongamento de vida, e isto só torna ainda mais dificultoso para a resolução desse embate.

Uma pesquisa realizada com enfermeiros de unidades de terapia intensiva constatou que

A maioria, 88,89% de enfermeiros, preferiu acreditar que o enfermeiro, a família e o próprio paciente deveriam participar dos processos de tomada de decisão. Todas as falas se voltaram à adequada comunicação, especialmente de modo a informar o paciente e família sobre a autonomia (BIONDOI; SILVA; DAL SECCO, 2009, p. 7).

Por derradeiro, Leo Pessini (2007) abordou aspectos suscitados acerca da pragmática de lesões e possíveis situações que a tentativa de postergação da vida humana pode causar à pessoa, e os desafios éticos que podem ser encontrados no conceito de qualidade de vida (não existe vida “sem valor”), a utilização de recursos econômicos (camadas vulneráveis da sociedade que podem ser discriminadas), respeito pela autonomia da pessoa (que não justifique o abandono no individualismo), a ressuscitação cardiorrespiratória e morte cerebral (precisam de diagnósticos e prognósticos).

2 Eticidade da conduta distanásica

Quando a análise concreta de determinada questão é trazida à baila, acontece o que se pode chamar de interpretação prática e realista do que o assunto abordado preconiza, permitindo ao sujeito que a interpreta, clareza da realidade dos fatos. É importante lembrar o que as próprias normativas do CFM recomendam a respeito da distanásia.

A princípio, buscando elencar comprovadamente a prática da Distanásia e a sua grande utilização em todo o cenário médico mundial, faz-se necessário a demonstração dos casos práticos, bem como dos embates que envolvem o tema.

A obstinação terapêutica é um problema atual na saúde brasileira. Existem muitos conflitos resultantes de interpretações errôneas sobre a situação real do paciente, havendo pouca atenção aos problemas físicos e emocionais dele e de seus familiares. Há um processo inadequado de comunicação e relacionamento insatisfatório entre as partes envolvidas. Existe uma formação médica que contribui para este problema, visto que é direcionada mais para salvar ou prolongar a vida do que para melhorar a sua qualidade (SOARES, 2010).

Pessini assevera que diversos foram os casos de pacientes famosos que tiveram a vida prolongada artificialmente e de forma fútil, movimentando assim a opinião pública mundial, vez que foram mantidos “vivos” além dos limites naturais, a exemplo de Truman, Franco, Tito, Hirohito e, no Brasil, Tancredo Neves.

Em âmbito mundial, a temática ganhou grande repercussão em 2017 com o caso da criança britânica Charlie Gard, vez que segundo orientações médicas de ausência de recursos hábil a mantê-lo vivo, optou-se pelo desligamento dos aparelhos, o que veio a se confirmar por autorização judicial britânica.

O caso do bebê Charlie Gard, com onze meses de idade, que sofre de uma rara síndrome genética degenerativa e vai rapidamente debilitando sua saúde, convulsionou o mundo quando os médicos ingleses abandonaram a obsessão terapêutica que vinham praticando, por entenderem que a medicina não tinha mais recursos para atender a criança. Daí, contra a vontade dos pais, ingressaram com pedido judicial solicitando o desligamento dos aparelhos, autorização que foi concedida pela justiça e confirmada posteriormente pela Suprema Corte Britânica e a Corte Europeia de Direitos Humanos. Ocorre que, com a interferência do Vaticano e do presidente Donald Trump, abriu um novo canal para a realização de um tratamento alternativo, ainda não testado em humanos. Porém, os próprios médicos responsáveis pela pesquisa confirmaram a ineficácia para a doença de Charlie, o que determinou a execução da justiça britânica (OLIVEIRA JUNIOR, 2017).

Existe uma cultura de que optar por prolongar a existência de vida humana seja o certo, entretanto determinados casos práticos demonstram consequências bastante penosas para todos os envolvidos, bem como os que poderiam utilizar dos serviços de saúde. É o que se verifica a seguir.

F.G., 3 anos, masculino, é encaminhado de hospital do interior do estado para UTI pediátrica da capital, por desidratação e sepse, após quadro de gastroenterite aguda. Apresenta parada cardiorrespiratória durante o transporte, sendo socorrido – após 40 minutos – no hospital mais próximo. É recebido na UTI da capital em mau estado geral, necessitando de suporte cardiocirculatório, ventilação mecânica e, posteriormente, hemodiálise. O quadro infeccioso evoluiu com meningite. Após 3 meses ficou estável hemodinamicamente, mas dependente de ventilação mecânica. A avaliação neurológica evidencia estado vegetativo permanente (dependência de ventilação mecânica por apneia, sem interação com o meio ou as pessoas que o cercam, sem respostas a estímulos externos, sem reações espontâneas ou reprodutíveis a estímulos visuais, auditivos ou táteis, sem controle esfinteriano, preservação variável de reflexos dos nervos cranianos e espinhais, funções autonômica do hipotálamo e do tronco cerebral suficientemente preservadas para sobreviver com cuidados médicos intensivos e de enfermagem). Após extensa explanação do quadro clínico e do seu significado aos pais, estes se opuseram a qualquer proposta da equipe médica (como uma ordem de não-reanimação em parada cardiorrespiratória espontânea) que não a de suporte pleno de funções orgânicas e recuperação cardiopulmonar. Já se passaram quatro anos de internação com o paciente traqueostomizado, alimentado por sonda, em ventilação mecânica e quadro neurológico inalterado. Apresentou duas fraturas por osteoporose e, algumas vezes, recebeu cronotrópicos por apresentar três episódios significativos. A média histórica de permanência dos pacientes nesta UTI é de 5,4 dias, tendo este paciente ocupado o espaço de 271 pacientes. As despesas médico-hospitalares pagas pelo convênio são, em média, de R\$ 15.500,00/ mês (total de R\$ 744.000,00) (KIPPER; HOSSNE, 2018).

Destarte, gera para a engrenagem do sistema de saúde um percalço, limitando vagas e deixando de oportunizar tratamento para aqueles pacientes que se encontram em total viabilidade de recuperação.

Omo se vê, a distanásia traz sérias implicações no exercício da atividade médica. O Código que regula o exercício da prática de Medicina no Brasil – Código de Ética Médica –, no Capítulo V, versando sobre a Relação com

Pacientes e Familiares, dispõe que é defeso ao médico, no artigo 41, “Abreviar a vida do paciente, ainda que a pedido deste ou de seu representante legal”. Salienta-se como Princípios Fundamentais norteadores do Código em questão o inciso VI:

O médico guardará absoluto respeito pelo ser humano e atuará sempre em seu benefício. Jamais utilizará seus conhecimentos para causar sofrimento físico ou moral, para o extermínio do ser humano ou para permitir e acobertar tentativa contra sua dignidade e integridade. (BRASIL. CFM. Resolução n. 1931/2009).

Conduto, embora seja vedado ao médico prática que extermine o ser humano, não deve ser aceitável uma ponderação de valores em que prevaleça a distanásia, quando diante de um caso concreto, seja a tentativa de uma postergação artificial a causa de lesão aos princípios supracitados.

A Resolução 1.805/2006, que institui a ortotanásia, a princípio foi suspensa em virtude de Ação Civil Pública proposta pelo MPF, o qual alegou que somente a lei poderia tratar deste assunto. Não obstante, em 2010 deu novo parecer afirmando que a Ortotanásia não ofende o ordenamento jurídico.

Ar.1º: É permitido ao médico limitar ou suspender procedimentos e tratamentos que prolonguem a vida do doente em fase terminal, de enfermidade grave e incurável, respeitada a vontade da pessoa ou de seu representante legal.

§1º O médico tem a obrigação de esclarecer ao doente ou a seu representante legal as modalidades terapêuticas adequadas para cada situação.

§2º A decisão referida no caput deve ser fundamentada e registrada no prontuário.

§3º É assegurado ao doente ou a seu representante legal o direito de solicitar uma segunda opinião médica.

Art. 2º O doente continuará a receber todos os cuidados necessários para aliviar os sintomas que levam ao sofrimento, assegurada a assistência integral, o conforto físico, psíquico, social e espiritual, inclusive assegurando-lhe o direito da alta hospitalar (BRASIL. CFM. Resolução n. 1.805/06).

Marreiro (2013) acrescenta que o médico que desconsidera a autonomia do paciente terminal, submetendo-o ao tratamento inútil, incorre na obrigação de reparar os danos provenientes desse excesso que impede o enfermo de

optar por uma morte digna e humana, evidenciando a responsabilidade civil médica pela conduta distanásica.

Desde o nascimento, o ser humano é convidado a clamar pela vida, por continuar o ciclo, sem muito se pensar acerca do “bem-viver” ou “bem-morrer”. Destarte, não raro encontra-se o prolongamento artificial da vida humana sendo realizado nos hospitais, principalmente os de referência. Tal prática implica efetivação da distanásia, também conhecida como obstinação terapêutica.

[...] a distanásia (obstinação terapêutica), tornou-se problema ético de primeira grandeza na medida em que o progresso técnico-científico passou a interferir de forma decisiva nas fases finais da vida humana. O que ontem era atribuído aos processos aleatórios da natureza ou a "Deus", hoje o ser humano assume essa responsabilidade e inicia o chamado "oitavo dia da criação". A presença da ciência e tecnologia começa a intervir decisivamente na vida humana, e essa novidade exige reflexão ética (PESSINI, 2009, p. 2).

Ao longo do trabalho, buscou-se mostrar o quanto se faz necessário o respeito à autonomia de cada pessoa. De igual modo, o quão relevante é a ponderação que deve ser feita nessa busca implacável por viver.

A medicina e a sociedade brasileira têm hoje diante de si um desafio ético, ao qual é mister responder com urgência – o de humanizar a vida no seu ocaso, devolvendo-lhe a dignidade perdida. Centenas ou talvez milhares de doentes estão hoje jogados a um sofrimento sem perspectivas em hospitais, sobretudo nas suas UTIs e emergências. Não raramente, acham-se submetidos a uma parafernália tecnológica, que não só não consegue minorar-lhes a dor e o sofrer, como ainda os prolonga e os acrescenta inutilmente. Quando a vida física é considerada o bem supremo e absoluto, acima da liberdade e da dignidade, o amor natural pela vida se transforma em idolatria. A medicina promove implicitamente esse culto idólatra da vida, organizando a fase terminal como uma luta a todo custo contra a morte (HORTA, 1992, p. 219).

Não se pode chamar de humana a conduta praticada pela medicina, sociedade, família e pacientes consistente no prolongamento artificial da vida – o que muito se assemelha a uma questão de idolatria. Para melhor

compreensão acerca desta situação, Elias Farah cita Ives Gandra da Silva Martins, para explicar a situação:

Quando a pessoa não tem condições de viver pelos meios naturais, quando seus órgãos não conseguem funcionar sem a ajuda de aparelhos, desligar esses aparelhos não é eutanásia, pois está-se mantendo a vida artificialmente. O médico desligar os aparelhos de uma pessoa que é completamente dependente deles para sobreviver, que está em coma profundo, por exemplo, ou seus órgãos não funcionam mais sozinhos, não está praticando eutanásia, já que a pessoa não tem condições de autossobrevivência (MARTINS apud FARAH, 1992, p. 219-28).

Uma coisa é o cerceamento inesperado e a todo custo da vida humana (eutanásia), outra bem diferente é quando o quadro fático do paciente se torna irreversível e sem aparelhamento seria humanamente impossível a sobrevivência por si próprio – porque é o momento da morte natural. De outro modo, seria se optassem pelo prolongamento exacerbado da vida humana, o que torna o caso uma questão ética.

A Resolução nº 2.156/2016 do CFM, que define critérios para melhorar o fluxo de atendimento médico em UTIs, determina que a admissão na UTI deve ser dada, prioritariamente,

[...] aos pacientes que necessitam de intervenções de suporte à vida, com alta probabilidade de recuperação e sem nenhuma limitação de suporte terapêutico. Já os pacientes estáveis, que necessitam de monitorização intensiva contínua, por conta do alto risco de precisarem de intervenção imediata (com ou sem limitação de intervenção terapêutica), devem ser admitidos prioritariamente em unidades de cuidados intermediários (semi-intensivas). Para pacientes com doença em processo terminal irreversível ou sem possibilidade de recuperação, o CFM recomenda as unidades de cuidados paliativos como as mais adequadas (BRASIL. PORTAL MÉDICO, 17/11/2016).

A matéria supra, publicada no Portal Médico evidencia a censura da Medicina contemporânea às práticas distanásicas, restando claro que o estado terminal de doença deve ser tratado mediante adoção de cuidados paliativos, e não com uso excessivo de tecnologias que já não se justificam por sua absoluta futilidade. Nesse sentido, conclui Leo Pessini:

Não somos nem vítimas, nem doentes de morte. É saudável sermos peregrinos. Podemos ser, sim, curados de uma doença classificada como sendo mortal, mas não de nossa mortalidade. Quando esquecemos isso, acabamos caindo na tecnolatria e na absolutização da vida biológica pura e simplesmente. É a obstinação terapêutica adiando o inevitável, que acrescenta somente sofrimento e vida quantitativa, sacrificando a dignidade (PESSINI, 1996, p. 9).

Diante de um quadro grave de doença irreversível, é bem provável que tudo que se faça em termos de prolongamento seja fútil, inútil, incapaz de restabelecer a saúde e o quadro geral do paciente.

A morte deve ser entendida como uma fase do ciclo da existência humana – a etapa final. Essa compreensão torna a pessoa enferma e os familiares capazes de vivenciá-la com mais leveza, principalmente quando se concebe o doente terminal como agente de suas decisões e vontades e não mais como objeto da medicina ou da família (VARGA, 1982).

Ao observar a morte como uma das coisas certas que existem, bem como parte das etapas destinadas a toda e qualquer pessoa, depara-se com uma leveza que faz total diferença para compreensão desse processo comum a todo ser humano.

Considerações finais

Após buscar a compreensão da temática sobre a legalidade e eticidade da prática da distanásia, entendeu-se que são fúteis as tentativas de se evitar a morte, vez que nos casos de terminalidade de vida, é inevitável, e o que a distanásia produz é justamente prolongar o processo de morrer, ou protelar o dia da morte. Ademais, em linha de encontro com a legislação vigente no Brasil, observou-se que os tratamentos de pacientes que se encontram em estado terminal e irreversível podem assemelhar-se ao tratamento desumano, bem como a algum tipo de tortura – condutas vedadas pela vigente Constituição Federal.

Eis, porém, que a Bioética se levanta inquerindo a autonomia de decisão do “doutor” relativa ao prolongamento inútil da vida do paciente com o

ônus da dor, quando em vez da morte natural, mantém a vida biológica pelo meios tecnológicos num processo agonizante de morrer. A intervenção bioética em prol do alívio do sofrimento do paciente e de sua participação nas decisões de terapias disponíveis respeita a dignidade da pessoa no momento, talvez, mais difícil da vida em que se faceia com os mistérios da morte.

Contudo, observou-se que a prática de tratamento inútil aos pacientes com enfermidades graves não é uma atitude que reúne cuidados devidos e condignos com as necessidades e especialidades inerentes a um final de vida com qualidade, com respeito à ética. Por conseguinte, ao se ter um olhar técnico de todo o dano que a prática de distanásia – obstinação terapêutica – pode causar, é louvável que se faça uma ponderação de valores segundo a qual sejam sopesadas de um lado as agruras pelas quais o paciente passa ao ser submetido ao excesso terapêutico e, de outro, os nulos benefícios que ele usufruirá para se concluir pela absoluta desnecessidade ou mesmo futilidade daquela intervenção.

Então, fica muito claro que a melhor decisão em favor da dignidade do paciente é permitir que ele morra em paz, já que a morte não é uma inimiga a ser vorazmente combatida, mas um fenômeno biológico por excelência do qual não se pode escapar. Nada de excesso terapêutico capaz de colocar em risco a dignidade do paciente. Conclui-se o presente trabalho na certeza de que a conduta que melhor resguarda a dignidade da pessoa enferma é proporcionar-lhe os cuidados paliativos quando ela se encontrar acometida de doença grave, irreversível e em fase terminal.

Referências

ADONI, Andre Luiz. **Biomédica e Biodireito: Aspectos Gerais Sobre a Eutanásia e o direito a Morte Digna**. Revistas dos Tribunais. São Paulo ano 9, v.818, p.394-421, 2003.

BIONDOI, Chaiane Amorim; SILVA, Maria Júlia Paes da; SECCO, Lígia Maria Dal. **Distanásia, eutanásia e ortotanásia: percepções dos enfermeiros de unidades de terapia intensiva e implicações na assistência**. Disponível em: Distanásia, eutanásia e ortotanásia: percepções dos enfermeiros de unidades de terapia intensiva e implicações na assistência. Acesso em: 02 mai. 2018.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Código de Ética Médica**. Resolução CFM Nº1931/2009. Disponível em:

<[www.https://portal.cfm.org.br/images/stories/biblioteca/codigo%20de%20etica%20medica.pdf](https://portal.cfm.org.br/images/stories/biblioteca/codigo%20de%20etica%20medica.pdf)> Acesso em: 02 mai. 2018.

_____. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução CFM nº 1.805/2006**. Disponível em:

<[www.http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2006/1805_2006.htm](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2006/1805_2006.htm)>
Acesso em: 02 mai. 2018.

_____. CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO. Lei 10406/02. Art. 15. Disponível em:
<<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10729769/artigo-15-da-lei-n-10406-de-10-de-janeiro-de-2002>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Disponível em:

<www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>
Acesso em: 10 mai. 2018.

_____. **PORTAL MÉDICO. RESOLUÇÃO CFM Nº 2.156/2016: Conselho define critérios para melhorar fluxo de atendimento médico em UTIs, 17/11/2016.** Disponível em:

<https://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=26557:2016-11-17-13-28-46&catid=3>. Acesso em: 01 jun. 2018.

BRASIL. SÃO PAULO. **Lei nº 10.241 de 1999**. Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1999/lei-10241-17.03.1999.html>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

DANTAS, San Tiago. **Programa de Direito Civil 3**. Editora: Rio, 1979.

DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do biodireito**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

ENGELHARDT JUNIOR, H. Tristam. **Fundamentos da bioética**. Tradução: José A. Ceschin. São Paulo: Loyola, 1998.

ESSLINGER, Ingrid. **De Quem é a Vida Afinal?** Descortinando os cenários da morte no hospital. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

FARAH, Elias. **Eutanásia, Ortotanásia e Distanásia: Reflexões Básicas em Face da Ciência Médico e do direito** in Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo, v. 14, n. 28. São Paulo: Revista dos Tribunais, v.14, n. 28, 2011.

HORTA, Marcio Palins. **Paciente crônico, paciente terminal, eutanásia: problemas éticos da morte e do morrer**. In: Assad JE, coordenador. Desafios éticos. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 1992.

KIPPER, Délio José; HOSSNE, William Saad. **Caso Clínico**. Disponível em:
<http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/314>.

Acesso em: 14 abr. 2018.

MARREIRO, Cecília Lôbo. **Responsabilidade Civil do médico na prática da distanásia**. Ano 2013. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/bioet/v21n2/a14v21n2.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2018.

PESSINI, Léo. **Distanásia: até quando investir sem agredir**. Bioética. Vol.4. São Paulo: Centro universitário São Camilo, 1996.

_____. **Distanásia: até quando prolongar a vida**. 2. ed. São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2007.

_____. **Distanásia, até quando investir sem agredir?** 2009. Disponível em:<http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/394/357>. Acesso em: 14 abr. 2018.

_____; BARCHIFONTAINE, Christian. **Problemas atuais de bioética**. 8 ed. São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2014.

PIVA, Jefferson Pedro; CARVALHO, Paulo R. Antonacci. **Considerações éticas nos cuidados Médicos do Paciente Terminal**. Porto Alegre, 1993. Disponível em: < <http://www.revistabioetica.cfm.org.br>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

OLIVEIRA JUNIOR, Eudes Quintino. **O caso do bebê Charlie Gard**, 2017. Disponível em:

<<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI262840,81042-O+caso+do+bebe+Charlie+Gard>> Acesso em: 25 abr. 2018.

SÁ, Maria de Fátima Freire; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. **Bioética, Biodireito e o novo Código Civil de 2002**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

SERTÃ, Renato Lima Charnaux. **A distanásia e a dignidade do paciente**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

SOARES, André Marcelo M. **Bioética e as situações ao final da vida in Questões de Bioética** – Estudos da CNBB nº 98. Coordenação: Comissão Episcopal Pastoral para a vida e a Família. Brasília: Edições CNBB, 2010.

VARGA, Andrew C. **Problemas de bioética**. Porto Alegre: Gráfica Unisinos, 1982.

VIEIRA, Mônica Silveira. **Eutanásia: humanizando a visão jurídica**. Curitiba: Juruá, 2012.

**O “PROBLEMA” DE PESQUISA:
considerações a partir da leitura dos manuais de iniciação ao
ofício de pesquisador em educação**

***THE "PROBLEM" OF RESEARCH:
considerations from the reading of the manuals of initiation to the office
of researcher in education***

***EI "PROBLEMA" DE INVESTIGACIÓN:
consideraciones a partir de la lectura de los manuales de iniciación al
oficio de investigador en educación***

Tânia Cristina da Conceição Gregório

Doutoranda e Mestra em Educação, pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Resumo: Pretende-se neste texto apresentar considerações a respeito do “problema” de pesquisa. Para tanto, serão abordadas as relações contextuais entre seu significado e a produção do conhecimento, a partir de bases epistemológicas e das orientações expressas nos manuais de iniciação/orientação ao ofício de pesquisador. A questão do “problema” na investigação científica será localizada sob dois aspectos conceituais: a partir do ponto de vista da epistemologia bachelardiana e nas orientações contidas nos manuais de Metodologia da Pesquisa. Fundamentando-se nestas literaturas, será apresentada uma análise da abordagem do “problema de pesquisa”, de onde emerge a constatação de significativo distanciamento entre as orientações contidas nos manuais analisados e os argumentos epistemológicos bachelardianos acerca da investigação científica e da formulação do problema de pesquisa.

Palavras-chave: Epistemologia bachelardiana. Investigação científica. Produção de conhecimento em educação

Abstract: It is intended in this text to present considerations regarding the research "problem". For that, the contextual relations between its meaning and the production of knowledge will be approached from the epistemological bases and the orientations expressed in the manuals of initiation / orientation to the office of researcher. The question of the "problem" in scientific research will be located under two conceptual aspects: from the point of view of the bachelardian epistemology and in the guidelines contained in the Manuals of Research Methodology. Based on these literatures, an analysis of the "research problem" approach will be presented, from which emerges the finding of significant distance between the guidelines contained in the handbooks analyzed and the bachelardian epistemological arguments about scientific research and the formulation of the research problem.

Keywords: Bachelardian Epistemology. Scientific investigation. Knowledge production in education

Resumen: Se pretende en este texto presentar consideraciones acerca del "problema" de investigación. Para ello, se abordarán las relaciones contextuales entre su significado y la producción del conocimiento, a partir de bases epistemológicas y de las orientaciones expresadas en los manuales de iniciación / orientación al oficio de investigador. La cuestión del "problema" en la investigación científica se ubicará bajo dos aspectos conceptuales: desde el punto de vista de la epistemología bachelardiana y en las orientaciones contenidas en los manuales de Metodología de la Investigación. En este sentido, se plantea un análisis del enfoque del "problema de investigación", de donde surge la constatación de significativo distanciamiento entre las orientaciones contenidas en los manuales analizados y los argumentos epistemológicos bachelardianos acerca de la investigación científica y de la formulación del problema de investigación.

Palabras-clave: Epistemología bachelardiana. Investigación científica. Producción de conocimiento en educación

Introdução

A investigação científica é uma atividade que tem o propósito de obter resultados sobre um tema que surge como problema para aquele que investiga. Problematizar uma questão, formular um problema é etapa decisiva para o desenvolvimento de toda investigação. É no processo da formulação do problema que se observa a criatividade, a inventividade e a articulação do investigador com o referencial teórico que sustenta seus argumentos e seus fundamentos. Contudo, esta etapa, embora seja a mais importante, a mais decisiva do processo, representa, muitas vezes, um obstáculo ao acadêmico iniciante nas práticas de produção do conhecimento.

Na literatura acadêmica é consenso de que a eleição de um problema a ser investigado é questão relevante; o significado do problema corrobora essa relevância, pois, traz implícita a teoria que sustenta o discurso do investigador e seus objetivos na descrição do real. Pedro Demo (1995, p. 23) enfatiza que “quem dispõe de boa teoria, diante dos dados sabe interpretar, ou pelo menos, sabe propor pistas de interpretação possíveis” acerca do que se pretende investigar. Isso nos faz crer que o referencial teórico constitui suporte significativo, pois orienta o investigador quanto às questões indispensáveis a serem colocadas em destaque na análise do objeto e na forma da condução da pesquisa. Diz-nos Elisabeth Leal (2002, p. 233) que, “ao se conscientizar de um problema, o pesquisador o faz de uma observação e de uma leitura do real e por meio de um quadro de referência determinado”. Assim, qualquer que seja o referencial que oriente o trabalho do investigador, é preciso que este

estabeleça os limites exatos de seu estudo, apontando, no entender de Augusto Triviños (1987, p. 96), as possíveis considerações epistemológicas que subjazem na formulação do problema a ser investigado. A este respeito, diz este autor, se a pesquisa assenta-se no positivismo, a formulação do problema ressalta as relações entre os fenômenos, sem aprofundar na busca de suas causas; se se assenta na teoria fenomenológica, é possível que o significado e a intencionalidade sejam colocados em relevo em função da subjetividade do investigador; se o estudo for de natureza dialética, destacar-se-ão os aspectos históricos, as condições, as causas etc. dos fenômenos do real.

Ainda na literatura acadêmica, diferentes teóricos defendem que toda pesquisa tem início com algum tipo de problema; é o problema que evoca o 'inquieta' e que leva à busca de possíveis respostas ou mesmo conclusões. Cientificamente, problema refere-se a qualquer questão não solvida e que é objeto de discussão, de busca de conhecimento (VERGARA, 1997, p. 21; GIL, 1999, p. 49). Se nosso propósito é buscar o significado do problema que levou à pesquisa, à investigação, necessário se faz que busquemos em que referenciais teóricos se assentam esse problema e como o investigador, a partir de seus conhecimentos, exporá e tentará elucidar o problema suscitado.

Desta forma, este trabalho pretende enfocar, a partir de um plano teórico, a questão do problema que impulsiona uma investigação científica. Para tanto, foi considerada a contribuição da epistemologia bachelardiana acerca da construção do objeto de pesquisa e sua problematização. Neste sentido, a questão a ser focada pode ser assim lançada: qual é o significado do problema para pesquisa? Com o propósito de responder a esta questão, em um primeiro momento, será abordado o significado do problema para a produção do conhecimento científico. E um segundo momento, buscaremos responder outra questão: como os manuais de orientação à produção do conhecimento científico exploram a questão do problema de pesquisa? Para tanto, será apresentada a análise de diversos manuais que compõem a literatura da formação do pesquisador e que são amplamente utilizados no espaço universitário.

É, a guisa de conclusão, exporemos a relação entre a epistemologia bachelardiana de objeto construído e a pesquisa em educação, ressaltando como a formulação da questão-problema pode, nas entrelinhas, ocultar ou revelar elementos que influenciam fortemente o pensamento científico na área da educação.

O problema na investigação científica

“A investigação tem início com um problema, diz Popper” (Feyerabend, 1989:32). A esta assertiva acrescentamos algumas questões: “Como é controlada a formulação de um problema genuíno de modo que investigações subsequentes movam-se em direção a uma solução?” (DEWEY, 1916/1980, p. 61); “Como problematizar? Quais as formulações mais adequadas da investigação: Que caminhos seguir?” Ou, “Como identificar um genuíno problema de pesquisa?” (CARDOSO, 1976, p. 62).

Segundo Miriam Limoeiro Cardoso (1976), estas são questões concretas com o que o pesquisador se defronta. Pode-se aceitar a comodidade da tentativa de tratar estes aspectos em um grau de abstração tal que permita uma formalização capaz de universalizar perguntas e respostas, ou refletir e colocar-se criticamente diante das dificuldades complexas e concretas sem, no entanto, esquivar-se da questão de que “o conhecimento é o resultado da relação entre um sujeito que se empenha em conhecer e o objeto da sua preocupação”. Pode-se supor seguindo uma epistemologia espontânea que esta relação se dê entre o investigador, considerado empiricamente, e um corte da realidade concreta, que seja objeto de sua pesquisa. Entretanto há limitações nesse duplo empirismo – do sujeito e do objeto, pois, “a reflexão que nos leva a analisar o pensamento que conhece traz indicações de que o importante é a relação entre a teoria explicadora e aquilo que ela explica, relação que se apresenta no objeto do conhecimento: fato científico, construído” (CARDOSO, 1976, p. 63-64).

A este respeito, Gaston Bachelard nos afirma que na investigação científica, a problematização do objeto pelo sujeito toma sempre a forma de projeto (BACHELARD, 1968, p. 18); projeto este que traz em si profunda marca

teórica, que lhe confere forma, orientação e significado; não se trata de simples quadro referencial teórico, mas de um trabalho exclusivamente teórico, onde o cerne da relação teoria-realidade seja definidor de conhecimento. Assim as questões problemáticas realmente relevantes surgem a partir de uma revisão crítica, simultaneamente teórica e metodológica, pois “o conhecimento nunca parte do vazio, do total desconhecimento” (CARDOSO, 1976, p. 86), nem se constitui por “justaposição” (BACHELARD, 1977, p. 78), mas se faz pela “polêmica, pela novidade que se instala contra um conhecimento mal estabelecido” (BACHELARD, 1996, p. 17- 26) por um problema falso, por um problema mal formulado.

Ainda Bachelard (1996, p. 18 -21) defende que, “em primeiro lugar é preciso saber formular problemas, pois é na formulação de problemas que se encontra o real sentido da atividade científica”. E estes “não se formulam de modo instantâneo”: eis o que caracteriza a atividade científica; pois “todo conhecimento é resposta a uma pergunta. Se não há pergunta não pode haver conhecimento científico”. Porém, “nada é evidente; tudo é construído” pelo “esforço de racionalidade e de construção” que deve orientar a ação do pesquisador. A experiência científica contradiz a experiência comum, a experiência imediata; e como esta não é construída, pois se oferece a conhecer, não pode ser verificada, permanece apenas um fato. Entretanto é preciso considerar que “o fato científico é da ordem do teórico e não do real [empírico]. É sempre uma abstração, à qual não se chega, porém, sem romper com o espontaneísmo, marca do senso comum, que não tem meios de evitar a sua subjugação pelas formas de pensar dominantes” (CARDOSO, 1976, p. 69). Sem este rompimento a atividade científica corre o risco de permanecer às margens das evidências empíricas do conhecimento vulgar, não permitindo a reconstrução racional do saber.

A epistemologia bachelardiana e a construção do objeto

A epistemologia bachelardiana assenta-se na tese da construção do objeto científico, pois postula que uma investigação rigorosa³⁰ não deve se ater na descoberta ou na descrição dos fenômenos de um real aparente, observado, descrito e subjetivo, marcas do conhecimento comum, continuado; a construção do objeto, sua problematização, prevê um movimento de descontinuidade, de ruptura com as percepções imediatas, pelo emprego de métodos e técnicas racionais que busquem a objetividade do conhecimento.

Contudo, o objeto científico construído é ao mesmo tempo abstrato e concreto, pois se constitui pela razão e pela técnica, que realizam ao longo do processo científico a dialética razão-experiência. Nessa construção, objeto e sujeito dialetizam-se: não existe um objeto independentemente de um sujeito, pois “sujeito e objeto estão *um* para o *outro* em estado de novação” (BACHELARD, 1977, p. 124). Porém, essa dialética pressupõe um esforço de objetivação constante no conhecimento, pois não importa o estágio de evolução do sujeito do conhecimento; o que importa é que a subjetividade não ameace a objetividade do empreendimento científico. O sujeito de que fala Bachelard (1991) é um sujeito aberto, em constante vigilância teórica e metódica. Não é neutralidade que se exige dele, mas participação crítica, precisa, vontade e empenho em conseguir construir uma explicação precisa, capaz de satisfazer o rigor necessário a uma investigação científica. Nesse sujeito encontra-se uma dualidade: ele é teórico enquanto constrói o objeto e empírico enquanto dinamiza a experiência pela razão. Só assim “o real será representado como um instante de uma realização bem conduzida” (BACHELARD, 1991, p. 17) pela investigação científica.

A questão do problema de pesquisa: uma leitura dos manuais de orientação à pesquisa científica

Analisamos diferentes manuais de formação do pesquisador com o objetivo de colher informações acerca do modo como esses manuais orientam a formulação do problema de pesquisa. Nessa análise, não deixamos de

³⁰ A palavra rigoroso é essencial na epistemologia bachelardiana, porque “é pelo rigor que a razão envereda”. (BACHELARD, 1977, p. 9).

observar a forma como o conhecimento, o sujeito, o objeto e o método de pesquisa são tratados.

O modo como esses manuais abordam a existência de formas de conhecimento deixam entrever como esse tipo de literatura classifica o conhecimento e a relação deste com as diferentes terminologias do pensamento filosófico e científico e como esta classificação constitui-se em um fator que pode influenciar e mesmo determinar a produção do conhecimento. Contudo, como visamos verificar como esses manuais tratam da questão da formulação do problema de pesquisa, passemos, pois, a expor uma caracterização sucinta dessa bibliografia.

Na análise do primeiro manual, de autoria de Antônio Joaquim Severino (1991), verificamos que o autor expõe todas as etapas do processo de trabalho científico – desde a organização da vida acadêmica até as minúcias necessárias a consecução deste processo, como ‘diretrizes’ para organização de documentação, de seminários, de elaboração de trabalhos de conclusão de curso e de trabalhos acadêmicos para publicação – inclusive lista, ao final do manual, os catálogos de editoras com as respectivas áreas de publicação, com o objetivo de informar ao estudante todo o percurso de uma “vida científica universitária” (SEVERINO, 1991, p. 17) e de desenvolvimento de um “trabalho intelectual”. Especificamente com relação à formulação do problema de pesquisa, o autor destaca a importância desta fase do trabalho científico, considerando-a como essencial. Na sua orientação, o trabalho científico parte de um “tema que deve ser problematizado”:

[...] o tema de pesquisa deve ser problematizado. Antes de sair para a pesquisa propriamente dita, é preciso ter uma ideia clara do problema a se resolver. Trata-se de definir bem os vários aspectos da dificuldade, de mostrar o seu caráter de aparente contradição, esclarecendo os limites dentro dos quais se desenvolverão a pesquisa e o raciocínio (SEVERINO, 1991, p. 124).

Para este autor, feita esta etapa, todas as demais etapas estarão a ela interligadas, como a formulação de hipóteses, a definição da metodologia e de toda reflexão teórica que será empreendida no decorrer do trabalho.

O autor também orienta que o problema deve ser exposto sob a forma de pergunta, pressupondo, de antemão, pelo menos uma alternativa como

resposta: “é assim ou de outra maneira?” (SEVERINO, 1991, p. 142). Este modo de ‘colocar’ o problema é, para o autor, uma forma precisa de evidenciar uma dúvida, um obstáculo que precisa ser superado. A clareza e a objetividade na formulação são, para ele, fundamentais, uma vez que define os limites e a determinação do tema, pois na sua concepção de trabalho científico, “não se pode tratar de tudo ao mesmo tempo e sob os mais diversos aspectos” (idem), pois é propósito de toda pesquisa é “aprender a pensar” (SEVERINO, 1991, p. 11), levando em conta a questão da competência – entendida como domínio de conteúdos e habilidade em torná-los saber; a questão da própria aprendizagem – ou seja, a obtenção de conhecimentos por meio da investigação, onde não só se pensa, mas, também se cria a ciência; e por fim, a questão da formação política da juventude – a partir da criação de uma nova consciência social.

O segundo manual analisado, de autoria de Mário J. de O. Alexandre (2003), também apresenta uma orientação técnica minuciosa da elaboração de um trabalho científico, focando sobremaneira a organização. Na introdução, o autor compara este tipo de trabalho a “uma obra de engenharia civil” (ALEXANDRE, 2003, p. 1-6), pelo caráter de construção que, no seu ponto de vista, ambas as atividades apresentam; construção essa entendida e expressa por ele como um trabalho metodológico, onde cada etapa é minuciosamente pensada. Com relação à formulação do problema de pesquisa, o autor sugere que esta etapa permite que se fale sobre o tema escolhido de forma mais abrangente, pretendendo que a resposta seja dada sob o ângulo da teoria científica; donde se conclui que “a formulação do problema prende-se ao tema proposto” e, para ser cientificamente válida, a pesquisa deve atender às seguintes especificações: “conter a formulação do problema através de enunciado em forma de pergunta (interrogação)”; apresentar um tema que seja “objeto de investigação sistemática, controlada e crítica”; “ser empiricamente verificada em suas consequências” (ALEXANDRE, 2003, p. 58).

O autor também sugere que feita a “definição do problema”, faça-se uma abordagem do contexto histórico do tema escolhido (evolução do tema ao fato histórico – da visão geral à visão particular), esclarecendo assim a dificuldade específica com o qual se defrontou o pesquisador e como pretende resolvê-la por intermédio da pesquisa (ALEXANDRE, 2003, p. 58).

No terceiro manual analisado, de autoria de Antônio R. Santos (2004), também verificamos o destaque conferido às minúcias técnicas da organização do trabalho científico. Na introdução o autor levanta a polêmica da nova “metodologia da construção do conhecimento” exposta nos novos manuais de metodologia científica. Esta construção significa, para o autor, que o trabalho científico hoje se interessa pela autonomia intelectual que deve ser característica na vida acadêmica. Ainda na introdução o autor tece críticas aos “25 anos de produção protegida” por interesses financeiros em detrimento aos interesses culturais, o que, segundo ele, resultou um período de baixa produção, com qualidade sofrível e cara, revelando uma estagnação quantitativa e qualitativa no processo de produção do conhecimento.

Este autor afirma que toda pesquisa visa responder a uma necessidade e, para tanto, devem ser desenvolvidos raciocínios formadores de conhecimento que exigem tratamento teórico, científico e racional. A pesquisa pode considerar a extensão e a profundidade do assunto, isto é, pode ser feita privilegiando a multiplicidade dos aspectos conhecidos que compõem um tema “seus aspectos horizontais (a extensão de um assunto) e seus aspectos verticais (o ou os principais pontos do assunto)” (SANTOS, 2004, p. 68). Neste caso, ‘delimitar’ (o autor usa este termo) o problema significa priorizar aquilo que se quer ou se precisa estudar, conferindo maior profundidade ao trabalho científico.

O quarto manual analisado, de autoria de Antônio Carlos Gil (1999), traz no prefácio sua intenção: orientar os estudantes sobre as bases conceituais e os instrumentos técnicos necessários para o desenvolvimento de pesquisas nos diferentes campos das ciências humanas e sociais; portanto, este manual é específico para pesquisadores que pretendem realizar pesquisa neste campo de saber, incluindo, segundo o autor, o campo da Pedagogia, ou seja, da educação.

Destinado a um público específico, o manual apresenta o conhecimento como construção humana e social; destaca o papel das ciências humanas e sociais e orienta tecnicamente toda a organização de uma pesquisa que pretende focar determinado tema sob o ponto de vista destas ciências. Assim, com relação à formulação do problema, o autor também releva esta etapa

inicial do trabalho científico ressaltando, entretanto, que uma pesquisa “não pode dar respostas a questões sociais porque suas correções ou incorreções não são passíveis de verificação empírica” (GIL, 1999, p. 50). Esta ressalva significa para o autor que no processo de investigação social, mesmo sendo a “escolha” do problema a tarefa inicial essa escolha “conduz a indagações” e a preocupação em buscar respostas para essas indagações não é imune às influências e contradições sociais. Neste sentido, o pesquisador, desde a “escolha do problema” (termo utilizado pelo autor) recebe influência do seu meio cultural, social e econômico, pois para o autor, a escolha do problema tem a ver com o grupo, com as instituições, com as comunidades ou com as ideologias com que o pesquisador se relaciona (GIL, 1999, p. 50). Assim, neste processo subjazem muitas implicações, tais como relevância, oportunidade e comprometimento social do pesquisador.

Ainda sobre a formulação do problema de pesquisa, o autor informa que este processo somente será relevante em termos científicos à medida que conduzir à obtenção de novos conhecimentos. Para tanto, faz-se necessário que o pesquisador invista em um levantamento bibliográfico a fim de verificar nas pesquisas realizadas quais problemas não foram pesquisados, quais não foram adequadamente expostos e quais vêm recebendo respostas contraditórias. É importante, neste sentido, que o pesquisador esteja ciente de que o levantamento bibliográfico é muitas vezes demorado e pode constituir até mesmo uma pesquisa exploratória com a intenção de recolocar o problema sob novo enfoque. Entretanto, a “relevância prática” do problema está nos benefícios que podem decorrer de sua solução à medida que as respostas obtidas trouxerem consequências favoráveis a quem o propôs.

Além disso, para o autor, deve-se considerar também a relevância social do problema, pois nem sempre sua “escolha” é determinada pelo papel que ocupa dentro do conhecimento produzido cientificamente, mas “pela oportunidade que oferecem determinadas instituições” e pela forma ou constância com que um tema de estudo tem sido explorado socialmente. Assim, é frequente, no seu ponto de vista, a escolha de um problema ser determinada por modismo ou mesmo por influência da mídia, pois quanto mais explorado o tema, maior atração provocará no pesquisador em função da

leitura que faz: o tema pode transformar-se em uma possível oportunidade (GIL, 1999, p. 53).

Também o autor ressalta que a formulação do problema de pesquisa não é tarefa das mais fáceis, especialmente nas ciências humanas e sociais, onde geralmente o objeto de estudo é volátil – o homem, a sociedade, grupos sociais. Assim como nas ciências da natureza, também nas ciências humanas e sociais a pesquisa começa por uma questão formulada sob a forma de pergunta; entretanto, esta formulação deve ser considerada provisória, podendo sofrer alterações ao longo do processo, dada a característica do objeto. A exploração da literatura pertinente ao tema a que o estudo se refere é tarefa que contribui para o aprimoramento do problema, tornando-o mais claro e específico, bem como para a formulação das hipóteses e definição dos instrumentos mais adequados à pesquisa. No entanto, não existem regras absolutamente rígidas para a formulação de problemas. O que existe são “recomendações baseadas na experiência de pesquisadores sociais que, quando aplicadas facilitam a formulação do problema” (GIL, 1999, p. 53).

O autor ainda apresenta, a título de orientação, as principais regras para a formulação de problemas de pesquisa: a) o problema deve ser formulado como uma pergunta. Este procedimento facilita a identificação do que efetivamente se deseja pesquisar; b) o problema deve ser delimitado a uma dimensão viável, a fim de torná-lo mais específico; c) o problema deve ter clareza: seus termos devem explicitar o significado do que se deseja pesquisar; d) o problema deve ser preciso: deixar claro os limites de sua aplicabilidade; e) o problema deve apresentar referências empíricas. A observância a esse último critério nem sempre é fácil nas ciências humanas e sociais, pois é comum esperar destas “ciências” respostas para problemas que envolvem juízos de valor, o que torna difícil ou mesmo impossível, o teste empírico. Desta forma, o próprio enfoque empirista, por si, traz dificuldades à pesquisa no campo destas “ciências” em função das diferentes concepções, por exemplo, há autores que optam por uma pesquisa na área da Psicologia seguindo uma orientação subjetivista (considerando o conhecimento como pura atividade da consciência), desta forma, negam o *status* de existência do real empírico e rejeitam o empirismo como critério de relevância à pesquisa. Mesmo

destacando esta problemática que muitas vezes envolve a pesquisa no campo das ciências humanas e sociais, o autor considera que é preciso ficar claro para o pesquisador que se a pretensão é estudar um fenômeno cientificamente, torna-se necessário afastar todo e qualquer juízo de valor (GIL, 1999, p. 55).

No quinto manual analisado, de autoria de Claire Selltiz, Lawrence Wrightsman e Louise H. K. Cook (1951-1971), publicado originalmente em inglês, as autoras defendem a tese de que a pesquisa científica é uma atividade voltada para a solução de problemas. O primeiro passo da pesquisa é tornar o problema concreto e explícito (SELLTIZ et all, 1971, p. 38).

Nesse sentido esse manual, aborda, longamente, todas as formas de conhecimento: empírico, científico, filosófico e expõe a característica específica de pesquisa no campo das ciências humanas. Destaca, também, que “a formulação do tópico em um problema de pesquisa” (SELLTIZ et all, 1971, p. 38) é a primeira etapa do processo de produção acadêmica. Citando Cohen e Nagel, Selltiz et all (1971, p. 38), reforçam a tese destes de que a “capacidade para perceber”, em alguma experiência bruta a ocorrência de um problema, e, sobretudo, de um problema cuja “solução se relaciona com a solução de outros problemas”, “não é talento comum entre os homens [...] é sinal de o gênio científico ser sensível a dificuldades onde pessoas menos dotadas não se perturbam com dúvidas”. Neste sentido, são condições fundamentais para a formulação do problema: a imersão, através de observação sistemática do objeto; estudo da literatura existente e discussão com pessoas que acumularam muita experiência prática no campo de estudo.

O sexto manual analisado, Francis J. Rummel (1972), publicado originalmente em inglês, coloca a formulação do problema como tópico indispensável a toda tese ou dissertação, entretanto, pondera que uma das experiências mais frustrantes para um estudante durante o processo de produção do conhecimento científico é justamente “procurar” um problema de pesquisa (RUMMEL, 1972, p. 22). Segundo o autor, o iniciante na pesquisa tem conhecimento do grande número de pesquisas produzidas a cada ano e pergunta a si mesmo se existe alguma coisa que ainda necessite de investigação. A inexperiência do pesquisador não o deixa constatar que o

processo de pesquisa apresenta cada vez mais novos e instigantes problemas a serem solucionados, pois à medida que as fronteiras do conhecimento se expandem, “é revelada uma área maior de fenômenos não explorados” (RUMMEL, 1972, p. 22). Portanto, para o autor, não faltam problemas, o que falta é a objetividade para a “seleção” de um problema e os “padrões para a sua avaliação” e, conseqüentemente, sua pesquisa.

O autor aborda com meticulosidade as diversas etapas de organização da vida acadêmica e faz inúmeras referências aos diversos tipos de conhecimento, mas centra toda formulação do problema de pesquisa na leitura do cotidiano, uma vez que este manual aborda especificamente a pesquisa em educação. O campo das ciências humanas e sociais é bastante explorado pelo autor que considera a educação como componente deste campo. É interessante observar sua sugestão quanto ao problema de pesquisa partir de um momento de observação da realidade ou de uma situação que se apresenta com relevância no espaço em que se produz educação.

O sétimo manual analisado, Sylvia C. Vergara (1997), é destinado aos pesquisadores graduados em Administração. A autora apresenta neste manual as orientações técnicas indispensáveis à pesquisa: a formulação de um problema, o referencial teórico e a metodologia. Quanto à formulação do problema de pesquisa a autora é enfática: desta etapa depende todo trabalho de construção de dissertações e teses, pois tanto estes quanto relatórios de pesquisa em geral, surgem da existência de problemas científicos e constituem respostas a esses problemas. Entretanto, a autora assevera que esta não é uma tarefa fácil, mas “estratégica”, pois problemas formulados de maneira inadequada podem colocar por terra todo um trabalho que, em geral, consome bastante tempo e energia de seu realizador: “se a definição adequada de um problema por si só não garante o êxito de uma produção científica, a definição inadequada, certamente, garante seu insucesso” (VERGARA, 1997, p. 21). Com esta observação, a autora deixa inequívoca sua concepção quanto à relevância da formulação do problema de pesquisa, uma vez que esta etapa se apresenta como fundamental, como “pilar” de todo processo de produção acadêmica.

A autora também “propõe regras práticas” para a formulação do problema de pesquisa: a) verificar, antes de tudo, se o que se pensou é, realmente, um problema científico; b) o problema deve ser formulado sob a forma de pergunta (esta frase é citada como referência a Kerlinger (1980); c) a pergunta deve ser redigida de forma clara e concisa; o problema pode ser definido de tal forma que a solução seja possível; d) o problema deve ser colocado dentro de um tamanho que contribua para a factibilidade da solução (VERGARA, 1997, p. 22-23). Também a autora considera a relação ente tema e problema, ressaltando que “há diferenças entre o problema e o tema”, pois do tema procede ao problema a ser investigado, entretanto, um tema pode suscitar vários problemas; portanto, tema, na concepção da autora, tem caráter mais geral, mais abrangente do que o problema.

No oitavo manual analisado, André-Pierre Contandriopoulos et. all. (1999), publicado originalmente em inglês, nas notas introdutórias, explica-se que a obra é resultado da experiência adquirida por eles como pesquisadores, professores e examinadores de projetos de pesquisa de vários órgãos financiadores. Trata-se de um “livro” cujo texto, nas palavras dos autores, “deverá ser capaz de guiar uma pessoa cuja formação em pesquisa é limitada e lhe permitir realizar um projeto de pesquisa aceitável e, por outro lado, servir de referência para aqueles que têm uma formação em pesquisa mais avançada” (CONTANDRIOPOULOS et. all., 1999, p. 8).

Embora façam esta colocação, os autores ressaltam que “o texto não poderia ser um livro de receitas nem um livro de metodologia” (CONTANDRIOPOULOS et. all., 1999, p. 8), pois eles acreditam ser impossível apresentar receitas que possam ser fielmente seguidas para realização de um bom projeto de pesquisa e mesmo de um bom trabalho de pesquisa; tampouco consideram ser relevante a escrita de um novo livro de metodologia de pesquisa, pois consideram a existência de várias e excelentes obras neste sentido.

Embora os autores defendam a ideia de “livro”, este se apresenta como um manual onde estão explícitas todas as regras metodológicas de elaboração de um trabalho científico, bem como aborda todas as finalidades deste tipo de produção. No manual os autores apresentam um plano padrão, mas, ressaltam

que o pesquisador não deve se sentir obrigado a seguir nenhum modelo predeterminado, pois a qualidade essencial de uma boa pesquisa consiste na pertinência de sua elaboração, considerando se é realizável e se é cientificamente rigorosa (CONTANDRIOPOULOS et. all., 1999, p. 8).

Neste manual consta ainda uma diferenciação entre pesquisa teórica e pesquisa de campo (“pesquisa exploratória”), e considera que o objeto de estudo e o problema que a ele se refere dependerá do tipo de pesquisa escolhido pelo investigador. Segundo os autores, o tipo teórico pode apresentar uma solução original para o problema de pesquisa, pois pode apresentar uma nova faceta ainda não pesquisada anteriormente. A pesquisa exploratória pode ter, durante o processo, o problema inicial totalmente alterado, face às características deste tipo de pesquisa.

Ainda com relação ao problema de pesquisa, os autores defendem a tese de que este necessariamente seja embasado por uma teoria que forneça pistas sobre o referencial teórico do pesquisador. Segundo os autores, o problema de pesquisa está diretamente ligado à teoria que lhe dá sustentação. Inicialmente, ainda segundo eles, a formulação da questão é bastante genérica, entretanto, durante o processo de produção do trabalho, pouco a pouco ela deve se tornar mais específica e abordar exatamente aquilo que o investigador deseja esclarecer. Esta objetividade é fundamental ao trabalho acadêmico, porque permite ao investigador dedicar-se com mais propriedade a um ponto central da pesquisa, deixando em aberto as questões que no momento mostram-se irrelevantes (mas que nem por isto podem deixar de se tornar um problema de pesquisa posteriormente, a ser analisada por outro pesquisador, por exemplo).

O nono manual analisado, Annaliese C. da Cunha et all (2004), é destinado aos pesquisadores graduados em Medicina. A obra apresenta todas as etapas de organização de uma produção acadêmica e, como é destinado a uma área prática (a Medicina), dá grande destaque à pesquisa experimental – dedica um capítulo inteiro à forma como os dados devem ser apresentados. Este manual traz uma novidade em relação aos demais: apresenta orientações técnicas de acordo com a “nova era digital” ao sugerir as formas de impressão

do trabalho – impresso e eletrônico – bem como a forma de apresentação seguindo a mesma ordem de “modernidade”.

Segundo as autoras, as áreas médicas e biomédicas têm suas peculiaridades próprias no que respeita à pesquisa. O texto resgata uma tendência de universalização da produção do conhecimento nestas áreas cuja sugestão foi apresentada primeiramente por um grupo de editores de revistas médicas em Vancouver, no Canadá.

Embora apresentem o passo-a-passo de uma pesquisa, sugerindo inclusive modelos e dando muitos exemplos, o texto não apresenta qualquer menção quanto à formulação do problema de pesquisa e mesmo quanto a sua importância, porém traz uma breve menção (na sugestão de introdução do trabalho acadêmico) sobre a “definição sucinta e objetiva do assunto abordado e justificativa da escolha; delimitação precisa das fronteiras da pesquisa em relação ao campo e períodos abrangidos” (CUNHA, 2004, p. 30). E mais breve ainda, em uma única linha, traz orientações sobre o uso da estatística, encontramos: “qual a questão (ou quais as questões) que objetivou (ou objetivaram) a pesquisa” (CUNHA, 2004, p. 98). Nada além.

Esta forma de orientação da produção do conhecimento deixa-nos com muitas questões em aberto, entre elas: será que numa área prática como a medicina não há a preocupação com a formulação de um problema de pesquisa?

O décimo manual analisado, Augusto N. S. Triviños (1987) aborda a questão da pesquisa de modo geral, da pesquisa especificamente em ciências sociais e ainda, mais especificamente, da pesquisa qualitativa em educação. Nesta obra, o autor explora, com muita propriedade, as tendências filosóficas que influenciam a pesquisa, em especial no campo das ciências sociais e da educação: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo; o autor também aborda, brevemente, outros enfoques teóricos que influenciam a pesquisa em educação: o estruturalismo, o enfoque sistêmico e o funcionalismo. Embora apresente orientações técnicas referentes à estruturação de um trabalho científico, o autor explora com maior acuidade a questão da produção do conhecimento científico – destacando em seu entender a necessidade de

disciplina para que o trabalho seja realmente rigoroso (TRIVIÑOS 1987, p. 15-16) e as questões filosóficas que subjazem este processo.

Com relação ao aspecto por nós analisado – o tratamento dado ao problema de pesquisa –, o autor apresenta os seguintes pressupostos implícitos na delimitação, definição ou formulação do problema de pesquisa: “o envolvimento, direto ou indireto, do pesquisador na realidade a ser pesquisada; a ligação do investigador com a área onde está surgindo, ou surgiu, a questão problemática” (TRIVIÑOS 1987, p. 93). Também, segundo o autor, a definição do problema de pesquisa às vezes torna-se uma tarefa árdua, especialmente quando o investigador tem pouca experiência, quando invade terrenos nos quais tem escassas informações ou sua concepção do mundo e sua posição teórica não estão conscientemente delineadas ou apenas existem em forma inconsciente.

Há, ainda, segundo ele, duas maneiras peculiares para se “delimitar, definir e formular um problema de pesquisa” (termo usado em toda esta obra pelo autor): (1) permite ao investigador definir o problema sozinho e previamente ao desencadear do processo de pesquisa propriamente dito. Este modo nem sempre corresponde ao que ocorre na prática; (2) diz respeito à ação de outros sujeitos, além da pessoa do investigador na formulação do problema. Esta maneira significa que o investigador, assim como os outros sujeitos, participa na formulação da questão problemática, ora como orientador ora como orientado. Neste segundo caso estão implícitas duas formas de delimitação do problema: na primeira forma, o problema ou problemas, existem e são conhecidos pelo pesquisador e pelas pessoas envolvidas na situação preocupante. Ao pesquisador ou aos sujeitos envolvidos, sabe esclarecer a prioridade do problema, ou seja, “qual de todos os problemas vai exigir, em primeiro lugar, a atenção do grupo e do pesquisador, para iniciar a busca de solução”. Entretanto, se o pesquisador pertence à realidade na qual o problema se tem apresentado terá mais facilidade para, como técnico, conduzir a investigação; mas o inverso ocorrerá se ele apenas se incorpora ao grupo de pesquisa, ou aventura-se isoladamente para realizá-la, sem a experiência da situação real que os sujeitos efetivamente vivenciam podem lhe oferecer – nesse caso, o investigador poderá conferir um olhar de fora do problema. Esta

maneira de definir o problema corresponde à denominada pesquisa-ação. Na segunda forma, o pesquisador está consciente de que em determinado agrupamento humano existem problemas e isso se torna mais evidente quando o pesquisador é membro desse núcleo social (TRIVIÑOS 1987, p.94).

Ainda o autor aborda que a delimitação do problema não significa formulação do mesmo. Esta tarefa é muito mais específica do que aquela. Muitas horas de trabalho podem ser perdidas se não existe adequada formulação do problema. É preciso que o investigador tenha bem definido seu referencial teórico para que não se surpreenda com dificuldades na etapa de formulação do problema, pois como a eleição do tema de pesquisa dificilmente será um indicador da fundamentação teórica que orienta o pesquisador, salvo quando se trata (e não absolutamente) de uma pesquisa participante, é a delimitação do problema que irá significar um encaminhamento com maior clareza, da teoria que alimenta o esforço do pesquisador e, mais especificamente, na formulação do problema que a concepção teórica do investigador ficará mais claramente evidente. Neste sentido, a formulação do problema de pesquisa é considerada, por este autor, como o cerne do processo de produção do conhecimento (TRIVIÑOS 1987, p.96).

O décimo primeiro manual analisado, João Álvaro Ruiz (1986), traz no título referência ao seu propósito: “Guia para eficiência nos estudos”. Dividido em duas partes: parte prática e parte teórica, o manual apresenta na primeira parte todas as orientações técnicas acerca da vida acadêmica. Neste sentido, o autor aborda em um capítulo inteiro (estrategicamente o primeiro) “o método” como medida de “economia e eficiência” no trabalho acadêmico; o segundo capítulo versa sobre normas de leitura, pontuando diversas sugestões para que esta atividade seja eficiente. Na segunda parte, a teórica, trata da natureza do conhecimento (explorando com mais acuidade o conhecimento científico) e do método científico. Interessante observar, que este manual traz uma peculiaridade: explora com mais especificidade a relação entre o método indutivo e a pesquisa (“legitimidade da indução”).

O autor também aponta a inter-relação entre as etapas que compõem um trabalho científico: o primeiro passo da pesquisa é a escolha do tema; o segundo passo é a conversão do tema em problema, porque a pesquisa só tem

sentido quando se desenvolve na procura da solução de um problema. A clara enunciação do problema induzirá à reflexão e à prefixação de hipóteses. A clara enunciação das hipóteses é que determinará os critérios para a leitura da bibliografia e para a tomada de apontamentos de passagens relevantes para a confirmação ou não das hipóteses (RUIZ, 1986, p. 63).

A obra analisada, embora contenha um número de informações e de orientações consideráveis sobre a elaboração de uma pesquisa (o exemplar tem 183 páginas), não faz, como a maior parte dos manuais analisados neste estudo, grandes referências (como relevo, por exemplo) sobre o papel da formulação do problema na pesquisa. Centra mais seu foco de orientação na questão do tema como passo inicial e fundamental para a elaboração de um projeto de pesquisa.

No décimo segundo manual, Izequias E. dos Santos (2003), percebemos uma orientação mais geral acerca da orientação do trabalho acadêmico. A preocupação em explorar os diferentes tipos de conhecimento, o papel da ciência e a produção do conhecimento científico, é visível. Além destas informações, a orientação acerca da elaboração e organização de um trabalho acadêmico é pormenorizada.

Com relação à formulação do problema de pesquisa, o autor aborda o assunto em duas ocasiões: primeiro de modo geral (às páginas 217-223) e depois mais sucintamente, relacionando a um trabalho acadêmico específico – um TCC (às páginas 257-259). Neste sentido, confere à formulação do problema de pesquisa papel de destaque: “toda pesquisa inicia por um problema que, tornado como real, precisa ser respondido” (SANTOS, 2003, p. 217). Com relação a esta etapa, o autor assevera ao pesquisador que esta tarefa não é simples nem fácil, pois no problema encontram-se relacionadas todas as demais etapas do processo de pesquisa. É a partir dele e para ele que devem convergir todos os esforços do pesquisador, que deve formulá-lo de forma precisa, clara, objetiva e sem ambiguidade (SANTOS, 2003, p. 218), tendo em mente, desde o início do processo, a possibilidade de solucioná-lo.

O autor defende a concepção de que na solução do problema investigado deve o pesquisador adotar uma postura teórica racional, livre de casualismos ou emoções.

Segundo o autor, o problema de pesquisa pode ser de dois tipos: a) empírico – se tem possibilidade de ser investigado empiricamente por meio de técnicas que possibilitem este tipo de trabalho; b) conceitual – quando o investigador, por intuição, inicia uma pesquisa em áreas onde são raros os estudos. Este tipo de problema também apresenta outra face: a possibilidade de argumentação conceitual sobre teses já aceitas, apresentando novos pressupostos. Exemplo desta possibilidade é encontra na história da ciência, quando Copérnico inicia seus estudos já tendo conhecimento, mas, descartando as teses de Aristóteles sobre o movimento dos corpos e, quando Galileu percebe esse conflito, entretanto, com seus estudos acabou por formular um modelo que confirmou as ideias de Copérnico.

Mesmo apontando esses dois tipos, o autor observa que na formulação do problema de pesquisa antes de recorrer aos recursos metodológicos é necessário conhecer os aspectos da lógica tratados pela teoria do conhecimento – tanto a lógica formal como a lógica dialética–, verificando em que sentido eles servem de base para esta etapa que é fundamental no trabalho acadêmico.

O décimo terceiro manual analisado, Christiane Laville e Jean Dionne (1999), publicado originalmente em língua francesa, apresenta-se como “manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas” e na introdução já aponta a necessidade do investigador perceber a existência de um problema em seu meio e buscar solução através da pesquisa. Os autores defendem a tese de que o trabalho de pesquisa nas ciências humanas e mesmo em outra esfera de conhecimento, não é tarefa complicada, mas depende da percepção da existência de um problema teórico ou prático a ser resolvido e partir de então, formular uma hipótese, testá-la e tirar as conclusões (LAVILLE & DIONNE, 1999, p. 11).

A obra inicia abordando a evolução histórica do conhecimento científico, apontando neste percurso o surgimento das ciências humanas e associando esse processo à influência do positivismo, marcadamente no século XIX (LAVILLE & DIONNE, 1999, p. 25-26), fazendo essa referência ao papel do positivismo no campo das ciências humanas, os autores abordam o enfraquecimento desta tendência filosófica nas pesquisas realizadas neste

campo de conhecimento. Segundo Laville & Dionne, (1999, p. 35), o fato de que nas ciências humanas o pesquisador (sujeito) influencia seu objeto de pesquisa, e do objeto de pesquisa, por sua vez, ser capaz de um comportamento voluntário consciente, conduz a uma construção de saber cuja medida difere da obtida em ciências naturais. Neste sentido, os autores consideram que há diferenças significativas entre pesquisas realizadas no campo das ciências naturais e no campo das ciências humanas, portanto, esta diferença foi levada em conta em toda a trajetória da obra em estudo, que aborda as características específicas das pesquisas realizadas neste último campo. Neste sentido, os autores definem que um problema a ser investigado no campo das ciências humanas é um problema que se pode “resolver” com conhecimentos e dados já disponíveis ou com conhecimentos factíveis de serem produzidos (LAVILLE & DIONNE, 1999, p. 87).

Na formulação do problema, o investigador já realmente decidido sobre o que investigar, deve atentar para que não caia no campo da opinião, da crença e do puro senso comum; deve ter a convicção de que um problema supõe que informações suplementares podem ser obtidas a fim de cercá-lo, compreendê-lo, resolvê-lo ou eventualmente contribuir para sua resolução. Assim, um problema de pesquisa só pode ser considerado para pesquisa se sua compreensão realmente fornecer novos conhecimentos para o tratamento das questões a ele relacionadas (LAVILLE & DIONNE, 1999, p. 88).

Embora abordem conhecimento acumulado e conhecimento construído, os autores partem do pressuposto que o problema de pesquisa no campo das ciências humanas aflora de um real social, ou seja, da observância do espaço e do tempo sociais em que se inserem as relações humanas.

No décimo quarto manual analisado, Aidil J. da S. Barros e Neide A. de S. Lehfeld (2000), encontramos, além das orientações técnicas típicas deste tipo de literatura, uma abordagem minuciosa sobre a importância da cadeira de metodologia científica no espaço universitário.

Com relação ao *status* do problema de pesquisa, as autoras afirmam que toda pesquisa se inicia com a seleção de um tema geral ou assunto e sobre este, formula-se o problema. A escolha do tema é, segundo elas, momento atrativo para o pesquisador, que pode ter maior liberdade de escolha

uma vez que esta habitualmente parte de suas preocupações e interesses dentro do seu campo de ação e de seus juízos de valor.

As autoras declaram que a escolha do problema de pesquisa nunca se dá aleatoriamente, ela é sempre influenciada pelos fatores internos correspondentes ao próprio investigador (curiosidade, imaginação, experiência...) e por fatores externos à realidade circundante ou ainda à instituição a que o pesquisador se filie. Para a execução desta fase, dizem elas, é necessária a realização de estudos preliminares exploratórios bibliográficos ou de contato com pesquisadores especialistas na área, coletando dados para se definir adequadamente “o que” se deseja pesquisar (BARROS & LEHFELD, 2000, p. 82). Se o pesquisador desconsiderar a importância desta fase e passar apressadamente por ela, não formulando o problema de maneira adequada, pode enfrentar dificuldades no decorrer do processo de pesquisa, podendo incorrer na superficialidade de estudo que normalmente exige profundidade científica. Assim, uma boa escola do tema associada à inclinação pessoal do investigador à pesquisa, certamente proporciona maior facilidade ao se formular o problema.

O décimo quinto manual analisado, Umberto Eco (2005), não se apresenta como manual, no entanto, traz, em seu corpo, todas as orientações técnicas necessárias à elaboração de um trabalho acadêmico. Trata-se de uma obra muito polêmica que desde o título levanta um questionamento: para que serve uma tese? O autor, antes de iniciar orientações técnicas, tece toda uma argumentação a respeito do papel que tem desempenhado nos cursos de graduação (no caso dele, na Itália) os chamados trabalhos de conclusão de curso. Nas entrelinhas, o autor expõe que a obrigatoriedade da elaboração deste tipo de trabalho tem servido mais aos trâmites burocráticos do que à formação do pesquisador que ao encontrar-se exposto a uma imposição não consegue enxergar a outra face do trabalho: uma tese é uma atividade lúdica que supõe diversas perspectivas, entre elas o prazer da construção e da produção do conhecimento.

Esta imposição legal tão bem abordada pelo autor é coerente com o que ocorre nos cursos de pós-graduação no Brasil, onde a legislação educacional alterou o tempo de curso das especializações resumindo e espremendo, neste

ínterim, a formação e o tempo necessário a uma produção científica realmente interessante. Da necessidade e da urgência de titulação, a tese deixou de ser exercício de busca e descoberta (capaz de acionar novas mentes e ideias) e passou a ser uma rotina produtiva para obtenção de titulação.

Na extensão da obra, o autor cita diversas situações com que se depara o investigador, especialmente o iniciante. Com relação à formulação do problema de pesquisa, não há um capítulo especialmente dedicado à questão (como ocorre com a maioria dos livros destinados à metodologia científica), entretanto ao longo do texto o autor coloca vários exemplos de problemas relacionados ao tema escolhido para ser investigado. À página 85, o autor expõe, sob a forma de diagrama, o exato lugar que o problema ocupa em sua orientação de pesquisa: é o ponto central do trabalho. Desta forma, este deve ser formulado o mais precisamente possível, deixando explícito exatamente o que o será pesquisado. Portanto, segundo Eco (2005) formular a questão problema não é fácil para os pesquisadores iniciantes e para aqueles que não têm segurança no campo que pretendem pesquisar. Esta etapa, por ser decisiva, deve ser feita com atenção pelo pesquisador, relacionando, inclusive o subproblema principal e o(s) problema(s) secundário(s) e as hipóteses que a ele (o problema central) se referem. Cumprida esta etapa, convém ao pesquisador iniciar o levantamento bibliográfico e, seguidamente, as demais fases do processo de pesquisa.

Além de um enorme número de manuais que existem para a orientação do pesquisador, há dicionários específicos de metodologia científica. Assim, nosso décimo quinto manual, por assim dizer, é na verdade um dicionário. Neste dicionário Fábio Appolinário (2004), encontram-se expressos os principais “verbetes” relativos à pesquisa assim como orientações técnicas com relação à organização de um trabalho científico.

Nesse dicionário, Appolinário (2004, p. 161) define como problema,

a questão a ser investigada numa *pesquisa*, colocada na forma interrogativa. O *problema* é uma especificação do *tema* de pesquisa, devendo ser circunscrito e bem definido. A definição do *problema* constitui-se numa etapa crucial para o desenvolvimento da *pesquisa*, e, dependendo de sua correta formulação e *análise*, decidirá que *tipo* e *delineamento de pesquisa* deverão ser adotados. Possui estreita relação com o tema e as *hipóteses* de pesquisa.

Além desta definição, o autor oferece, em seguida, dois exemplos para “clarear a questão”. Nestes exemplos são apresentados o tema, o problema e a hipótese, para que o pesquisador iniciante perceba a estreita relação que há entre estas etapas.

Considerações finais

A conclusão que tiramos da análise feita nos manuais que orientam a produção do conhecimento é que, a maioria, esses são extremamente técnicos e operacionais dentro dos parâmetros e do papel que lhes cabem. Embora alguns apresentem capítulos acerca do conhecimento (filosófico, científico, comum e técnico), tratam da formação do pensamento científico de forma alheia à criticidade que essa formação exige. Mantêm-se presos a questões técnico-metodológicas e, especialmente, a orientações sobre como se deve pesquisar a realidade (percebe-se com nitidez a influência de um ecletismo: positivismo, fenomenologia e hermenêutica).

Embora os manuais abordem que a pesquisa demonstra o referencial teórico do pesquisador, não fazem menção a que referencial teórico se referem. Percebe-se, nessa literatura, que a teoria é apresentada como uma forma de ilustração da realidade. E a importância maior é conferida ao método de pesquisa.

Nossa análise teve como foco os manuais destinados à orientação de trabalho científico em qualquer área de conhecimento bem como manuais específicos para a área das ciências humanas e sociais. As orientações são praticamente as mesmas, entretanto, nesses últimos encontramos, nos livros mais atuais, uma preocupação em definir os campos específicos e as peculiaridades da pesquisa no campo das ciências humanas. A fim de fazer uma sucinta comparação, analisamos exemplares de autores brasileiros e estrangeiros. A diferença entre eles é que os primeiros – praticamente todos – dedicam-se a uma escrita especialmente orientada à questão do problema de pesquisa; os últimos – nos exemplares mais recentes, pois os mais antigos têm a mesma linha dos manuais brasileiros – não utilizam a mesma estratégia e

falam do problema no corpo do texto, nas orientações com relação à organização do trabalho ou nas referências ao tema de pesquisa.

Ainda assim percebemos que quanto à formulação do problema de pesquisa, foco de nossa atenção, os manuais são muito objetivos: praticamente todos repetem a mesma frase – “toda pesquisa inicia-se com um problema que busque solução”. Encontramos até variações normativas, mas a frase é essencialmente a mesma. A maioria também se utiliza das expressões: ‘delimitação do problema’, ‘escolha do problema’, ‘seleção do problema’. Não só os exemplares com data anterior à década de 80 (período em que a pesquisa no Brasil passa por uma nova concepção com a introdução da fenomenologia e posteriormente do marxismo no campo da pesquisa) como exemplares mais recentes que datam do início deste século ainda adotam estas expressões, o que nos faz pensar que ainda na literatura especificamente dedicada à produção científica expressões marcadamente de orientação positivistas se fazem presentes. Fica parecendo ao leitor desavisado que já existe um conjunto de ‘problemas’ já reconhecidos como tal e que basta ao pesquisador fazer a ‘escolha’; neste caso teria que haver critérios, mas os manuais nada falam a este respeito. Não são raras as citações: uns autores citando os outros ao repetir a frase que traz em si essa expressão. Entretanto, não se percebe, com exceção de um autor, Triviños, a necessária relação que deve ter o problema de investigação e as bases epistemológicas que o sustentam. O conhecimento não se dá no vazio, diz Bachelard, portanto, formular um problema de pesquisa sem a preocupação epistemológica que subjaz a esta formulação é um exercício de indisciplina teórica que não levará a pesquisa a lugar algum. A não ser que se pretenda uma pesquisa baseada no senso comum, em relatos do cotidiano que serão insistentemente lidos nas defesas de trabalhos de conclusão de curso, seja de graduação ou de pós-graduação, sem vincular esses relatos a nenhuma base teórica, ou em caso mais grave, consideramos, usar a teoria para se tentar ler a prática.

Não se está, neste trabalho, exigindo do pesquisador, especialmente os da área da educação, que desconsiderem sua prática, seu cotidiano, mas que deem a este cotidiano uma leitura a partir de um referencial que possa

diferenciá-lo. Pois, o real não é o que está diante dos olhos, mas aquilo que se busca pela polêmica do que se vê.

Referências

ALEXANDRE, Mário J. de O. **A construção do trabalho científico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

APOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2004

BARROS, Aidil J. da S. e LEHFELD, Neide A. de S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis: Vozes, 1990.

BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico**. Tradução: Juvenal Hahne Júnior. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

_____. **Epistemologia**. Tradução: Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

_____. **O racionalismo aplicado**. Tradução: Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

_____. **A formação do espírito científico**. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **O mito do método**. Rio de Janeiro: Boletim carioca de Geografia, 1976, ano XXV, p. 61-101.

CONTANDRIOPOULOS, André-Pierre et. al. **Saber preparar uma pesquisa**. Tradução: Sílvia Ribeiro de Souza. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

CUNHA, Anneliese C. da et. al. **Guia de apresentação de dissertações, teses e monografias**. São Paulo: SBD-FMUSP, 2004.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

DEWEY, John. **Lógica: a teoria da investigação**. Traduções: Murilo Otávio R. P. Leme, Anísio S. Teixeira, Leônidas G. de Carvalho. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. Tradução: Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Tradução: Octanny S. da Mota e leônidas Hegenberg. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Revisão e adaptação: Lana Mara Siman. Artmed: Porto Alegre, 1999.

LEAL, Elisabeth Juchem Machado. **Um desafio pra o pesquisador**: a formulação do problema de pesquisa. Itajaí: Contrapontos. Ano 2. Nº 5, p. 227-235.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 1986.

RUMMEL, Francis J. **Introdução aos procedimentos de pesquisa em educação**. Tradução: Jurema Alcides Cunha. Porto Alegre: Globo, 1972.

SANTOS, Antonio R. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SANTOS, Izequias E. dos. **Textos selecionados de métodos e técnicas de pesquisa científica**. Rio de Janeiro: Ímpetus, 2003.

SELTIZ et. al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. Tradução: Dante Moreira Leite. São Paulo: Ed. USP, 1971.

SEVERINO, Antonio J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez:Autores Associados, 1991.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1987

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatório de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 1997.

**LINHA DE PESQUISA IV:
PSICOLOGIA, SUBJETIVAÇÃO, PSICOPATOLOGIA E
LINGUAGEM**

A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM DO AUTISTA

THE PSYCHOPEDAGOGICAL INTERVENTION IN THE TEACHING PROCESS LEARNING OF THE AUTISTA

LA INTERVENCIÓN PSICOPEDAGÓGICA EN EL PROCESO ENSEÑANZA APRENDIZAJE DEL AUTISTA

Luciano Dias de Sousa

Mestre em Cognição e Linguagem e Docente na UEMG.

Adriano Simioni Alvim

Bacharel em Psicologia pela Faculdade de Minas - FAMNAS/Muriaé e em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais FAFIE/UEMG. Especialista em Educação, Psicologia Clínica e Psicologia Hospitalar.

Karla Rocha Borges

Graduada em Direito pela Universidade Iguazu - Campus V - Itaperuna (2001), doutoranda em Ciências Jurídicas e Sociais pela UMSA - Universidad Del Museo Social Argentino, na cidade de Buenos Aires, na Argentina, em convênio com a Escola Superior de Justiça - ESJUS, Mestre em Direito Público: Políticas Públicas e Processo, pela Faculdade de Direito de Campos/RJ - FDC/UNIFLU.

Lucas Borcard Cancela

Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional pela Universidade Cândido Mendes. Com especialização em Tecnologias em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RJ (2011). Graduado em Ciência da Computação pela Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE (2005).

Vidigal de Andrade Vieira

Possui Mestrado em Psicologia Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); e, Doutorado em Ciência e Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública, da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ).

Resumo: O presente artigo tem o enfoque o estudo da atuação do psicopedagogo frente às crianças com TEA - Transtorno do Espectro Autista. Trata-se de um trabalho qualitativo, realizado por meio de leitura pertinente ao tema. Este estudo vem abordar como a atuação do psicopedagogo pode contribuir com o processo de ensino-aprendizagem dos educandos com Autismo através de uma adaptação curricular, mudança de atitude e dedicação através da docência.

Palavras-Chave: psicopedagogo; aprendizagem; autismo.

Abstract: This article focuses on the study of psychopedagogical behavior in children with ASD - Autistic Spectrum Disorder. This is a qualitative work, carried out through reading pertinent to the theme. This study addresses how the performance of the psycho-pedagogy can contribute to the teaching-

learning process of learners with autism through a curricular adaptation, change of attitude and dedication through teaching.

Keywords: psychopedagogues; learning; autism.

Resumen: El presente artículo tiene el enfoque del estudio de la actuación del psicopedagogo frente a los niños con TEA - Trastorno del Espectro Autista. Se trata de un trabajo cualitativo, realizado por medio de lectura pertinente al tema. Este estudio viene a abordar cómo la actuación del psicopedagogo puede contribuir con el proceso de enseñanza-aprendizaje de los educandos con Autismo a través de una adaptación curricular, cambio de actitud y dedicación a través de la docencia.

Palabras clave: psicopedagogo; aprendizaje; autismo.

Introdução

Segundo Batista e Enumo (2004), a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais, em destaque retratados os alunos autistas, tem sido um tema atual no meio da educação, muito vem se falando e pesquisando diante de tal. A inclusão escolar tem por objetivo inserir, sem distinção todos os educandos, com variados graus de comprometimento cognitivo e social. Para ser de fato um processo de inclusão, deve ser realizado em uma escola regular; onde o objetivo central da inclusão é diminuir ao máximo os preconceitos e evitar o isolamento social, que é característica marcante desse transtorno, pois esse processo permitirá que o educando adquira novas habilidades em meio a seus pares.

Segundo Mittler (2003), a inclusão tem por objetivo garantir a todas as crianças o direito de fazer parte de um grupo, de uma comunidade e de um sistema educacional que lhe ofereça oportunidades iguais as das demais crianças, aqui compreendidas como “normais”.

A escola tem um papel crucial no nível da educação, na elaboração de estratégias para que estes alunos autistas possam desenvolver capacidades de interagir e integrar com todas as crianças. O trabalho de interação, seus objetivos e metas e a modificação da ambiência devem ser feito juntas com trabalhos que envolvam novas aprendizagens, cuidados pessoais, vida social e lazer. Todo esse trabalho conjunto vai ajudar muito no desenvolvimento autista. Amy (2001), afirma a importância de uma educação que seja voltada para a percepção, imitação e motricidade, pois essas são ferramentas essenciais para a comunicação desses.

O trabalho com autista é de fundamental importância para seu desenvolvimento, mas não podemos negar também que não é um trabalho fácil de realizar, até mesmo porque existem níveis diferentes de autismo, cada um com suas especificações e peculiaridades. Nesse sentido, o presente trabalho busca realizar uma revisão bibliográfica com base em textos, artigos, trazendo ideias de autores que discutem o tema, e fazem referências ao autismo e ao processo de aprendizagem deste.

Autismo: conceitos e definições

O termo autismo vem do grego *autós*, que significa “de si mesmo” e foi empregado pela primeira vez pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler, em 1911, que buscava descrever a fuga da realidade e o retraimento interior dos pacientes acometidos de esquizofrenia.

Segundo Cunha (2015, p.20) “o autismo compreende a observação de um conjunto de comportamentos agrupados em uma tríade principal: comprometimentos na comunicação, dificuldades na interação social e atividades restrito-repetitivas.”

Para Lüdke (2011), foi o teórico Kanner que distinguiu dois quadros em relação ao autismo: Autismo da Infância Primitiva e Autismo grave, este último teria como características atraso no desenvolvimento da linguagem, repetições obsessivas de certas atividades por longo tempo, extremo isolamento social, dificuldade em estabelecer vínculos, presença de certas habilidades exercidas como mais destreza.

De acordo com Menezes (2012, p.39), várias nomenclaturas foram usadas para definir o autismo, entre elas, as mais comuns utilizadas pelo DSM IV são:

Autismo clássico: pessoas que apresentam a grande maioria ou a totalidade das áreas do desenvolvimento afetadas de forma significativa; Autismo de alto funcionamento: pessoas que apresentam as características do autismo, no entanto com capacidade de memorização notadamente acima da média [...]; Transtorno do espectro autista (TEA): termo utilizado para se referir a pessoas que apresentam diferentes variações de autismo, com um leque de gravidade no conjunto de sintomas [...]; Autismo infantil: crianças que apresentam inaptidão para estabelecer relações

normais com o outro, atraso na aquisição da linguagem sem valor comunicativo [...]; Transtornos invasivos do desenvolvimento: pessoas com autismo, e também transtornos desintegrativos, Síndrome de Rett e Síndrome de Asperger.

Ainda Menezes (2012), as manifestações do autismo podem ser agrupadas com base na tríade de características: Interação social, esta característica pode ser notada desde muito cedo, durante a amamentação, quando o contato ocular com a mãe-bebê é intenso, quando não se adaptam bem ao colo materno, mantendo-se rígidos ou flácidos, quando maiores raramente interagem ou brincam com outras crianças; Comunicação, a criança com autismo apresenta atraso ou falta de aquisição da linguagem; Comportamentos e imaginação, crianças portadores de autismo apresentam uma gama de comportamentos inadequados, apresentam apego e interesses à rotina e uniformidade de atividades cotidianas.

Embora essas sejam características marcantes do autismo, em cada indivíduo poderá se apresentar com intensidades diferentes. Sendo assim, em algumas crianças podem ser notadas desde o nascimento, já em outras, podem ser mais sutis e só se tornarem visíveis ao longo do desenvolvimento.

Como já visto, as características do autismo afetam a comunicação, interação e uso da imaginação. Com base nessa tríade Cunha (2015), destaca atitudes comportamentais que servem como grande instrumento de averiguação, e identificação:

Retrair-se e isolar-se das outras pessoas; Não manter contato visual; Resistir ao contato físico; Resistência ao aprendizado; Não demonstrar medo diante de perigos reais; Não atender quando chamada; Birras; Não aceitar mudanças de rotina; Usar as pessoas para pegar objetos; Hiperatividade física; Agitação desordenada; Calma excessiva; Apego e manuseio não apropriado de objetos; Movimentação circulares no corpo; Sensibilidade; Estereotípias; Ecolalias; Não manifestar interesse por brincadeiras (Idem, 2015, p.28).

Outra característica marcante das pessoas com autismo é o aspecto sensorial, que pode afetar um sentido os demais e, podem ser mais ou menos intensos em cada um. Esse é um fator muito importante, pois, às vezes a criança se encontra muito agitada, entra em crise e se desregula tudo devido ao distúrbio sensorial.

O TEA pode ser classificado como leve, moderado e severo, sendo assim cada indivíduo acometido pelo transtorno terá suas próprias características. Alguns podem encontrar dificuldades na escola, outros em simples atividades de vida diária, como por exemplo, se vestir; outros ainda podem levar uma vida “normal” enquanto outros irão precisar de apoio ao longo da vida.

O autismo é uma condição permanente. A criança que nasce autista vai ser um adulto com autismo, porém, cabe a nós, procurarmos uma forma de melhorar a condição dessas pessoas, ajudando-as a se tornarem os mais independentes possíveis como qualquer ser humano, cada pessoa com autismo é única e tem seu direito e capacidade de aprender. É um transtorno do desenvolvimento que se manifesta antes dos três anos de idade e, é mais comum em meninos do que em meninas e não necessariamente é acompanhado de comorbidades.

Os princípios de diagnósticos mais utilizados para classificação do autismo encontram-se no Manual de Diagnóstico e de Estatística de Doenças Mentais da Academia Americana de Psiquiatria (DSM – IV), e a Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde, CID-10. É importante ressaltar que o diagnóstico deve ser realizado por um profissional especializado, um médico neuropediatra ou um psiquiatra especializado, que precisam ter conhecimento suficiente para reconhecer e diagnosticar o transtorno e fazer a intervenção adequada e o encaminhamento correto.

Em suma, os autistas são seres únicos, com identidade própria, com manifestações variadas e que devem ser vistos com um olhar diferenciado, considerando de suma importância para seu desenvolvimento a inclusão no espaço educacional, para que possam vivenciar diferenciadas experiências que colaborarão no seu desenvolvimento.

Síndrome de Asperger

A Síndrome de Asperger (SA) é um transtorno ainda em estudo, pois o mesmo apresenta características que podem ser confundidas com o autismo clássico ou até mesmo com outro tipo de deficiência ou transtorno. A SA é também conhecida como desordem de Asperger, uma síndrome de espectro

autista, diferenciado do autismo por não comportar nenhum atraso ou retardo global no desenvolvimento cognitivo ou da linguagem do indivíduo. A validade do diagnóstico de SA como condição distinta do autismo é incerta, tendo sido proposta a sua eliminação do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), sendo fundida com o autismo.

A SA é mais comumente apresentada no sexo masculino do que no feminino. Quando adultos muitos podem viver de forma comum como qualquer outra pessoa que não possui a síndrome. Há indivíduos com Asperger que se tornaram professores universitários, como Vernon Smith, “Prêmio Nobel de Economia” em 2002.

O termo Síndrome de Asperger foi primeiramente utilizado por Lorna Wing em 1981, num jornal médico que pretendia desta forma homenagear Hans Asperger, um psiquiatra e pediatra austríaco, cujo trabalho não foi reconhecido internacionalmente até a década de 1990. No entanto, a síndrome foi reconhecida pela primeira vez no DSM, na sua quarta revisão, em 1994 (DSM-IV). Segundo o CID-10:

A síndrome de Asperger é um transtorno de validade nosológica incerta, caracterizado por uma alteração qualitativa das interações sociais recíprocas, semelhante à observada no autismo com um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Ele se diferencia do autismo essencialmente pelo fato de que não se acompanha de retardo ou deficiência de linguagem ou do desenvolvimento cognitivo. Os sujeitos que apresentam este transtorno são em geral muito desajeitados. As anomalias persistem frequentemente na adolescência e idade adulta. O transtorno se acompanha por vezes de episódios psicóticos no início da idade adulta. Este transtorno também é conhecido como psicopatia autística ou transtorno esquizóide da infância (2000, p. 369).

Apesar do transtorno ou síndrome ter algumas diferenças em relação ao autismo, seus sintomas por vezes, se assemelham a este, pois um dos principais é a dificuldade de interação social, busca pelo isolamento e olhar “perdido”. Além destes, pode-se observar a presente falta de empatia, interpretação muito literal da linguagem, dificuldade com mudanças, perseverança em comportamentos estereotipados. No entanto, isso pode ser conciliado com desenvolvimento cognitivo normal ou acima da média.

Em meio aos grandes nomes e personalidades da História que possuíam fortes traços da síndrome de Asperger, pode-se citar Isaac Newton e

Albert Einstein, o compositor Mozart, os filósofos Sócrates e Wittgentein, o naturalista Charles Drwin, o pintor renascentista Michelangelo, os cientistas Stanley Kubrick e Andy Warhol e o xadrezista Bobby Fischer.

O diagnóstico da SA é complexo em virtude de que mesmo através do uso de vários instrumentos de avaliação ainda não há um exame clínico que o detecte. Os critérios de diagnóstico podem ser avaliados sob o CID-10 ou através dos estudos e critérios apontados por Peter Szatmari e Critério de Descoberta de Attwood e Gray.

Entretanto, há ainda controvérsia de SA ser um transtorno distinto ou se é equivalente ao autismo de alta funcionalidade, ou mesmo a outras condições.

A partir desse panorama, em 2010, a American Psychiatric Association divulgou a proposta para o DSM-V, onde a síndrome de Asperger desaparece como diagnóstico distinto, passando a estar incluída no autismo.

Estes fatores tornam, portanto, o diagnóstico mais difícil, pois suas características em muito se assemelham com as do autismo, o que poderia contribuir para o risco de facilitar os falsos laudos em termo dessa síndrome.

Psicopedagogia e suas finalidades

A Psicopedagogia tem como finalidade se ocupar da aprendizagem humana, cabe ao profissional identificar e tratar as dificuldades na aprendizagem, proporcionando e oferecendo recursos diferenciados para que o sujeito alcance a aprendizagem.

De acordo com Visca,

A psicopedagogia nasceu como uma ocupação empírica pela necessidade de atender as crianças com dificuldades na aprendizagem, cujas causas eram estudadas pela medicina e pela psicologia. Com o decorrer do tempo o que inicialmente foi uma ação subsidiária destas disciplinas, perfilou-se como um conhecimento independente e complementar, possuidor de um objeto de estudo (o processo de aprendizagem) e de recursos diagnósticos, corretores e preventivos próprios (1987, p. 33).

Para Santos (2009), a Psicopedagogia possui caráter interdisciplinar, seu objeto de estudo deve ser entendido a partir de dois enfoques: preventivo e terapêutico, onde o primeiro considera como objeto o ser humano em

desenvolvimento, seus processos de desenvolvimento e as alterações de tais processos. O enfoque terapêutico considera o objeto a identificação, análise, elaboração de uma metodologia de diagnóstico e tratamento das dificuldades de aprendizagem.

O psicopedagogo pode atuar tanto em área clínica como institucional. Segundo o Código de Ética do Psicopedagogo, está expresso no artigo 1º:

A psicopedagogia é um campo de atuação em Saúde e Educação que se ocupa do processo de aprendizagem considerando o sujeito, a família, a escola, a sociedade e o contexto sócio histórico, utilizando procedimentos próprios, fundamentados em diferentes referenciais teóricos.

Artigo 2º

A psicopedagogia é de natureza inter e transdisciplinar, utiliza métodos, instrumentos e recursos próprios para compreensão do processo de aprendizagem, cabíveis na intervenção (BRASIL, 2011, s/p).

Nesse sentido, cabe ao psicopedagogo identificar e tratar as dificuldades da aprendizagem proporcionando recursos, organizando projetos de prevenção, auxílio, criando estratégias para que se alcance a construção da aprendizagem. Tem ainda como papel trabalhar com todos os envolvidos no processo de aprendizagem, pais, professores, alunos, escola, atuando juntamente como uma equipe multidisciplinar, para que cada profissional em sua abordagem pesquise as informações necessárias para solucionar o problema.

A atividade psicopedagógica tem como objetivos: a) promover a aprendizagem, contribuindo para os processos de inclusão escolar e social; b) compreender e propor ações frente às dificuldades de aprendizagem; c) realizar pesquisas científicas no campo da psicopedagogia; d) mediar conflitos relacionados aos processos de aprendizagem (BRASIL, 2011, s/p).

A intervenção psicopedagógica é de suma importância, pois visará em sua avaliação profissional perceber quais são os estímulos que melhor se adaptam ao educando, estas serão suas ferramentas para desempenhar reforços que contribuam para sanar os pontos de insucesso.

O psicopedagogo deve sempre estar ciente de que cada educando é diferente do outro, então, para cada um terá um olhar diferenciado, observando as necessidades daquele sujeito, observando também as possibilidades que o

educando lhe oferece. É preciso que sejam escolhidos os meios eficazes para tornar o currículo escolar coerente com as necessidades do mesmo.

Outro fator que deve ser observado, é que a psicopedagogia não trabalha sozinha, se faz necessário um trabalho de uma equipe de profissionais, que não fiquem focados somente nas dificuldades, mas sim, que procurem focar possíveis soluções e caminhos. A Psicopedagogia busca revelar os desejos, os afetos, os interesses que ainda estão ocultos na educação do aluno, procurando formas de proporcionar possibilidades educativas, pois, o educando autista é um aprendiz que elabora ideias, ordena ações, faz sincronização entre o funcionalismo psíquico e a capacidade motora, mesmo que num tempo diferente dos demais.

Rubinstein (2009), confirma essa fala dizendo:

O psicopedagogo é visto como, um detetive que busca pistas, procurando selecioná-las, pois algumas podem ser falsas, outras irrelevantes, mas a sua meta é fundamentalmente investigar todo o processo de aprendizagem levando em consideração a totalidade dos fatores nele envolvidos, para, valendo-se desta investigação, entender a constituição da dificuldade de aprendizagem (p.128).

A psicopedagogia busca pautar seu trabalho apresentando a questão da aprendizagem vista sob o olhar do indivíduo que aprende de maneira peculiar, e que de forma subjetiva constrói o conhecimento.

A atuação do psicopedagogo com uma criança autista

O papel do psicopedagogo diante de um quadro de inclusão escolar é de suma importância; pois será ele o intermediário de facilidades e possibilidades de aprendizagens. Ao se pensar na educação de crianças com TEA é preciso ter conhecimentos prévios sobre o transtorno e sobre o padrão normal das demais crianças. Requer a primazia da observação para atingir o verdadeiro caminho do saber, selecionar estímulos que tornem receptiva a prática usada, saber enriquecer o aprendizado, abordar as características da ação psicopedagógica.

Em toda intervenção é necessária a consciência das possibilidades educacionais da criança com TEA, sabendo nortear um currículo eficaz e de

acordo com suas peculiaridades, pois o aluno autista é um aprendiz que a sua maneira elabora suas ideias, ordena suas ações, sincroniza o funcionamento psíquico e a capacidade motora.

Cunha (2015) abordou quatro critérios de mediação psicopedagógica para ser aplicada em crianças com TEA. A intencionalidade, reciprocidade, significado e transcendência. A intencionalidade, se refere ao modo de interação entre mediador e mediado, para que ambos aprendam moldar e interpretar estímulos. Reciprocidade, diz respeito à troca, é um caminho que torna visível o retorno do aprendente ao processo de aprendizagem, é importante o mediador nesse processo procurar recompensar as respostas positivas, pois assim o aprendente percebe que está no caminho certo. Significado, o mediador deve dar significado as ações, o mediado precisa compreender a função, a utilidade de tal ato, de tal objetivo. Transcendência, esta por objetivo promover a aquisição de estratégias que podem servir para diversas situações.

O papel do psicopedagogo vem de ser o auxiliador com um olhar sistêmico, para tentar enxergar ao máximo sua capacidade cognitiva de aprendizado e tornar o currículo funcional para que seja desenvolvida a autonomia do aluno com TEA.

Através do psicopedagogo se fará a eliminação de barreiras e criação de estratégias que muitas vezes são simples, mas que fazem parte da estratégia de ensino utilizada pelo professor regente e que irá possibilitar um currículo que atenda esse aluno.

O trabalho da psicopedagogia não consiste em aplicar somente teorias, em se fazer aprender as teorias, mas sim possibilitar novas formas de aprender, observando o educando, buscando meios pra que se compreenda. A psicopedagogia não se prende nas dificuldades desse educando, mas sim, em estar procurando alternativas de ensinar sobrepondo as dificuldades de aprendizagens apresentadas pelo mesmo.

Para Cunha (2015), o trabalho deve acontecer através da observação, primeiro passo para se atingir os pontos posteriores. A observação permite “selecionar os estímulos que tornam o aprendente mais receptível às práticas pedagógicas. O que o aluno ama o que lhe interessa, seus sonhos e desejos

são baldrames da atuação psicopedagógica. A sua interioridade deve ser priorizada [...]” (Idem, 2015, p 19).

A observação possibilita conhecer os gostos, as preferências, os desejos, e a partir desses detalhes deve ser criada uma linha de trabalho, que também venha acompanhada de afeto e estímulos, para que a aprendizagem floresça a partir do interior do educando, pois, quanto maior for o número de estímulos, maiores e melhores serão as oportunidades de evolução do aprendiz.

Atuar como psicopedagogo, atendendo de maneira efetiva todos os alunos não é uma tarefa fácil, principalmente quando se trata em trabalhar com crianças portadoras de necessidades especiais, especificamente os autistas. O ato de ensinar exige uma série de habilidades e competências do educador, para que este consiga articular fatores individuais, sociais, internos, individuais, externos que influenciam o tempo todo o aluno.

Assim, para que o autista possa ser favorecido pelas práticas pedagógicas é preciso que o profissional esteja preparado para lidar com essa nova clientela, tendo consciência de sua deficiência, mas também de suas habilidades, para que assim possa através de um bom planejamento e de uma boa elaboração de um Projeto Político Pedagógico.

As práticas pedagógicas utilizadas em sala de aula são desenvolvidas pelos professores e por uma equipe pedagógica que organizem suas práticas relacionando-as com as concepções sobre criança, infância e educação. Essas práticas, entretanto, são reguladas pela escola e por toda a sua estrutura pedagógica.

A educação inclusiva exige a adoção de práticas diferenciadas, não sendo concebidas práticas que se pautem pela homogeneidade e que considerem uma única forma de aprender. Deve-se ainda no processo educacional que as práticas pedagógicas não se limitem apenas a concepção da patologia, mas se volte para o indivíduo, deve se apoiar nas necessidades desses alunos.

Ainda Cunha (2015), uma criança considerada normal aprende por brincadeiras, cria vínculos, adquire habilidades motoras e cognitivas, entretanto para uma criança autista, não é tão simples assim, pois há uma relação

diferente entre o cérebro, os sentidos e as informações, o que acaba por nem sempre gerar conhecimento.

A criança autista não deve simplesmente ser inserida em sala de aula e esperar que seu desenvolvimento aconteça. É importante que ela tenha a oportunidade de manusear os objetos, de conhecer para que servem. Dessa forma, as práticas pedagógicas devem estar voltadas para atividades que causem fascínio no autista, para que assim ele consiga desenvolver suas habilidades de maneira real.

Segundo Bastos (2005, *apud* RIVIERI, 1997, p. 128) o atendimento psicopedagógico deve considerar os seguintes aspectos:

Promover o bem-estar emocional da pessoa autista, diminuindo suas experiências negativas de medo, ansiedade, frustração, incrementando possibilidades de emoções positivas de serenidade, alegria e auto-estima. • Promover a autonomia pessoal e as competências de auto-cuidado, diminuindo assim sua dependência de outras pessoas. • Aumentar suas possibilidades de comunicação, autoconsciência e controle do próprio comportamento. • Desenvolver habilidades cognitivas e de atenção, que permitam uma relação mais rica com o seu meio ambiente. • Aumentar a liberdade, espontaneidade e flexibilidade de suas ações, assim que estiver preparado. • Aumentar sua capacidade de assimilar e compreender as interações com outras pessoas, assim como sua capacidade de interpretar as intenções dos demais. • Desenvolver técnicas de aprendizagem, baseadas na imitação, aprendizagem de observação. • Diminuir aquelas condutas que trazem sofrimento para o próprio sujeito e para os que o rodeiam como as auto-agressões, ações destrutivas. • Desenvolver suas competências comunicativas.

Assim, as práticas pedagógicas com crianças autistas devem estar voltadas para maneiras diferenciadas, é preciso que sejam selecionadas atividades e métodos visuais concretos, pois o visual para o autista é essencial, sendo facilitador no processo de aprendizagem.

O trabalho psicopedagógico deve ser visto como uma ferramenta para ajudar na organização e estrutura cognitiva e comportamental dos indivíduos, sendo necessário intervenções específicas para melhor atender as crianças autistas. Dentre essas intervenções destacam-se dois métodos o ABA e o TEACH.

Segundo Tramuja (2010), a ABA (Applied Behavior analysis – Análise do Comportamento aplicada), de acordo com o manual de treinamento ABA, é um termo advindo do campo científico do Behaviorismo, que tem como objetivo

avaliar, analisar, observar e explicar a associação entre o ambiente e o comportamento humano e a aprendizagem. Esse método pode ser utilizado para ensinar crianças com autismo, sendo usado com base em instruções intensivas e estruturadas, podendo ser utilizado em crianças pequenas.

Para Tramuja, os elementos que compõem o currículo de um programa de ABA são:

- a) Programa de Linguagem Receptiva • Aponta para objetos quando solicitado • Segue instruções de um passo • Aponta para partes do corpo
- b) Programa Habilidades de Imitação • Imita ações motoras amplas • Imita ações motoras finas • Imita ações com objetos
- c) Programa Habilidades de Cuidados Pessoais • Tira as roupas • Usa colher e garfo • Usa o toalete (2010, p. 35-36).

O TEACCH – tratamento e educação para autistas e crianças com déficits relacionados a comunicação - remonta ao início da década de 1960, montado por um grupo no Departamento de Psiquiatria da Universidade de Carolina do Norte com o intuito de atender crianças autistas, esse grupo atuava a partir de uma visão psicanalítica (Idem, 2010).

O TEACCH tem como objetivo

apoiar o portador de autismo em seu desenvolvimento para ajudá-lo a conseguir chegar a idade adulta com o máximo de autonomia possível. Isto inclui ajudá-lo a compreender o mundo que o cerca através da aquisição de habilidades de comunicação que lhe permitam relacionar-se com outras pessoas, oferecendo-lhes, até onde for possível, condições de escolher de acordo com suas próprias necessidades (Ibidem, 2010, p. 41).

Sua meta é o desenvolvimento da comunicação e da independência e sua proposta é analisar e eliminar as causas dos problemas de comportamento. É um instrumento de apoio para ensinar o que vem antes, o que acontece depois, possibilitando o planejamento de ações e seu encadeamento em uma sequência de trabalhos.

Contudo, os instrumentos podem colaborar com o trabalho do psicopedagogo, levando-o a realizar intervenções ativas e positivas no contexto da educação inclusiva de crianças autistas no ensino regular.

Considerações finais

O projeto de inclusão surge como uma forma de transformar a realidade de exclusão até então vivenciada por muitos indivíduos na sociedade. Surge com o intuito de desfazer paradigmas, de criar novos olhares, novos saberes sobre o diferente. A inclusão é um direito de todo o cidadão e deve ocorrer em todos os âmbitos sociais, mas, para que isso se torne efetivo é necessário toda uma reestruturação da sociedade e que sejam fornecidas condições necessárias para a participação plena de seus integrantes.

Quando se pensa em uma escola inclusiva que atenda plenamente alunos com comprometimentos autísticos, pode-se considerar que esta necessita de adaptações curriculares de acessibilidade e adaptações pedagógicas referentes à eliminação de barreiras físicas e metodológicas, porque o universo do autista é totalmente complexo e cheio de singularidades. O psicopedagogo tem papel fundamental, pois irá proporcionar as condições físicas, materiais e de comunicação, como também o apoio ao professor regente e a equipe escolar.

O universo autista é complexo, mas atender e planejar uma ação adaptativa para o autista requer do psicopedagogo não apenas preencher uma lacuna na tentativa de compreender este universo, mas sim, criar pontes para que pessoas com transtorno do espectro autista o seja reconhecida como indivíduo especial, mas como cidadão que assim somos todos nós temos nossas singularidades e complexidades e que merecem se respeitadas.

Faz-se necessário que o psicopedagogo aprenda a se relacionar com a realidade do mundo autístico, pois, nessa relação quem aprende primeiro é o professor e quem vai ensinar é o aluno.

Sempre devemos lembrar que aprendemos melhor quando amamos, condição fundamental para a superação das dificuldades de aprendizagem, pois, é através do afeto que somos capazes de chegar em lugares impenetráveis de conteúdos puramente acadêmicos. Enfim, sempre quando procurarmos atender aos interesses do aluno e seus desejos, e nos comunicamos com afetividade, tudo na educação pode ser edificada e os sonhos se aproximam da realidade desejada.

Referências

American Psychiatric Association (APA). **“Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders”** (DSM-IV, 4th ed., Washington, DC, 1994.

AMY, Marie Dominique. **Enfrentando o autismo: a criança, seus pais e a relação terapêutica**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

BASTOS, A.M.B.P. A psicopedagogia aplicada aos portadores de T.I.D. IN: CAMARGO JR, Walter. (coord.). **Transtornos invasivos do desenvolvimento**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005, p. 127-131.

BATISTA, Marcus Welby e ENUMO, Sônia Regina Fiorim Enumo. **Inclusão escolar e deficiência mental: análise da interação social entre companheiros**. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em 20 jan 2018.

BRASIL. **Código de ética da psicopedagogia**. 2011.

CLASSIFICAÇÃO de Transtornos mentais e de Comportamento da CID-10: **Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas**. Porto Alegre: Artmed, 1993.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

LÜDKE, Jacqueline Prates Rocha. **Autismo e Inclusão na educação infantil: um estudo sobre as crenças dos educadores**. Monografia apresentada para obtenção do grau de especialista em Psicologia Escolar Educacional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

MENEZES, Adriana Rodrigues Saldanha de. **Inclusão Escolar de alunos com autismo: quem ensina e quem aprende**. Dissertação de mestrado apresentado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

MITTLER, Peter. Da exclusão à inclusão. In: _____. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Tradução de Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

RUBINSTEIN, Edith. **A Especificidade do Diagnóstico Psicopedagógico**. In: SISTO, Fermino Fernandes et al. **Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar**. 12 edição. Editora Vozes, 2009, p.127-139.

SANTOS, Denise Morais. **Como a psicopedagogia pode contribuir no tratamento das crianças autistas**. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2009.

TRAMUJAS, Joseli Quintana. **A psicopedagogia e a aprendizagem nos transtornos de espectro autista**. Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2010.

VISCA, Jorge. **Clínica psicopedagógica: epistemologia convergente**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

NEUROPSICOLOGIA E REABILITAÇÃO COGNITIVA EM PACIENTES ACOMETIDOS DE ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO

NEUROPSYCHOLOGY AND COGNITIVE REHABILITATION IN ENHANCED VASCULAR ACCIDENT PATIENTS

NEUROPSICOLOGÍA Y REHABILITACIÓN COGNITIVA EN PACIENTES ACOMETIDOS DE ACCIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO

Mariana Fernandes Ramos dos Santos

Possui graduação em Psicologia. Licenciatura em Psicologia. Bacharel em Psicologia. Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental. Pós Graduada em Psiquiatria com ênfase em Saúde Mental. Pós graduada em Saúde Mental. Neuropsicóloga. Pós graduada em Psicomotricidade, Psicopedagogia e Ludoterapia. Especialista em Reabilitação Neuropsicológica. Mestrado em Psicologia pela UCP.

Resumo: O AVE acomete o sistema nervoso, causado por obstrução ou rompimento de vasos sanguíneos cerebrais, causando déficit neuropsicológicos, seja definitivo ou transitório. A Neuropsicologia tem como objeto de estudo a relação entre as funções do sistema nervoso e o comportamento, buscando descobrir a fisiopatologia do transtorno e a traçar intervenção na intenção de recuperar funções utilizando estratégias terapêuticas reabilitativas. A reabilitação cognitiva visa estimular e/ou recuperar, as capacidades funcionais e cognitivas do paciente cérebro-lesado, visando maximizar qualidade de vida. O artigo tem como objetivo centrar neste processo, no papel do psicólogo, compreendendo a importância de atividades que estimulem aspectos cognitivos, apontando exercícios de reabilitação e discutindo o papel do psicólogo através de artigos que abordam o tema. Conclui-se que para além das atividades de estimulação cognitiva, o profissional pode fazer uso de ferramentas que trabalhem a motivação, o desenvolvimento pessoal visando trabalhar o paciente como um todo.

Palavras-chave: Psicologia hospitalar. Cognição. Reabilitação. Neurociência.

Abstract: The AVE affects the nervous system, caused by obstruction or rupture of cerebral blood vessels, causing neuropsychological deficits, either definitive or transitory. Neuropsychology aims to study the relationship between nervous system functions and behavior, seeking to discover the pathophysiology of the disorder and tracing intervention in the intention to recover functions using rehabilitative therapeutic strategies. Cognitive rehabilitation aims to stimulate and / or recover, the capacities functional and cognitive aspects of the brain-injured patient, aiming to maximize quality of life. The article aims to focus on this process, in the role of the psychologist, understanding the importance of activities that stimulate cognitive aspects, pointing out rehabilitation exercises and discussing the role of the psychologist through articles that approach the theme. It is concluded that in addition to the

activities of cognitive stimulation, the professional can make use of tools that work motivation, personal development aimed at working the patient as a whole.

Keywords: Hospital psychology. Cognition. Rehabilitation. Neuroscience.

Resumen: El AVE acomete el sistema nervioso, causado por obstrucción o rompimiento de vasos sanguíneos cerebrales, causando déficit neuropsicológicos, sea definitivo o transitorio. La Neuropsicología tiene como objeto de estudio la relación entre las funciones del sistema nervioso y el comportamiento, buscando descubrir la fisiopatología del trastorno y trazar intervención en la intención de recuperar funciones utilizando estrategias terapéuticas rehabilitadoras. La rehabilitación cognitiva busca estimular y / o recuperar, las capacidades funcionales y cognitivas del paciente cerebro-lesionado, buscando maximizar calidad de vida. El artículo tiene como objetivo centrarse en este proceso, en el papel del psicólogo, comprendiendo la importancia de actividades que estimulen aspectos cognitivos, apuntando ejercicios de rehabilitación y discutiendo el papel del psicólogo a través de artículos que abordan el tema. Se concluye que además de las actividades de estimulación cognitiva, el profesional puede hacer uso de herramientas que trabajen la motivación, el desarrollo personal para trabajar al paciente como un todo.

Palabras clave: Psicología hospitalaria. Cognición. Rehabilitación. Neurociencia.

Introdução

A escolha do presente tema se deu a partir da atuação dos autores em um estágio acadêmico obrigatório em um hospital de referência e de grande porte na cidade de Itaperuna – RJ, no ano de 2015. Ao trabalhar no Centro de Terapia Intensiva, no contato com pacientes que sofreram diversas fatalidades incluindo o Acidente Vascular Cerebral, surgiu a necessidade de um aprofundamento em assuntos referentes à reabilitação de pacientes cérebro-lesados.

O artigo tem como tema a neuropsicologia e a reabilitação cognitiva em pacientes acometidos por acidente vascular cerebral, pois considerando que o AVE é uma das principais causas de mortes, no Brasil e no mundo, o número de pessoas que carregam sequelas é expressivo. Compreende-se que as sequelas, podem ser físicas (dificuldade para andar, paralisia de um lado do corpo etc) e/ou cognitivas (dificuldade de memória, atenção, linguagem). A

reabilitação cognitiva é o processo que visa estimular e/ou recuperar as capacidades funcionais e cognitivas do paciente acometido.

O termo adequado é Acidente Vascular Encefálico (AVE), que engloba cérebro, cerebelo ou tronco encefálico, pois a lesão pode acometer qualquer uma dessas regiões não sendo restritas ao cérebro. Entretanto é mais conhecido como AVC, Acidente Vascular Cerebral. Ele acontece quando há um derramamento ou rompimento de vasos sanguíneos cerebrais. O AVC pode ser classificado de duas maneiras: AVC isquêmico, quando há um entupimento nos vasos e conseqüentemente a falta de oxigênio no cérebro; AVC hemorrágico que é consequência de um rompimento de um vaso sanguíneo, causando um derramamento de sangue (hemorragia) no cérebro. Seu tipo de gravidade e de eficácia na reabilitação vai depender do tamanho da área lesionada/local da lesão e da idade do paciente.

Neste artigo, busca-se compreender como a reabilitação neuropsicológica atua em pacientes acometidos por acidente vascular cerebral; qual a importância deste processo; como funciona e quais os treinos que podem ser utilizadas para esta recuperação.

O AVC é uma doença que acomete grande parte da população, necessitando de intervenções específicas. O projeto se faz necessário, pois aborda uma intervenção no que se refere à reabilitação de pacientes cérebro-lesados, em que é fundamental a atuação do psicólogo dentro deste processo, sobretudo com a Neuropsicologia, bem como intervenções que trabalhem danos cerebrais após o ocorrido.

Este artigo realiza-se através de pesquisas bibliográficas e sistemáticas de artigos e livros acadêmicos sobre a Neuropsicologia e a reabilitação cognitiva de pacientes acometidos por acidente vascular cerebral. Alguns dos teóricos utilizados foram, Miotto (2015), Santos(2014), Abrisquete(2006), Pontes(2008) entre outros. Também foram utilizados artigos de bancos de dados virtuais, como *Scielo* e *Pepsic* para maior coleta de informações para a construção deste artigo.

1 Neuropsicologia

1.1 História / Definição

A história do desenvolvimento da Neuropsicologia, de acordo Cosenza, Fuentes e Malloy-Diniz (2008), acompanha a história da evolução do estudo do cérebro. Ambos partem da busca pelo entendimento da relação entre o organismo e o processo mental, no qual tenta compreender como o sistema nervoso atua com nossas funções comportamentais, motivacionais, cognitivas e emocionais. Os autores ainda falam que a neuropsicologia é um campo do conhecimento que busca estabelecer as relações entre o funcionamento do Sistema Nervoso Central (SNC) e as funções cognitivas e o comportamento; tanto nas condições normais quanto nas patológicas. Com natureza multidisciplinar, a neuropsicologia apoia-se em fundamentos das neurociências e da Psicologia, e tem por objetivo o tratamento dos distúrbios cognitivos e comportamentais decorrentes de alterações no funcionamento do SNC.

Segundo Luria (1992), o desenvolvimento da Neuropsicologia se deu principalmente pelos estudos em pacientes com cérebros lesados. Após as duas grandes guerras mundiais é que a neurociência obteve seu avanço científico através de estudos em soldados mutilados.

Com o intuito de relacionar a Psicologia Cognitiva com as neurociências, a neuropsicologia tem como objetivo de estudo a relação entre as funções do sistema nervoso e o comportamento humano. Podemos observar que também foi apontado por Grieve (2003 p.3): “a neuropsicologia nasceu da combinação entre neurologia e Psicologia, no estudo conjunto dos efeitos da lesão cerebral sobre o comportamento”.

Lent (2010) brinda com a seguinte afirmação acerca dos propósitos da neurociência: “A revelação dos mecanismos neurais da mente humana permitirá sonhar com a cura de doenças incapacitantes -nerológicas e psiquiátricas -que afligem tantos seres humanos”.

A Neurociência é uma das disciplinas mais ricas e inovadoras da ciência moderna. Prepara-se para revelar um dos mistérios mais complexos da natureza: de que modo uma espécie peculiar de animais pôde se tornar capaz de pensar, planejar o futuro, guardar registro do passado remoto, e intervir no meio ambiente com tanta intensidade (para o bem ou para o mal...) como o faz a espécie humana. [...] E também ampliar a um nível imprevisível as capacidades sensoriais e informacionais

da humanidade, pela invenção de máquinas e dispositivos inteligentes, capazes de realizar as nossas sofisticadas funções mentais, e substituir-nos quando for necessário (LENT, 2010).

Segundo Lezak (1995), a neuropsicologia tinha como função avaliar o comprometimento neurológico pelo viés do comportamento. De forma mais específica, pode-se entender a neuropsicologia como a neurociência que busca a análise dos distúrbios de comportamento que cometem alterações das atividades cerebrais normais, originados por modificações experimentais, doenças ou lesões. Os principais quadros neurológicos relacionados aos comprometimentos destacados englobam: síndromes genéticas, danos isquêmicos do tipo AVC (acidente vascular cerebral), tumores cerebrais, epilepsias, sequelas resultantes da utilização de neurotóxicos e traumatismo craniano.

Riechi (1996) destaca o surgimento da Neuropsicologia como uma revolução científica:

O surgimento recente da Neuropsicologia como forma de visão do homem constitui uma revolução científica, principalmente por adotar uma visão nova para uma problemática velha, por expandir os sistemas de problemas, por obter êxito onde enfoques alternativos fracassam e por promover fusão de disciplinas anteriormente separadas (RIECHI, 1996, p.80).

Afirma Luria (1981, p.4): “um ramo novo da ciência cujo objetivo específico e peculiar é a investigação do papel de sistemas cerebrais individuais em formas complexas de atividade mental.”

1.2 Caso Gage

O caso Gage foi, e continua sendo, algo que intriga a maioria dos neurocientistas do mundo. Segundo Damásio (1996), Phineas P. Gage, jovem de 25 anos, trabalhava para a Estrada de Ferro Rutland & Burlington. Assim como as funções dos outros homens que trabalhavam com ele, sua função era assentar os trilhos da estrada férrea. Em uma tarde de setembro e o terreno instável e repleto de rochas. O autor ainda fala que Gage preparava para a explosão de uma das grandes rochas que estavam pelo caminho, acrescenta

pólvora e por distração, antes de seu auxiliar acrescentar areia, ele começa a calcar a pólvora com uma vara de ferro. Num átimo, provoca uma faísca e a grande explosão acontece. A barra de ferro com que calcava a pólvora é lançada na direção de Gage. Entrou pela bochecha esquerda, destruiu o olho, atravessou a região frontal do cérebro, e saiu pelo topo do crânio, pelo lado oposto. Imediatamente Gage desmaiou e começou a ter convulsões.

De acordo com Sabbatini (1997), Gage não morreu, ele recobrou a consciência momentos depois, sendo levado ao médico local, Jonh Harlow que o socorreu. Mediante o quadro apresentado Gage podia se comunicar e podia caminhar. Ele perdeu muito sangue, mas depois de alguns quadros de infecção, ele não só sobreviveu ao horrível acidente, como também se recuperou bem, fisicamente.

Phineas Gage será dado como são em menos de dois meses. No entanto, esses resultados espantosos passam para segundo plano quando são comparados com a extraordinária modificação que a personalidade de Gage está prestes a sofrer. Sua disposição, seus gostos e aversões, seus sonhos e aspirações, tudo isso se irá modificar. O corpo de Gage pode estar vivo e são, mas tem um novo espírito a animá-lo (DAMÁSIO, 1996).

Sabbatini (1997) coloca que Phineas Gage se tornou um grandioso caso para os estudos em neurologia. A região do cérebro em que perdeu, os lobos frontais, passa a ser associada às funções mentais e emocionais que, nele, ficaram alteradas. Sendo o caso que deu luz a transformação do comportamento a partir de alterações neurológicas, exatamente o objeto de estudo da Neuropsicologia.

Porém, pouco tempo depois Phineas começou a ter mudanças surpreendentes na personalidade e no humor. Ele tornou-se extravagante e anti-social, praguejador e mentiroso, com péssimas maneiras, e já não conseguia manter-se em um trabalho por muito tempo ou planejar o futuro. "*Gage já não era Gage*", disseram seus amigos. Ele morreu em 1861, treze anos depois do acidente, sem dinheiro e epilético, sem que uma autópsia fosse realizada em seu cérebro (SABBATINI, 1997).

1.3 Corrente Filosófica Dualista x Corrente Filosófica Monista

No contexto da Neuropsicologia, destacam-se paradigmas, entre eles, enfatiza-se duas linhas de pensamento acerca da relação mente e cérebro: a corrente Monista e a corrente Dualista.

No período clássico da história Antiga tivemos duas doutrinas com relação à localização da mente: a hipocrática (de Hipócrates, considerado pai da medicina) que localizava a mente no cérebro e que se mostrou ser a verdadeira para os nossos tempos e a aristotélica que afirmava que a mente tinha a sua sede no coração (PRIMO, 2004).

Maslin (2009) destaca que a corrente dualista admite a coexistência de dois princípios irreduzíveis, o dualismo do corpo e da alma, da matéria e do espírito. Para os dualistas a mente (espírito) e o corpo (matéria) são dois paralelos diferentes. Há, dentro dos adeptos desta corrente, aqueles que acreditam que a mente e o cérebro são dois eventos diferentes, e aqueles que acreditam que o cérebro e a mente de alguma forma se relacionam, embora não consigam explicar tal fato. Por outro lado, o mesmo autor destaca que a corrente filosófica monista pode ser considerada como a posição da filosofia da mente que acredita que a mente e o corpo não tem uma distinção ontológica. O cérebro e a mente formam uma unidade, em que um é mera propriedade do outro.

1.4 Localizacionista x Globalistas

Os localizacionistas, de acordo com Primo (2004) acreditavam que as funções mentais consistiam no resultado do trabalho de neurônios localizados em áreas específicas do cérebro; lesões nestas determinadas regiões causariam dano em habilidades específicas. Em contrapartida, os globalistas defendiam que as funções mentais estariam espalhadas na massa encefálica, sem estarem situadas em uma ou outra determinada região. Elas resultariam no funcionamento do cérebro em completude como um todo.

Gall acreditava que o cérebro era uma máquina sofisticada e que produz comportamento, pensamento e emoção, e que o córtex cerebral é, na verdade, um conjunto de órgãos com

diferentes funções. Ele dividiu a mente em 27 faculdades localizadas em diferentes órgãos (PRIMO, 2004).

2 Acidente Vascular Cerebral

O acidente vascular cerebral (AVC) é um mal que assola toda a população, sendo uma das principais causas de morte em todo globo terrestre. O AVC acontece quando há um rompimento ou entupimento do fluxo sanguíneo no cérebro, causando uma rápida perda das funções cognitivas e que também pode acarretar em um déficit neurológico que pode ser tanto definitivo quanto transitório.

2.1 Definição

A doença cérebro vascular é a causa mais comum de morte no Brasil, superando a doença cardíaca e o câncer. De acordo com Brasil (2014):

O Acidente Vascular Cerebral (AVC), popularmente conhecido como derrame, é uma das principais causas de morte e de sequelas no mundo e no Brasil. A doença cerebrovascular atinge 16 milhões de pessoas ao redor do globo a cada ano. Dessas, seis milhões morrem. Por isso, a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda a adoção de medidas urgentes para a prevenção e tratamento da doença. [...]No Brasil, são registradas cerca de 68 mil mortes por AVC anualmente. Um número ligeiramente inferior ao registrado no ano anterior: 68,9 mil. A doença representa a primeira causa de morte e incapacidade no País, o que gera grande impacto econômico e social (BRASIL, 2014).

Segundo Engel (2013, p, 67), esse número tão alarmante, talvez possa ser explicado pelo maior número de hipertensos não controlados, e pela fibrilação atrial, ambas as situações ainda comuns no nosso país. O termo adequado é Acidente Vascular Encefálico (AVE), que engloba cérebro, cerebelo ou tronco encefálico, pois a lesão pode acometer qualquer uma dessas regiões não sendo restritas ao cérebro. Entretanto é mais conhecido com o AVC, Acidente Vascular Cerebral.

O AVC ocorre quando há um derramamento ou rompimento de vasos sanguíneos cerebrais, perdendo rapidamente funções cognitivas, causando déficit neurológico, que pode ser tanto definitivo quanto transitório. Segundo Radanovic (2005), é definido como o início abrupto ou em formas de crises de

sintomas neurológicas focais ou globais causados por isquemia ou hemorragia no cérebro, cerebelo ou tronco encefálico. Podendo levar a distúrbios incapacitantes, como alterações do campo espacial e visual, fala, sensibilidade, marcha, dificuldade de execução das atividades no cotidiano, entre outras alterações. Assim, como define Rowland (1997, p. 177),

O Acidente Vascular Cerebral é definido como o início abrupto ou em forma de crise de sintomas neurológicos, focais ou globais causados por isquemia ou hemorragia no cérebro ou a sua volta, em consequência de doenças dos vasos sanguíneos cerebrais (ROWLAND, 1997, p.177).

Segundo Gunaydin (2011 apud RANGEL, 2013, p. 209), A ocorrência de AVC tem mais casos em pessoas do sexo masculino, entretanto as mulheres quando acometidas possuem qualidade de vida pior, possivelmente devido ao comprometimento funcional que limitam as atividades domésticas. Neves et al. (2004), diz que a maior incidência de AVC é em indivíduos idosos, cuja a taxa de sobrevivência a doença é de acordo com o avanço etário: 67% dos 75 aos 84 anos e 79% acima dos 85 anos.

2.2 Classificação:

O AVC é dividido em dois tipos, conforme Evaristo (2005, p. 890) isquêmico e hemorrágico. Sendo que o Isquêmico é o mais comum, responsável por 80% a 85% dos casos (ENGEL, 2013, p. 80).

O AVC Isquêmico é causado pela oclusão de uma artéria vertebro basilar, do território carotídeo ou de uma artéria intracraniana, que causa isquemia seguido de infarto, da região encefálica, suprida por esse vaso. A falta completa de circulação cerebral, segundo Yamamoto (2000) provoca morte do tecido cerebral em 4 a 10 minutos, enquanto a diminuição da circulação pode provocar apenas isquemia, ou morte celular. Isso depende do sitio, do grau, do tempo de oclusão e da anatomia vascular do paciente (presença de circulação colateral). Os principais fatores de risco para a doença, são hipertensão arterial, diabetes mellitus, dislipidemia (colesterol alto), tabagismo, e idade maior que 50 anos, raça negra.

Há duas principais maneiras de oclusão da artéria, de acordo com Carr (2008) que respondem pelo infarto cerebral: Aterotrombose existe uma placa de ateroma na própria artéria onde se forma um trombo, e a Embolia o trombo responsável pela oclusão forma-se a distância, deslocando-se juntamente com o fluxo sanguíneo até ocluir uma artéria mais fina. Existem causas raras e causas criptogênicas (origens indeterminadas).

Os pacientes que sofrem AVE Isquêmico podem cursar com déficits neurológicos focais. Estes são classificados em três grupos conforme diz Yamamoto (2000, p. 37): território carotídeo, ou circulação anterior território vertebro vascular, ou circulação posterior, e síndromes do AVE lacunar. Os pacientes podem apresentar por exemplo, hemiparesia, (paralisia branda de uma das partes do corpo) ou hemiplegia (paralisia total de uma das partes do corpo), afasia (incapacidade de emitir valores sonoros), disfasia (dificuldade de emitir valores sonoros), déficit cognitivo.

O AVE Hemorrágico é responsável por 15% a 20% dos acidentes vasculares, segundo Engel (2013, p.71). E é dividido, em hemorragia subaracnóidea (HSA) e hemorragia Intraparenquimatosa.

Hemorragia subaracnóidea acontece quando o espaço entre a pia mater e a aracnoide é inundada por sangue, geralmente acontece pelo rompimento de um aneurisma. A causa mais comum de HSA é o rompimento de um aneurisma sacular, geralmente com pacientes com mais de 30 anos de idade. A segunda causa é o rompimento de uma má formação arteriovenosa, geralmente ocorre em pacientes de 10 a 30 anos de idade. Segundo Engel (2013, p.75)

Os fatores de risco, segundo Yamamoto (2000, p. 30) para a HSA, tabagismo, alcoolismo, hipertensão arterial, história familiar positiva. Ela se manifesta geralmente com cefaleia súbita de forte intensidade, vômitos, síncope (desmaio quando perda da consciência), rigidez de nuca, pode evoluir com rebaixamento da consciência e coma devido a hipertensão craniana, e é precipitado por atividade física ou sexual.

Hemorragia Intraparenquimatosa é uma formação de hematoma no parênquima encefálico, os tipos mais comuns são hemorragia Intraparenquimatosa hipertensiva, e hemorragia lombar pela angiopatia

abloide. Esta é mais comum entre idosos, sendo que aquela é o principal subtipo. A hipertensão arterial é o principal fator de risco.

Engel (2013, p. 90) acrescenta outros fatores de risco como: raça negra, idoso, angiopatia, alcoolismo, hipocolesterolia, anticoagulantes, cocaína, tumores etc. O hematoma cresce durante 3 a 6 horas, formando um coágulo. Envoltura do hematoma surge edema vaso gênico, e isquêmico, ao longo de 12 a 72 horas.

O quadro clínico é cefaleia subta de forte intensidade, vômitos, agravamento da hipertensão arterial, déficits neurológico focal se instalando de 1 a 3 horas, rebaixamento da consciência ao longo de 3 a 6 horas, conforme Engel (2013)

2.3 AVC e implicações cerebrais

Segundo Rangel (2013, p. 210), as sequelas que apresentam os pacientes acometidos de AVC, gera dependência para a realizações de atividades de vida diária. Lima (2010, p. 124) acrescenta que o suporte positivo social, juntamente com a assistência familiar de qualidade, mantiveram, e em alguns casos até melhoraram a qualidade de vida desses pacientes.

Gunaydin (2011, apud RANGEL, 2013, p. 87) diz que o comprometimento das dimensões gera consequências negativas para a evolução do estado de saúde dos pacientes afetados. Conforme Terroni, (2003, p. 450) “O paciente com AVC, apresenta sequelas que limitam as atividades diárias, comprometendo aspectos físicos, psicológicos e sociais que alteram significativamente a qualidade de vida”.

Greendenger (2009, p. 98) fala que há necessidade de envolvimento familiar no processo do adoecimento, o que justifica a prevalência de pacientes que possuem cuidadores. De acordo com Cancela (2008, p.3), “Após a ocorrência de AVC poderão estar presentes alguns déficits perceptivos. O seu tipo e extensão vão depender do local da lesão”.

2.4 Funções cognitivas

De acordo com Ventura (2002), o hemisfério cerebral acometido é um importante fator a considerar na recuperação de doentes com AVC influenciando o seu prognóstico.

Segundo Stevanato (2003), o hemisfério esquerdo é responsável pelas funções de análise, atenção auditiva, fluência verbal, organização, seriação, regulação dos comportamentos pela fala, praxias, cálculo, leitura e escrita raciocínio verbal, vocabulário. É o hemisfério dominante da linguagem e das funções psicolinguísticas. Ele ainda fala que o hemisfério direito é responsável pelas funções de síntese, atenção visual, organização, memória visual de objetos e figuras, processo emocional. O hemisfério direito processa os conteúdos não-verbais, como as experiências, as atividades de vida diária, a imagem das orientações espaço-temporais e as atividades interpessoais.

Batista (2015) fala sobre os quatro lobos cerebrais: Lobo Frontal, Lobo Occipital, Lobos Temporais e Lobos Parietais, estes que tem funções específicas em todo o corpo.

Lobo	Função
Lobo Frontal	O que fica na parte da frente do crânio, é responsável pelo planejamento de ações, bem como o pensamento abstrato. Ainda nestes encontra-se o Cortex Motor e o Cortex Pré-frontal. O Cortex motor está relacionado a motricidade voluntária. O Cortex pré-frontal está relacionado com o planejamento de comportamentos e pensamentos complexos, a atividade básica desta área cerebral é resultado de pensamentos e ações em acordo e metas.
Lobo Occipitais	Fica localizado na parte inferior do cérebro e processa estímulos visuais que decodificam e classificam em cores, tamanhos, formas etc.
Lobo Temporal	Se localizam próximo dos ouvidos e é responsável por processar estímulos auditivos que permite reconhecer diferentes sons e sua origem.
Lobos Parietal	Se encontra na parte superior do cérebro, possibilitam a percepção de sensações como tato, dor e calor. Por ser responsável em receber estímulos obtidos com o ambiente externo, representa todas as áreas do corpo.

Fonte: Batista (2015)

O Acidente Vascular Cerebral (AVC) pode causar prejuízos cognitivos e emocionais na memória e linguagem, conforme (CORBETT, JEFERRIES, & RALPH, 2009), nas funções executivas, nas funções visuoespaciais, (LIMA &

KAIHAMI, 2001), atenção e, também alterações de humor (TERRONI, MATTOS, SOBREIRO, GUAJARDO, & FRÁGUAS, 2009)

Para Hackett (2004), um dos objetivos principais que o psicólogo tem nesse processo de reabilitação, passa pela avaliação e intervenção na modificação de comportamentos que estejam a interferir no bem-estar da pessoa e/ou de quem a rodeia. Se uma pessoa está em sofrimento devido a uma problemática ou acontecimento de vida, a terapia poderá ajudá-la a reencontrar o equilíbrio emocional e a desenvolver um processo de aprendizagem interna que lhe permita lidar mais facilmente com adversidades futuras.

3 Reabilitação Cognitiva

A reabilitação cognitiva é uma área de investigação e atuação clínica que pode vir a melhorar significativamente as sequelas acarretadas por doenças cerebrovasculares, obtendo não apenas as melhoras físicas e intelectuais como também em todo contexto biopsicossocial.

3.1 Reabilitação e Cognição

Cognição, para Costa (2000), compreende-se como todo e qualquer processo mental que nos permitem lembrar, aprender, reconhecer e conseguir trocar informações no ambiente em que vivemos. Cognição pode se referir também ao planejamento, solução de problemas, monitoramento e julgamento, que são definidas como funções cognitivas de alto nível.

Segundo Teixeira (2015), cognição é a ação ou processo da aquisição do conhecimento que se dá através da atenção, da percepção, associação, memória, pensamento, imaginação e linguagem. A palavra “cognitione” tem origem nos escritos de Platão e Aristóteles. Também pode ser definido como o conjunto dos processos mentais usados no pensamento e na classificação, no reconhecimento e entendimento para o julgamento através do raciocínio para o aprendizado de determinados sistemas e soluções de problemas.

Cognição é mais do que simplesmente a aquisição de conhecimento e conseqüentemente, a nossa melhor adaptação ao meio – é também um mecanismo de conversão do que é

captado para o nosso modo de ser interno. Ela é um processo pelo qual o ser humano interage com os seus semelhantes e com o meio em que vive, sem perder a sua identidade existencial. Ela começa com a captação dos sentidos e logo em seguida ocorre a percepção. É, portanto, um processo de conhecimento, que tem como material a informação do meio em que vivemos e o que já está registrado na nossa memória (TEIXEIRA, 2015).

De acordo com o relatório mundial sobre a deficiência (2012), reabilitação é o processo de consolidação de objetivos terapêuticos não definidos por uma determinada área profissional exclusivamente e sim uma proposta de atuação multiprofissional e interdisciplinar. É formado por um conjunto de medidas que ajudam pessoas com deficiências ou prestes a adquirir deficiências a possuir e manter uma funcionalidade ideal (física, sensorial, intelectual, psicológica e social) no contexto em que vive, fornecendo as ferramentas que precisam para atingir a autonomia, independência e a autodeterminação.

3.2 História e Definição

Pontes (2008), quando fala em reabilitação, acredita que surgiu durante a Primeira Guerra Mundial na Alemanha, com o objetivando o auxílio a soldados sobreviventes vítimas de lesões cerebrais durante os confrontos. Mais tarde, durante a Segunda Guerra Mundial o que contribuiu para o crescimento da reabilitação cognitiva, segundo Santos (2014), foram os estudos do autor Luria, que também foi responsável pela criação de um hospital para soldados com lesões cerebrais e responsável pela ampliação de pesquisas em correlacionar as lesões cerebrais com o comportamento. Costa (2000) acrescenta:

Reabilitação Cognitiva (RC) é o processo que visa recuperar ou estimular as habilidades funcionais e cognitivas do homem, ou seja, (re)construir seus instrumentos cognitivos. Em muitos casos a RC vem complementar o tratamento farmacológico, necessário em vários tipos de distúrbios. Normalmente, o processo de reabilitação cognitiva se inicia após análise médica realizada por um neurologista que identifica o insulto neuronal em termos anatômicos e fisiológicos. Posteriormente, o neuropsicólogo concentra sua atenção na avaliação das deficiências efetivamente provocadas pela lesão em termos cognitivos e afetivos. Finalmente, o psicólogo ou psicopedagogo, seguindo as instruções dos especialistas, treina o paciente através de exercícios especialmente

projetados para a reabilitação em sua deficiência cognitiva. O enfoque restaurador utiliza a repetição sistemática e hierárquica para obter melhora de desempenho dos componentes cognitivos (COSTA, 2000).

De acordo com os escritos de Capovilla (1998), a Reabilitação Cognitiva é uma de pesquisa de atuação clínica voltada a desenvolver e aplicar recursos projetando a melhora da capacidade de indivíduos cérebro-lesados em processar e usar informações com a finalidade de ter uma vida mais autônoma e satisfatória. Ao falarmos do objetivo da reabilitação cognitiva podemos ressaltar:

O objetivo da reabilitação cognitiva é a recuperação do paciente ao mais alto nível psicológico, físico e social possível, que ocorre através da estimulação cognitiva e da melhora na aprendizagem devido a repetições frequentes, uma vez que, as tarefas de repetição produzem mudanças neuronais alterando as sinapses e o número de conexões (ABRISQUETA-GOMEZ & SANTOS, 2006 *apud* SCHEFFER, M., KLEIN L. A. & ALMEIDA, R. M. M., 2013).

Santos (2005) descreve como objetivo da reabilitação cognitiva constituir estratégias compensatórias para o ajustamento de funções cognitivas afetadas em relação às demandas do ambiente, promovendo uma restauração funcional. Aponta que a recuperação está diretamente e primeiramente ligada a idade, seguido de localização neuronal e função envolvida.

Clare & Woods (2008) acrescentam que a Reabilitação Cognitiva identifica e direciona as necessidades e questões individuais, pois esse processo relaciona estratégias com a finalidade de obter novas informações ou mecanismos compensatórios, como por exemplo, o uso da memória.

Já Leite (2010) afirma ser a diferença entre a reabilitação cognitiva e a reabilitação neuropsicológica, o profissional, que irá aplicar as técnicas para a reabilitação de pacientes. De acordo com a autora o que diferencia é a capacitação, na Neuropsicologia, só podem atuar psicólogos que fizeram determinados cursos que possibilitam utilizar a reabilitação neuropsicológica. Já que a reabilitação cognitiva, é possível outros profissionais de diversas áreas como enfermeiros, pedagogos, médicos, entre outros, que fizeram especialização em reabilitação cognitiva, atuar também nesse campo.

Para Pontes (2008), a reabilitação cognitiva visa capacitar os pacientes que possuem lesão, tanto ele quanto os familiares e cuidadores, “a conviver, lidar, reduzir ou superar” os déficits cognitivos focando-se principalmente em melhorar funções cognitivas por meio dos treinos cognitivos. A reabilitação neuropsicológica, é mais ampla e segundo Pontes (2008), além do déficit cognitivo, também tem como objetivo “tratar alterações comportamentais e emocionais, melhorando a qualidade de vida do paciente”.

3.2 Definição de Reabilitação Neuropsicológica

Pontes (2007) define a reabilitação neuropsicológica: “é um dos componentes do tratamento do paciente com lesões cerebrais e/ou distúrbios neurológicos e neuropsiquiátricos.”; Ainda retrata Pontes (apud MC MILLAN; GREENWOOD), que a reabilitação neuropsicológica deve navegar pelos campos da Neuropsicologia clínica, análise comportamental, retreinamento cognitivo e psicoterapia individual e grupal”. Mc Lellan (1991) informa que reabilitação neuropsicológica é um processo ativo, visando capacitar pessoas com déficits cognitivos, que são causados por alguma doença ou lesão, para que possam adquirir empenho social, físico e psíquico.

A Reabilitação Neuropsicológica para Clare e Woods (2001) vem maximizar as funções cognitivas lesionadas por meio de bem estar psicológico. Avila (2003) vem falar que é um tratamento biopsicossocial que envolve a família e o próprio paciente, e que leva em conta os déficits, e as alterações físicas e cognitivas. Pontes (2008) ressalta que a reabilitação tem o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos pacientes e da sua família. Otimizando o aproveitamento das funções que o paciente possui independente se seja parcial ou total.

4 Técnicas de Reabilitação sugerida por autores

Vários autores irão confirmar a eficácia de técnicas de reabilitação como Miotto (2015), Wilson (2009), Santos (2014), entre outros. Conforme esses autores, existem técnicas que pode ser usada para a reabilitação em funções específicas como: memória, atenção entre outras. Em estudos feitos por Scheffer (2013), observou que as “funções cognitivas trabalhadas com maior

frequência em programas de reabilitação foram memória, funções executivas, compreensão e linguagem escrita”.

O período utilizado nas técnicas de reabilitação, pode se observar em períodos curtos e de alta frequência na maioria deles. Scheffer (2013) vai falar que o tempo variou de 10 dias a 15 semanas, com duração mínima de 40 minutos e máxima de duas horas, com número de sessões que variaram de um a sete vezes por semana, sendo que a maior parte dos estudos relatou resultados satisfatórios, mediante a estudos feitos pelo autor.

Autor (Ano)	Método	Função Estimulada
Avila (2003)	Pegue um livro e conte o número de palavras de uma determinada página. Conte novamente após terminar o exercício, para conferir se o resultado será o mesmo.	Atenção / Memória
Avila (2003)	Conte de 1 até 50. Conte de 50 até 1 pulando 1 número. Ex: 50, 48, 46	Atenção / Memória
Avila (2003)	Escolha um som ou uma palavra e repita em sua mente por 5 minutos. Faça isso por 10 minutos.	Memória
Avila (2003)	Pegue uma fruta, e segure-a em suas mãos. Examine-a a partir de todos os lados, mantendo sua atenção totalmente sobre ela. Não permita que pensamentos irrelevantes o distraiam, nem sequer pensamentos relacionados àquela fruta, como o momento em que a comprou, por exemplo. Apenas olhe para a fruta, focando sua atenção nela sem pensar em mais nada, examine a forma, o cheiro e a sensação de segurá-la em suas mãos	Atenção
Avila (2003)	Imagine a fruta. Comece olhando-a e examinando-a por cerca de 2 minutos. Feche seus olhos e tente visualizar, cheirar, sentir o sabor e tocar a fruta em sua imaginação. Tente visualizar uma imagem clara e bem definida. Se a imagem se tornar pouco clara, abra seus olhos, olhe novamente para a fruta por um instante, e feche os olhos novamente, continuando o exercício. Imaginar a fruta em suas mãos ou em uma mesa pode ser um modo de facilitar a tarefa.	Atenção / Memória
Avila (2003)	Desenhe uma fruta, e feche os olhos. De olhos fechados lembre de cada detalhe da fruta. Caso você esqueça da aparência da figura, abra seus olhos por alguns segundos para rever o desenho, depois continue a atividade.	Atenção
Avila (2003)	Observe detalhadamente uma moeda de 25 centavos e outra de 1 real, estudando bem as semelhanças e diferenças de cada uma. Após um minuto, cubra-as com um papel e tente desenhá-las com o maior número possível de detalhes. Depois, avalie seu desempenho, comparando seus desenhos e as moedas. Em seguida, recomece o	Memória / Psicomotor

	exercício, colocando as moedas em um saco e tentando descobrir, pelo tato, qual é a de 25 centavos. Durante o exercício, passe os dedos sobre as moedas e imagine-se olhando para elas.	
Avila (2003)	Criar uma história com 5 objetos selecionados.	Atenção/ memória
Baddeley e Wilson (1994)	Aprendizagem sem erro, consiste em perguntar algo e pedir ao paciente que só responda se tiver certeza. Um exemplo é pedir a data e o ano em que ele está, e dar acesso ao calendário para que ele possa ter certeza de sua resposta.	Memória
Camp e McKitrick, (1992)	Fala ao paciente um numero de telefone, e em intervalos crescentes,(p. ex. Após 3 min, 5 min, 10 min e 15 min) solicita que ele repita.	Memória
Craik e Loockhart, (1972)	Recordar palavras ou itens do supermercado e organizar em categorias. (p. ex. frutas: Maça, laranja.)	Memória / Atenção
Craik e Loockhart, (1972)	Memorizar horários de ingerir medicamentos associando a momentos específicos do dia: café da manhã, almoço.	Atenção/ Memória
Craik e Loockhart, 1972	Memorizar informações lidas em jornal após organiza-las em categorias como : cotidiano, economia, esporte.	Memória /atenção
Evans (2009)	Memorizar nomes de pessoas com características. (Amanda, associando aos olhos amendoados)	Memória verbal e visoespacial
Evans, (2009)	Memorizar nomes de locais com características próprias.	Memória verbal e visoespacial
Miotto (2015 P.129) Glisky (2004)	Mostra-se o nome completo de alguém, por exemplo “Catarina”, acompanhado da foto da pessoa. E ao passar um tempo mostra ao paciente o inicio do nome, para que ele complete, e ao longo do tempo vai diminuindo as letras, para que ele possa lembrar. (P. ex. Catari___, Cata___, C___)	Memória
Miotto (2015)	Fazer um quadro para atividades diárias, possibilitando o paciente descrever cada atividade, e criando sua própria rotina, melhorando sua atenção.	Atenção
Miotto (2015)	Entregar um quadro com vários números, letras e símbolos. E pedir para o paciente achar, números específicos, ou símbolos.	Atenção
Miotto (2015)	Conversar dificuldades associadas às dificuldades da disfunção executiva, e traçar metas, ou maneiras de lidar, melhorar, essa habilidade.	Disfunção Executiva
Miotto (2015)	Fazer em um papel uma lista com os maiores problemas enfrentados, e posteriormente outra lista sobre como resolver cada	Resolução de problemas

	um dele.	
Miotto (2015)	Agrupando significativos a itens ou informações que não são relacionadas. O número de telefone 791500, pode ser memorizado de maneira mais eficiente se agruparmos em 79 15 00.	Memória
Miotto (2015)	Utilizar auxílio externo como agendas, calendários, alarmes, organizador de ambientes, entre outros métodos.	Memória
Santos (2014)	Desenhe uma figura geométrica pequena, algo em torno de 10 centímetros, pode ser um triângulo, um retângulo ou um círculo, pinte-a com a cor que desejar e concentre-se nela. Você deve enxergar apenas a figura, nada mais. Para você, a única coisa que existe nesse momento é a figura. Tente não pensar através de palavras durante o exercício. Olhe para a figura a sua frente, apenas isso. Tente fazer isso sem forçar seus olhos.	Atenção / Psicomotor
Santos (2014)	Entrega-se uma tabela com o nome de várias cores, porém o nome está em uma cor diferente. Ex: O nome é amarelo, porém com a cor roxa.	Atenção
Santos (2014)	Jogos como Banco Imobiliário, Yam, Imagem e ação, jogo de memória, Detetive, entre outros.	Memória, Atenção, Percepção, Concentração.
Santos (2014)	Fazer alguma atividade de uma maneira diferente.	Atenção, Memória
Santos (2014)	Utilizar a "mão errada" para desenvolver atividades cotidianas.	Atenção, Memória
Santos (2014)	Ler um livro em voz alta.	Memória auditiva
Santos (2014)	Fazer de forma diferente a sua rotina, como escovar o dente, com a outra mão, modificar o caminho que costuma ir, usar roupas diferentes.	Memória de habilidades, flexibilidade cognitivo motora
Santos (2016)	Entrega um cubo sensitivo, onde a pessoa estará com os olhos vendados. A cada face do cubo tem uma textura (áspero ou macio, duro ou mole) diferente, e a pessoa precisa expressar e explicar como é cada textura. Sua função é distinguir os estímulos vindos através do tato, dos órgãos sensoriais.	Percepção / Memória
Santos (2014)	Associar cheiros a sensações diferentes, e formas geométricas diferentes.	Estímulo de áreas de associação
Santos (2016)	Criação do cubo sensorial, utilizando um cubo de isopor. A cada face do cubo colocar uma superfície de material diferente.	Psicomotor
Santos (2014)	Fazer palavras cruzadas.	Memória, atenção

Souza (2008)	Atividades de Arteterapia, como colagens, desenhos entre outros.	Memória
--------------	--	---------

Considerações Finais

AVC ocorre quando há um derramamento ou rompimento de vasos sanguíneos cerebrais, que levam a sequelas em muito dos casos estudados. Ele pode ser dividido em AVC isquêmico, e AVC hemorrágico. Levando em conta as sequelas que podem acarretar o AVC, que de acordo com o nível de sequela e o nível de comprometimento deixado pelo mesmo. Sendo possível ter sequelas físicas, e/ou cognitivas, gerando déficit neurológico que podem ser definidos ou transitórios.

Compreendendo a importância de amenizá-las, recuperá-las, se faz necessário o uso da reabilitação que pode ser cognitiva, e/ou neuropsicológica, visando maximizar estratégias de qualidade de vida dos pacientes supracitados. Tendo como primórdio melhorar a qualidade de vida do paciente afetado pelo AVC, e também sua família. Para que possam ser otimizados da melhor forma possível as funções que foram lesadas. A reabilitação cognitiva olha para capacitar quem possui uma lesão que comprometa alguma função cognitiva, visando um olhar para o paciente, na melhora cognitiva com treinos cognitivos. A Reabilitação Neuropsicológica olha, além no déficit cognitivo que o paciente cérebro-lesado, os aspectos comportamentais e emocionais que esse paciente sofreu, assim melhorando sua qualidade de vida. Conclui-se que mesmo diante de lesões físicas, a Psicologia pode atuar de forma a maximizar a qualidade de vida do sujeito acometido pelo AVE, trabalhando o paciente como um todo: mente e cérebro.

Referências

ABRISQUETA, G. J.; SANTOS, F.H **Reabilitação Neuropsicológica: da Teoria à Prática**. São Paulo: Artes Médicas, 2006

AVILA, R. **Resultados da Reabilitação Neuropsicológica em pacientes com doença de Alzheimer leve**. São Paulo Revista Psiqu. Clín. P. 140 – 146.

BADDELEY, A. D. WILSON, B. A. **When Implicit Learning fails: Amnesia and the problem of error elimination** *Neuropsychologia*, 1994

BATISTA, F. M. **As funções Cerebrais**. Brasil, 2015
Disponível: <<https://www.portaleducacao.com.br/psicologia/artigos/63235/as-funcoes-cerebrais>>. Acesso em: 09 de setembro 2016

CANCELA, D. M. G. **O Acidente Vascular Cerebral – Classificação Principais consequências e Reabilitação**, 2008. Disponível: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0095.pdf>. Acesso em: 03 de maio 2016

CARR, J., SHEPHERD R., **Reabilitação Neurológica: Otimizando o Desempenho Motor**. São Paulo 2008

CLARE, L. WOODS, R. T. **Cognitive rehabilitation in dementia. A special issue of neuropsychological rehabilitation**. New York, 2001

CONSENZA, R. M.; Fuentes, D., Malloy-Diniz, L. F. (2008) **A evolução das Ideias sobre a Relação entre o Cérebro, Comportamento e Cognição**. Em Fuentes et al.; **Neuropsicologia: teoria e prática**. Porto Alegre, RS: Artmed.

CORBETT, F., JEFFERIES, E., & RALPH, M. A.. **Exploring multimodal Semantic Control Impairments in Semantic Aphasia: Evidence from naturalistic object use**. *Neuropsychologia*, 2009.

COSTA, R. M. E. M., **Ambientes Virtuais na Reabilitação Cognitiva de Pacientes Neurológicos e Psiquiátricos**”, Tese D.Sc, Coppe Sistemas-UFRJ, Rio de Janeiro, 2000

CRAIK, F. I. M. LOCKHART, R. S **Levels of processing: A framework for memory research** *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 1972

DAMASIO, A. R. **O erro de Descartes Emoção Razão e o Cérebro Humano** São Paulo Companhia das Letras 1996.

ENGEL.C. **A.V.E. e Síndromes Neurológicas** Editora MedWriTteres. São Paulo, 2013 P. 67 a 106

EVANS, J.J **The cognitive group part 2: Memory In WILSON, B.A. et al Neuropsychological Rehabilitation**. Cambridge Medicine, 2009

EVARISTO, E. F. (2005). **Ataque Isquêmico Transitório e Acidente Vascular Cerebral Isquêmico**. São Paulo P. 897-905

GREENDINGER. C., BENSENOR I **Profile, burden and quality of life of Israeli stroke survivor caregivers: a longitudinal study**. *JNeurosci Nurs*, 2009 P. 92 a 105.

- GRIEVE, J. **Neuropsicologia em Terapia Ocupacional** – Exame de Percepção e Cognição. Trad. Hildegard T. Backup. 2 ed. São Paulo: Santos, 2006.
- GUNAYDIN. R., KARATEPE A.G., KAYA. T. ULUTAS. **O. Determinants of Quality of Life in Elderly Stoke Patients: a Short-term Follow-up study.** *Arch Gerontol Geriart.* 2011 P. 19 a 23.
- HACKETT M.L, ANDERSON C. S, HAUSE A. O. **Interventions for Treating Depression After Stroke.** 2004.
- LEITE, A.K. **A polêmica: T.O, Psico, cognição** 2010 - Disponível: <<http://www.reab.me/a-polemica-t-o-psico-cognicao/>> .Acesso em: 10 de outubro 2016
- LENT, R. **Cem Bilhões de Neurônios? Conceitos Fundamentais de Neurociência** - 2ª edição. Atheneu, 2010
- LEZAK, M. D. **Neuropsychological Assessment.** England: Oxford University Press. 1995
- LIMA, S. S., & KAIHAMI, H. N. **Avaliação das funções corticais superiores em Pessoas acometidas por Lesão Cerebral.** *Acta Fisiátrica*, 2001.
- LURIA, A.R. **A Construção da Mente.** São Paulo: Ícone, 1992
- LURIA, A.R. **Fundamentos de Neuropsicologia.** São Paulo: Edusp, 1981
- MADUREIRA, S., GUERREIRO M., & FERRO J. M. **Dementia and Cognitive Impairment three Months after Stroke.** *European Journal of Neurology*, P. 621-627. 2001
- MARTINS, M. - **Uma crise Acidental na Família – o Doente com AVC.** Coimbra. Formasau. 2002.
- MASLIN, K. T. **Introdução à Filosofia da Mente:** debates contemporâneos. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- MC LELLAN, D. L. **Functinal recovery and principle of disability medicine.** *Clinical neurology* London, 1991
- MIOTTO, E. C. **Reabilitação Neuropsicologica e Intervenções Comportamentais.** Editora Roca, Rio de Janeiro, 2015
- PARK, K. C., YOON, S. S., & RHEE, H. Y. **Disfunção Executiva associada a Acidente Vascular Cerebral no território da Artéria Cerebral Posterior,** 2011

PONTES, L.M.M.; HUDNER, M.M.C. **A reabilitação neuropsicológica sob a ótica da psicologia comportamental** Revista Psiquiatria. Clín; 6-12, 2008

PRIMO. P. C. **História da Neurociencia - Localizacionismo Cerebral e Bioeletricidade: Seus Fundamentos Históricos**. 2004. Disponível em <http://www.institutotelepsi.med.br/Links_imagens/cursodehistoria1.htm>. Acesso em: 10 de outubro 2016

PRIMO. P. C. **História da neurociencia parte 2 - Localizacionismo Cerebral e Bioeletricidade: Seus Fundamentos Históricos**. 2004. Disponível em <http://www.institutotelepsi.med.br/Links_imagens/cursodehistoria.htm>. Acesso em: 20 de outubro 2016

RANGEL, E. BELASCO, A. DICCINI, S. **Qualidade de Vida de Pacientes com Acidente vascular cerebral em reabilitação**. Brasil, 2013 p. 205 a 212.

Relatório mundial sobre a deficiência / World Health Organization, The World Bank; tradução Lexicus Serviços Linguísticos. - São Paulo: SEDPcD, 2012. p.334

RIECHI, T. I. J. S. **Uma proposta de leitura neuropsicológica dos Problemas de Aprendizagem**. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR.1996

ROWLAND, L. P. M. **Tratado de Neurologia**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A. 9ª Edição, 1997. p. 177

SABBATINI. **A História da Psicocirurgia, in revista “Mente e Cérebro”**, 1997 Disponível em:http://www.cerebromente.org.br/n02/historia/phineas_p.htm acessado em 14 de Setembro de 2016.

SANTOS M. F. R. **Atividades de Estimulação Cognitiva**. Aula ministrada na disciplina de Arteterapia, no Curso de Graduação em Psicologia no Centro Universitário São Jose de Itaperuna, em maio de 2016.

SANTOS M. F. R. **Diálogo Mente e Cérebro: Reestruturação e Reabilitação cognitivas numa interlocução entre terapia cognitiva comportamental e Neuropsicologia**. Editora all print, Rio de Janeiro , 2014.

SANTOS, F. H. . **Reabilitação neuropsicológica pediátrica**. 2005, p.450-461.

SCHEFFER, M., KLEIN L. A. & ALMEIDA, R. M. M. **Reabilitação neuropsicológica em pacientes com lesão vascular cerebral: uma revisão sistemática da literatura**. Avances en Psicología Latinoamericana,2013 p. 46-61

STEVANATO, I. S. LOUREIRO, S. R. LINHARES, M. B. M. MARTURANO, E. M. **Autoconceito de Crianças com Dificuldade de Aprendizagem e Problemas de Comportamento.** Brasil 2003

TEIXEIRA, H **O que é cognição,** 2015 Disponível em <http://www.helioteixeira.org/ciencias-da-aprendizagem/teorias-e-conceitos-chava-o-que-e-cognicao>> Acessado em 17 de setembro de 2016.

TERRONI, L. M. N., LEITE, C. C., TINONE, G, F, R, **Depressão Pós-AVC: fatores de Risco e Terapêutica Antidepressiva.** Revista AssocMedBras, 2003. Disponível: < <http://www.scielo.br/pdf/ramb/v49n4/18348> >. Acesso em: 29 de abril 2016

TERRONI, L. M. N., MATTOS, P. F., SOBREIRO, M. F. M., GUAJARDO, V. D., & FRÁGAS, R. **Depressão pós- -AVC: Aspectos Psicológicos, neuropsicológicos, eixo HHA, correlato Neuroanatômico e Tratamento.** Revista de Psiquiatria Clínica, 2009.

VENTURA, M. C. A. – **Independência Funcional em Doentes com AVC: Influência do Hemisfério Afectado.** Brasil 2002, P.31-40

YAMAMOTO F. **Controle da Pressão Arterial na fase Aguda do Acidente Vascular Cerebral.** São Paulo: Lemos Editorial, 2000 P.29- 32.

**LINHA DE PESQUISA V:
GESTÃO DE NEGÓCIOS, ECONOMIA E MERCADOS**

DESTINAÇÃO DE PARTE DO IMPOSTO DE RENDA DEVIDO PARA ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

DESTINATION OF INCOME TAX FOR CIVIL SOCIETY ORGANIZATIONS

DESTINACIÓN DE PARTE DEL IMPUESTO DE INGRESO PARA ORGANIZACIONES DE LA SOCIEDAD CIVIL

Jesuina Figueira Cezar

Mestra em Ciências Contábeis pela Fundação Instituto Capixaba de Pesq. em Contabilidade, Economia e Finanças, FUCAPE, Brasil. Analista de Investimentos. Professora do Centro Universitário São José de Itaperuna - UNIFSJ. Possui Especialização em Docência do Ensino Superior pela Fundação Educacional e Cultural São José, Brasil. Graduada em Ciências Contábeis e em Matemática. Participação em bancas de comissões julgadoras para bolsas de mestrado: Prêmio Excelência Acadêmica. Fundação Instituto Capixaba de Pesq. em Contabilidade, Economia e Finanças, FUCAPE.

Stephanie Manfredo Almeida

Bacharel em Ciências Contábeis. Centro Universitário São José de Itaperuna (UniFSJ).

Larissa Miranda de Lacerda Porto

Bacharel em Ciências Contábeis. Centro Universitário São José de Itaperuna (UniFSJ).

Daniele Perissé Rangel

Graduação em Ciências Contábeis. Graduação em Matemática. Especialização em MBA Executivo em Gestão Empresarial. Mestrado profissional em Ciências das Religiões.

Resumo: As pessoas físicas e as pessoas jurídicas podem exercer um papel social e gerar benefícios que extrapolam os seus contornos. Uma forma disto se concretizar se dá através de destinações de parte do Imposto de Renda devido para organizações da sociedade civil. A questão é que nem sempre há um entendimento sobre estas doações diante do Imposto de Renda (IR), tanto das pessoas físicas quanto das pessoas jurídicas. Este artigo propõe-se com o objetivo de responder quais instituições, programas ou fundos contam com o incentivo fiscal de dedução no Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) e no Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ); se existe, no Município de Itaperuna-RJ, alguma instituição habilitada para o recebimento de doações com dedução no IR e quais são os limites regulamentados pela legislação fiscal nestas deduções. Para proporcionar respostas aos problemas aqui propostos, buscou-se informações, por meio da pesquisa exploratória, e quanto aos procedimentos técnicos, assumiu-se a forma de pesquisa bibliográfica. Através deste estudo, percebeu-se que a própria Receita Federal, órgão responsável pelo recolhimento do IR, quietou-se sobre essa temática e que o Município de Itaperuna-RJ poderia auxiliar na canalização desses recursos, por exemplo, via Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itaperuna,

aprovando projetos sustentáveis economicamente e socialmente de instituições que trabalham com crianças e adolescentes e destinar tais recursos. Cada Organização Civil responsabiliza-se pela prestação de contas do valor recebido. Tudo é fiscalizado pelo Ministério Público.

Palavras-chave: Benefícios fiscais. Entidades sem fins lucrativos. Doações.

Abstract: Individuals and legal entities can play a social role and generate benefits that go beyond their boundaries. One way to do this is through allocations of part of the Income Tax due to civil society organizations. The point is that there is not always an understanding of these donations to Income Tax (IR), both of individuals and legal entities. This article proposes to answer which institutions, programs or funds have the tax incentive of deduction in Personal Income Tax (IRPF) and in Corporate Income Tax (IRPJ); if there is an institution in the Municipality of Itaperuna-RJ that is qualified to receive donations with IR deductions and what are the limits regulated by the tax legislation in these deductions. In order to provide answers to the problems proposed here, information was sought through the exploratory research, and as for the technical procedures, the form of bibliographic research was assumed. Through this study, it was noticed that the Federal Revenue itself, the body responsible for IR collection, is still on this subject and that the Municipality of Itaperuna-RJ could assist in the channeling of these resources, for example, through the Municipal Council for the Rights of Child and Adolescent of Itaperuna, approving economically and socially sustainable projects of institutions that work with children and adolescents and allocate such resources. Each Civil Organization is responsible for the accountability of the amount received. Everything is supervised by the Public Prosecutor's Office.

Key-words: Tax benefits. Non-profit organizations. Donations.

Resumen: Las personas físicas y las personas jurídicas pueden desempeñar un papel social y generar beneficios que extrapolan sus contornos. Una forma de esto se concreta se da a través de destinaciones de parte del Impuesto de Renta debido para organizaciones de la sociedad civil. La cuestión es que no siempre hay un entendimiento sobre estas donaciones ante el Impuesto de Renta (IR), tanto de las personas físicas y de las personas jurídicas. Este artículo se propone con el objetivo de responder cuáles instituciones, programas o fondos cuentan con el incentivo fiscal de deducción en el Impuesto de Renta de Persona Física (IRPF) y en el Impuesto de Renta de Persona Jurídica (IRPJ); si existe, en el Municipio de Itaperuna-RJ, alguna institución habilitada para la recepción de donaciones con deducción en el IR y cuáles son los límites regulados por la legislación fiscal en estas deducciones. Para proporcionar respuestas a los problemas aquí propuestos, se buscó informaciones, por medio de la investigación exploratoria, y en cuanto a los procedimientos técnicos, se asumió la forma de investigación bibliográfica. A través de este estudio, se percibió que la propia Receita Federal, órgano responsable por la recogida del IR, se quieta sobre esa temática y que el Municipio de Itaperuna-RJ podría auxiliar en la canalización de esos recursos, por ejemplo, vía Consejo Municipal de los Derechos de la Propiedad Niño y

Adolescente de Itaperuna, aprovando proyectos sostenibles económicamente y socialmente de instituciones que trabajan con niños y adolescentes y destinar tales recursos. Cada Organización Civil se responsabiliza por la rendición de cuentas del valor recibido. Todo es fiscalizado por el Ministerio Público.

Palabras-clave: Beneficios fiscales. Entidades sin fines de lucro. Donaciones.

Introdução

Dentro das sociedades de cada país democrático é possível identificar três setores de atividades: o Estado, as entidades privadas ou de mercado e o das atividades sem fins lucrativos. Eles interagem e se enquadram respectivamente no primeiro, segundo e terceiro setor. Quanto ao terceiro setor, pode-se dizer que emerge de projetos sociais. Normalmente surge a partir de voluntários de uma sociedade, não objetivam o lucro, mas são legalmente constituídos.

Essas entidades sem fins lucrativos sobrevivem porque conseguem doações de terceiros e/ou subsídios governamentais, isso evidencia a importância da disposição de pessoas físicas ou pessoas jurídicas de repassarem recursos financeiros para torná-las sustentáveis no seu propósito. Assim, as pessoas físicas e jurídicas podem exercer um papel social e gerar benefícios que extrapolam os seus contornos. Uma forma disto se concretizar se dá através de destinações de parte do Imposto de Renda devido para entidades filantrópicas. A questão é que nem sempre doações no Imposto de Renda (IR), tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas, são realizadas.

Numa visão empírica, percebemos que pessoas físicas e jurídicas deixam de realizar doações para entidades sem fins lucrativos por falta de conhecimento ou incentivo. Especialmente as pessoas físicas por desconhecerem quais doações são dedutíveis legalmente e quais não são dedutíveis por falta de previsão legal. Um profissional que pode conectar estes interesses é o contador que realiza a declaração do IR. Isso justifica este artigo realizar um levantamento organizado e atual sobre quais instituições contam

com o incentivo de dedução no Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas.

Assim, os objetivos delineados para este artigo são: Apresentar quais são as instituições, programas ou fundos que propiciam, através de incentivos fiscais, deduções no Imposto de Renda devido de Pessoas Físicas e Jurídicas. Verificar os limites regulamentados pela legislação fiscal nestas deduções ou valores de doação para realiza-las. Identificar, no Município de Itaperuna-RJ, se existe alguma instituição habilitada para recebimento de doações com dedução no IR.

Para alcançar os objetivos propostos, buscou-se informações, por meio da pesquisa exploratória. Segundo Gil, (2010) o tipo de pesquisa exploratória, quanto aos objetivos, proporciona maior familiaridade com o problema explicitado. Pode envolver levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Nesta pesquisa, quanto aos procedimentos técnicos, assume-se a forma de pesquisa bibliográfica que de acordo com Gil (2010) é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Este artigo traz o desenvolvimento das seguintes seções e subseções: 1) Organizações da Sociedade Civil. 2) Dedução do Imposto de Renda. 2.1) A Falta de Informação sobre Doações. 3) Benefícios Fiscais. 3.1) Organizações da Sociedade Civil e a Realidade em Itaperuna. 4) Como efetuar a doação e as Considerações Finais do trabalho.

1 Organizações da Sociedade Civil

O equilíbrio dos três setores: o Estado, como primeiro setor; o Mercado, como segundo setor; e a Sociedade Civil, como terceiro setor, é fundamental para o bom funcionamento do sistema social de um país. E a interação, colaboração e inclusive a fiscalização entre eles, precisa fluir.

Segundo Queiroz (2014):

O Estado, constituído dos entes estatais – ao qual em tese os demais seriam subordinados – tem a primazia de administrar o

uso de bens públicos para fins públicos. O Mercado, formado por agentes econômicos privados, tem a primazia da competição. E a Sociedade Civil, formada por organizações não-governamentais ou privadas, tem a primazia das ações públicas não estatais.

Para que o Primeiro, Segundo e Terceiro Setor cumpram adequadamente suas funções e as façam com princípios republicanos, éticos e morais, eles devem se manter fiel aos seus interesses, meios e fins. O desvirtuamento, principalmente dos meios e dos fins de qualquer desses setores, levaria à corrupção, significando empregar meios públicos para fins privados. (QUEIROZ, 2014)

De acordo com Fernandes (1997, p. 27), o Terceiro Setor é formado por organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas especialmente por participação voluntária, em um âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil.

Para elucidar a diferença de escopo entre o Governo e o Terceiro Setor, que é a distinção entre o interesse público e coletivo, Coelho (2000, p. 40) escreve que os interesses coletivos se referem a um grupo determinado, já os interesses públicos, necessariamente, dizem respeito a toda sociedade. Enquanto o Primeiro Setor representa os interesses de toda a sociedade, uma organização do Terceiro Setor pode buscar atender às necessidades de um pequeno grupo, dentro de uma região restrita.

O terceiro setor, na verdade, vem preenchendo lacunas da sociedade que o governo não alcança e para o mercado não interessa. (NUNES, 2006, p. 31). Assim, a sociedade civil vem se organizando para tentar suprir algumas demandas do Estado constituindo organizações dotadas de personalidade jurídica.

Por se tratar de pessoa jurídica, mesmo sem finalidade de lucro, estas geram um patrimônio e necessitam de contabilidade. Existem normas voltadas para esse tipo de organização como, por exemplo, o Manual de Procedimentos

Contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social, criado pelo Conselho Federal de Contabilidade. (BENTO, 2010, p. 15)

Em janeiro de 2016 entrou em vigor a Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, que traz a definição, mais atual e legal, das entidades que se enquadram como organização da sociedade civil:

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva.

b) as sociedades cooperativas previstas na Lei no 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social. (BRASIL, 2015)

c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

Como consequência do crescimento das organizações sem fins lucrativos e do grande número de projetos na área assistencial, essas organizações necessitam de recursos financeiros que são aportados tanto por entidades financiadoras como doações voluntárias. (PAULA; BRASIL e MÁRIO, 2009 p. 129)

2 Dedução do Imposto de Renda

A princípio, qualquer pessoa, física ou jurídica, pode doar recursos financeiros para organizações da sociedade civil. Porém, para se beneficiarem de incentivos fiscais, precisam observar critérios estabelecido pela legislação.

Somente as empresas tributadas pelo Lucro Real podem se beneficiar das doações para organizações da sociedade civil, porque podem subtrair tais doações do IR devido ao governo federal. Os limites podem recair sobre o seu lucro operacional ou sobre o montante devido de IR dependendo das leis, decretos e/ou regulamentações. Quanto às pessoas físicas, podem doar para os fundos que optarem, dentro das relações pré-estabelecidas pelo governo federal. O limite, conforme a Lei 12.594/2012 é de 6% do IR devido na Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física utilizando-se o modelo completo.

As empresas tributadas pelo lucro real são as mais interessadas no objetivo de pagar um menor imposto, que podem ser deduzidas, até o limite de 2% do lucro operacional da empresa.

De acordo com a Art. 13, § 2º, da Lei 9.249/95 poderão ser deduzidas as seguintes doações:

III - as doações, até o limite de dois por cento do lucro operacional da pessoa jurídica, antes de computada a sua dedução, efetuadas a entidades civis, legalmente constituídas no Brasil, sem fins lucrativos, que prestem serviços gratuitos em benefício de empregados da pessoa jurídica doadora, e respectivos dependentes, ou em benefício da comunidade onde atuem, observadas as seguintes regras:

a) as doações, quando em dinheiro, serão feitas mediante crédito em conta corrente bancária diretamente em nome da entidade beneficiária;

b) a pessoa jurídica doadora manterá em arquivo, à disposição da fiscalização, declaração, segundo modelo aprovado pela Secretaria da Receita Federal, fornecida pela entidade beneficiária, em que esta se comprometa a aplicar integralmente os recursos recebidos na realização de seus objetivos sociais, com identificação da pessoa física responsável pelo seu cumprimento, e a não distribuir lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto;

c) a entidade civil beneficiária deverá ser reconhecida de utilidade pública por ato formal de órgão competente da União.

Assim, podemos elucidar as doações efetuadas em instituições de ensino e pesquisa, estas devem ter sua criação autorizada por lei federal e as

doações devem preencher os requisitos dos incisos I e II do art. 213 da Constituição, obedecendo, assim, o limite de 1,5% do lucro operacional, antes de computada sua dedução e a das doações, até o limite de 2% do lucro operacional da pessoa jurídica, antes de computada a sua dedução, efetuadas a entidades civis, legalmente constituídas no Brasil, sem fins lucrativos, que prestem serviços gratuitos em benefício de empregados da pessoa jurídica doadora, e respectivos dependentes, ou em benefício da comunidade onde atuem, observados os requisitos legais. (LEI nº 9.249/95, art. 13; Decreto nº 3.000/99, art. 365; Instrução Normativa SRF nº 11/96.)

É ponderoso ressaltar que tanto as Pessoas Jurídicas como também Pessoas Físicas podem realizar doações via fundos ou programas, observando sempre as regras legais pertinentes ao ano específico da realização da doação. Relacionaremos alguns destes fundos e programas nas tabelas que seguem abaixo:

FUNDOS	DEFINIÇÃO
FUNDOS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Os Fundos têm como objetivo financiar projetos que atuem na garantia da promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Os recursos são aplicados exclusivamente na área de criança e adolescente com monitoramento dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente. A criação dos Fundos foi prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em seu art. 260.
FUNDO NACIONAL DO IDOSO	O fundo destina-se a financiar programas e ações que assegurem o direito desse público, além de criar condições para promover a autonomia, integração e participação efetiva deste segmento na sociedade.
FUNDO NACIONAL DA CULTURA	Criado pela Lei 8.313/1991, a fim de garantir apoio financeiro comprometendo-se com a descentralização regional, setorial e estética nas variadas expressões culturais brasileiras, permitindo a liberdade de criação. Através de suas normas busca pelo equilíbrio regional da distribuição de recursos, em estimular a criatividade e a diversidade.
FUNDOS DE FINANCIAMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA NACIONAL	O Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE) é constituído sob a forma de condomínio fechado sem personalidade jurídica, destinado à aplicação em projetos e/ou programas aprovados pela Agência Nacional de Cinema – ANCINE. A finalidade do FUNCINE é a obtenção de taxas de retorno diferenciadas, mediante a implementação de uma política de investimento que deverá visar o fomento da indústria cinematográfica e propiciar uma oferta diversificada de produtos com interesses e características diversas.
FUNDO AO DESPORTO	Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências.

Quadro 1: Classificação dos Fundos

Fonte: Elaborado pelas autoras.

De acordo com a Lei 9.532/97, o limite global desses incentivos, quando usados em conjunto, é reduzido para 4% do imposto devido. (Ao invés dos 6%, Lei 12.594/2012). Podemos afirmar por inferência que esta redução submete o empresário a optar por apenas um deles. Esta realidade oscila, porque no ato da doação o que vale são as normatizações em vigor.

PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR (PAT)	Instituído pela lei nº6.321, de 14 abril de 1976 e regulamentado pelo Decreto nº5, 14 de janeiro de 1991, favorece todo o trabalhador que recebe até cinco salários mínimos mensais, com o objetivo de melhorar as condições nutricionais e de qualidade de vida dos trabalhadores, a redução de acidentes e o aumento da produtividade, tendo como unidade gestora a Secretaria de Inspeção do Trabalho/Departamento da Saúde e Segurança no Trabalho.
PROGRAMA NACIONAL DE APOIO Á ATENÇÃO DE SAÚDE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PRONAS –PCD)	A norma jurídica institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência – PRONAS/PCD, que tem a finalidade de captar e canalizar recursos destinados a estimular e desenvolver a prevenção e a reabilitação da pessoa com deficiência, incluindo-se a promoção, a prevenção, o diagnóstico precoce, o tratamento, a reabilitação, indicação e adaptação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção, em todo o ciclo de vida.
PROGRAMA NACIONAL DE APOIO Á ATENÇÃO ONCOLÓGICA (PRONON)	O PRONON tem a finalidade de captar e canalizar recursos para a prevenção e o combate ao câncer, englobando a promoção da informação, a pesquisa, o rastreamento, o diagnóstico, o tratamento, os cuidados paliativos e a reabilitação referentes às neoplasias malignas e afecções correlatas.

Quadro 2: Classificação dos Programas

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A possibilidade legal dessas deduções tratam-se de um incentivo fiscal, segundo a Constituição Federal Brasileira, concedido aos contribuintes, pessoas jurídicas e físicas, pelo Poder Público, de forma que estes integrantes da sociedade, possam efetivamente colaborar para a melhoria da situação de muitos outros integrantes da nossa sociedade.

2.1 A Falta de Informação sobre doações

A falta de informação e divulgação sobre possibilidades de doações é uma perda em nosso país, pois é um assunto que não poderia ser deixado de fora de debates públicos e também acadêmicos.

Para, Oded Grajew (2002) as doações efetuadas pelas empresas brasileiras precisam fazer parte de um projeto mais amplo, que esteja referenciado em princípios e valores éticos e que contribua para a constituição de um cenário econômico sustentável. Simultaneamente, é necessário

implementar uma política que promova distribuição de renda, que traga para o País uma condição de justiça social e de garantia dos direitos básicos de cidadania.

Segundo Olenike (2016), há um desconhecimento sobre essa possibilidade de abatimento de parte das doações do imposto devido. Não há divulgação por parte do governo e da Receita Federal. Também há desinteresse. Também há desinteresse na procura de fundos para as doações por parte das pessoas físicas.

3 Benefícios Fiscais

Incentivos fiscais ou benefícios fiscais são expressões sinônimas, caracterizando-se pela redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus tributário, oriundo de lei ou norma específica (ZANLUCA, s.d.).

O incentivo fiscal é um programa usado pelo governo brasileiro para estimular trabalhos específicos em benefício a sociedade, por prazo determinado e constitui-se em uma forma da pessoa jurídica ou física poder escolher para onde parte do imposto devido será destinado. Então, acrescenta CESNIK, 2012:

Incentivos fiscais são estímulos concedidos pelo governo, na área fiscal, para viabilização de empreendimentos estratégicos, sejam eles culturais, econômicos ou sociais. Têm ainda a função de melhorar a distribuição de renda regional.

O governo abre mão de uma certa porcentagem no valor total, para incentivar iniciativas, educacionais, esportivas, culturais e de saúde em benefício a grupos ou comunidades. O contribuinte pode acompanhar mesmo que seja de longe aonde está investindo seu dinheiro. A Lei N° 8.069/90 dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O artigo 260 da Lei N° 8.069/90, agrega que:

Os contribuintes poderão realizar doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais, devidamente comprovadas, sendo

essas doações integralmente deduzidas do imposto de renda (Lei 8.069/90 art.260)

Os Conselhos devem manter o controle de cada doação recebida, e a cada ano devem emitir uma relação que contenha nome, CPF ou CNPJ de cada doador, devem informar também o valor individual de cada doação recebida em cada mês, e especificar se as doações foram feitas em bens ou dinheiro, o conselho deverá enviar esta relação até o último dia útil do mês de junho do ano subsequente, para a Secretaria da Receita Federal.

Conforme o art. 7º da IN SRF Nº 86-94, menciona que:

Art. 7º Os Conselhos Municipais, Estaduais ou Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão manter controle das doações recebidas, bem como emitir, anualmente, relação contendo nome e CPF ou CGC dos doadores, a especificação (se em dinheiro ou em bens) e os valores, individualizados, de todas as doações recebidas mês a mês, a qual deverá ser entregue à unidade da Secretaria da Receita Federal até o último dia útil do mês de junho do ano subsequente.

Com os incentivos fiscais as entidades podem se consolidar e ter uma estabilidade financeira, assim podem ajudar mais grupos e comunidades, podendo assim arcar com mais ações e projetos em áreas de necessidade do ser humano, você também pode ter o valor abatido no seu imposto de renda.

3.1 Organizações da Sociedade Civil e a realidade em Itaperuna

Em janeiro de 2017 as ONGS (Organizações Não Governamentais) se transformaram em OSCs (Organizações da Sociedade Civil), acontecendo um novo marco regulatório para tais tipos de organizações, estabelecendo um novo regime jurídico para as parcerias entre essas entidades e poder público.

A partir da Lei nº 13.019/2014 com alterações dadas pela Lei nº 13.204/2015, a transparência dos atos passa a ser fator importante nas parcerias, com o compromisso de clareza para o público no desenvolvimento de projetos sociais, tornando assim regra ampla em todo país. Outro dado relevante é a desburocratização da relação de parceria de acordo e maior

objetividade dos planos de trabalho, das despesas e das regras de prestação de contas, objetivando melhor controle dos projetos realizados.

Para Araújo (2009) as entidades sem finalidade de obter lucro desempenham um papel de grande relevância na sociedade, trazendo transformação na vida das pessoas, não buscam qualquer tipo de retorno ou ganho e são sempre criados para atender a algum objetivo específico, logo, seus propósitos institucionais e suas preocupações objetivam sempre em provocar mudanças sociais. O patrimônio dessas entidades é constituído, mantido e ampliado a partir de contribuições, doações e subvenções e que, de modo algum, se reverte para seus membros.

Um dos maiores desafios que as organizações da sociedade civil encontram é a estabilidade financeira, nem sempre elas conseguem levantar as quantias certas para pagamento das despesas, liquidar obrigações, realizar projetos e cumprir com sua missão social.

Neste cenário, existem leis criadas pelo poder público para incentivar pessoas físicas e jurídicas a investir parte de seu imposto de renda devido para entidades da sociedade civil (OSCs). Essas leis são uma forma de renúncia fiscal, o governo abre mão de parte do imposto devido, para contribuir com os projetos sociais das organizações. Essas leis podem ter um prazo determinado ou sofrer modificações de um ano para o outro. Desse modo, é preciso estar sempre atento às novas publicações legais.

A realidade das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) no nosso município é bem diferente do que é visto na lei. Através de visita técnica, na receita federal de Itaperuna recebemos a informação que não existe nenhuma organização (OSCs) em Itaperuna apta a receber este tipo de incentivo fiscal. Além disso, pesquisamos através de levantamento de informações públicas no site da Prefeitura Municipal de Itaperuna, realizados em junho de 2017, e verificamos a ausência de informações sobre o assunto.

Nossa pesquisa constatou que no município de Itaperuna existem as seguintes Instituições: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ANA BEATRIZ; ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DE ITAPERUNA; ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS

DOS EXCEPCIONAIS DE ITAPERUNA; ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO NITERÓI; ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL CULTURAL ASSISTENCIAL PROFISSIONALIZANTE; ASSOCIAÇÃO GUARDA MIRIM DE ITAPERUNA; ASSOCIAÇÃO PATRONATO PADRE HUMBERTO LINDELAUF; ASSOCIAÇÃO SANTO ANTÔNIO DOS POBRES DE ITAPERUNA.

Em Itaperuna nossas OSCs ainda não atingiram o objetivo da Lei nº 13.204, de 2015, Art. 1º, possibilitando parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação. (Lei nº 13.204, de 2015, Art. 1º)

O ideal é que a destinação de doações pudesse ser realizada para entidades locais do Nosso Município e que houvesse transparência em todo o processo para acompanhamento da ação social praticada. A verdade é que doações, com incentivo fiscal, através do imposto de rendas ainda não chegam em Itaperuna-RJ, são direcionadas para projetos em outros municípios ou Estados. Nossas instituições precisam se adequar ao Marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil que entrou em vigor em janeiro de 2016.

4 Como efetuar a doação

Cada fundo ou programa possuem suas particularidades de limites de dedução fiscal e precisa de estudos das leis e normas vigentes no momento da doação. Neste artigo vamos trabalhar com a doação para o Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente, a escolha foi aleatória, mas houve um estímulo porque as informações sobre este fundo são mais divulgadas.

Os fundos de direitos da criança e do adolescente são previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e são controlados pelo correspondente conselho dos direitos da criança e adolescente, seja ele municipal, estadual ou nacional. (Lei nº 8.069/90, art. 260). Os recursos dos fundos de direitos da criança e do adolescente têm origem governamental e

privada, por meio de doações de pessoas físicas e jurídicas. Tais doações são dedutíveis do imposto de renda a pagar de pessoas físicas e jurídicas.

Até 31 de dezembro de 2015, o abatimento do tributo a ser pago podia chegar a 6% para ações que atendiam a crianças e a idosos. Já em 2017, quando a declaração do exercício 2016 será entregue, essa alíquota cai para 3% em ações voltadas para crianças e adolescentes.

As doações das pessoas físicas podem ser efetuadas diretamente do Programa Gerador da Declaração de Ajuste Anual e deduzidas até o percentual de 3% sobre o imposto devido. Um conselho formado por representantes da sociedade e governo analisam os projetos habilitados a captar e receber os recursos oriundos do abatimento do Imposto de Rendas. Se as organizações comprovam ser de interesse público, seus projetos podem receber aprovação desse conselho para receber os recursos destinados do Imposto de Renda.

O contribuinte que fizer a doação terá redução no valor do imposto ou aumento na hora da restituição. No entanto, a dedução é aplicada somente para quem optar pelo modelo completo da declaração.

5 Considerações Finais

Este artigo identificou, atendendo o seu objetivo, quais são as instituições, os programas ou os fundos que contam com o incentivo fiscal de dedução no Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) e no Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ). Verificou-se ainda se existe, no Município de Itaperuna-RJ, alguma instituição habilitada para o recebimento de doações com dedução no IR e constatamos que ainda não. (Realização da pesquisa em Junho de 2017)

Descreveu-se também sobre os limites regulamentados pela legislação fiscal nas deduções do Imposto de Renda. Percebeu-se que pessoas físicas deixam de realizar doações diretamente a algumas entidades filantrópicas muitas vezes por falta de conhecimento ou incentivo. As pessoas físicas nem

sempre sabem quais doações são dedutíveis legalmente e quais não são dedutíveis por falta de previsão legal. Por isso, este artigo realizou um levantamento organizado e atual sobre quais instituições contam com o incentivo de dedução no Imposto de Renda.

A destinação de imposto de renda para entidades assistenciais é certamente um apoio importante para o equilíbrio financeiro das organizações da sociedade civil. E ficou destacado nesta pesquisa que o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, MROSC, foi criado para evitar retrocessos no nível federal, estadual e municipal, isto é, uma oportunidade de novos caminhos para uma relação justa entre políticas públicas e a defesa de direitos do Brasil.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, percebeu-se que a própria Receita Federal, órgão responsável pelo recolhimento do Imposto de Rendas, quieto-se sobre essas possibilidades, o que sugere uma discussão para futuros pesquisadores sobre o *self interest* do governo e também como Município de Itaperuna-RJ poderia auxiliar na canalização desses recursos, por exemplo, via Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itaperuna, aprovando projetos sustentáveis economicamente e socialmente de instituições que trabalham com crianças e adolescentes e destinar tais recursos. Cada Organização Civil responsabiliza-se pela prestação de contas do valor recebido. Tudo é fiscalizado pelo Ministério Público.

Assim, recomenda-se que trabalhos futuros verifiquem quais são os requisitos necessários para que organizações da sociedade civil regionais fiquem aptas para receber doações via imposto de renda e também efetuem parcerias com a Prefeitura Municipal de Itaperuna-RJ.

Referências

ARAÚJO, Osório Cavalcante. **Contabilidade para Organizações do Terceiro Setor**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRAZIL. **Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999**. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a

Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 mar. 1999.

BRASIL, **Lei Federal nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006**: Lei de Incentivo ao Esporte: Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivos e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Leis/2006/lei11438.htm>>. Acesso em: 4 de abr de 2017.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.472/2007 de 2 de maio de 2007**: Altera e acresce dispositivos à Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Leis/2007/lei11472.htm>>. Acesso em: 7 de abr de 2017.

CESNIK, Fábio de Sá. **Guia do Incentivo à Cultura**. 3ª ed. Barueri: Manole, 2012.

ESTIGARA, Adriana; LEWIS, Sandra A. Lopes Barbon; PEREIRA, Reni. **Responsabilidade Social e Incentivos Fiscais**. São Paulo: Atlas, 2009.

FABRETTI, Camargo Cláudio. **Contabilidade Tributária**. São Paulo: Atlas, 11ª Ed.

Instrução Normativa RFB Lei N ° 1.246/12. Art. 87. Art. 10°. IRPF – Doação Dedutível ao Fundo da Criança e do Adolescente vai até 30/abril. Portal Tributário. < <http://www.portaltributario.com.br/artigos/irpf-docao-fundo-crianca-2012.htm>>

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 7ª. Edição, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

Oded Grajew. **Artigos Especiais. "Filantropia e responsabilidade social"** 24/04/2002. <http://www.filantropia.org/artigos/oded_grajew.htm>

ONELIKE. **Doações filantrópicas podem ser abatidas do IR até o dia 29**. 25/04/2016. Por: Adriana Aguilar. <<http://www.valor.com.br/financas/4535271/doacoes-filantropicas-podem-ser-abatidas-do-ir-ate-o-dia-29>>

PAULA, Cleberson Luiz Santos de; BRASIL e MÁRIO, Revista Contabilidade Vista e Revista. Belo Horizonte. 2009

PIROLLA. Universidade de Caxias do Sul. IRPJ E IRPF. **Guia sobre Benefícios Fiscais nas Doações para os Fundos e Programas**. Rio Grande do Sul: Editora São Miguel, 2016.

QUEIROZ, Antônio Augusto de. O necessário equilíbrio entre os três setores do sistema social. 17/02/2014. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunistas/o-necessario-equilibrio-entre-os-tres-setores-do-sistema-social/>> Acesso em: 20 de out. de 2017.

Olenike. (2016)

WUNSCH, Bárbara; ROSSELLI, Paulo Eduardo. **Aspectos sociais e tributários dos incentivos fiscais relativos às doações**: Uma alternativa para a prática social e instrumento de desenvolvimento regional. Disponível em: <<https://seer.faccat.br/index.php/contabeis/article/view/137>>. Acesso em: 20 de out. de 2017.

ZANLUCA, Júlio César. **Manual dos Benefícios Fiscais do IRPJ**. Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/curso_beneficios_fiscais.htm>. Acesso em: 08 set. 2017.

A CONTABILIDADE E A PRESTAÇÃO DE CONTAS NO TERCEIRO SETOR: Estudo de Caso em uma Organização Religiosa Católica.

ACCOUNTING AND ACCOUNTABILITY IN THE THIRD SECTOR: Case Study in a Catholic Religious Organization.

LA CONTABILIDAD Y LA PRESTACIÓN DE CUENTAS EN EL TERCERO SECTOR: Estudio de Caso en una Organización Religiosa Católica.

Diane Doneda de Oliveira

Bacharel em Ciências Contábeis(UniFSJ). Centro Universitário São José de Itaperuna.

Christiani Oliveira Faria

Centro Universitário São José de Itaperuna (UniFSJ).

Jesuina Figueira Cezar

Mestra em Ciências Contábeis pela Fundação Instituto Capixaba de Pesq. em Contabilidade, Economia e Finanças, FUCAPE, Brasil. Analista de Investimentos. Professora do Centro Universitário São José de Itaperuna - UNIFSJ. Possui Especialização em Docência do Ensino Superior pela Fundação Educacional e Cultural São José, Brasil. Graduada em Ciências Contábeis e em Matemática. Participação em bancas de comissões julgadoras para bolsas de mestrado: Prêmio Excelência Acadêmica. Fundação Instituto Capixaba de Pesq. em Contabilidade, Economia e Finanças, FUCAPE.

Dinalva Doneda de Oliveira Boechat

Centro Universitário São José de Itaperuna (UniFSJ).

Resumo: Este artigo propõe um estudo dos principais tópicos da contabilidade relacionados à prestação de contas das Organizações do Terceiro Setor, focando as Organizações Religiosas, especificamente a Católica Apostólica Romana. Os objetivos traçados são: apresentar a importância da informação contábil no processo de gestão e de prestação de contas nas Organizações Religiosas; identificar os controles e gestão utilizados em uma Paróquia; apresentar alguns conceitos e formas contábeis para que haja, cada vez mais, transparência na prestação de contas da igreja. Classifica-se esta pesquisa quanto aos objetivos como exploratória e quanto à sua natureza como qualitativa, seu delineamento se deu através de um estudo de caso. Abordou-se a posição da contabilidade na administração da igreja. Demonstrou-se através de um questionário enviado a uma paróquia do município de Itaperuna-RJ, o tipo de gestão utilizado.

Palavras-chave: Organizações da Sociedade Civil. Entidades sem fins lucrativos. Igrejas.

Abstract: This article proposes a study of the main accounting topics related to accountability of the Third Sector Organizations, focusing on Religious Organizations, specifically the Roman Catholic Apostolic. The objectives are: to

present the importance of accounting information in the process of management and accountability in Religious Organizations; identify the controls and management used in a parish; present some accounting concepts and forms so that there is, more and more, transparency in the accountability of the church. This research is classified as exploratory objectives and as to its nature as qualitative, its design was given through a case study. The position of accounting in church administration was discussed. It was demonstrated through a questionnaire sent to a catholic church of the municipality of Itaperuna-RJ, the type of management used.

Key-words: Civil Society Organizations. Non-profit organizations. Churches.

Resumen: Este artículo propone un estudio de los principales tópicos de la contabilidad relacionados con la rendición de cuentas de las Organizaciones del Tercer Sector, enfocando las Organizaciones Religiosas, específicamente la Católica Apostólica Romana. Los objetivos trazados son: presentar la importancia de la información contable en el proceso de gestión y de rendición de cuentas en las Organizaciones Religiosas; identificar los controles y gestión utilizados en una parroquia; presentar algunos conceptos y formas contables para que haya, cada vez más, transparencia en la rendición de cuentas de la iglesia. Se clasifica esta investigación en cuanto a los objetivos como exploratoria y en cuanto a su naturaleza como cualitativa, su delineamiento se dio a través de un estudio de caso. Se abordó la posición de la contabilidad en la administración de la iglesia. Se demostró a través de un cuestionario enviado a una parroquia del municipio de Itaperuna-RJ, el tipo de gestión utilizado.

Palabras-clave: Organizaciones de la Sociedad Civil. Entidades sin fines de lucro. Iglesias.

Introdução

Lidar com recursos financeiros de terceiros, exige ética, prestação de contas, gestão e controle desses valores. Numa Organização Religiosa não é diferente: os bens da igreja, ofertas, dízimos e outras contribuições não são do tesoureiro, padre, bispo ou pastor. Logo, deve haver a prestação de contas.

A principal fonte de recursos dessas organizações são as doações, subvenções e contribuições de terceiros, quer sejam pessoas, empresas ou órgãos governamentais. Assim, faz-se necessário, cada vez mais, gerenciar com clareza os seus débitos e créditos para melhor alcançar os seus propósitos e realizar suas atividades.

A contabilidade pode se posicionar como principal instrumento de gestão e controle na administração dos recursos financeiros utilizados pelas Organizações Religiosas, visto que a ciência contábil gera informações relevantes para a tomada de decisão e demonstração das responsabilidades das instituições em face das partes interessadas, seus *stakeholders*.

Assim, nosso artigo propõe um estudo com os principais tópicos da contabilidade relacionados à prestação de contas das Organizações do Terceiro Setor, focando as Organizações Religiosas, especificamente a Católica Apostólica Romana. Os objetivos deste trabalho são: apresentar a importância da informação contábil no processo de gestão e de prestação de contas nas Organizações Religiosas; identificar os controles e gestão utilizados em uma Paróquia; apresentar alguns conceitos e formas contábeis para que haja, cada vez mais, transparência na prestação de contas da igreja.

O Terceiro Setor corresponde ao considerável número de organizações sem fins lucrativos e não governamentais que aplicam recursos públicos e/ou privados para a execução de suas atividades e almeja suprir a lacuna deixada pelo Estado na realização de suas obrigações com as questões sociais. Este plano se torna possível dada a capilaridade e eficiência destas organizações sociais posicionando-se onde poder público não consegue.

A Organização Religiosa é um tipo de organização da sociedade civil. Trata-se de uma pessoa jurídica que abriga as instituições de cunho religioso, suas receitas com doações e contribuições é basicamente destinada à preservação dos templos e às obras sociais. Justifica-se um estudo mais focado neste âmbito porque existem questões a respeito da Organização Religiosa, elas são novas no ordenamento jurídico brasileiro e novas também nos aspectos contábeis.

Conforme os pensamentos de Gil (2010) e Yin (2001) esta pesquisa classifica-se quanto aos objetivos como exploratória e quanto à sua natureza como qualitativa, seu delineamento se deu através de um estudo de caso. As pesquisas exploratórias “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema” (GIL, 2010, p. 45). Quanto a pesquisa qualitativa, Richardson (2007, p. 90), “pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos.”

1 Breve Histórico do Terceiro Setor no Brasil

O terceiro setor surgiu com intuito de satisfazer as carências da sociedade civil, em decorrência da dificuldade do Estado em atender as necessidades de certos grupos sociais da população. No Brasil, a atuação do Terceiro Setor iniciou por intermédio da Igreja Católica, no século XVI, através de atividades de cunho social, conforme podemos confirmar através de Silva (2010, p. 1305):

Nos alicerces do terceiro setor brasileiro estão os princípios da filantropia e da caridade religiosa. As primeiras organizações da sociedade civil nacional foram as Santas Casas de Misericórdia, que remontam aos meados do século XVI e se encontram até hoje.

Embora a atuação dessas organizações não seja recente, a expressão “Terceiro Setor”, surgiu na década de 80 no Brasil.

O termo “Terceiro Setor” começa a ser mais conhecido no Brasil no final da década de 80 do século passado para caracterizar as organizações privadas, mas sem fins lucrativos e que mantinham o seu foco nas soluções de problemas sociais. O Terceiro Setor é visto como um setor mais moderno, pois existem outros dois setores da economia que são mais tradicionais: o Primeiro Setor, que é o setor público do qual fazem parte o Governo e o Segundo Setor, representado pelo mercado, e é mais conhecido como o setor privado. (FARIA e REGO, 2014, p. 270)

O estágio atual em que o terceiro setor se encontra no Brasil e no mundo, de acordo com Silva (2010, p. 1303), “passou por séculos de transformações, onde distintas instâncias socioeconômicas, valorativas e simbólicas foram se sucedendo e amalgamando.”

Visando possibilitar uma definição acerca do que é o Terceiro Setor:

Um conjunto de atributos foi proposto por Salamon e Anheier (1992), apud Portulhak; Delay; Pacheco (2015, p.40) para caracterizar as organizações do Terceiro Setor. Para os autores, as organizações do Terceiro Setor devem ser: (i) formais: institucionalizadas, independentemente de legalizadas ou não e com procedimentos que assegurem sua perpetuação; (ii) privadas: podem até receber recursos do governo, mas não devem ter com ele ligação institucional; (iii) não distribuídas de lucros: não devem ter como finalidade o lucro, apesar de poder gerar resultados superavitários; (iv) autônomas: devem conter sua própria governança e não ser controladas por agentes externos; (v) voluntárias: devem ter sido criadas de forma voluntária, sem imposição legal ou contratual, e (vi) ter fins públicos: beneficiar o público externo, extrapolando aos

associados da entidade. No Brasil, tomando como base o Código Civil, três figuras jurídicas podem ser enquadradas nesses atributos: (i) as associações; (ii) as fundações; (iii) as organizações religiosas.

Existem três agentes distintos que atuam e auxiliam na atividade da economia, proporcionando o crescimento da sociedade, são eles: o Estado, o Mercado e o Terceiro Setor.

O Terceiro Setor é composto pelas entidades sem fins lucrativos que têm por objetivo o bem comum da sociedade. Entre elas, destacam-se as entidades tradicionais religiosas e laicas, as paraestatais, as organizações não governamentais, as associativas, as de iniciativa empresarial e as de empreendimentos no terceiro setor. (MOURA; CARVALHO, et al, 2014)

2 Organizações Religiosas

O termo Organização Religiosa é considerado mais abrangente, contemplando toda a diversidade religiosa e não apenas aquelas consideradas religiões tradicionais.

A característica essencial da Organização Religiosa é ser constituída por indivíduos com o propósito em comum de culto ao sagrado, que vivem sob a perspectiva de uma fé. Também se apresenta como sistemas organizados a partir de estruturas hierárquicas, cujo os fundamentos e doutrinas são decorrentes de uma religião ou crença.

De acordo com Monello [entre 2010 e 2017a]:

A característica essencial da Organização Religiosa é ser constituída por pessoas que vivem, professam e se dedicam na vivência de uma religião, de uma crença, de uma espiritualidade e através da meditação, da oração e de outras práticas próprias e peculiares segundo a opção pessoal e individual das pessoas.

As organizações Religiosas, por não apresentarem finalidade econômica, não eram reconhecidas como pessoa jurídica de direito privado, o que se deu através da Lei n. 10.825 em 22 de dezembro de 2003, pela inclusão do inciso IV no art. 44 do Código Civil Brasileiro, atribuindo a essas

organizações obrigações legais exigidas a qualquer pessoa jurídica sem fins econômicos e lucrativos.

As Organizações Religiosas estão sujeitas ao cumprimento das obrigações legais, previdenciárias, fundiárias, trabalhistas, fiscais e outras atribuídas a qualquer tipo de pessoa jurídica sem fins econômicos e lucrativos que se enquadrem nas exigências da lei. (MONELLO, [entre 2010 e 2017a])

Segundo Bernardo (2010) a Igreja Católica Romana é uma das maiores Organizações Religiosas. Sua existência como organização ocorre desde o seu início e cresceu junto com seu desenvolvimento. Para que essa organização seja precisa, são feitas divisões e atribuições quanto aos templos, como a Arquidiocese, uma circunscrição eclesiástica da Igreja Católica e Ortodoxa, onde a autoridade máxima é o arcebispo. Esta divisão é responsável pelas Paróquias de uma região.

Através de entrevista semiestruturada com a secretária de uma paróquia do município de Itaperuna, foi possível identificar todos os municípios com paróquias inseridas na diocese de Campos, localizada na cidade de Campos dos Goytacazes – RJ. A diocese de Campos, assim como outras 8 dioceses, está inserida na Regional Leste1.

Os municípios que compõem a diocese de Campos (Leste1) são: Itaperuna, Campos dos Goytacazes, São Fidélis, São João da Barra, São Francisco do Itabapoana, São José de Ubá, Bom Jesus do Itabapoana, Cardoso Moreira, Cambuci, Italva, Natividade, Porciúncula, Varre-Sai, Laje do Muriaé, Santo Antônio de Pádua, Aperibé e Miracema.

O quadro a seguir demonstra a divisão das regiões correspondentes as dioceses no Brasil.



Quadro 1: Regiões Episcopais no Brasil.

Fonte: CERIS/CNBB/IBGE, 2014.

Para elucidar as informações do mapa, segue uma legenda especificando os estados pertencentes de cada região e o número total de paróquias pertencentes a cada uma delas:

- Norte 2 (Amapá e Pará) 194
- Nordeste 1 (Ceará) 96
- Nordeste 2 (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e RN) 283
- Nordeste 3 (Bahia e Sergipe) 223
- Nordeste 4 (Piauí) 159
- Nordeste 5 (Maranhão) 98
- Leste 1 (Rio de Janeiro) 242
- Leste 2 (Espírito Santo e Minas Gerais) 470
- Sul 1 (São Paulo) 499
- Sul 2 (Paraná) 253
- Sul 3 (Rio Grande do Sul) 219
- Sul 4 (Santa Catarina) 154
- Centro-Oeste (Distrito Federal e Goiás) 165
- Oeste 1 (Mato Grosso do Sul) 48
- Oeste 2 (Mato Grosso) 42

- Noroeste (Acre, sul do Amazonas e Rondônia) 55
- Norte 3 (Tocantins e norte de Goiás) 28
- Norte 1 (Norte do Amazonas e Roraima) 63

A influência da Igreja Católica na sociedade se deu sob vários aspectos. Na economia, a estrutura da organização eclesiástica serviu de modelo para empresas privadas, conforme exposto no organograma a seguir:

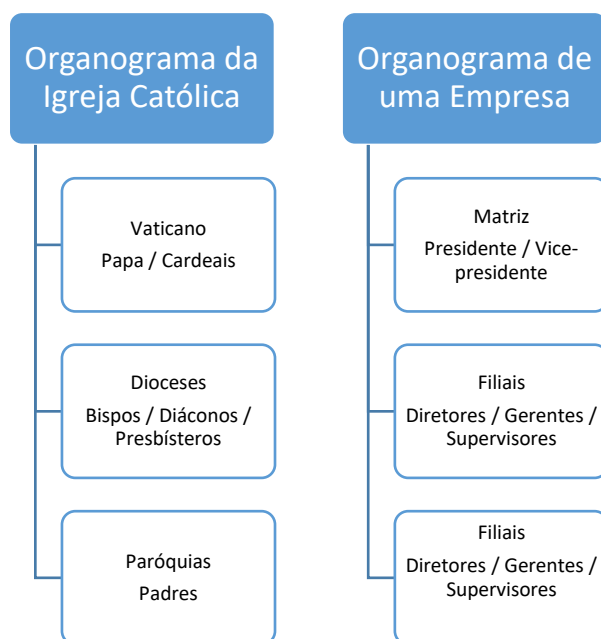


Figura 1: Comparativo de organogramas organizacionais.

Fonte: Adaptado pelas autoras de Chiavenato (2000).

Essa arquitetura organizacional permite uma administração eficiente, essencial à continuidade da Igreja Católica.

De acordo com Chiavenato (2000, p. 28):

Ao longo dos séculos, a Igreja Católica estruturou sua organização, com uma hierarquia de autoridade, um estado-maior (assessoria) e a coordenação funcional para assegurar integração. A organização hierárquica da Igreja é tão simples e eficiente que sua enorme organização mundial pode operar sob o comando de uma só cabeça executiva: o Papa, cuja autoridade coordenadora lhe foi delegada de forma mediata por uma autoridade divina superior. A estrutura da organização eclesiástica serviu de modelo para as organizações que, ávida de experiências bem-sucedidas, passaram a incorporar os princípios e as normas administrativas utilizados pela Igreja Católica.

O principal requisito para as organizações religiosas, é a legalização como Pessoa Jurídica de Direito Privado, atribuindo assim, obrigações legais e fiscais aplicáveis às Pessoas Jurídicas. (MONELLO, [entre 2010 e 2017a])

Embora as organizações religiosas estejam sujeitas a exigências legais, são constituídas sob o manto confessional. São portadoras de um direito próprio e livre quanto a criação e organização, estruturação interna e funcionamento. (MONELLO, [entre 2010 e 2017b])

A Constituição Federal resguardou a Igreja em suas manifestações de fé, no seu art. 5º, inciso VI (CF/88): “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício de cultos religiosos e garantidos, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias”.

Outro ponto importante a ser destacados das instituições religiosas é, apesar de serem constituídas e personalidade jurídica devidamente inscritas na Receita Federal (CNPJ), com Estatuto Social registrado em cartório, são isentas de Imposto de Renda.

O Código de Direito Canônico, direito próprio que disciplina a Igreja Católica, tem dentre as determinações a serem cumpridas, as obrigações das legislações vigentes no âmbito federal, estadual e municipal. (SILVA, 2013, p. 37)

O Código Civil determina que a Igreja deve manter uma contabilidade planejada, estruturada e organizada de acordo com as normas contábeis em vigor, além de efetuar apuração anual de resultados através de um Balanço Patrimonial.

2.1 Questões Legais e Contábeis de uma Organização Religiosa

Por exigência legal, de acordo com a Constituição Federal, no seu Art. 70, Parágrafo Único:

Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

O Código Civil em seu inciso IV, artigo 44, estabelece que as organizações religiosas sejam pessoas jurídicas de direito privado, necessitando assim, obrigatoriamente seu registro no Cartório de Pessoa Jurídica. A partir do registro no Cartório, a igreja obrigatoriamente terá que ter alguns documentos e atender algumas obrigações. Segue abaixo, um quadro elaborado para evidenciar todos os documentos, necessários bem como uma caracterização da sua exigência.

Documentos	Caracterização das Exigências
Estatuto Social	Devidamente registrada em cartório
CNPJ	Há obrigatoriedade da inscrição do CNPJ no Ministério da Fazenda, da igreja matriz e suas congregações, cuja identificação, no caso das congregações, será pelo número de ordem e barra do referido CNPJ (BRASIL, Lei 4.503 de 30/11/64)
Livro de Ata	A igreja está obrigada a possuir o Livro de Ata, devidamente registrada em cartório com os devidos Termos de Abertura e Termo de Encerramento
Livro Caixa ou Diário/Razão	A igreja é obrigada a possuir um Livro Caixa ou Diário/Razão com o Termos de Abertura e Encerramento, o qual, depois de registrado em cartório, deverá iniciar a escrituração de todas as receitas e despesas e as contas patrimoniais da igreja. (Código Tributário Nacional, Art. 9º e 14º)
RAIS	Todas as igrejas, enumeradas no Decreto 76.900 de 13/12/75, devem apresentar anualmente e dentro do prazo legal o Rais negativo, quando as igrejas não possuírem empregados registrados, conforme determinação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho)
Declaração de Isenção	Conforme determina o Decreto Federal nº 1.041 (Subseção II), todas as igrejas estão obrigadas a entregar anualmente a Receita Federal, até o mês de junho de cada ano, sua Declaração de Isenção do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
Matrícula no INSS	Após o registro do estatuto e da inscrição do CNPJ, a igreja deve providenciar sua matrícula no INSS
Matrícula no FGTS	Após seu registro jurídico deverá fazer o cadastro junto ao Caixa Econômica Federal
Ata de Eleição da Diretoria	A igreja deve transcrever em Ata da Eleição da última

	diretoria e providenciar seu registro em cartório
Imposto Sindical Patronal	Revestida de natureza jurídica as entidades sem fins lucrativos, como no nosso caso as igrejas, são consideradas empregadoras. Portanto, deverão recolher no mês de janeiro de cada ano o imposto sindical patronal ou solicitar a sua isenção
Contrato de locação	Se o templo for alugado ou Escritura definitiva dos imóveis, Contrato de cessão de direito dos imóveis

Quadro 2: Documentos e Caracterizações das Exigências para Organizações Religiosas

Fonte: Elaborado pelas autoras

A contabilidade torna-se obrigatória porque é necessária para a prestação de contas perante aos membros, como também para fins de isenção do Imposto de Renda, já que o artigo 14 do Código Tributário Nacional prevê:

Art. 14. O disposto na alínea “e” do inciso IV do art. 9º é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

- I. Não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou se suas rendas, a qualquer título;
- II. Aplicarem integralmente no País, os seus recursos na manutenção dos seis objetivos institucionais;
- III. Manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Declarações - Obrigações Acessórias: Devem ser enviadas as declarações de pessoa jurídica, tais como DCTF, DIRF, ECD e ECF. Ainda estão obrigadas conforme o caso a EFD Contribuições devendo observar o enquadramento que se aplica.

- DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais
- DIRF – Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte
- ECD – Escrituração Contábil Digital
- ECF – Escrituração Contábil Fiscal

2.2 Dízimo: Contexto Jurídico e Contábil-Fiscal

O dízimo é uma expressão de fé, um ato de amor e gratidão a Deus; um gesto de responsabilidade para com a igreja e a obra de Deus.

É uma contribuição livre, voluntária, regular, periódica, um compromisso de todo cristão para manutenção da vida, da igreja local onde vive sua fé.

Os fiéis têm obrigação de socorrer às necessidades da Igreja, a fim de que ela possa dispor do que é necessário para o culto divino, para as obras de apostolado e de caridade e para o honesto sustento dos ministros. (Cân 222, Código de Direito Canônico)

Segundo o Código de Direito Canônico, no cânone 1262, “Os fiéis concorram para as necessidades da Igreja com as contribuições que lhes forem solicitadas e segundo as normas fixadas pela Conferência dos Bispos.”

Na Igreja Católica existe a pastoral do dízimo, formada por uma equipe responsável pela arrecadação do dízimo, que é direcionado para seis dimensões evangelizadoras: Litúrgica (despesas com o culto), Pastoral (despesas com as pastorais), Comunitária (remuneração), Social (promoção humana e social), Missionária (colaboração) e Vocacional (formação). (PASTORAL DO DIZIMO, [entre 2010 e 2017])

A equipe da pastoral do dízimo, presente em capelas e comunidades das Paróquias e Áreas Pastorais, são responsáveis pelo recolhimento, contagem e assinaturas dos recibos dos dízimos, que são encaminhados a tesouraria paroquial ou a quem o Pároco com o conselho econômico designar. (FORMAÇÃO E FUNÇÃO DA EQUIPE DE PASTORAL DO DIZIMO, 2013).

O dízimo é recolhido e aplicado de acordo com as finalidades estatutárias da instituição religiosa. No entanto, as igrejas se reúnem em torno de uma Sede Regional ou Matriz, visando obter uma administração mais centralizada, sendo necessário um contador para a realização da contabilidade destas instituições.

A contabilidade é uma ciência que estuda e pratica as funções de controle e de registro relativos aos atos e fatos da Administração e da Economia. Mas especificamente, trata do controle do patrimônio da organização. E isso é feito por meio dos registros contábeis, dos fatos e das respectivas demonstrações dos resultados elaborados. (SILVA, 2013, p. 40).

Neste contexto, a contabilidade se torna ferramenta indispensável para um controle da movimentação financeira, registrando a arrecadação (receitas)

e despesas conforme prescrição do Código do Direito Canônico e legislação fiscal do país. (SILVA, 2013, p. 40)

“Hoje a contabilidade não é mais encarada como uma simples forma de controle burocrático e sim, como um importante aliado, fornecendo relevantes informações para tomada de decisões.” (NEVES, 2013)

2.3 Ética da Gestão dos Recursos de Terceiros

Partindo do princípio de que as instituições que compõem o Terceiro Setor necessitam de recursos públicos ou privados para desenvolverem suas atividades, torna-se necessário transparência acerca da utilização dos recursos recebidos.

Desta forma a prestação de contas torna-se um instrumento importante para transparência no que se refere ao processo de gestão, cujos relatórios elaborados devem ser apresentados aos usuários, sejam eles conselho fiscal, colaboradores remunerados ou voluntários, órgãos públicos, empresas privadas, doadores e sociedade civil. (GIMENES, 2010, p. 137)

Ainda com relação a prestação de contas no Terceiro Setor, a Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR) estabeleceu um código de ética a ser seguido pelos associados que também serve como referência para todos que desejam captar recursos no campo social. O código de ética disciplina a prática profissional, ressalta princípios de atuações e propõe condutas éticas elevadas (CÓDIGO DE ÉTICA - ABCR).

Na igreja católica há o Código de Direito Canônico reconhecido como regimento interno e com prescrições a serem seguidas:

O Código de Direito Canônico, reconhecido como regimento interno e tem prescrições a serem cumpridas, tais como o cumprimento das legislações vigentes nas esferas federal, estadual e municipal (SILVA, 2013, p. 37)

Nas paróquias é obrigatório a Constituição da Comissão de Assuntos Administrativos e Econômicos (CAEP), e tem como representante legal o Pároco. Esta Comissão é responsável pelas atividades referentes aos assuntos econômicos e administrativos e possui identidade própria, isentando seus

membros de responderem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações. (SILVA, 2013, p. 38)

3 Método de pesquisa aplicados neste trabalho

Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real. Uma situação tecnicamente única é enfrentada na investigação de estudo de caso: haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, mas beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados. (YIN, 2001, p. 32-33)

A pesquisa foi desenvolvida em algumas etapas: Primeiro, realizou-se os estudos teóricos para consolidar o referencial conceitual sobre o tema das Organizações Religiosas e verificar o seu estado da arte, o qual tende a ser complexo, pois insere-se no Terceiro Setor. Optamos por trabalhar na Igreja Católica que possui muitos documentos próprios de sua instituição.

Segundo, realizou-se um estudo de caso que mapeou as práticas de prestação de contas de uma paróquia católica em Itaperuna-RJ, destacando as ações que são realizadas através de procedimentos contábeis e quem os executa. Nosso roteiro do questionário aplicado ao padre foi replicado de Faria e Rego (2014, p. 295-298) e encontra-se no anexo deste artigo.

Foram realizados o levantamento e a análise dos dados qualitativos, enfocando os resultados dos objetivos propostos. Podemos evidenciar uma limitação deste trabalho inerente a realização de um estudo de caso, além da paróquia ter sido escolhida intencionalmente pela facilidade de acesso das pesquisadoras.

4 Levantamento e análise dos dados

Para atingir os objetivos deste estudo, foi realizada uma pesquisa, por meio de questionário apresentado ao Pároco.

Na perspectiva do Pároco, e classificada sob grau de importância, a prestação de contas pela paróquia, ocorre em razão dos seguintes fatores:

atendimento as normas eclesiais internas ou externas e a sustentabilidade da paróquia e a cobrança dos doadores. Ainda sob o mesmo grau de importância, foi respondido que a prestação de contas, elaboradas pelo tesoureiro, dirige-se a diocese, paroquianos, doadores e funcionários e voluntários.

Quando perguntado sobre os tipos de receitas auferidas pela paróquia, colocou o recebimento dos dízimos dos membros da igreja como o mais importante, seguido das ofertas, legados e doações. Essa informação mostra que o ingresso dos recursos se dá através dos fiéis, o que torna fundamental a credibilidade da paróquia com a comunidade para a captação de recursos. Na visão do Pároco, a prestação de contas é importante, pois permite maior transparência na gestão dos recursos recebidos e a contabilidade é fundamental para o controle da movimentação financeira e administrativa.

Sobre as demonstrações contábeis, a paróquia mantém suas escriturações atualizadas e todos os documentos e informações necessárias para a realização da contabilidade, são de responsabilidade do tesoureiro. Os Relatórios de Balanço Patrimonial, Demonstração do Superávit ou Déficit do exercício, Demonstrativo de Entrada e Saída e Demonstração do saldo, são executados e são de conhecimento do Pároco. No entanto, os relatórios de Demonstração das mutações do Patrimônio Social, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e Demonstração do Fluxo Disponível, o Pároco afirmou não ter conhecimento dos mesmos.

Quanto ao meio utilizado para a prestação de contas, classificada em grau de importância, foi respondido que os relatórios são colocados em local de boa visualização, seguido de comunicação verbal em público, apenas dizendo o local do relatório financeiro. Embora a igreja tenha jornal informativo, a divulgação financeira é fixada no mural. A paróquia também possui mecanismos eletrônicos, como o *Facebook* e *WhatsApp*, usados somente para divulgação de eventos. Quando perguntado se menciona divulgações financeira durante a missa, respondeu que discorda totalmente dessa atitude. Informou ainda, que a aplicação de recursos é disponibilizada aos doadores apenas quando solicitados.

Em resposta à pergunta sobre fiscalização das contas, o pároco responde que existe um órgão responsável pelo controle e fiscalização de contas da paróquia, o Economato Diocesano, que pertence a Diocese. Além disso, existe nas paróquias a Comissão de Assuntos Administrativos e Econômicos Paroquiais. Essa comissão é formada pelo Pároco e por membros conhecidos de toda igreja, que não se opõem em marcar horário para reunião com os fiéis sempre que solicitado.

Considerações Finais

Partindo do pressuposto de que as organizações do terceiro setor, sobretudo as organizações religiosas, possuem características distintas dos demais setores, como serem mantidas através de recursos de terceiros e a não obtenção de lucros, a prestação de contas torna-se imprescindível. No caso da Igreja Católica, são os dízimos dos fiéis e as doações a fonte dos recursos financeiros que mantêm a instituição e a transparência pode inspirar a confiabilidade dos fiéis e tornar-se fator fundamental para a continuidade da instituição.

Lidar com esses recursos financeiros põe em evidência o gestor e todos que participam do Conselho Econômico da igreja. Além disso, tem o fato das igrejas centralizarem a administração na matriz. Por isso, conduzir uma gestão dentro dos padrões éticos, sem deixar dúvidas e obedecendo aos princípios e normas brasileiras, exige assistência especializada. É então que a contabilidade atua, tanto para a prestação de contas, como também para fins de isenção de imposto de renda, controle de patrimônio e Demonstrações financeiras.

O propósito deste trabalho foi analisar os principais documentos da contabilidade relacionados à prestação de contas para as organizações religiosas e identificar os controles e gestão utilizados numa paróquia do município de Itaperuna-RJ. Dessa forma, foram apresentados os documentos obrigatórios e os princípios e normas contábeis necessários para uma gestão alicerçada na transparência e para o cumprimento das exigências legais,

aplicada as organizações religiosas, ao se tornarem Pessoas Jurídicas de Direito Privado.

Foi realizado um estudo de caso, através de questionário enviado a uma paróquia do município de Itaperuna-RJ, onde se pode verificar que a paróquia possui uma contabilidade em conformidade com as normas e princípios contábeis. Além disso, faz uso da contabilidade como instrumento de transparência, para manter os fiéis informados quanto a utilização dos dízimos e para não deixar dúvidas quanto a gestão dos recursos e o trabalho desenvolvido pela mesma.

Referencias

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Edição administrativa atualizada em julho de 2002. 2002. 427p.

CERIS, Centro de Estatística e Investigações Sociais; CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Campus 2000.

Código de Ética e Padrões da Prática Profissional. Disponível em: <capacitadores.org.br/código-de-etica/>. Acesso em:

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br>> Acesso em: 02 set. de 2017.

FARIA, Juliano Almeida de; REGO, André Lourenço da Silva. **Transferência nas Entidades Religiosas: Um Estudo de Caso sobre a Aplicação de Fatores que Contribuem para a Transparência Financeira na Paróquia Senhor do Bonfim**. Revista de Teologia e Ciência da Religião. v. 4, n. 1, p. 267-299, dez. 2014.

Formação e Função da Equipe de Pastoral do Dízimo. Disponível em: <www.paroquiadapaz.org.br/.../pastorais/...dizimo/243-formacao-e-funcao-da-equipe-de-pastoral-do-diz...>. Acesso em: 26 de set. de 2017.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIMENES, Éder Rodrigo. **Transparência na Prestação de Contas por organizações do Terceiro Setor**. Revista Urutaguá – acadêmica multidisciplinar. DCS/UEM, v.4, n.1, p. 130-140, dez. 2014. Disponível em: <eduem.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/viewFile/6493/5220>. Acesso em: 26 de set. de 2017.

MONELLO, Sergio Roberto. **A Organização Religiosa, Seu Estatuto e Suas Obrigações Legais.** [Entre 2010 e 2017a]. Disponível em: <www.advocaciasergiomonello.com.br/.../59-a-organizacao-religiosa-seu-estatuto-e-seu...> Acesso em: 18 de set. de 2017.

MONELLO, Sergio Roberto. **Organizações Religiosas e o Código Civil Brasileiro.** [Entre 2010 e 2017b]. Disponível em: <www.advocaciasergiomonello.com.br/.../16-as-organizacoes-religiosas-e-o-codigo-civ...>. Acesso em: 18 de set. de 2017.

MOURA, Breno Miller Vieira de; CARVALHO, Fernanda Alves Vieira de; FERREIRA, Julio Cesar; MORAES, Kenya Tatiana Frade; ARANDA, Luisa de Almeida Cunha Ferreira. **A contabilidade e o Terceiro Setor: Contribuições para uma gestão mais eficiente.** Artigo (Curso de Ciências Contábeis). Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

NEVES, Mauricio. **O Perigo da Duplicidade da Receitas nas Instituições Religiosas.** Disponível em: <blog.soresneves.com.br/duplicidade-das-receitas-nas-instituicoes-religiosas/>. Acesso em: 03 de out. de 2017.

Pastoral do Dízimo. Disponível em:<pastoraldodizimopgua.webnode.com.br/duvidas-sobre-o-dizimo/>. Acesso em: 03 de out. de 2017.

PORTULHAK, Henrique; DELAY, Albino João; PACHECO, Vicente. **Prestação de Contas por Entidades do Terceiro Setor e Seus Impactos na Obtenção de Recursos: Um Olhar Sobre o Comportamento dos Doadores Individuais.** Revista Pensar Contábil. Rio de Janeiro, v.17, n.64, p. 39-47, set./dez. 2015.

SILVA, Carlos Eduardo Guerra. **Gestão, Legislação e Fontes de Recursos no Terceiro Setor Brasileiro: uma perspectiva Histórica.** Revista Administração Pública. Rio de Janeiro, p.1302-1305. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/2391/gestao...>>. Acesso em: 03 de out. de 2017.

SILVA, Edilaine Bernardes da. **A Contabilidade como Instrumento de Gestão e Controle em uma Organização Religiosa do Terceiro Setor.** Programa de Pós-Graduação (Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Contabilidade). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

A EMPRESA FAMILIAR NO CENÁRIO DE PROFISSIONALIZAÇÃO

THE FAMILY COMPANY IN THE PROFESSIONALIZATION SCENARIO

LA EMPRESA FAMILIAR EN EL ESCENARIO DE PROFESIONAL

Dayana Rodrigues dos Reis da Silva

Bacharel em Administração pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Lindalva Rosinete Silva Neves

Mestre em Administração pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

RESUMO: As empresas familiares ocupam um lugar de destaque na economia. Contudo, apresentam dificuldades relacionadas à sua organização e administração, que atrapalham seu crescimento econômico e que impedem a empresa familiar de se profissionalizar. O objetivo deste trabalho é apresentar alguns conceitos de empresa familiar e abordar os problemas que estas enfrentam, em especial quanto à profissionalização. Metodologicamente, trata-se de revisão bibliográfica. Verificou-se, como resultados, que em um cenário de mudanças, a empresa familiar necessita de um processo de profissionalização, sendo determinante para a sua sobrevivência.

Palavras-chaves: Empresa familiar. Organização. Profissionalização.

ABSTRACT: Family businesses occupy a prominent place in the economy. However, they present difficulties related to their organization and administration, which hinder their economic growth and prevent the family business from becoming professionalized. The objective of this work is to present some concepts of family business and to address the problems they face, especially regarding professionalization. Methodologically, this is a bibliographical review. It was verified, as results, that in a scenario of changes, the family company needs a professionalization process, being determinant for its survival.

Keywords: Family business. Organization. Professionalism.

RESUMEN: Las empresas familiares ocupan un lugar destacado en la economía. Sin embargo, presentan dificultades relacionadas a su organización y administración, que entorpecen su crecimiento económico y que impiden a la empresa familiar de profesionalizarse. El objetivo de este trabajo es presentar algunos conceptos de empresa familiar y abordar los problemas que estas enfrentan, en especial en cuanto a la profesionalización. Metodológicamente, se trata de una revisión bibliográfica. Se verificó, como resultados, que en un escenario de cambios, la empresa familiar necesita un proceso de profesionalización, siendo determinante para su supervivencia.

Palabras claves: Empresa familiar. Organización. Profesionalización.

INTRODUÇÃO:

As empresas familiares estão no mundo todo, todavia sofrem alguns problemas relacionados à gestão e à sucessão. A gestão familiar precisa de mudanças que a torne mais forte, saudável e profissionalizada. (RICCA, 2007, p. 11).

A profissionalização é o recurso que as empresas familiares precisam para se firmarem no mercado econômico, o qual está cada dia mais acirrado e competitivo. Conforme Ricca (2007, p. 7) afirma: “É inegável que a profissionalização é inevitável no cenário contemporâneo de alta competitividade”. Entretanto, o mesmo autor diz que o processo de profissionalização não significa somente a contratação de executivos externos para gerir o negócio, mas, antes de tudo, que a empresa familiar seja pautada por organização, processos, métodos e práticas eficazes de administração, qualidade e trabalho responsável. Ele acrescenta ainda, que esses requisitos podem ser preenchidos pelos próprios administradores familiares.

“Infelizmente, os fracassos às vezes obscurecem a beleza de empreendimentos familiares bem-sucedidos”. (RICCA, 2007, p. 12). E este trabalho apresenta algumas dificuldades que uma empresa familiar encontra, relacionadas a seu processo de profissionalização. Pois, na maioria das vezes, apresentam diversas barreiras, que além de impedirem o crescimento econômico da empresa, trazem consigo dificuldades para a organização.

1 A empresa familiar

A empresa familiar é definida por alguns autores, como aquela em que a propriedade e as decisões são guiadas pelos membros de um grupo com afinidades e sentimentos afetivos. Outros afirmam que em uma organização familiar as crenças, culturas e os valores da empresa se identificam com os da família. A maioria das empresas familiares tem o próprio dono da empresa como o gestor e administrador dominante, o que muitas vezes, pode ocasionar problemas na administração. (FREITAS; BARTH, 2012).

Pretende-se nessa afirmativa compreender os ritmos de mudança, de seu tempo e de suas especificidades constitui uma capacidade fundamental

para assegurar a continuidade do sistema familiar. (BUENO; FERNÁNDEZ; SÁNCHEZ, 2007, p. 163).

A gestão familiar constitui uma complexa realidade, pois nela há diversos sistemas sociais que muitas vezes são opostos e conflitantes, como a família e a empresa. De um lado a família que é composta por indivíduos ligados por sangue ou por parentesco, com diferentes interesses, problemas e características, na qual a evolução criou um tipo específico de cultura. De outro lado, há a empresa, que é uma organização com objetivos econômicos, além de ser constituída por pessoas com diferentes papéis. (BUENO; FERNÁNDEZ; SÁNCHEZ, 2007, p. 70).

De acordo com Ricca (2007, p. 7) numa organização familiar, são fundamentais a abordagem técnica, conhecimento e informações que contribuem para o aprimoramento de sua gestão. A profissionalização torna-se algo inevitável, e é pautada por “organização, método, práticas eficazes de administração, qualidade e trabalho responsável”.

“A singularidade de cada empresa familiar em seu ciclo de vida mostra problemas crônicos e circunstanciais.” (LODI, 1994, p.29). O autor (op. cit., p.17) afirma que é necessário manter o foco sobre a harmonia familiar e sobre o melhor aumento do capital da família.

No entanto, cabe nesse momento abordar algumas definições sobre a empresa familiar.

1.1 Definições do conceito de empresa familiar

A partir da diversidade de pensamento de alguns autores, foram selecionados os seguintes conceitos, como pode ser observado na tabela 01:

Tabela 01: Definições do conceito de empresa familiar
Empresa familiar é aquela em que a propriedade e as decisões são controladas pelos membros de um “grupo de afinidade afetiva”. (Carsud, 1996).
Empresa familiar é aquela que, na prática, é controlada por uma única família. (Barry, 1999).
Empresa na qual os membros da família têm controle legal sobre a propriedade. (Lansberg;

Perrow; Rogolsky, 1988).
Empresa na qual uma só família possui a maioria do capital e tem o controle total. Os membros da família formam parte da diretoria e tomam as decisões mais importantes. (Gallo; Sveen, 1991).
Empresa da qual os membros de uma ou duas famílias são proprietários e diretores. (Stern, 1996).
Empresa que será transferida à geração seguinte da família para que a dirija e controle. (Ward, 1989).
Organização na qual as principais decisões operacionais e os planos de sucessão da diretoria são influenciados pelos membros da família que formam parte da diretoria ou do conselho de administração. (Handler, 1989).
Empresa familiar é a que foi fundada por um membro da família e foi transmitida, ou espera-se que se transmita, aos seus descendentes. Os descendentes do fundador ou fundadores originais terão a propriedade e o controle da empresa. Além disso, membros da família trabalham e participam da empresa e dela se beneficiam. (Bork, 1986).

Fonte: (NEUBAUER; LANK, 1999 apud BUENO; FERNÁNDEZ; SÁNCHEZ, 2007, p. 4).

Entretanto, há uma dificuldade de se estabelecer um único conceito para a empresa familiar, pois os diversos significados coexistem na literatura, o que torna a definição restringida e complexa. (ALTAF; TROCCOLI, 2010),

Para Chua, Chrisman e Sharma (1999, apud ALTAF; TROCCOLI, 2010), “o desafio de se estabelecer uma definição de organização familiar reside na possibilidade de identificação de uma unicidade conceitual que permita sua caracterização como tal”. Concordando com essa afirmação, Silva (2000, apud ALTAF; TROCCOLI, 2010) diz que não há uma concordância na definição de empresas familiares por autores que se propõem a estudá-las.

Todavia, como visto no início deste tópico, alguns autores se dedicam para, ao menos, mostrar alguns pontos básicos que caracterizam as empresas familiares.

À seguir a tabela mostra alguns pontos fortes e fracos das empresas familiares, através da visão de administradores profissionais.

Tabela 02: Pontos fortes e pontos fracos das empresas familiares segundo administradores profissionais.

Pontos fortes	Pontos fracos
Propicia mais segurança no emprego, pois o contato com o dono é direto e torna as relações mais pessoais.	Geralmente, não há nenhum suporte econômico voltado ao crescimento da empresa.
Objetividade (os objetivos da empresa são claros).	Pouca liberdade para “sair fora dos trilhos”
Quando o patrão é atuante, é fácil corrigir desvios (desde que ele “compre a ideia”).	A estrutura pode ser contaminada por pessoas que não tenham capacidade profissional para a função.
Geralmente o antecessor procura transmitir ensinamentos a seu sucessor, sobre o negócio em si e produtos, o que garante a continuidade e qualidade do produto final da empresa.	Paternalismo. Falta de rumos (as coisas são direcionadas pelo humor do dono). Formação de sucessor dentro da própria empresa (“ele adquire todos os vícios!”).
Direção firme. Aproximação direta dos diretores com a estrutura da empresa, transmitindo segurança e confiança.	Interesses pessoais. Conflito de interesses. Fragilidade diante do desaparecimento do fundador.
Liderança definitiva. Poder de decisão. Confiança.	Centralização de poderes. Envolvimento subjetivo.
Aproximação e compreensão humana. Poder de sugestão e persuasão.	Não conformidade com novas realidades. Adaptação e assimilação mais lentas.
Preocupação com a responsabilidade social,	Ausência de preparação e desenvolvimento

embora protecionista.	dos níveis de chefia e gerencial.
Mais humano, considerando o aspecto social dos empregados.	Receio de inovação (barreiras). Muita incompetência.
Relações informais entre os diversos níveis.	Conflitos de poder. Morosidade nas decisões. Excesso de centralização.
Tradição em tudo o que faz.	Muito atrito entre os membros da 2ª e 3ª gerações da família. Briga pelo poder.

Fonte: RICCA, Domingos. **Sucessão na empresa familiar**: conflitos e soluções. São Paulo: CLA, 2007, p. 17.

1.2 A cultura da empresa familiar

A cultura da empresa familiar está relacionada com os seus valores e costumes, os quais formam a identidade da empresa, sua cultura histórica e seus métodos. (FREITAS; BARTH, 2012). A cultura também está interligada com a continuidade da empresa, de acordo com a citação abaixo, a cultura interveem na manutenção, competição, estratégia e conseqüentemente, no resultado da empresa.

Na cultura de uma empresa está a origem da manutenção da sua capacidade distintiva ou vantagem competitiva diferencial, o alicerce no qual se fundamenta sua estratégia e organização, o resultado de uma autêntica ação de liderança por parte de quem dirige a empresa, e a “escola” que forma os estilos de direção de seus futuros dirigentes. (BUENO; FERNÁNDEZ; SÁNCHEZ, 2007, p. 33)

A existência de uma história e um patrimônio econômico comum aos membros da família empresária, assim como o envolvimento dela na gestão e na governança da empresa familiar, são duas das suas principais características que contribuem para o desenvolvimento de uma cultura, de princípios e de valores compartilhados por todos os familiares. (AMAT, 200, p. 27 apud BUENO; FERNÁNDEZ; SÁNCHEZ, 2007, p. 33).

Através do conhecimento sobre administração estratégica, pode-se perceber com mais clareza, a influência que a existência de uma adequada cultura própria tem sobre o sucesso empresarial, pois funcionários vivem essa

cultura de maneira fiel e intensa. (BUENO; FERNÁNDEZ; SÁNCHEZ, 2007, p. 33).

Com o passar do tempo e através dos acontecimentos dentro da empresa, a cultura é transmitida. E uma forma de transmissão é através dos exemplos vivenciados, dos valores culturais aplicados nos momentos decisivos ou em situações delicadas e difíceis.

“Os valores são o que mantém a empresa integrada, cimentando as relações entre os membros da família acima das diferenças individuais.” A cultura e os valores de uma família, geralmente, se relacionam com pessoas, trabalho e dinheiro, além de religião, tradição e a adaptação às novas ideias. (LODI, 1994, p. 3).

O autor supracitado no parágrafo anterior (1994, p. 9) diz que o fundador tem medo da geração seguinte dissipar toda a fortuna construída. Contudo, o que os “mais velhos” podem fazer é transmitir a seus descendentes e sucessores “fortes valores morais e bom senso”.

O fundador cria uma empresa a partir de um sonho pessoal e chega ao fim da vida com dificuldade de compartilhar os seus valores com a segunda geração. O tecido dos sonhos da segunda geração precisa ser produto do trabalho de todas as pessoas envolvidas. Para isso é necessário que quem assume o comando da família encarne os traços e os valores que a segunda geração descobre na primeira. (LODI, 1994, p. 7).

1.3 A empresa familiar e o tempo

Ao analisar uma gestão familiar não se pode desconsiderar a influência do fator temporal. (BUENO; FERNÁNDEZ; SÁNCHEZ, 2007, p. 164).

Ricca (2007, p.13) diz que é preciso levar em conta o tempo e as mudanças para que as empresas familiares reflitam com exatidão o mundo real. E também afirma que muitos problemas enfrentados pelas empresas familiares são causados pela passagem do tempo, envolvendo mudanças na empresa, na família e na distribuição da propriedade.

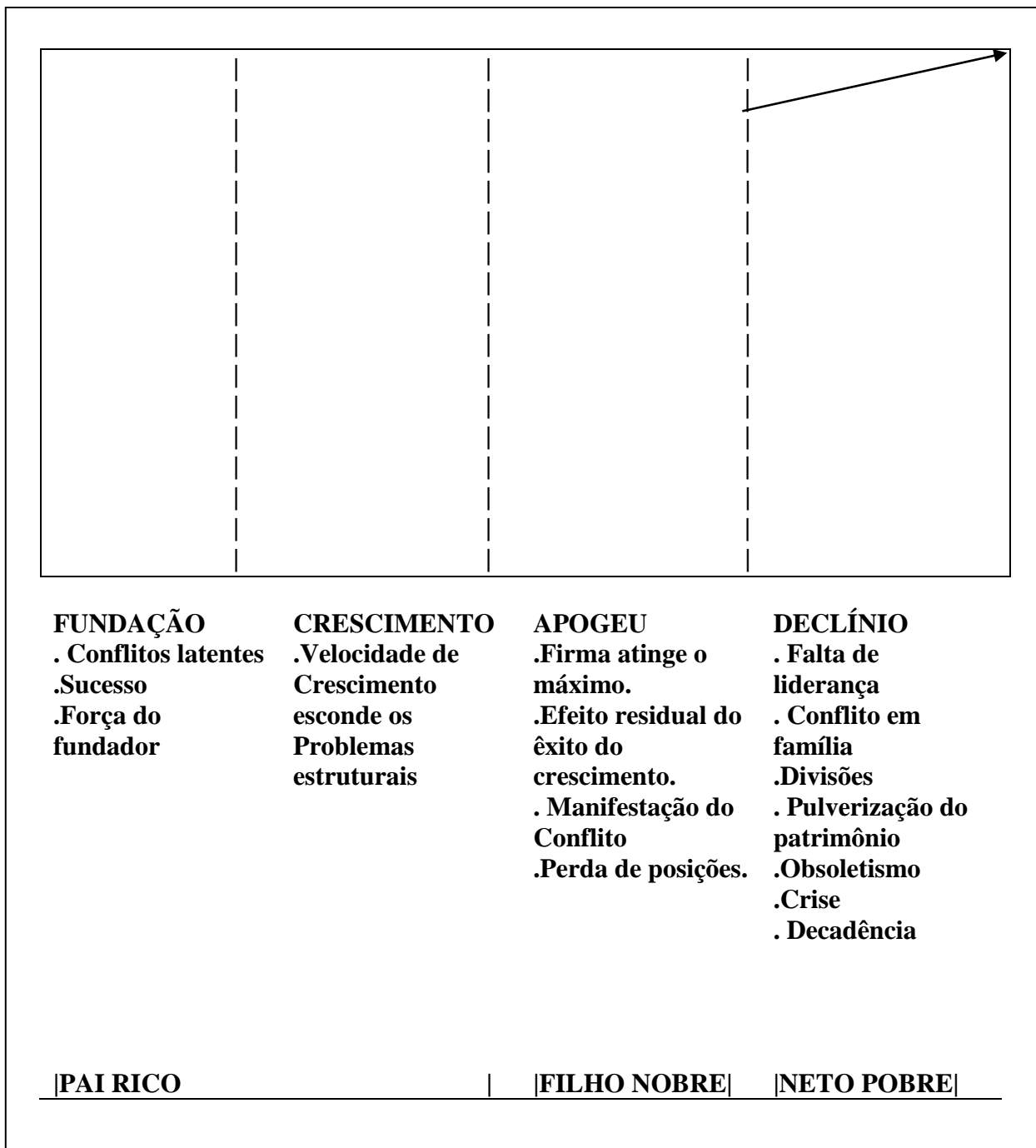
Assim como qualquer outra organização, a empresa familiar também sofre mudanças de acordo com o tempo e conforme suas decisões ou escolhas. “A evolução de um sistema diz respeito às mudanças que ocorrem

nas características alteráveis, mas que são pouco variáveis.” (BUENO; FERNÁNDEZ; SÁNCHEZ, 2007, p. 164).

De acordo com os autores (op.cit.,p. 163) pode-se afirmar que a compreensão dos ritmos de mudança, o tempo e a especificidade de uma empresa familiar constituem uma capacidade fundamental para sua continuidade.

Segundo Lodi (1994, p. 30) a empresa familiar pode ser estudada em sua origem, crescimento, apogeu e declínio. Ela passa por diferentes fases geralmente ligadas ao fundador e às demais gerações. Cada geração passa em cada estágio por uma crise de identidade, porém o ciclo de vida ajuda a explicar o crescimento das relações interpessoais, a acumulação e dispersão de capital.

CICLO DE VIDA DA EMPRESA FAMILIAR



Fonte: LODI, João Bosco. **A ética na empresa familiar**. 1 ed. São Paulo: Pioneira, 1994, p. 32.

2 A direção rumo à profissionalização

A chegada ao País de empresas multinacionais e das Bolsas de Valores, a abertura do mercado e a globalização - fizeram com que a empresa familiar tradicional saísse da zona de conforto e se deparasse com uma encruzilhada: modernizar-se e profissionalizar-se para competir e sobreviver, ou desagregar-se e ser absorvida por grupos estrangeiros. (ALTAF; TROCCOLI, 2010)

O crescimento econômico exige uma nova postura das empresas familiares, fazendo com que elas recorram ao profissionalismo, ou seja, uma mudança que, de acordo com Gehlen (2006, p. 25 apud Freitas e Barth, 2012) torna a organização familiar e tradicional numa empresa profissional.

A profissionalização de uma empresa familiar acontece quando a gestão familiar assume um novo perfil, com mentalidade e atitudes diferentes da tradicional. Um processo que engloba práticas administrativas mais racionais e modernas e menos personificadas, também integra outros gerentes aos administradores familiares. Além de ser fundamental, que os administradores apoiem-se mais na lógica empresarial do que na familiar e pessoal. (ALTAF; TROCCOLI, 2010).

Ricca (2007, p. 15) salienta que as empresas familiares devem investir no profissionalismo, para que o “empresário” atue mais que o “dono”. O autor ainda comenta que a ajuda de profissionais não familiares ajuda a consolidar uma autoridade não personalista.

Lodi (1994, p. 134) afirma que o primeiro passo para a profissionalização de uma empresa familiar é “avaliar se a família conta com o talento familiar competente e se os sucessores querem enfrentar pessoalmente o desafio”. É preciso ficar claro para a família que ela não deve gerir, pois do contrário pode afetar a consistência da profissionalização.

Segundo Bueno; Fernández; Sánchez (2007, p. 79) a profissionalização de uma empresa depende de três fatores:

- “Dos princípios e valores que prevalecem na empresa”, assim, os princípios da empresa devem ser os empresariais, tais como a produtividade, a qualidade, o benefício, o equilíbrio financeiro, etc. O

contrário disso, é uma empresa menos profissionalizada, na qual os valores pessoais e familiares se sobressaem na tomada de decisões;

- “Da existência de uma estrutura e de um modelo organizacional e empresarial”, nesse caso, os profissionais é que devem desenvolver as funções da organização, com sistemas e modelos voltados para alcançar seus objetivos;
- “Dos profissionais que exercem cargos de alguma responsabilidade executiva na empresa.”, ou seja, essas pessoas precisam ser as melhores para cada cargo que lhe foi designado.

Já para Lodi (1993 apud Altaf; Troccoli, 2010) a profissionalização de uma empresa familiar tem bons resultados diante de:

- Integração de profissionais familiares na direção e gerência da empresa;
- Adoção de práticas administrativas mais racionais;
- Utilização de consultorias e de assessorias externas.

Quanto aos funcionários familiares, fazer parte da família proprietária é uma das características do indivíduo, todavia, isso pode ajudar no desempenho de certa função ou cargo, como, por outro lado, pode atrapalhar. Como há uma convergência entre família e empresa, pode-se dizer que a existência de funcionários familiares apresenta vantagens e inconvenientes, como poderá ser observado na tabela 03. (BUENO; FERNÁNDEZ; SÁNCHEZ, 2007, p. 79).

Por isso, num processo de profissionalização de uma empresa familiar há a integração de gerentes contratados e assalariados, junto aos administradores familiares. (FREITAS; BARTH, 2012). E, um dos aspectos fundamentais para obter o sucesso na profissionalização da empresa familiar é que os dirigentes tenham técnicas, capacidade e eficiência suficientes para desenvolverem suas funções empresariais. (BUENO; FERNÁNDEZ; SÁNCHEZ, 2007, p. 79-80).

Alguns autores até afirmam que a profissionalização só acontece por meio da intervenção de um profissional externo. Conforme Ricca (2007, p. 129), declara que a empresa familiar precisa de um profissional externo que saiba conduzir com confiabilidade e certeza o processo de mudanças, a fim de

diminuir ou até retirar o medo e a insegurança das pessoas envolvidas nesse sistema.

Abaixo, a tabela apresentará algumas vantagens e inconvenientes dos funcionários familiares:

Tabela 03: Vantagens e inconvenientes dos funcionários familiares.

Vantagens	Inconvenientes
Em comparação aos não familiares, um familiar é mais suscetível de ter maior noção da responsabilidade pública do seu trabalho.	Se um familiar é contratado como executivo e demonstra ser incompetente, não se pode despedi-lo ou transferi-lo com a mesma facilidade que os demais.
Um familiar é mais suscetível de se adaptar que um não familiar.	O nepotismo tende a desanimar os que não fazem parte da família e que buscam trabalho na empresa.
Um familiar é suscetível de ter maior interesse pela empresa que um não familiar.	O nepotismo costuma criar inveja e ressentimentos entre os funcionários.
Quando o parente de um executivo passa a fazer parte da direção e demonstra ser capacitado, o espírito de equipe de direção é estimulado.	É impossível para os diretores serem objetivos em relação às qualificações dos seus familiares ou às de outros executivos.
Em comparação aos não familiares, o parente de um executivo é suscetível de ser mais leal e responsável.	Nas equipes de dirigentes com influência dos membros de uma família, os interesses familiares tendem a ter maior prioridade que os corporativos.
Membros da família na direção ajudam a assegurar a continuidade e a efetividade da aplicação das políticas corporativas.	O nepotismo tende a gerar falta de consideração em relação ao senso comum, à integridade e à objetividade da alta direção.
Por não ter de se esforçar para estar à altura do seu chefe, o executivo júnior, parente de	

um executivo, pode respeitar o próprio ritmo e desenvolver melhor suas capacidades.	
---	--

Fonte: **Empleados familiares: puntos fuertes y débiles, em Actualidad de la Empresa Familiar**, 2000, n. 2, p. 11; apud BUENO; FERNÁNDEZ; SÁNCHEZ, 2007, p. 80).

E, Ricca (2007, p. 85) acrescenta que quanto menor for o grau de profissionalização de uma organização familiar, maior será sua ameaça à falência.

Contudo, muitas empresas familiares ainda não estão preparadas para o profissionalismo e conseqüentemente não saberão como lidar com o sucesso, conforme Lodi (1994, p. 26) descreve:

Insensatez e interesses pessoais imediatos misturados com riqueza e poder formam um conjunto complicado. Famílias que durante uma simples geração foram guindadas do anonimato e da pobreza para a fama e a riqueza nem sempre estão preparadas para administrar seu sucesso.

Ricca (2007, p. 11) menciona que a maioria das empresas familiares não age em sentido à profissionalização, pois os laços emocionais envolvidos nos relacionamentos impedem, na maioria das vezes, as atitudes racionais.

Mesmo com alguns embaraços, a substituição da gestão familiar para a gestão profissional é indispensável. Diferente à afirmação do último parágrafo, o mesmo autor, (2007, p. 126) diz que, a empresa familiar que não adotar a sucessão profissional está fadada à ruína.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Como exposto, a empresa familiar enfrenta certos problemas, principalmente os que dizem respeito à profissionalização. Nesse caso, alguns aspectos como: o processo de planejamento, a profissionalização, a estrutura organizacional, o desenvolvimento, o crescimento, a sucessão e a sobrevivência da organização ganham destaque.

“O patriarca é o inovador, aquele que tem a capacidade de transformar um sonho em realidade. É um homem que tem o impulso e a vontade de realizar, aliados à disposição para o risco.” (ALTAFF, TROCCOLI, 2010).

É o que Dornelas (2005, p. 95) afirma, que embora o brasileiro tenha uma falta de cultura de planejamento, ele é criativo e persistente. O autor ainda acrescenta que não basta somente sonhar, é preciso agir e colocar o sonho em ações reais. Para isso, os administradores devem usar o planejamento, que o autor diz ser a técnica de transformar sonhos em realidade.

Como o atual ambiente empresarial é acirrado e está sempre mudando, surgem novos métodos e estratégias de conquistar o mercado. Diante disso, a empresa familiar necessita de um processo de profissionalização, sendo determinante para a sua sobrevivência.

O que geralmente acontece é que os fundadores até possuem o entendimento de profissionalização, porém, na prática não estão aptos às mudanças, têm medo de perderem o poder, logo, eles optam por manterem uma gestão centralizada entre os próprios familiares. (FREITAS; BARTH, 2012). É o que comumente se escuta: “Se vem dando certo desde antigamente nosso modelo de trabalho, dará certo nos tempos atuais”.

Enfim, o estudo de algumas vantagens, desvantagens e desafios da gestão das empresas familiares propiciaram acrescentar conhecimentos sobre a empresa familiar e alguns dos problemas que esta enfrenta.

REFERÊNCIAS:

ALTAF, Joyce Gonçalves; TROCCOLI, Irene Raguene. A importância da gestão profissional em uma empresa familiar - Joalheria Meridiano Ltda. **Revista Economia & Gestão**, v. 10, n. 23, p. 40-59, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/2992/a-importancia-da-gestao-profissional-em-uma-empresa-familiar---joalheria-meridiano-ltda/i/pt-br>>. Acesso em: 10 out. 2013.

BUENO, José Carlos Casillas; FERNÁNDEZ, Carmen Díaz; SÁNCHEZ, Adolfo Vázquez. **Gestão da empresa familiar: conceitos, casos e soluções**. São Paulo: Thomson, 2007. 270 p.;

DORNELAS, José Carlos A. **Transformando idéias em negócios**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. cap. 5, p. 93-113.

FREITAS, Ernani Cesar; BARTH Maurício. De pai para filho: a complexidade e os desafios da gestão das empresas familiares. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 5, n. 3, p. 549-568, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/9313/de-pai-para-filho--a-complexidade-e-os-desafios-da-gestao-das-empresas-familiares/i/pt-br>>. Acesso em: 10 out. 2013.

LODI, João Bosco. **A ética na empresa familiar**. 1 ed. São Paulo: Pioneira, 1994. 138 p.

RICCA, Domingos. **Sucessão na empresa familiar**: conflitos e soluções. São Paulo: Editora CLA, 2007. 158 p.

AS FERRAMENTAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: UMA ANÁLISE DE CENÁRIOS DE UMA PURINA LOCALIZADA NO INTERIOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

THE TOOLS OF STRATEGIC PLANNING: ANALYSIS OF SCENARIOS OF PURINA LOCATED IN THE INTERIOR OF THE STATE OF RIO DE JANEIRO

LAS HERRAMIENTAS DEL PLANEAMIENTO ESTRATÉGICO: ANÁLISIS DE ESCENARIOS DE PURINA LOCALIZADA EN EL INTERIOR DEL ESTADO DEL RÍO DE JANEIRO

Sonia Fonseca Souza

Doutoranda no Programa de Cognição e Linguagem da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF. Mestre em Educação pela Universidade Iguazu (2004), Especialista em Língua Inglesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1990), Especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2007), Especialista em Inspeção Escolar pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá (2007), Especialista em Gestão Escolar pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá (2011). Graduada em Letras pela Faculdade de Filosofia de Itaperuna (1986). Atualmente é professora titular da Graduação e Pós-Graduação da Universidade Iguazu - UNIG campus V Itaperuna, RJ. Professora titular da Graduação do Centro Universitário São José de Itaperuna. Professora Inspetora da Secretaria Estadual de Educação Rio de Janeiro. Fui professora do curso Superior de Pedagogia do Instituto Superior de Educação de Bom Jesus do Itabapoana/FAETEC. Presidente da Comissão Própria - CPA de 2011 a 2015 do Centro Universitário São José de Itaperuna.

Lucas Capita Quarto

Graduado de Engenharia de Produção pela Universidade Iguazu - Campus V. Atuou como monitor das disciplinas de Resistência dos materiais e Cálculo Numérico para os alunos dos cursos de Engenharia de Produção e Engenharia de Petróleo e Gás inscritos nas referidas disciplinas pela Universidade Iguazu (UNIG) - Campus V. Atualmente, atua como monitor das disciplinas Gestão de Recursos Humanos e Gestão de Projetos para os alunos do curso de Engenharia de Produção da Universidade Iguazu (UNIG) - Campus V. Recentemente, recebeu o certificado de Mérito Acadêmico pela Universidade Iguazu - Campus V, devido ao bom desempenho obtido no segundo semestre do ano de 2017. Integrante do Projeto de Extensão Neurociência Cognitiva e do Comportamento II.

Vyvian França Souza Muniz

Mestranda em Cognição e Linguagem (UENF) - Campos do Goytacazes/RJ. Graduada em Letras/Inglês pelo Centro Universitário São José - Itaperuna/RJ; Pós - graduanda em Psicopedagogia Clínica e Institucional - Itaperuna/RJ.

João Vitor Capita Quarto

Graduando de Engenharia de Produção pela Universidade Iguazu - Campus V.

Rodrigo César Oliveira Corredeira

Graduado de Engenharia de Produção pela Universidade Iguazu - Campus V.

Resumo: Para permanecerem atuantes no mercado, as empresas precisam reconhecer o ambiente que estão inseridas, afim de obterem vantagens competitivas frente as concorrentes. Com isso, o presente estudo tem como objetivo utilizar as ferramentas contidas na literatura do planejamento estratégico: matriz SWOT e cinco forças de Poder, para realizar uma análise de cenários de uma purina localizada no interior do estado do Rio de Janeiro, visando contribuir com informações para que os gestores da referida purina conheçam melhor sua atuação no ambiente que a mesma está inserida. No decorrer do trabalho, a purina foi denominada purina X. O resultado permitiu a identificação das forças, fraquezas, oportunidade e ameaças presentes no ambiente da empresa, bem como um maior conhecimento da relação que a purina X possui com seus concorrentes, clientes e fornecedores. Com o resultado, relatou-se que a empresa possui pontos fortes cruciais para se obter vantagens no ambiente que está inserida, bem como alguns fatores que precisam ser trabalhados para minimizar os pontos fracos e ameaças. Durante toda a pesquisa, as ferramentas matriz SWOT (*strenghts, weaknesses, opportunities e threaths*) e cinco forças de Poder demonstraram ser instrumentos eficazes para a análise de cenários da empresa em questão, afirmando que o planejamento estratégico se faz necessário em pequenas empresas, assim como nas grandes corporações.

Palavras-chave: Planejamento estratégico, Análise SWOT. Forças de Poder.

Abstract: To remain active in the market, companies need to recognize the environment they are in, in order to gain competitive advantages over competitors. Thus, the present study aims to use the tools contained in the SWOT Matrix strategic planning and five Poder forces to perform a scenario analysis of a purine located in the interior of the state of Rio de Janeiro. In order to contribute with information so that the purina managers know better their performance in the environment that it is inserted. In the course of the study, purine was denominated purine X. The methodology of the present study is qualitative, descriptive, exploratory and bibliographical. The result allowed the identification of the strengths, weaknesses, opportunities and threats present in the company environment, as well as a better understanding of the relationship that Purina X has with its competitors, customers and suppliers. With the result, it was noted that strategic planning is necessary in small companies, as well as in large corporations.

Keywords: Strategic planning. SWOT analysis. Poder forces.

Resumen: Para permanecer activos en el mercado, las empresas necesitan reconocer el ambiente que están insertas, a fin de obtener ventajas competitivas frente a las competidoras. En el presente estudio se pretende utilizar las herramientas contenidas en la literatura de la planificación estratégica: matriz SWOT y cinco fuerzas de Poder, para realizar un análisis de escenarios de una purina ubicada en el interior del estado de Río de Janeiro, con el objetivo de contribuir con informaciones para que los gestores de dicha purina conozcan mejor su actuación en el ambiente que la misma está

insertada. En el transcurso del trabajo, la purina fue denominada purina X. El resultado permitió la identificación de las fuerzas, debilidades, oportunidad y amenazas presentes en el ambiente de la empresa, así como un mayor conocimiento de la relación que la purina X posee con sus competidores, clientes y proveedores. Con el resultado, se informó que la empresa tiene puntos fuertes cruciales para obtener ventajas en el ambiente que está inserta, así como algunos factores que necesitan ser trabajados para minimizar los puntos débiles y amenazas. Durante toda la investigación, las herramientas de matriz SWOT (strengths, debilidades, oportunidades y amenazas) y cinco fuerzas de Poder demostraron ser instrumentos eficaces para el análisis de escenarios de la empresa en cuestión, afirmando que la planificación estratégica se hace necesaria en pequeñas empresas, como en las grandes corporaciones.

Palabras-clave: Planificación estratégica, Análisis SWOT. Fuerzas de Poder.

1 Introdução

O aumento da competitividade em alguns setores do mercado e a constante oferta de produtos substitutos fazem com que algumas empresas busquem na literatura do planejamento estratégico ferramentas que proporcionem uma melhor compreensão do ambiente que as mesmas atuam, a fim de um maior conhecimento de seus clientes, potencialidade e fatores limitantes.

Entre as ferramentas contidas na literatura do planejamento estratégico que possibilitam uma análise completa dos cenários internos e externos de uma organização, salienta-se a análise SWOT, também conhecida como matriz FOFA (forças, oportunidades, fraquezas e ameaças). O nome SWOT é um acrônimo das palavras *strengths*, *weaknesses*, *opportunities* e *threats*, que significam respectivamente forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Já para um estudo mais detalhado da relação que uma organização possui com os seus concorrentes, clientes e fornecedores, pode-se utilizar as cinco forças descritas por Poder.

Diante desse cenário, o presente estudo teve como objetivo utilizar a ferramenta do planejamento estratégico matriz SWOT (*strengths*, *weaknesses*, *opportunities* e *threats*) para analisar os cenários internos e externos de uma purina localizada no interior do estado do Rio Janeiro. Após a aplicação da matriz SWOT (*strengths*, *weaknesses*, *opportunities* e *threats*) foram aplicadas as cinco forças de Poder no intuito de descrever a relação que a referida empresa possui com seus concorrentes, clientes e fornecedores.

Espera-se que com essas informações, os gestores da referida organização possam conhecer melhor a atuação da empresa no ambiente que ela está inserida e a forma que ela se relaciona com os aspectos do ambiente organizacional.

Portanto, para responder às questões e objetivos propostos, este trabalho está estruturado da seguinte forma: introdução, metodologia, revisão bibliográfica (planejamento estratégico, análise SWOT; cinco forças de Porter), análise dos resultados e, finalmente, a última parte traz as considerações finais na qual se encontram as contribuições deste trabalho.

2 Revisão da literatura

2.1 Planejamento estratégico

As técnicas e instrumentos presentes na literatura de planejamento estratégico são resultados do desenvolvimento histórico ocorrido após Revolução Industrial, período caracterizado por inúmeras mudanças e impactos nos processos produtivos que surtem efeito nas questões econômicas e sociais em todo o mundo até os dias atuais (MACÊDO, 2010).

Segundo Porter (1999), as empresas precisam desenvolver uma forma de se diferenciar das demais e, assim, permanecerem no mercado, oferecendo vantagens competitivas aos seus consumidores. Para isso, faz-se necessário que as mesmas planejem suas ações futuras de uma forma estratégica.

De acordo com Matus (1997, p. 15), “o planejamento é uma ferramenta das lutas permanentes que o homem trava desde início da humanidade para conquistar graus crescentes de liberdade”. Para Chiavenato (2004), o planejamento estratégico é uma ferramenta de gestão determinante para a antecipação dos objetivos almejados por uma empresa e o melhor caminho para alcançá-los.

Oliveira (1991), define o planejamento estratégico como um instrumento administrativo essencial para a sustentação do desenvolvimento e da implementação de estratégias empresariais. Seu desenvolvimento é essencial para as empresas que buscam se sustentar no longo prazo, obtendo vantagens no ambiente em que atuam.

Para Terence (2002), é necessário que as organizações invistam em planejamento estratégico para que se possa conquistar vantagens das oportunidades existentes no ambiente que estão inseridas, prevenindo-se das ameaças e mantendo-se prósperas frente a globalização. Entre as ferramentas contidas na literatura do planejamento estratégico que permitem uma avaliação e reconhecimento de cenários, para a realização do presente estudo, optou-se pela aplicação da Análise SWOT (*strenghts, weaknesses, opportunities e threaths*).

2.2 Análise SWOT

A análise SWOT (*strenghts, weaknesses, opportunities e threaths*), Figura 1, também conhecida como matriz FOFA, é uma ferramenta clássica administrativa presente na literatura de planejamento estratégico muito utilizada por empresas que desejam identificar os fatores presentes em seu ambiente interno e externo. Através dela, é possível identificar os pontos fortes e fracos contidos no ambiente interno de uma determinada organização, bem como as ameaças e oportunidade presentes em seu ambiente externo.



Figura 1 – Matriz SWOT
Fonte: Bastos (2004)

Oliveira (2007, p. 37) define os pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades da seguinte forma:

a. Ponto forte é a diferenciação conseguida pela empresa (variável controlável) que lhe proporciona uma vantagem operacional no ambiente empresarial (onde estão os assuntos não controláveis pela empresa);

b. Ponto fraco é a situação inadequada da empresa (variável controlável) que lhe proporciona uma desvantagem operacional no ambiente empresarial;

c. Oportunidade é a força ambiental incontrolável pela empresa, que pode favorecer sua ação estratégica, desde que conhecida e aproveitada, satisfatoriamente, enquanto perdura;

d. Ameaça é a força ambiental incontrolável pela empresa, que cria obstáculos à sua ação estratégica, mas que poderá ou não ser evitada, desde que reconhecida em tempo hábil.

Segundo Pereira (2011), a matriz SWOT (*strengths, weaknesses, opportunities e threats*) permite o cruzamento das oportunidades e ameaças externas à organização com seus pontos fortes e fracos. Através dessas quatro zonas, pode-se identificar a real situação vivenciada pela organização. Com isso, a empresa pode maximizar seus pontos fortes, minimizar seus pontos fracos e se posicionar frente a possíveis ameaças e oportunidades que possam vir a surgir no ambiente externo que ela está inserida.

2.2.1 Análise do Ambiente Interno (forças e fraquezas)

Para Potter (2000), as empresas precisam estar constantemente atentas as suas forças e fraquezas internas, pois o reconhecimento das mesmas é fundamental para que a empresa possa planejar suas estratégias. A análise do ambiente interno de uma organização se dá através da identificação dos pontos fracos e fortes que a mesma possui. Os pontos fortes são forças, diferenciais de mercado, que precisam ser aperfeiçoados. Já os pontos fracos são fatores limitantes que devem ser excluídos ou minimizados, para que não dificultem a obtenção dos resultados almejados pela gestão.

De acordo com Batman e Snell (1998, p. 27), “a análise interna fornece aos tomadores de decisão estratégica, um panorama de habilidades e recursos da organização, bem como de seus níveis de desempenho gerais e funcionais”. Pereira (2011, p. 101) destaca os seguintes elementos para fontes de análise do ambiente interno:

a. Área de Marketing: Mix Marketing, os 4 P's do Marketing (Produto, Preço, Promoção e Praça); b. Área de Produção ou Serviços: capacidade de produção e expansão, o planejamento e controle da produção, tecnologia, política de qualidade, custos, pesquisa e desenvolvimento, mão de obra, política de estoques e outros; c. Área de Recursos Humanos: capacitação, rotatividade, segurança, motivação, remuneração, etc; d. Área Financeira: contas a pagar e a receber, política de compras, política de investimento, rentabilidade, liquidez, fluxo de caixa e planejamento e controle financeiro

As forças presentes no ambiente interno de uma organização são variáveis controláveis e dizem respeito a própria empresa. Sendo assim, através de uma boa gestão e formação de estratégias, pode-se obter vantagens competitivas através do reconhecimento e diagnóstico desses fatores.

2.2.2 Análise do Ambiente Externo

O ambiente externo é uma variável incontrolável que surte efeito sobre todas as organizações. Segundo Kotler (2000), uma empresa deve acompanhar as suas forças macroambientais (político-legais, econômicas, tecnológicas, sociais/ culturais, demográficas e ecológicas ou naturais) e seus agentes relevantes (clientes e fornecedores), pois estes podem atingir sua capacidade de obter lucros.

Oliveira (2007) entende como oportunidade forças externas que podem favorecer as estratégias de uma empresa. Obviamente, essas forças precisam ser reconhecidas e estudadas para que seja retirado algum benefício. Já em relação as ameaças, Oliveira (2007) diz que são elementos negativos que criam obstáculos à organização e podem afetar a sua capacidade de atingir sua missão.

2.3 Cinco Forças de Poder

O modelo cinco Forças de Poder, Figura 2, indica o grau de intensidade presente na concorrência de uma indústria, assim como sua rentabilidade, sendo as forças mais intensas essenciais durante a elaboração de um planejamento estratégico de qualquer negócio.

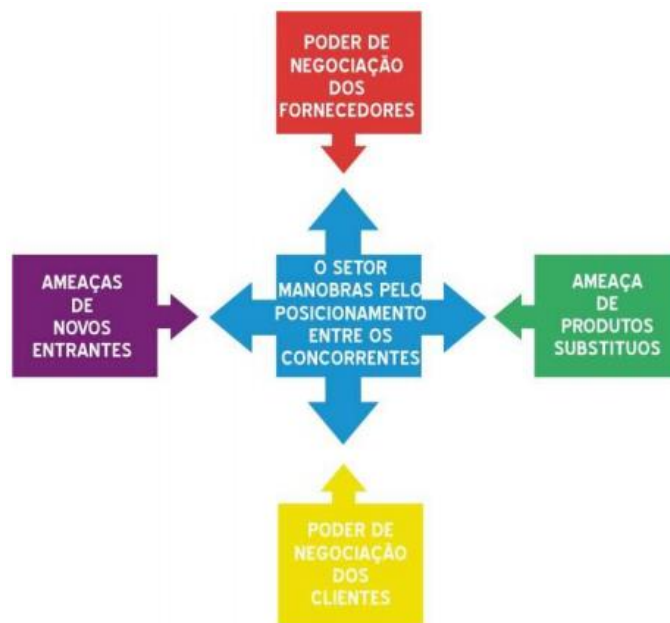


Figura 2 – Forças que governam a competição em um setor
Fonte: Porter (1999)

De acordo com Porter (2000), para a análise de suas cinco forças se deve considerar: a ameaça de entrada; rivalidade entre concorrentes; ameaça de produtos substitutos; poder de negociação dos compradores e poder de negociação dos fornecedores. Um melhor entendimento dessas cinco forças é um fator determinante para a estratégia competitiva de uma empresa.

2.3.1 Ameaça de entrada

O alto índice de lucros é o principal motivador de novas entrantes. Novas entrantes, conforme Porter (1999), trazem o desejo de ganhar participação para o mercado. Segundo Evangelista (2009), quando os novos entrantes esperam grandes expectativas acerca das barreiras que irão enfrentar e a reação de seus concorrentes, estes podem significar alguma ameaça às organizações que já estão estabelecidas no mercado. Todavia, se as barreiras de entrada e o desagravo dos concorrentes forem altos, a ameaça não será tão significativa.

Para entender melhor esse processo, Evangelista (2009), cita como barreiras de entrada os seguintes fatores: economia de escala; diferenciação do produto; exigências de capital; vantagens de custo; acesso a canais de distribuição e a política governamental. Os novos entrantes também irão encontrar dificuldades quanto a retaliação dos concorrentes.

2.3.2 Rivalidade entre concorrentes

Sendo o ponto central das cinco forças determinantes de Porter, a rivalidade entre concorrentes surge quando um concorrente se sente pressionado pelo outro ou quando os mesmos estão diante de uma oportunidade de melhorarem sua posição no mercado (PORTER, 2004).

O aumento do número de empresas de um mesmo setor e produtos similares fazem com que a rivalidade entre os concorrentes seja cada vez mais. Um conflito de preços entre concorrentes de uma mesma área afeta de forma direta os seus retornos. No entanto, a rivalidade entre concorrentes pode obrigar que a empresa desenvolva estratégias para gerar diferenciais competitivos, criando assim novos valores e vantagens de mercado.

2.3.3 Ameaça de produtos substitutos

Produtos substitutos são produtos não similares, mas que atendem a mesma necessidade dos clientes. Apesar de não obterem o mesmo grau de satisfação, produtos substitutos podem afetar a demanda de um determinado produto.

Poter (1999), diz que o melhor caminho para evitar a ameaça de produtos substitutos é investir na qualidade do produto ofertado e estabelecer uma diferenciação, assim, evita-se que o setor sofra consequência em seus lucros e crescimento.

Segundo Evangelista (2009), as empresas desenvolvem produtos substitutos a partir de pesquisas de outros produtos que podem oferecer o mesmo valor e desempenhar uma substituição por função. Sendo aqueles que oferecem uma melhor relação preço x desempenho, em relação aos produtos oferecidos, os que exigem mais atenção.

2.3.4 Poder de negociação dos compradores

O poder de barganha com os compradores diz respeito a capacidade dos clientes em adquirir um determinado produto. Os clientes estão sempre em busca de melhores preços e produtos de qualidade, conseqüentemente, tornando o mercado cada vez mais aquecido. A influência dos consumidores é

mensurada de acordo com a quantidade que eles estão disposto a consumir (POTER, 2004).

2.3.5 Poder de negociação dos fornecedores

Diferente do poder de negociação dos compradores, no poder de negociação dos fornecedores, o poder de barganha está nas mãos de quem oferece o produto. De acordo com Evangelista (2009, p. 28):

[...]um grupo de fornecedores é poderoso quando é dominado por poucas empresas e é mais concentrado que a indústria para o qual vende, seu produto é exclusivo ou pelo menos diferenciado, não está obrigado a competir com outros produtos nas vendas do setor, seu produto é um insumo importante para o negócio comprador, e quando representa uma ameaça concreta de integração para frente limitando o setor de melhorar as condições de compra.

Maximiano (2000), diz que o poder de negociação dos fornecedores pode ser grande ou pequeno, podendo intervir nos preços dos produtos dos concorrentes de um mesmo setor. Em tese, a empresa que escolher entre as opções de grupos de fornecedores e compradores, por intermédio de uma decisão estratégica, será capaz de minimizar o poder dos mesmos.

3 Metodologia

O presente estudo pode ser considerado como qualitativo, descritivo, exploratório, bibliográfico. A revisão bibliográfica teve como base artigos científicos, livros e dissertações acerca dos assuntos abordados.

Após a revisão de literatura, foi realizada uma pesquisa de campo entre os meses de fevereiro e março de 2018, na empresa objeto de estudo, para uma análise crítica dos pontos fortes e fracos da empresa. Na visita técnica, foi feita uma entrevista com o auxílio de formulário. Participaram da entrevista os gestores da referida organização. O intuito da entrevista foi identificar as possíveis futuras pretensões dos mentores da empresa e quais pontos eles acreditam que devem ser melhorados para que a organização obtenha um maior êxito em satisfação de seus clientes.

Durante a pesquisa em campo, para a análise do ambiente externo, considerou-se as variáveis estabelecidas por Chiavenato e Sapiro (2003), sendo essas: político-legais, econômicas, tecnológicas, sociais/ culturais, demográficas e ecológicas ou naturais. Para a análise do ambiente interno, a

entrevista oral foi realizada com base na literatura de Pereira (2011), já mencionadas na revisão da literatura.

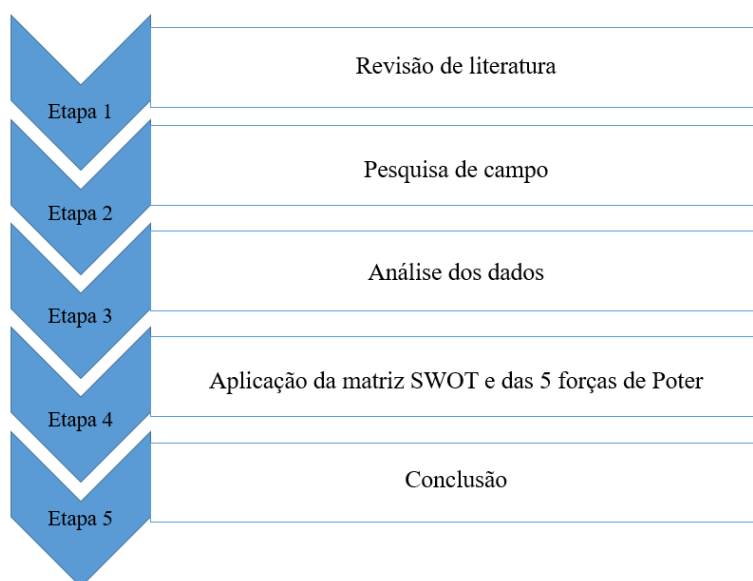


Figura 3 – Etapas de desenvolvimento da pesquisa
Fonte: Elaborada pelos autores

4 Análise dos resultados

4.1 A empresa objeto de estudo

A empresa objeto de estudo é uma purina localizada em um pequeno município do noroeste fluminense do estado do Rio de Janeiro, que será denominada no decorrer do estudo como purina X. Sua principal atividade é o fornecimento de rações para animais bovinos, suínos e aves, no entanto, a empresa também oferta outros produtos como: milho e farelo de trigo.

Atualmente, a empresa conta com três funcionários e abrange uma população de 22.000 habitantes na localidade que está inserida. No centro que a purina X se encontra, há outras empresas do mesmo setor, porém em pequena quantidade em relação a demanda do município. A cidade que a empresa se encontra tem como principal atividade a agropecuária, assim, a renda do município está relacionada a criação de gados.

4.2 Análise SWOT

No Quadro 1 será apresentada a matriz SWOT (*strenghts, weaknesses, opportunities e threaths*) da empresa objeto de estudo, mostrando as forças e fraquezas do ambiente interno da empresa, assim como as oportunidades e

ameaças contidas no ambiente externo que a mesma se encontra. Salienta-se que a definição desses fatores foi realizada na pesquisa em campo, de acordo com a entrevista realizada com os gestores da empresa em questão.

AMBIENTE INTERNO	
FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Qualidades dos produtos e serviços; • Serviços de entrega; • Preço; • Localização; • Estrutura física; • Organização e comprometimento por parte dos envolvidos; • Qualificação dos profissionais; • Tempo de atuação no mercado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Poucos funcionários; • Falta de definição de funções dos funcionários; • Ausência de investimento em <i>marketing</i>; • Ausência de uma área de Recursos Humanos.
AMBIENTE EXTERNO	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Expansão dos negócios; • Novos mercados; • Alianças e parcerias; • O atual cenário de crise econômica não impactou as vendas; • Região de atuação com alto potencial; • Clientes fidelizados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de mão de obra especializada na região; • Falta de poder de barganha dos fornecedores.

Quadro 1: Matriz SWOT
Fonte: Elaborado pelos autores

4.2.1 Ambiente interno

Na pesquisa de campo, observou-se que a empresa possui uma boa localização, visto que se encontra em uma das avenidas principais do município. E o município em questão possui como principal atividade a agropecuária. Os entrevistados destacaram a qualidade dos produtos e a estrutura física da empresa como os principais pontos fortes da organização. A empresa disponibiliza serviço de entrega em domicílio.

Quando questionados sobre o clima organizacional da empresa, os entrevistados alegaram que os colaboradores são organizados e comprometidos com suas funções. O gestor da empresa é tecnólogo em administração, logo, ele possui os conhecimentos necessários para administrar a purina X.

Atualmente, a empresa conta com três funcionários, o que pode ser considerado um quantitativo muito pequeno em relação ao número de funções existentes na empresa, visto que a organização precisa de um encarregado para exercer a função de caixa, entregador, gestor, auxiliar de limpeza e almoxarifado. Com isso, observou-se também que não há uma política clara que estabeleça a função de funcionário.

Os entrevistados também alegaram que a empresa não possui uma área de Recursos Humanos e *marketing*. Sendo assim, não há divulgação dos produtos e um profissional responsável apenas pelos processos relacionados a área de recursos humanos.

4.2.2 Ambiente externo

A empresa oferta produtos básicos para a nutrição de animais bovinos e equinos, não havendo produtos substitutos para o material ofertado na empresa. Com isso, o atual cenário de crise econômica não impactou as vendas.

Como oportunidade no atual cenário foi mencionado, durante a entrevista, a expansão dos negócios; município com alto potencial; novos mercados; alianças e parcerias como novos fornecedores e clientes. No que diz respeito as ameaças, os entrevistados alegaram que na região não há muitos profissionais especializados na área e falta poder de barganha por parte dos fornecedores.

4.3 Forças de Poder

Aqui, serão apresentadas as cinco forças de Poder para um maior conhecimento das concorrentes, clientes e fornecedores da purina X.

4.3.1 Como evitar a entrada de novos entrantes?

Empresas que estão em fase de início possuem uma margem de benefícios menores por estarem apenas começando. Perante o exposto, orienta-se em investir em campanhas de publicidade ou concorrer com preços que estão abaixo da média do mercado até “asfixiar” a nova empresa.

4.3.2 Como é a rivalidade entre os concorrentes?

A rivalidade entre as empresas do setor que também estão presentes no município que a purina X está inserida é pequena, visto que há apenas três empresas do mesmo ramo localizadas no município que a purina X se encontra. O quantitativo de três empresas existentes na região de atuação é pequeno em relação ao potencial do município.

Pode-se considerar também a fidelização dos clientes como um fator determinante para não haver uma maior rivalidade entre os concorrentes. Devido ao tempo que a empresa atua no mercado, a maioria dos seus clientes já estão fidelizados. Vale ressaltar também que os produtos ofertados pela purina X são considerados de alta qualidade e empresa conta com serviço de entrega em domicílio.

4.3.3 Quais os produtos substitutos?

Não há.

4.3.4 Qual o poder de negociação com os compradores?

No que diz respeito ao poder de barganha dos compradores, considera-se que os compradores são muito importantes para a purina X. Sendo assim, é oferecido diversas formas de pagamento e promoções no decorrer das atividades da empresa. Dependendo da quantidade e produto adquirido por um determinado cliente, este pode solicitar um desconto no valor final da compra.

4.3.5 Qual o poder de negociação com os fornecedores?

Os fornecedores não possuem muito poder de barganha. A empresa conta com três diferentes tipos de fornecedores. Com isso, caso algum fornecedor não atenda às necessidades da empresa, ela pode acionar um outro fornecedor.

Conclusão

O presente trabalho teve como objetivo utilizar algumas ferramentas contidas na literatura do planejamento estratégico para realizar uma análise da estrutura competitiva de uma purina localizada no interior do estado do Rio de Janeiro. Para assim contribuir com informações para que os gestores da referida purina conheçam melhor sua atuação no ambiente que a mesma está inserida.

A matriz SWOT (*strenghts, weaknesses, opportunities e threaths*) possibilitou a identificação dos cenários internos e externos da empresa, por meio das forças e fraquezas do ambiente interno, bem como as oportunidades e ameaças do ambiente externo. As cinco forças de Poter descreveram a relação que a empresa possui com seus concorrentes, clientes e fornecedores.

No que diz respeito as forças e fraquezas da empresa, notou-se que alguns de seus pontos fortes como a qualidade dos produtos ofertados e a fidelização de seus clientes são fatores cruciais para que a empresa obtenha vantagens em relação aos seus concorrentes, visto que esses fatores foram levados em consideração quando realizada a análise das cinco forças de Poter. No entanto, para permanecer vantajosa frente as suas concorrentes e evitar novos entrantes, torna-se necessário a contratação de novos funcionários e a definição das funções de cada um deles. Frente as oportunidades e ameaças do ambiente externo, propõem-se uma expansão da rede, visto que não há produtos substitutos e que a região de atuação é de alto potencial.

Muitas organizações deixem de crescer e até mesmo de existir devido a falta de uma visão estratégica. Perante o exposto, conclui-se que o planejamento estratégico é essencial para que as pequenas empresas, assim como as grandes, obtenham sucesso em seus negócios. Sendo a matriz SWOT (*strenghts, weaknesses, opportunities e threaths*) e as cinco forças de Poter demonstraram ser ferramentas eficientes e de fácil aplicabilidade para o reconhecimento de cenários da empresa objeto de estudo.

Referências

BASTOS, M. **Análise Swot (matriz)** – conceito e aplicação. Disponível em:<<http://www.portal-administracao.com/2014/01/analise-swot-conceito-e-aplicacao.html>> Acesso em: 31/03/2018.

BATMAN, T. S.; SNELL, S. A. **Administração: construindo vantagem competitiva**. São Paulo: Editora Atlas, 1998.

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração: na administração das organizações**. Edição Compacta. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. **Planejamento Estratégico: fundamentos e aplicações**. 1. ed. 13ª tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

EVANGELISTA, J. L. **Estratégias segundo os modelos de Michael Poter: um estudo de caso no ramo de varejo da moda**. 2009. 103 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Faculdade Integrada de Pedro Leopoldo – Pelo Leopoldo, MG, 2009.

KOTLER, P. **Administração de Marketing**. A edição do novo milênio. Tradução Bazán Tecnologia e Linguística; revisão técnica Arão Sapiro. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

MACEDO, S. A. S. **Planejamento estratégico: um estudo sobre adoção e práticas em indústrias do RN**. 2010. 114 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Universidade Potiguar – UNP – Natal, RN, 2010.

MATUS, C. **Política, planejamento e governo**. 3. ed. Brasília: IPEA, 2 v, 1997.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. 5. ed. rev. e. ampl. São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, D. P. R. **Administração estratégica na prática: a competitividade para administrar o futuro das empresas**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, D. P. R. **Estratégia empresarial**. São Paulo: Atlas, 1991.

PEREIRA, M. F. **Administração Estratégica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2011.

PORTER, M. E. **Competição on Competition: estratégias competitivas essenciais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PORTER, M. E. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência** / Tradução de Elizabeth Maria de Pinho Braga. 2. ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 1947, 3ª Reimpressão, 2004.

TERENCE, A. C. F. **Planejamento estratégico como ferramenta de competitividade na pequena empresa: desenvolvimento a avaliação de um roteiro prático para o processo de elaboração do planejamento**. São Carlos, 2002. 211 p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.